



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS

**A POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO VALE
DO IVAÍ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Londrina
2018

FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS

**A POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO VALE
DO IVAÍ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Domingos, Fabiane de Oliveira .

A política de regionalização do turismo no Vale do Ivaí: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento regional / Fabiane de Oliveira Domingos. - Londrina, 2018.
310 f. : il.

Orientador: Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.
Inclui bibliografia.

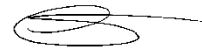
1. Geografia - Tese. 2. Turismo - Tese. 3. Desenvolvimento Regional - Tese. 4. Planejamento territorial - Tese. I. Calvente, Maria del Carmen Matilde Huertas . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

FABIANE DE OLIVEIRA DOMINGOS

**A POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO VALE
DO IVAÍ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria del Carmen
Matilde Huertas Calvente
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.ª Dr.ª Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.ª Dr.ª Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.ª Dr.ª Margarete Araújo Teles
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof.ª Dr.ª Rosângela Custódio Cortez Thomaz
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Londrina, 17 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dr^a. Maria del Carmen M. H. Calvente não só pela orientação, mas por ter sido fundamental em minha trajetória profissional, me abrindo portas que pareciam impossíveis.

Agradeço em especial à professora Dr^a. Ideni Terezinha Antonello pela imensa ajuda nos momentos mais difíceis. Sempre serei grata.

À professora Dr^a. Rosana Figueiredo Salvi pelas contribuições na banca de qualificação.

A todos os entrevistados que dispuseram de seu tempo para me atender.

À Giullia Queiroz por ter me ajudado na compilação dos dados e me acompanhado em algumas entrevistas.

Aos alunos do curso de Turismo da Universidade Estadual do Paraná, campus Apucarana, pelas mensagens de incentivo.

À Márcia Garbelini pela atenção e disponibilidade de prestar informações e contatos na região do Vale do Ivaí.

Ao meu esposo Adilson Láruiz Seifert pelo companheirismo e apoio incondicional.

À Universidade Estadual do Paraná, campus Apucarana, por ter me concedido a licença para concluir esse programa.

À Universidade Estadual de Londrina pela possibilidade de estudar em uma instituição respeitada e prestigiada. É uma honra!

DOMINGOS, Fabiane de Oliveira. **A política de regionalização do turismo no Vale do Ivaí: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento regional.** 310 fls. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O Vale do Ivaí é uma das regiões menos desenvolvidas do Paraná, apesar de ter uma economia forte baseada na agropecuária. Seus 26 municípios apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano e como consequência, há frequente emigração da população. Apresenta potencial para o turismo pelas belas paisagens naturais, como cânions, cavernas, sítios arqueológicos, cachoeiras e o extenso rio Ivaí. É referência estadual na prática de caminhadas na natureza e sua cultura é influenciada principalmente pela religião católica. Dentre os seus municípios, Lunardelli destaca-se pelo fluxo de visitantes que buscam o turismo religioso. Em 2014 tornou-se uma das 14 regiões turísticas do Paraná em decorrência do Programa de Regionalização do Turismo. Porém, há inúmeras dificuldades que impedem que a atividade se desenvolva e apresente os resultados esperados do Programa, como a geração de emprego e renda com vistas à melhoria da qualidade de vida local. A tese aqui defendida é a de que essa política de base territorial, no seu conjunto, ou seja, nas relações do Estado com os demais atores envolvidos, pouco contribui com desdobramentos socioterritoriais positivos, apesar de se afirmar isso no discurso. Apesar da qualidade teórica do PRT, que considera o desenvolvimento da atividade turística por meio da descentralização da tomada de decisões em diferentes escalas, sua operacionalização não foi suficiente para que se efetivasse no território, em especial no Vale do Ivaí. Nesse sentido, essa investigação propõe debater o desenvolvimento regional no planejamento do turismo para contribuir com a elaboração de políticas públicas que minimizem as desigualdades na região. A recente criação, em 2015, de uma Instância de Governança Regional pouco fez avançar em projetos e no trabalho integrado entre as instituições com os 25 municípios associados. Desse modo, as escassas ações de turismo existentes para a região são isoladas, não sendo pensadas por meio de um planejamento estratégico. Os principais problemas se devem à falta de integração entre os atores, aliados à restrita atuação da IGR. Os resultados observados da regionalização do turismo no Vale do Ivaí, ainda que mínimos, indicam que essa política instigou o debate da regionalização do turismo nos municípios que passaram a pertencer à região turística e no surgimento de algumas ações como o Vale da Aventura. A metodologia dessa pesquisa é de caráter exploratório e se utiliza de métodos qualitativos e quantitativos, tendo como aporte teórico-metodológico a ciência geográfica. Foram aplicadas técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e estudo de caso. Para o entendimento de diferentes perspectivas sobre o PRT, foram entrevistados atores e especialistas envolvidos com o planejamento do turismo. Defende-se que o êxito das políticas públicas de desenvolvimento está condicionado a um projeto regional duradouro, com orientações claras de ações, nas diferentes escalas, sintonizadas com os problemas existentes nas diferentes regiões.

Palavras-chave: Geografia. Turismo. Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Planejamento Territorial.

DOMINGOS, Fabiane de Oliveira. **A política de regionalização do turismo no Vale do Ivaí**: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento regional. 310 fls. Tese de doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The *Vale do Ivaí* is one of the less developed regions in the state of Parana, Brazil, although it presents a strong agriculture-based economy. Its 26 municipalities present a low Human Development Index. Consequently, frequent emigration has been observed. The region has touristic potential due to its beautiful landscapes, with canyons, caves, archeological sites, waterfalls and the large *Ivaí* River. It is a regional reference to the practicing of hiking and mainly influenced by Catholicism. Among the cities that compose the *Vale do Ivaí*, Lunardelli stands out due to its great flow of visitors interested in religious tourism. In 2014 the *Vale do Ivaí* became one of the 14 touristic regions of the Parana State, according to the Tourism Regionalization Program. However, several difficulties have been hindering the development of the tourism and the expected results of the Program in the region, such as job opportunities and increase in the income, which would improve the local community's quality of life. The hypothesis defended in this dissertation is that the territorial-based policy, concerning the relations between the State and the agents involved, plays a minor role in bringing about positive socio-territorial results, contrary to what has been affirmed. In this sense, this investigation proposes a debate around the regional tourism planning in order to contribute to public policies aimed at reducing social inequality in the region. The creation, in 2015, of a Regional Governance Instance (IGR) did not contribute to projects as expected, nor to the integration among institutions and the 25 associate municipalities. In this sense, the few actions related to tourism have been taken separately and not thought in the terms of a strategic planning. Despite the indisputable theoretical merit of the Tourism Regionalization Program, which considers the development of the tourism through decision-making decentralization in different scales, its operationalization has not been sufficient to make the policy a reality - especially in the region of the *Vale do Ivaí*. The main existing problems are due to the lack of integration between the actors, and the IGR's restricted actions. As for the method applied, this is an exploratory research, based on qualitative and quantitative methods, which has the science of Geography as its theoretical framework. Techniques of bibliographic and documental research, field research and case study were also applied. In order to understand different perspectives on the PRT, actors and experts involved in the tourism planning were interviewed. This dissertation advocates that the success of public policies for development depend on a long-term regional project, with clear guidelines for actions, in different scales, and connected to the problems currently faced by each region. The results observed, even though minimum, indicate that this research fomented the debate around the tourism regionalization of the municipalities that are now part of the touristic region, and influenced some actions such as the *Vale da Aventura*.

Keywords: Geography. Tourism. Regional Development. Public Policies. Territorial Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa de localização dos municípios da região do Vale do Ivaí.....	23
Figura 2	– A construção histórica dos conceitos de região nas correntes do pensamento geográfico.....	35
Figura 3	– Modelo Gunn das principais partes geográficas de uma região turística.....	47
Figura 4	– Esquema de região, roteiro e rota do PRT.....	52
Figura 5	– Estrutura da coordenação do PRT.....	98
Figura 6	– Representação das regiões turísticas do Paraná de 2017.....	123
Figura 7	– Passaporte Turístico – Vitrine da Regionalização.....	135
Figura 8	– Porco no tacho recriado para o calendário 2018.....	138
Figura 9	– Porco no tacho como é tradicionalmente servido.....	138
Figura 10	– Imagem de divulgação do Dia do Turismo Regional no Paraná.....	140
Figura 11	– 14ª Mostra das Regiões Turísticas de Curitiba.....	143
Figura 12	– População atendida com esgotamento sanitário nos municípios do Vale do Ivaí.....	151
Figura 13	– População atendida por abastecimento de água no Vale do Ivaí.....	152
Figura 14	– Imagem área do rio Ivaí.....	153
Figura 15	– Setores econômicos do Vale do Ivaí.....	154
Figura 16	– Valor da produção dos municípios do Vale do Ivaí.....	155
Figura 17	– Perfil populacional dos municípios na região turística do Vale do Ivaí.....	156
Figura 18	– Disponibilidade de infraestrutura nos municípios do Vale do Ivaí.....	158
Figura 19	– A categorização dos municípios da região turística do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro em 2018.....	168
Figura 20	– Empregos nas ACTs no Vale do Ivaí em 2015.....	171
Figura 21	– Rendimento médio salarial nas ACTs no Vale do Ivaí em 2015.....	173
Figura 22	– Mosaico de imagens da Rota da FÉ do Vale do Ivaí.....	178
Figura 23	– Divulgação tipo folder do Vale da Aventura.....	179
Figura 24	– Mosaico de imagens da Rota do Cicloturismo do Vale da Aventura....	181
Figura 25	– Mosaico de imagens de vestígios e homenagens ao monge João Maria de Jesus no Vale do Ivaí.....	183
Figura 26	– Divulgação e imagens de participantes durante caminhada internacional no Vale do Ivaí.....	184
Figura 27	– Área externa do CAT de Faxinal.....	196

Figura 28 – Divulgação da praça França de Ivaiporã para campanha eleitoral.....	220
Figura 29 – Parte do projeto da praça França em Ivaiporã.....	220
Figura 30 – Pórtico em São Pedro do Ivaí.....	223
Figura 31 – Monumento a São Francisco de Assis em Califórnia.....	223
Figura 32 – Potencial dos segmentos de turismo no Vale do Ivaí.....	244
Figura 33 – Mosaico de imagens do Vale da Aventura.....	245
Figura 34 – Imagens da caverna em Rio Branco do Ivaí.....	247
Figura 35 – Mosaico de imagens do rio Ivaí.....	249
Figura 36 – Mosaico de imagens do sítio arqueológico indígena Dois Palmitos em São Pedro do Ivaí.....	250
Figura 37 – Provável cemitério indígena caingangue em Mauá da Serra.....	251
Figura 38 – Mosaico de imagens do local conhecido como Pedras do Cambira em Apucarana.....	253
Figura 39 – Mosaico de imagens dos principais museus do Vale do Ivaí.....	254
Figura 40 – Mosaico de imagens dos atrativos e potenciais para o turismo religioso do Vale do Ivaí.....	256
Figura 41 – Mosaico de imagens dos principais monumentos culturais do Vale do Ivaí.....	257
Figura 42 – Mosaico com imagens de pousadas rurais do Vale do Ivaí.....	258
Figura 43 – Fachada da loja e interior da fábrica de cachaças em Jandaia do Sul.....	261
Figura 44 – Churrasco no espeto de bambu.....	262
Figura 45 – Porco com legumes de Marilândia do Sul.....	262
Figura 46 – Motociclistas em restaurante de Mauá da Serra.....	263
Figura 47 – Restaurante em Porto Ubá em Lidianópolis.....	264

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Tempo no cargo de Gestor Municipal de Turismo nos municípios do Vale do Ivaí.....	188
Gráfico 2	– Áreas que atuam em parceria com o turismo nos municípios do Vale do Ivaí.....	200
Gráfico 3	– Instituições envolvidas em ações de turismo no Vale do Ivaí.....	202
Gráfico 4	– Opinião dos GMTs sobre a categoria à qual o município pertence.....	205
Gráfico 5	– Motivos que levaram o município a participar da AMUVITUR.....	207
Gráfico 6	– Motivos dos municípios em participar da região turística do Vale do Ivaí.....	208
Gráfico 7	– Participação do município na AMUVITUR.....	210
Gráfico 8	– Resultados para o município como associado da AMUVITUR.....	212
Gráfico 9	– Dificuldades para desenvolver projetos de turismo no âmbito do PRT no Vale do Ivaí.....	215
Gráfico 10	– Valor total dos projetos solicitados pelos municípios do Vale do Ivaí para o MTur após 2014.....	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Descrição do grupo de especialistas entrevistados na pesquisa.....	26
Quadro 2	– Relação dos eventos de turismo que a pesquisadora participou no período da pesquisa.....	29
Quadro 3	– Partes ou elementos principais de uma região turística.....	48
Quadro 4	– Classificação das escalas geográficas para fins de planejamento.....	68
Quadro 5	– Resumo da trajetória da implementação do Programa de Regionalização do Turismo.....	102
Quadro 6	– Comparativo entre regiões e municípios nas versões do Mapa do Turismo Brasileiro.....	104
Quadro 7	– Posição das regiões brasileiras em relação à quantidade de regiões turísticas.....	105
Quadro 8	– Critérios, compromissos e recomendações do MTur para a região turística.....	106
Quadro 9	– Critérios, compromissos e recomendações do MTur para o município.....	107
Quadro 10	– Variáveis econômicas do turismo para categorização.....	110
Quadro 11	– Atribuições dos Interlocutores do PRT.....	114
Quadro 12	– Comparativo da quantidade de municípios paranaenses inseridos no Mapa do Turismo por categoria.....	126
Quadro 13	– Principais entraves para o funcionamento de uma IGR.....	129
Quadro 14	– Diferenças entre as Associações que representam o Vale do Ivaí.....	146
Quadro 15	– Características gerais de turismo nos municípios do Vale do Ivaí.....	159
Quadro 16	– Instituições que atuam no desenvolvimento do Vale do Ivaí e seu papel no turismo.....	165
Quadro 17	– Órgão Oficial de Turismo nos municípios do Vale do Ivaí.....	190
Quadro 18	– Síntese da organização do turismo nos municípios do Vale do Ivaí.....	193

Quadro 19 – Planejamento do turismo no município.....	198
Quadro 20 – Categorização dos municípios turísticos do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro.....	205
Quadro 21 – Projetos solicitados pelos municípios do Vale do Ivaí ao MTur a partir de 2014.....	221
Quadro 22 – O que é necessário para que o turismo se desenvolva no Vale do Ivaí.....	227
Quadro 23 – Opinião dos GMTs quanto à percepção de mudanças no município após a criação da região turística do Vale do Ivaí.	228
Quadro 24 – Participação das instituições no planejamento do turismo no Vale do Ivaí.....	230
Quadro 25 – Opinião dos GMTs e representantes das Instituições sobre a dificuldade em realizar projetos de turismo no Vale do Ivaí	236
Quadro 26 – Indicadores do desenvolvimento regional.....	265

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ADETUNORP	Agência de Desenvolvimento do Turismo da Região Norte do Paraná
ADETUR	Agência de Desenvolvimento de Turismo
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
AMP	Associação de Municípios do Paraná
AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
AMUVITUR	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo
ASERFA	Autarquia dos Serviços Funerários de Apucarana
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CADASTUR	Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo
CAuC	Cadastro Único de Convênios
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CEPATUR	Conselho Paranaense de Turismo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CNTur	Confederação Nacional do Turismo
CODEL	Instituto de Desenvolvimento de Londrina
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CNC	Confederação Nacional do Comércio
COOPerval	Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí
CVC	Brasil Operadora de Agência de Viagens
CVB	<i>Convention & Visitors Bureau</i>
EBT	Escritório Brasileiro de Turismo

EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMT	Fundo Municipal de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GMT	Gestor Municipal de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGR	Instância de Governança Regional
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INVITUR	Inventário da Oferta Turística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OOT	Órgão Oficial de Turismo
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programas de Aceleração do Crescimento
PDTIS	Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDR	Planos Nacionais de Desenvolvimento Regional
PNQPT	Política Nacional de Qualificação Profissional em Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo

PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR	Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
PRODUTUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Planos Plurianuais
RINTUR	Relatório de Informações Turísticas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SEET	Secretaria do Esporte e do Turismo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Apoio à Indústria, Comércio e Agricultura
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SETU	Secretaria Estadual de Turismo
SICONV	Sistema de Convênios
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UC	Unidade de Conservação
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	21
CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS CONCEITOS BASES PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO DE ÂMBITO REGIONAL.....	30
1.1 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DOS CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	30
1.2 REGIÃO TURÍSTICA E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR.....	44
1.3 CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE O PLANEJAMENTO.....	53
1.4 ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO.....	62
1.5 ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	66
1.6 O TURISMO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	74
CAPÍTULO 2 - A ESCALA FEDERAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL.....	84
2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL ATÉ 2002.....	84
2.2 PANORAMA GERAL DO PLANEJAMENTO DO TURISMO ENTRE 2002 E 2016.....	90
2.3 O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS NOVAS DIRETRIZES.....	95
2.4 AS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.....	104
2.5 AS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: A CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS.....	109
2.6 OS INTERLOCUTORES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO...	113

	CAPÍTULO 3 - A ESCALA ESTADUAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ.....	120
3.1	A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ.....	120
3.2	A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ.....	124
3.3	AS PRINCIPAIS E RECENTES AÇÕES PARA A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ.....	134
	 CAPÍTULO 4 - A ESCALA REGIONAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ	146
4.1	CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E HISTÓRICA DO VALE DO IVAÍ.....	147
4.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS E DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ.....	149
4.3	AS INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO QUE ATUAM NO VALE DO IVAÍ E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO.....	160
4.4	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO IVAÍ: DADOS DO TURISMO.....	165
4.5	PROJETOS PARA O TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO IVAÍ.....	176
	 CAPÍTULO 5 - REPERCURSSÕES SOCIOTERRITORIAIS DA REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ: ANÁLISES E PROPOSTAS.....	187
5.1	A ORGANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ NA VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO.....	187
5.2	O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO.....	200
5.3	O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA VISÃO DOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO VALE DO IVAÍ....	229
5.4	PROPOSTAS E SUGESTÕES NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A SEREM CONSIDERADAS NO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ.....	242

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	267
BIBLIOGRAFIA.....	276
APÊNDICES.....	298

INTRODUÇÃO

Parte-se do princípio de que as regiões têm em comum potencialidades para o turismo, mas, ao mesmo tempo, apresentam grandes diferenças sociais e espaciais. Cada município tem seus próprios interesses e singularidades que devem ser observados e respeitados. Dessa maneira, um plano de desenvolvimento regional para o turismo deve respeitar o interesse nacional e considerar objetivos múltiplos, principalmente os que fogem da esfera estritamente econômica. Tais objetivos estariam voltados a uma perspectiva que considera o contexto social, cultural, econômico, político, ambiental - os mais difíceis de mensurar.

O interesse pelo tema surgiu por alguns motivos. O primeiro deles se deu em 2007 durante dissertação de mestrado defendida no mesmo ano. Essa pesquisa analisou como as políticas públicas para o turismo influenciavam o município de Rolândia, no norte do Paraná. Na época, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) já estava sendo implementado com a criação da região turística Norte do Paraná, que já tinha sua Instância de Governança Regional. Esta realizava reuniões das quais esta pesquisadora participou de algumas.

Como a pesquisa de mestrado abordava o Programa de Regionalização do Turismo, foi necessário abordar o conceito de região. Porém, na época, não foi possível aprofundar a discussão teórica. Sendo assim, no doutorado optou-se por continuar com essa linha de pesquisa sobre as políticas públicas de turismo ao definir o PRT como estudo. Outro momento se deu em 2014, ao ser convocada para lecionar no curso de turismo da Universidade Estadual do Paraná, campus de Apucarana, e após sete anos sem trabalhar na área ou realizar pesquisa em turismo. Durante debates em salas de aula com os alunos nas disciplinas de Geografia do Turismo e de Planejamento do Turismo, foram surgindo questões que pareciam necessitar de maiores esclarecimentos a partir de uma pesquisa com base teórica.

A regionalização do turismo é parte do conteúdo programático dessas disciplinas, portanto, entendeu-se que seria necessário um estudo sobre a situação atual do Programa de Regionalização do Turismo no Paraná. O Vale do Ivaí foi definido como objeto de estudo por ser a região em que se encontra o curso de Turismo no qual a pesquisadora leciona e por ser a origem da maioria dos discentes.

Portanto, ao se verificar a falta de estudos e pesquisas na área de Turismo, entendeu-se que esta seria uma contribuição importante para o planejamento do turismo na região.

O Vale do Ivaí, por sua vulnerabilidade social, dados os baixos Índices de Desenvolvimento Humano dos seus 26 municípios, conforme IBGE (2010), chama a atenção por ser uma das regiões mais pobres do estado. Mas, ao mesmo tempo, é uma região de economia forte na produção agrícola com solos férteis e atravessada pelo extenso rio Ivaí. Os problemas decorrentes dessa situação de extrema desigualdade social, que acarretam a progressiva emigração e consequente diminuição da sua população economicamente ativa, levam à reflexão sobre as desigualdades existentes.

Nessa pesquisa, verificou-se que entre 2017 e 2018 houve um maior interesse pelo turismo por parte das instituições que atuam em prol do desenvolvimento da região. O estudo da Paraná Projetos¹, aponta o setor como uma das principais alternativas econômicas ao lado da fruticultura para melhorar o IDH na geração de emprego e renda na região, e desse modo reduzir a emigração. Mas entre o discurso e a práxis há um longo caminho a ser percorrido em decorrência da falta de um plano estratégico de desenvolvimento do turismo no âmbito regional e municipal. Sem a clareza de ações, as poucas propostas para a atividade na região são elaboradas de forma isolada. Mesmo porque são poucos os municípios que percebem o turismo como atividade relevante. A maioria, diante dos vários problemas que enfrentam por serem municípios pequenos e pobres, acaba relegando a atividade a um segundo plano ou não apresentam interesse em desenvolvê-la.

Nesse sentido, essa investigação se propõe a responder à seguinte questão central: **Quais as principais repercussões socioterritoriais do Programa de Regionalização do Turismo que foram empreendidas no Vale do Ivaí?** Considera-se, nesse trabalho, que as repercussões socioterritoriais são os resultados que podem ser identificados na região estudada, tanto no que se refere a

¹ O Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, criado pela Lei Estadual n. 12.215/1998 e tem por finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional. (PARANÁ PROJETOS, 2018).

valores quanto a resultados físicos ou institucionais promovidos por meio de ações e projetos na área do turismo. Nessa perspectiva é feita uma avaliação dos projetos que foram implementados, desenvolvidos ou propostos recentemente. Por meio da análise da visão de alguns atores envolvidos com o planejamento do turismo, busca-se compreender os avanços obtidos e apontar as principais contribuições do conceito de desenvolvimento regional a serem considerados no planejamento do turismo.

Portanto, a tese aqui defendida é a de que essa política de base territorial, no seu conjunto, nas relações do estado com os demais atores envolvidos, pouco contribui com desdobramentos socioterritoriais positivos, apesar de o discurso afirmar isso.

No primeiro capítulo os conceitos de região e regionalização do turismo são discutidos para fins de planejamento na perspectiva da Geografia. Para isso, elabora-se um esquema com a construção histórica dos conceitos de acordo com as correntes do pensamento geográfico. Essa pesquisa se baseia nas contribuições teóricas de autores como Sandra Lencione, Meri Lourdes Bezzi, Antônio Lopes, Tadeu Arrais, Rogério Haesbert e Marcelo Lopes de Souza. O pensamento de Jean Carlos Vieira Santos sobre região e regionalização do turismo é o ponto de partida para explicar as partes ou os elementos principais de uma região turística.

A intenção é a de discutir os conceitos de planejamento e desenvolvimento centrados na ciência geográfica. Também é destacado o papel dos planejadores, já que se pressupõe que a tarefa de planejar depende de uma equipe de profissionais especialistas. No final do capítulo são trabalhados os conceitos de planejamento e desenvolvimento regional pela diferenciação entre as escalas geográficas - para que se possa entender como estes devem ser pensados na elaboração de políticas públicas para o turismo de base territorial.

No segundo capítulo, o turismo começa a ser estudado pela escala federal, ao se fazer uma contextualização histórica do planejamento deste no país a fim de fornecer subsídios para a compreensão de como a atividade foi se estruturando no país ao longo do tempo. Resumidamente, se faz uma análise das principais políticas públicas de turismo em duas fases, sendo a primeira de 1989 até 2002, e a segunda de 2003 a 2016. O Programa de Regionalização do Turismo começa a ser analisado por meio da sua contextualização histórica, estrutura organizacional e das novas

diretrizes criadas a partir de 2013. Para isso, analisou-se as principais estratégias do programa, como o Mapa do Turismo Brasileiro, a Categorização dos Municípios Turísticos e os interlocutores do Programa.

O terceiro capítulo trata da escala estadual, ou seja, elabora-se um estudo do PRT no Paraná para verificar como este vem sendo implementado no estado. Inicia-se com a apresentação da sua estrutura organizacional e contextualização histórica. Para melhor compreensão, abordam-se as principais estratégias em uma análise do Mapa do Turismo Brasileiro, a categorização dos municípios turísticos e o papel dos seus interlocutores em especial a Instância de Governança Regional. Por fim, é feita uma análise das principais e recentes ações implementadas pela Paraná Turismo que se dão na promoção das regiões turísticas, normativas legais, eventos, entre outros.

No quarto capítulo é analisada a escala regional da política de regionalização do turismo, em que o Vale do Ivaí foi definido como estudo de caso. É feita a apresentação da região em seu contexto histórico e espacial. Na sequência, abordam-se as características gerais de turismo dos municípios que compõem a região e as principais instituições que atuam no desenvolvimento e que têm relação com o planejamento do turismo.

O quinto capítulo tem como objetivo analisar os dados coletados na pesquisa de campo, por meio das entrevistas com os gestores municipais de turismo do Vale do Ivaí e representantes das principais instituições de desenvolvimento que possuem relação com o planejamento do turismo na região. A região turística do Vale do Ivaí é caracterizada e estudada por uma análise dos dados de turismo, como a das Atividades Características do Turismo. Também é realizada uma análise do Mapa do Turismo, da categorização e da AMUVITUR, a Instância de Governança Regional responsável pela gestão da região turística do Vale do Ivaí. São apresentados e discutidos os principais projetos propostos e desenvolvidos após a criação da região turística em 2014, que envolvem mais que um município e identifica as principais repercussões socioterritoriais da política de regionalização do turismo no vale do Ivaí, sugerindo algumas propostas a partir da pesquisa de campo.

Diante desse contexto, o **objetivo central dessa investigação é analisar como a política pública de regionalização do turismo repercutiu na região do Vale do Ivaí a partir do conceito de desenvolvimento regional.**

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Quanto aos procedimentos metodológicos abordados, considera-se que a pesquisa científica é geralmente classificada sob diferentes perspectivas. De acordo com sua natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada. Sob a perspectiva dos objetivos do estudo, pode também ser classificada como pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa. A partir dos procedimentos técnicos a serem abordados, a pesquisa pode ser bibliográfica, documental, experimental, de levantamento, estudo de caso, ação ou participante. Quanto à abordagem, pode ser quantitativa ou qualitativa, enquanto que em relação aos instrumentos, a pesquisa pode ser categorizada como documental, de observação, com questionários e entrevistas (GIL, 2009).

Sob a perspectiva dos objetivos do estudo, esta é uma pesquisa de caráter exploratório, ou seja, de acordo com Gil (2009), é aquela que tem como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Envolve levantamento bibliográfico e documental, estudo de caso e entrevistas. Como afirma Triviños (2007, p. 109),

[...] os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimento, para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou de tipo experimental. [...] o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja (TRIVIÑOS, 2007, p. 109).

Em relação à abordagem, optou-se pelos métodos qualitativo e quantitativo. Porém, como defendem Strauss e Corbin (2008), objetivou-se que essas duas formas trabalhassem juntas, mas não de forma suplementar ou complementar, e sim por meio de uma verdadeira interação entre os dois métodos. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2016), se ocupa, dentro das Ciências Sociais, do conjunto de fenômenos humanos, como parte da realidade social. Assim, buscam-se soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado.

Já o uso de dados quantitativos, de acordo com Severino (2007), pode não ser apropriado para compreender o “porquê”, mas para identificar de forma quantificável um resultado. Esse modelo que intercala essas duas abordagens foi utilizado tanto para a elaboração do referencial teórico quanto para a análise dos dados coletados por meio das entrevistas.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados para fins de coleta de dados e informações para a pesquisa, foram realizadas diversas técnicas, como a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo de caso e as entrevistas semiestruturadas e estruturadas. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2009), é desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos com contribuição de diversos autores sobre determinado assunto. Os livros utilizados versam sobre os temas de planejamento do turismo, desenvolvimento regional, geografia e turismo, disponibilizados pelas bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Paraná, campus de Apucarana, de acervo pessoal da pesquisadora e de alguns professores do programa de pós-graduação. Os artigos científicos também estavam relacionados aos temas publicados em revistas científicas reconhecidas.

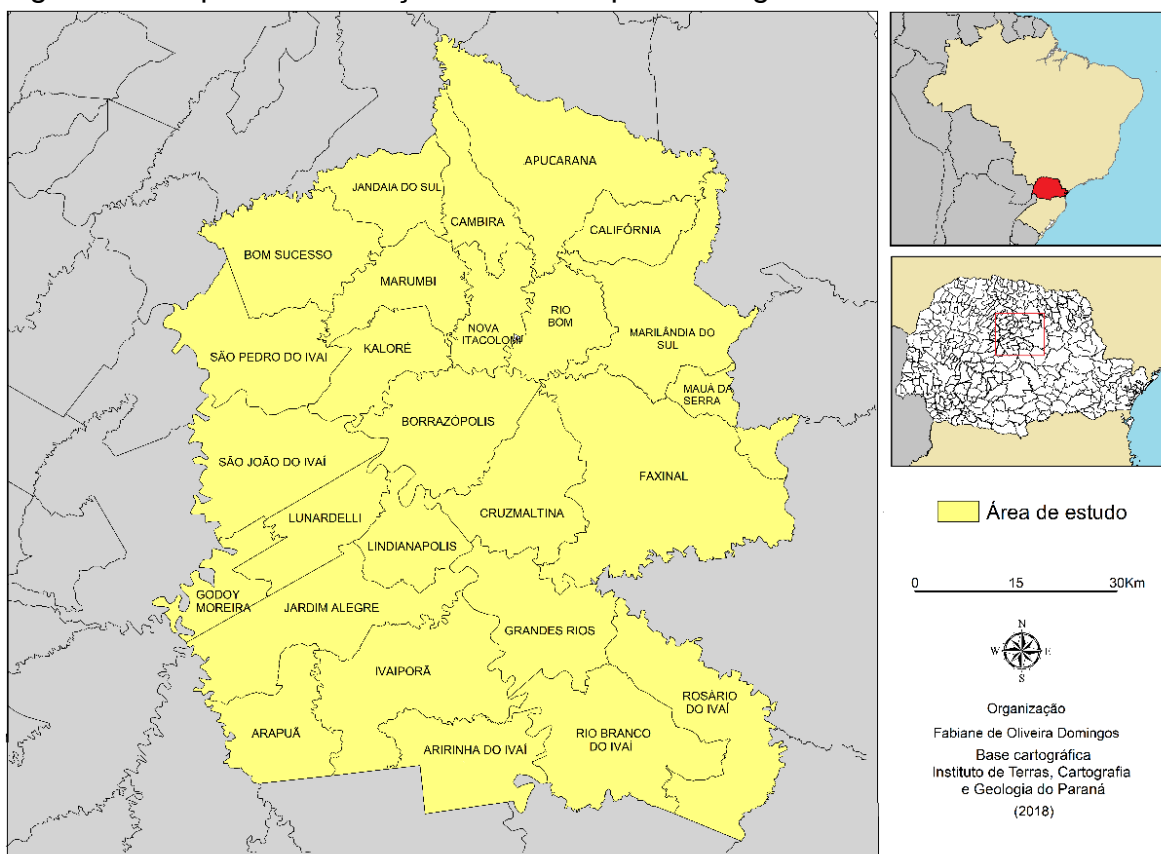
Houve ainda a utilização da pesquisa documental, que apesar de se assemelhar à pesquisa bibliográfica, diferencia-se desta pela natureza das fontes, ou seja, pela exploração de fontes documentais que não receberam tratamento analítico, como documentos oficiais (leis, portarias, decretos), reportagens de jornal e fotografias. Muitos destes foram enviados pelos entrevistados via Whatsapp e e-mail. Também foram utilizados outros documentos que de alguma forma receberam tratamento, como os estudos elaborados pelo Ipardes e pela Paraná Turismo.

Outro procedimento utilizado foi o estudo de caso, que não chega a ser considerado uma técnica específica, mas uma análise holística, que considera a unidade social estudada como um todo, com o objetivo de compreendê-la. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender uma totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto (GOLDENBERG, 2007).

Para o estudo de caso, optou-se por trabalhar a região do Vale do Ivaí (Figura 1) como recorte geográfico, a qual é composta pelos 26 municípios da AMUVI. A escolha foi feita pelos seguintes motivos: engloba uma das mais novas regiões

turísticas criadas pelo Estado; é a região em que se localiza um dos poucos cursos de turismo do Paraná; pouca existência de pesquisas sobre o turismo na região, além de ser uma região de vulnerabilidade econômica, social e ambiental. A delimitação da área de estudo é detalhada em capítulo específico.

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios da região do Vale do Ivaí.



Fonte: Adaptada de ITCG (2018).

As entrevistas foram aplicadas em duas etapas, uma antes e outra depois da qualificação. É importante ressaltar que o tema da pesquisa era outro antes da qualificação do doutorado, qual seja, analisar o conceito de desenvolvimento sócio-espacial nas regiões turísticas do Paraná. A mudança do enfoque teórico se deu a partir do exame de qualificação por entender que o conceito de desenvolvimento regional seria o mais condizente para explicar e compreender melhor as desigualdades no Vale do Ivaí e o papel do turismo nesse processo.

O uso do termo sócio-espacial, que acompanha o termo desenvolvimento, será usado com hífen nessa pesquisa, conforme utilizado por Souza (2015) em seu livro “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial”. Ao contrário de uma

perspectiva gramatical, nesse estudo não vem ao caso considerar o termo com hífen como certo ou errado, mas sim entender que ambas as expressões são válidas, úteis e complementares, pois para compreender e elucidar o espaço, não basta somente isso:

É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela *sociedade concreta*, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o *sócio-espacial*, no qual, o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais (SOUZA, 2015, p. 16, grifo do autor).

As entrevistas com especialistas visam, principalmente, analisar o conteúdo do seu conhecimento. Nesse caso, há menor interesse no entrevistado como pessoa, e maior interesse neste enquanto especialista na área. Desse modo, o profissional é integrado ao estudo não como um caso único, mas representando um grupo. Durante a pesquisa teórica, documental e nas entrevistas surgiram nomes de pessoas com experiência em áreas ligadas à regionalização do turismo. No total, oito pessoas foram entrevistadas. Nessa etapa, como técnica de pesquisa, empregou-se a entrevista semiestruturada em que se utilizou um roteiro de perguntas específico para cada entrevistado, de acordo com a formação acadêmica e experiência na área, conforme Apêndices A, B, C, D, E, F, G e H. Nesses roteiros de entrevistas, todas as perguntas eram abertas e, por ser um instrumento flexível, foram inseridas e retiradas perguntas para melhor condução dos assuntos julgados importantes.

Segundo Triviños (2007), a entrevista semiestruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, enriquece a investigação. É uma entrevista que parte de certos questionamentos básicos, embasados em teorias e hipóteses, e que oferece um amplo campo de interrogativas, resultado de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas.

Tanto nessa primeira etapa quanto na segunda, as entrevistas ocorreram mediante gravação autorizada, com assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice K), e nem todos autorizaram a citação do seu nome no trabalho. Portanto, no caso dos Gestores Municipais de Turismo e representantes

de instituições que atuam no vale do Ivaí, citou-se apenas o cargo. Segundo Tarozzi (2011), a gravação é um meio que reflete na íntegra a fala dos participantes, que permite colher nuances, fazer uma autorreflexão sobre a condução da entrevista e imergir nesta, sem a preocupação de fazer as anotações. Posteriormente, todas as entrevistas foram transcritas na íntegra para análise pela pesquisadora.

Por ser essa uma pesquisa social, um processo que utiliza a metodologia científica para obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, envolve todos os aspectos relativos ao ser humano em seus múltiplos relacionamentos. Gil (2009) afirma que nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Neste caso, essa pesquisa optou pela amostragem por “acessibilidade” ou por “conveniência”, por ser a menos rigorosa entre os tipos de amostragem, destituída, portanto, de rigor estatístico. Desse modo, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Esse tipo de amostragem é indicado para estudos exploratórios ou qualitativos como este, em que não se exige um elevado nível de precisão.

Foram selecionados cinco professores que lecionam em cursos de turismo e de áreas a fins. Dentre estes, a diretora técnica da Paraná Turismo, que além de professora é a interlocutora estadual do Programa de Regionalização do Turismo no Paraná. Também foram entrevistadas duas gestoras de IGRs do Estado, uma turismóloga efetiva municipal e um funcionário do Ministério do Turismo que participou da elaboração do Programa de Regionalização do Turismo. A formação e a experiência profissional de cada um desse grupo de especialistas, a data e como ocorreu a entrevista está sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Descrição do grupo de especialistas entrevistados na pesquisa.

Nome	Data	Modo	Formação/ Experiência
Ana Maria Marangoni	15/11/2017	Entrevista via e-mail por opção da entrevistada.	Doutora em Geografia, professora de pós-graduação do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência em planejamento municipal.
Deise Maria Fernandes Bezerra	17/08/2017	Entrevista na regional da Paraná Turismo em Londrina	Professora do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Diretora Técnica da Paraná Turismo. Especialista em planejamento e regionalização do turismo.
Denise Fertonani de Araújo	01/09/2017	Entrevista na sede da operadora Trilhare em Londrina	Diretora da IGR ADETUR – Norte do Paraná.
Eduardo Jorge Costa Mielke	17/08/2017 e 15/11/2017	Entrevista por videoconferência pelo Skype.	Doutor em Gestão, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável. Professor associado na King Abdulaziz University - Faculty of Tourism, da Arábia Saudita. Palestrante e assessor na área de política pública de turismo.
Flávia Galbero Costa	21/08/2017	Entrevista na Prefeitura de Rolândia.	Turismóloga concursada do município de Rolândia.
Ítalo Oliveira Mendes	05/09/2017 e 14/09/2017	Entrevista por videoconferência pelo Skype.	Turismólogo, funcionário efetivo do MTur, revisou o Programa de Regionalização de Turismo. Consultor da UNESCO, SENAC e Braztoa.
José Elmar Feger	15/03/2018	Entrevista no campus da UFPR em Curitiba.	Professor Doutor do mestrado em Turismo da UFPR. Desenvolve pesquisas sobre políticas públicas de turismo, desenvolvimento regional, etc.
Karen Kobilarz	26/08/2017	Entrevista durante o 2º Salão de Turismo dos Campos Gerais em Ponta Grossa	Turismóloga gerente da IGR ADETUR – Campos Gerais.

Fonte: Autora (2018).

Na segunda etapa, a técnica de pesquisa utilizada também foi a entrevista, porém, no modelo estruturado. Para isso, utilizou-se como coleta de dados dois formulários com perguntas abertas e fechadas, elaborados com base nos objetivos da pesquisa, aplicados pela pesquisadora Margarete Araújo Teles, com algumas alterações nas questões para adequá-las aos objetivos dessa pesquisa (TELES, 2011). Para Gil (2009), é um meio de garantir maior veracidade dos fatos. Cada entrevista durou entre 20 e 50 minutos, de acordo com a disponibilidade do entrevistado.

O formulário do Apêndice I, contendo 11 questões, foi aplicado para representantes das principais instituições envolvidas no planejamento do turismo no Vale do Ivaí. As entidades foram citadas no decorrer da pesquisa de campo e das observações.

As perguntas versam sobre a participação da instituição no processo de planejamento do turismo com vistas ao desenvolvimento regional. As entidades

foram: Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí, Paraná Turismo, Paraná Projetos, Sebrae, AMUVITUR, Curso de Turismo da UNESPAR de Apucarana e Vale da Aventura. Ao todo foram sete instituições, representadas por 11 pessoas.

O Apêndice J apresenta o formulário de entrevista aplicado aos gestores municipais de turismo do Vale do Ivaí, estes indicados pela AMUVITUR e pelas prefeituras. Desse modo, foram elaborados três eixos de perguntas: o Bloco 1, contendo 10 questões para compreender a organização do turismo no município; o Bloco 2, com cinco questões para entender como o turismo é planejado no município; e o Bloco 3, em que foram elaboradas 14 questões para saber como o município participa do processo de regionalização do turismo e como os profissionais compreendem a atividade para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí. O formulário também questionou como os entrevistados pensam o papel das instituições de desenvolvimento que atuam no Vale, principalmente a AMUVITUR, que foi criada especificamente para o desenvolvimento da área.

Definido o Vale do Ivaí como área de estudo, optou-se por entrevistar cada gestor de turismo dos 26 municípios que compõem a AMUVI. Por isso, não houve uma amostra. Mas, apesar de se ter como meta visitar esses 26 municípios para entrevistar seus gestores *in loco*, em alguns municípios não foi possível esse contato. Em Califórnia e Bom sucesso, apesar de várias tentativas, não houve compatibilidade de agendamento, nem mesmo de entrevista a ser realizada via telefone. Além disso, não se considerou válida a entrevista em Jandaia do Sul pelo fato de o gestor responsável estar licenciado do cargo por motivo eleitoral. Desse modo, apesar de a pesquisadora ter sido atendida pelo chefe de gabinete, considera-se que as perguntas específicas não foram respondidas. Além disso, nem sempre o município contava com um responsável interino pela pasta, sendo indicada uma pessoa que tem algum contato com o tema, ou que participa das reuniões da AMUVITUR.

O planejamento da atividade turística no Vale do Ivaí via regionalização do turismo ocorre por meio do setor público, por isso, nessa pesquisa, entendeu-se a importância de se trabalhar somente com representantes desse setor. Somente um entrevistado é do setor privado, escolhido por representar um projeto do Vale da Aventura.

Da Paraná Turismo foram entrevistados o diretor Jacó Gimenes e a diretora técnica Deise Bezerra. Com o professor Jacó, a entrevista ocorreu durante um estágio no dia 13 de setembro de 2018 na sede da instituição em Curitiba. Deise Bezerra foi a primeira entrevistada para a pesquisa em 2017, mas após a definição do Vale do Ivaí, optou-se por realizar uma segunda entrevista, com perguntas específicas sobre a região, no dia 20 de setembro de 2018, no campus da UNESPAR de Apucarana.

No dia 15 de agosto de 2018, no município de Lidianópolis, foi realizada a entrevista com Lúcia Buzato, gestora do Comitê do Território do Vale do Ivaí. Por intermédio da Paraná Turismo, no dia 14 de setembro de 2018 foi realizada uma reunião com Marta Yoshie Takahashi e Patrícia Baratieri Atherino na sede da Paraná Projetos, em Curitiba, sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ivaí em relação ao turismo.

No dia 28 de setembro de 2018, foi agendada uma entrevista com duas consultoras do Sebrae de Apucarana responsáveis pelo Comitê de Desenvolvimento Econômico Territorial do Vale do Ivaí. Porém, no encontro não foi autorizada a gravação e também não assinaram o termo de Consentimento da entrevista. Limitaram-se a falar de modo mais geral sobre o papel da instituição no desenvolvimento do turismo, não seguindo, assim, o roteiro de perguntas.

Após organização de um roteiro diário, as entrevistas com os Gestores Municipais de Turismo ocorreram conforme agendamento prévio *in loco*. Partiu-se de Londrina, município de residência da pesquisadora entre o período de 30 de setembro e 06 de outubro de 2018. No total, foram percorridos mais de 2.500 quilômetros somente para visitar os municípios, não considerando o percurso para participação em reuniões e eventos. Em média, quatro municípios eram visitados por dia. Godoy Moreira foi o município mais distante a ser visitado, 180 quilômetros.

Durante o período da pesquisa, percebeu-se a importância de participar de alguns eventos ligados à regionalização do turismo, com participação indireta. Lakatos e Marconi (2009) afirmam que esta é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações, na qual se utiliza os sentidos e se obtém determinado aspecto da realidade. Nesse caso, o pesquisador não se envolve no processo de observação, analisando os fenômenos da forma com que eles ocorrem. Estes, na verdade, são intencionalmente escolhidos. Nesta pesquisa, foram escolhidos 16

eventos no total, entre o período de agosto de 2017 e setembro de 2018, listados no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação dos eventos de turismo dos quais a pesquisadora participou no período da pesquisa.

Evento	Data	Local
2º Salão de Turismo dos Campos Gerais	26/08/2017	Ponta Grossa - PR
I Seminário de Turismo Rural da Região Norte do Paraná	22/09/2017	Sapopema - PR
45ª ABAV Expo & Encontro Comercial e o 48º Encontro Comercial da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa)	29/09/2017	São Paulo - SP
IV Workshop de Turismo Rural na Agricultura familiar	03/10/2017	Apucarana - PR
4º Encontro Estadual de Gestores de Turismo pela Paraná Turismo	15 e 16/03/2018	Curitiba - PR
3º Seminário Estadual de Turismo na Expo Londrina	09 e 14/04/2018	Londrina - PR
Oficina Regional para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ivaí pela Paraná Projetos	16 e 20/04/2018	Apucarana - PR
14ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná	26 e 28/04/2018	Curitiba - PR
13º Festival das Cataratas	21 a 23/06/2018	Foz do Iguaçu - PR
Reunião da Paraná Projetos com instituições ligadas ao desenvolvimento do Vale para tratar de assuntos de turismo como o circuito das frutas e turismo religioso	16 /07/2018	Mauá da Serra - PR
Reunião do Grupo Gestor do Território do Vale do Ivaí para tratar de diversos assuntos, como turismo rural	24/07/2018	Ivaiporã - PR
Evento da Secretaria de Esporte e Turismo com Interlocutores de IGRs e trade turístico para atendimento de demandas	06/08/2018	Londrina - PR
Reunião com professor Jacó da Paraná Turismo e com a coordenação do curso de Turismo da UNESPAR para divulgação e convite da Rede de Cooperação Universitária em Turismo (RUNITUR) entre as sete universidades do Paraná	07/08/2018	Apucarana - PR
Estágio na Paraná Turismo e reunião com Paraná Projetos	13 e 14/09/2018	Curitiba - PR
Reunião com Deise Bezerra com professores do curso de Turismo da UNESPAR Apucarana para atualização da Política de Regionalização do Turismo no contexto da região turística Vale do Ivaí	20/09/2018	Apucarana - PR
Reunião do Comitê Territorial do Vale do Ivaí do Sebrae para desenvolvimento do Vale do Ivaí	28/09/2018	Apucarana - PR

Fonte: Autora (2018).

Com o emprego dos procedimentos descritos neste capítulo, se espera compreender o desdobramento da política pública de regionalização do turismo para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí.

CAPÍTULO 1 – ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS CONCEITOS BASES PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO DE ÂMBITO REGIONAL

Este capítulo visa, por meio de uma abordagem teórica sobre os conceitos de região e regionalização, contribuir para a compreensão de políticas públicas de turismo quando se propõe a busca pelo desenvolvimento regional. Inicia-se com uma breve apresentação sobre a evolução dos conceitos nas principais correntes epistemológicas da geografia. Posteriormente, é feita uma análise desses conceitos no turismo para fins de planejamento do setor quanto à produção do espaço e a organização da atividade turística. Por fim, o conceito de desenvolvimento regional do turismo será analisado devido a sua importância para o entendimento da regionalização do turismo no Paraná, sendo o estudo de caso dessa pesquisa a região turística do Vale do Ivaí.

A região, como apresenta Santos (2013), tem por finalidade compreender como o estado se torna um agente de regionalização, organizando, desorganizando e arranjando os mapas regionais. Isso ocorre como consequência de sua opção por uma política pública elaborada para o setor do turismo e que acarretou e acarreta experiências bem-sucedidas ou não. São vários os critérios utilizados para regionalizar lugares e municípios. Considerando a região na perspectiva da Geografia Crítica e sob as tendências atuais, ela está vinculada a um conjunto de lugares, compreendida como um meio de interação social. Aplicada ao turismo, o conceito de região colaborará com os processos de planejamento territorial por meio de políticas públicas que visem ao desenvolvimento regional, discutidos a seguir.

1.1 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DOS CONCEITOS DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Conforme afirma Bezzi (2004), a região é considerada uma das mais tradicionais categorias de análise espacial. Para a análise do desenvolvimento regional, do planejamento regional, das desigualdades regionais, da regionalização e de outras temáticas nas quais se estuda a região, torna-se imprescindível o entendimento do conceito de região que esteja mais consoante com a realidade que se quer estudar.

Santos (2013) salienta, ainda, que região é uma importante categoria de análise para que se possa captar o modo como a atividade turística se realiza em partes específicas do planeta ou dentro de um país. Parte-se do pressuposto de que o conceito de região não tem somente um significado, devendo ser analisado no determinado contexto histórico em que foi emitido e na realidade em que se situa. Assim, os conceitos de região não são únicos nem excludentes.

Dessa forma, aceita-se que diferentes conceitos coexistam no tempo, apesar de cada um ter suas determinantes históricas. A complexidade teórico-conceitual aumenta por não ficar restrita somente à pesquisa geográfica, pois o tema é abordado por técnicos e cientistas de várias áreas, tendo caráter multidisciplinar.

Quanto à origem do termo, Gomes (2000, p. 50, grifo do autor) explica que “[a] palavra região deriva do latim *refere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc.” Nos tempos do Império Romano, *Regione* era a denominação para designar áreas que estavam subordinadas às regras gerais de Roma. O determinismo ambiental foi o primeiro paradigma a caracterizar a geografia que se inicia no século XIX, passando do capitalismo concorrencial para uma fase monopolista e imperialista. A afirmação de quem defendia essa perspectiva é que as condições naturais, especialmente as climáticas, determinam o comportamento do ser humano. Um dos conceitos dominantes foi o de região natural, entendida como:

[u]ma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma destas partes (CORRÊA, 2000, p. 14).

No Brasil, o conceito de região natural surge a partir de 1913, por meio da influência francesa, com Delgado de Carvalho. Fábio Guimarães, aceitando a proposta de Carvalho, considerou as seguintes grandes regiões no país: norte, nordeste, leste, sul e centro-oeste.

Outro paradigma da geografia, o possibilismo, surge na França no final do século XIX, na Alemanha no começo do século XX, e nos Estados Unidos na década de 1920. Semelhante ao determinismo, o possibilismo focaliza as relações entre o ser humano e o meio natural, mas não o faz considerando a natureza como

determinante do comportamento humano. Vidal de la Blache, considerado o mestre do possibilismo, compreendia que as relações entre o ser humano e natureza eram bastante complexas, já que o ser humano é considerado o principal agente geográfico e, a natureza, fornecedora de possibilidades para que aquele a modifique. Como a região era considerada uma entidade concreta, supondo uma evolução e um estágio de equilíbrio, chega-se à conclusão de que poderia desaparecer ao longo do tempo, por isso a importância de conhecê-la, descrevê-la e explicá-la, considerando que:

A concretude e individualidade de cada região são ainda reconhecidas pela sua população e as das regiões vizinhas; isto se explica pelo fato de cada região possuir um nome próprio único, que todos conhecem a partir de uma vivência, plenamente integrada à região. [...] tem seus limites determinados por diversos componentes: uma fronteira pode ser o clima, outra o solo, outra ainda a vegetação. O que importa é que na região haja uma combinação específica da diversidade, uma paisagem que acabe conferindo singularidade àquela região (CORRÊA, 2000, p. 15).

O terceiro paradigma da geografia, o método regional, opõe-se aos dois anteriores, pois focaliza o estudo de áreas na sua diferenciação. A diferenciação de áreas é vista a partir da integração de fenômenos heterogêneos em um determinado lugar. Somente a partir dos anos de 1940 há a valorização do método regional por conta do geógrafo Hartshorne. Para ele, a região não deveria ser entendida como o objeto da geografia e sim pela importância do método de identificar as diferenciações de área, resultantes de uma integração única de fenômenos heterogêneos. Porém, as contribuições do método regional para os conceitos de região e organização espacial são consideradas muito limitadas (CORRÊA, 2000).

A geografia que surge simultaneamente na Suécia, na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir de 1955 é conhecida como nova geografia e também como geografia teórica ou quantitativa. Surge com um papel ideológico a ser cumprido, ou seja, para justificar a expansão capitalista, escamotear as transformações que afetaram os gêneros de vida e paisagens solidamente estabelecidas.

Propunha uma nova perspectiva de desenvolvimento a curto e médio prazos, e, nesse caso, o subdesenvolvimento é entendido como uma etapa necessária a ser superada em pouco tempo. Desse modo, é o emprego de técnicas estatísticas que permite revelar as regiões: “[...] a região, neste novo contexto, é definida como um

conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer outro elemento” (CORRÊA, 2000, p. 17).

É também um período em que as regiões elaboradas anteriormente à Segunda Guerra Mundial são desfeitas, ao mesmo tempo que a ação humana, amparada pelo grande capital, transforma as novas formas espaciais. Uma mudança tanto no conteúdo quanto nos limites regionais, ou seja, no arranjo espacial criado pelo ser humano. Nos propósitos de divisão regional, há dois enfoques que não se excluem.

O primeiro dos enfoques considera as regiões simples e complexas. A região simples seria uma divisão regional de acordo com um único critério ou variável, que daria origem às regiões, como o nível de renda da população, entre outros. No caso da região complexa, leva-se em conta muitos critérios ou variáveis pelo uso de técnicas mais sofisticadas, por exemplo, a divisão regional de um país em regiões econômicas, envolvendo a renda da população, a produção agropecuária e industrial e a urbanização.

Duas abordagens tiveram destaque nesse período: a das regiões homogêneas e a das regiões funcionais ou polarizadas. As regiões homogêneas são classificadas em torno de características entendidas por fixas, constituídas por uma extensão territorial definida a partir da agregação de áreas com características estatísticas semelhantes em relação às variáveis consideradas. As regiões funcionais são associadas aos diversos fluxos de pessoas, mercadorias, de comunicação etc., definidos também estatisticamente. A “[...] região, como espaço, é considerada um sistema econômico, de acordo com a sua história de ocupação, exploração e organização” (Bezzi, 2004, p. 47). Os conceitos de regiões homogêneas e funcionais serviram de subsídio para a aplicação de uma determinada política de planejamento, a serviço de uma política territorial.

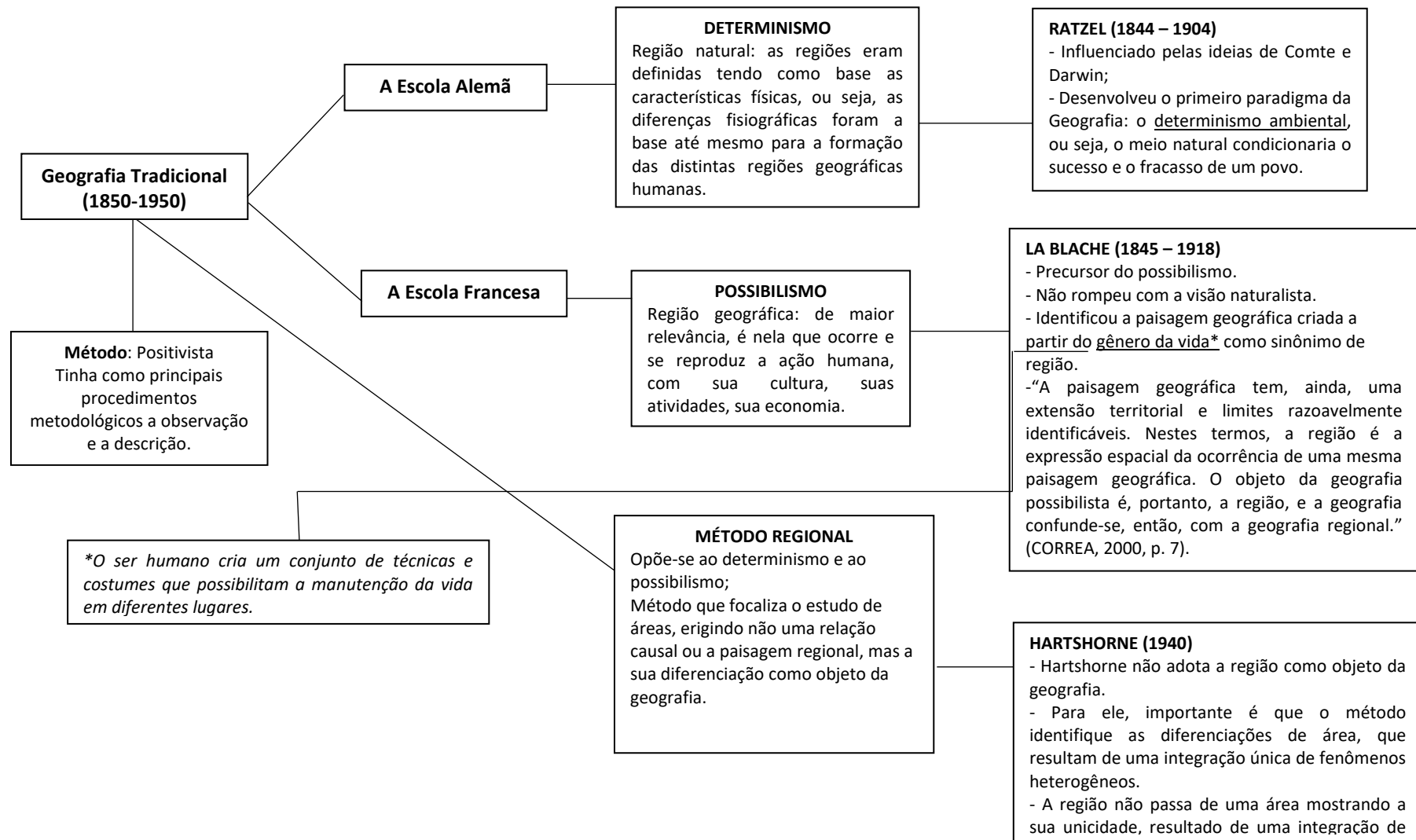
A partir da década de 1970 e 1980, as críticas em torno da *nova* geografia se acentuam por parte de uma geografia que surge a partir das novas circunstâncias do capitalismo. Assim surge a geografia crítica, que não só contesta o pensamento dominante, mas também tem a intenção de participar de um processo de transformação da sociedade. No Brasil, a geografia crítica nasce no final da década de 1970, passando a “descobrir” o estado e os demais agentes da organização espacial: os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários

etc. Trata-se, portanto, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurado compreender as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais.

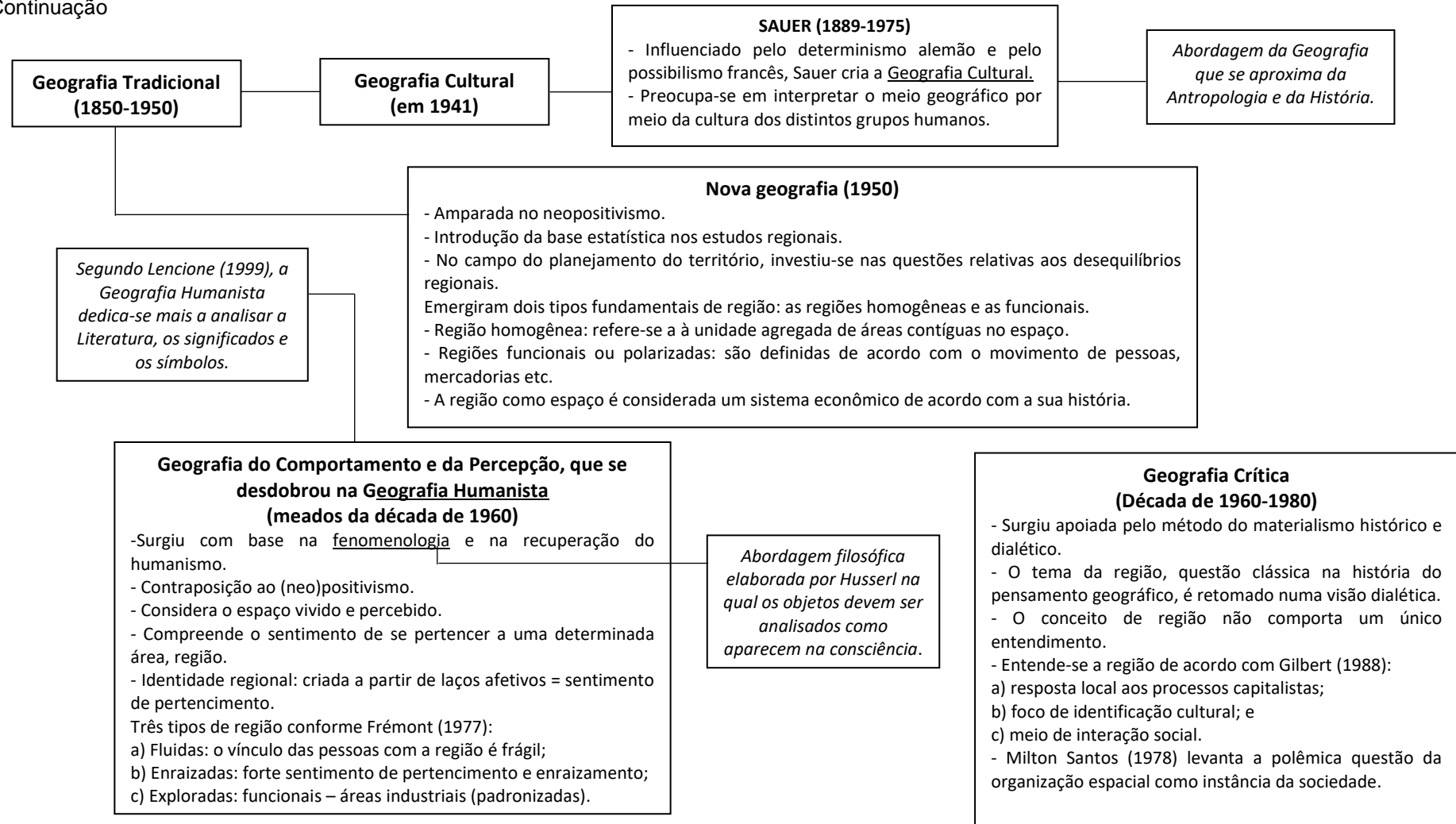
[p]ode se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2000, p. 25).

Com a intenção de contribuir, de forma mais didática, para uma reflexão sobre a constituição e o desenvolvimento da noção de região na história do pensamento geográfico, elaborou-se a Figura 2. Mas é importante deixar claro que todas as perspectivas sobre a noção de região não devem ser consideradas nem falsas nem verdadeiras, como afirma Lencione (2003).

Figura 2 – A construção histórica dos conceitos de região nas correntes do pensamento geográfico.



Continuação



Fonte: Adaptado de Giaretta e Antonello (2004); Bezzi (2004); Corrêa (2000); e Frémont (1999).

Como quadro territorial de análise, Lopes (2001) afirma que as regiões desempenham um papel extremamente importante. Diferentemente das nações que são uma herança objetiva de um processo histórico, as regiões nem sempre terão uma existência objetiva, até porque se integram para formar as nações. A ideia de região não tem sido aceita da mesma forma e não tem sido utilizada com finalidades idênticas. Para alguns, é uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural. Já para outros, não é mais que um artifício para a classificação de uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise, permitindo diferenciar espacialmente o objeto de estudo.

O conceito de região com preocupações de análise e planejamento, entendido como método de classificação, passou por duas fases. Na primeira fase, construíram-se as regiões formais, áreas geográficas que tivessem uniformidade relativa ou homogeneidade predominantemente física; posteriormente, de ordem econômica e, mais tarde, de ordem social e política. Porém, o mais relevante foram as preocupações de variação qualitativa em construir regiões formais a partir de uma variedade de atributos. Na segunda fase, as preocupações se basearam no funcionamento das regiões no sistema, a partir das relações de interdependência.

Levando-se em consideração que a superfície da Terra é heterogênea, com marcantes diferenciações de áreas, sabe-se que a ciência geográfica se interessa mais pelas discontinuidades do que pelas regularidades. Assim, o conceito de região é um dos conceitos-chaves do pensamento geográfico. O entendimento conceitual de região deve abarcar a noção da relação, apontados por grandes teóricos como Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache. Assim,

[...] a noção de relação e inter-relação dos fenômenos físicos, humanos, políticos e econômicos é intrínseca à abordagem regional. A região não contém explicação em si mesma. Para entendê-la, é preciso encará-la em seus desdobramentos externos, seja em direção a outros paradigmas que pregam a valorização do território, do lugar, seja dentro de uma concepção globalizante, que permite entendê-la como um todo. Como esse todo nem sempre é homogêneo nem tende necessariamente para o equilíbrio, a região se move através de contradições (ditadas principalmente pelo capital) (BEZZI, 2004, p. 75).

Apesar de ter sido relegado por um tempo, o conceito de região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto. Desse modo, como aponta Santos (1999), o que faz a região é a sua coerência funcional. Nenhum subespaço

do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização. Portanto, compreende-se que as regiões são:

[...] subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional (SANTOS, 1994, p. 48).

Porém, quando se considera a região como uma divisão do espaço, é preciso compreender o conceito de espaço. Santos (2006, p. 12) propõe que este “[...] seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” Gomes (2000) questiona se é possível identificar critérios gerais e uniformes que estruturam o espaço, ou se esses critérios são mutáveis e se definem pela direção da explicação ou das coordenadas, as quais o pesquisador faz variar de acordo com suas conveniências explicativas.

De acordo com Gomes (2000, p. 70), “[as] regiões são concebidas como produtos relativos, fruto da aplicação de critérios particulares que operam internamente na explicabilidade daqueles que as propõem [...]”. Ou seja, possui um caráter demonstrativo na comprovação do domínio de certas variáveis no interior de determinados fenômenos.

É preciso, conforme Lencione (2003), analisar a noção de região como parte de uma totalidade, pois se apresenta como particularidade, uma mediação entre o universal e o singular, entre o global e local. Desse modo, a ideia de região está presente em todas as sociedades e, nesse sentido, a questão da dimensão se apresenta em relação à região a partir do momento em que é vista como parte da totalidade. Assim, a ideia de região remete, imediatamente, à questão da escala geográfica. Lencione (2003, p. 199) atenta-se ao fato de que dizer que a região era “[p]ensada como escala de análise só é válido para os contextos posteriores ao século XVII, porém, falar em região como parte de uma totalidade não tem essa limitação histórica.” Na atualidade, os estudiosos se propõem a entender a região

[c]omo um recorte espacial (subespaço) dinâmico, que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo, considerando as transformações naturais, humanas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais nele engendradas. Portanto, a região deve ser entendida pelo viés da estrutura social e econômica (BEZZI, 2004, p. 84).

Ainda quanto à escala geográfica da região, esta é entendida, no senso comum, como sendo de todos os tamanhos, por exemplo: região oceânica, regiões administrativas, entre várias outras. Seja em textos acadêmicos ou no discurso público, a região, explícita ou implicitamente, é tida como sendo

“[u]ma entidade espacial maior que uma cidade ou município e menor que um país, ou, em todo caso, como uma categoria que se refere a um espaço ‘intermediário’ entre o local e o nacional ou global” (SOUZA, 2015, p. 144-145).

O autor questiona se haveria uma escala propriamente regional ou se seria possível falar de região independentemente de escala. Responde, sem querer ser simplista, que é inegável que há uma tradição acadêmica que identifica a região com um nível ou uma escala geográfica específica, que seria aquela intermediária entre a escala local (cidade ou município) e a nacional.

Porém, no caso das “regiões metropolitanas”, que são agregados de um município, a questão da escala seria um complicador. Por seu porte demográfico e pela sua extensão, seriam entidades locais ou intermediárias? Nesse caso, são consideradas como um macrolocal pelo autor. Outro complicador é considerar a grande variabilidade de características histórico-geográfico-culturais. No Brasil, país de extensão continental, esses problemas se acentuam. Souza (2015, p. 146) cita exemplos de como isso ocorre no país:

[...] dentro do próprio Brasil, encontramos regiões situadas em um nível intermediário entre o local e o nacional, e assim percebidas pelos habitantes de cada área em questão ou mesmo do país inteiro, de tamanhos muito diferentes. Temos até mesmo “regiões dentro de regiões”: das “macrorregiões” (terminologia adotada há décadas pelo IBGE) Sul e Nordeste do Brasil até regiões bem menores (lembrando, aliás, que “microrregiões” também é um termo empregado pelo IBGE) e situadas dentro delas, como a Campanha Gaúcha e a Zona Cacaueira da Bahia.

Não se trata, portanto, de meras construções elaboradas em escritórios, mas sim de recortes do espaço aos quais se associam distintos graus de “identidades

regionais”, com todas as suas paixões e sentimentos de orgulho, como a autodefesa. O fato de ser recomendável ver uma região, seja ela grande ou pequena, como um tipo de lugar, não significa que toda região precise, no entanto, ser vivenciável com deslocamentos que sejam fáceis ou percorríveis sem grandes dificuldades (SOUZA, 2015).

No Brasil, por sua enorme extensão territorial, mesmo regiões consideradas pequenas podem corresponder a áreas maiores que alguns países. Os processos de formação de identidades sócio-espaciais em escala regional não dependem de vivência direta e cotidiana da região como um todo. A experiência regional pode se dar, por vezes, mediada por um compartilhamento de costumes, que se sabe ou presume, com base em contatos esporádicos ou regulares com outros moradores da mesma região e no limite das informações que circulam pela própria imprensa ou cristalizadas na literatura.

Já sob o aspecto da gestão, os municípios, para poderem enfrentar os novos desafios com os quais se deparam, têm como alternativa a cooperação intermunicipal, por meio, por exemplo, de consórcios. No Paraná, a Lei complementar nº. 82 de 1998 considera consórcio intermunicipal a sociedade de municípios, integrantes de mesmo aglomerado urbano ou microrregional. Tem por finalidade executar serviços públicos de interesse comum ou obras e aquisição de bens (PARANÁ,1998). Ou seja, interesses comuns a diversos municípios tendem a orientá-los para ações conjuntas. Esse é o caso da gestão dos resíduos sólidos e da criação de aterros sanitários administrados por vários municípios, e de algumas rotas e roteiros turísticos. De acordo com Farah (2003, p. 85),

[...] essas ações acabam por constituir programas de alcance regional, em que regiões se configuram “de fato” a partir de um diagnóstico de problemas comuns a espaços não delimitados por fronteiras administrativas.

São problemas que exigem, como respostas, políticas públicas de caráter regional. Gomes (2000) faz algumas considerações, por exemplo, que o discurso regional pode ser um meio encontrado por uma elite local para sua preservação, reiterando sua posição de liderança. Assim, graves podem ser os discursos regionalistas a serviço de um grupo não exclusivo em uma dada área, que pretende

impor uma identidade que o colocará na posição de controle legítimo daquele território.

A região é um conceito que embasa uma reflexão política de base territorial, coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área. É sempre uma discussão entre limites de autonomia face a um poder central. Na afirmação de uma regionalidade, há sempre uma proposição política, sob um ângulo territorial. De acordo com Santos (2013), isso pode acabar por não contribuir com a diversificação e a nova organização dos espaços turísticos. Por outro lado, é um meio de mostrar que as imposições estatais não anulam os diferentes lugares que formam a região, quer seja no turismo, quer em outras atividades.

A globalização não conseguiu suprimir e nem diminuiu a diversidade espacial e o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade continua a se manifestar por todos os lados. Nessa nova relação espacial entre centros hegemônicos e áreas sob suas influências, é provável que tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas. Esse é o caso do Vale do Ivaí, que conforme verificado nessa pesquisa, é entendido por meio de várias regiões, que se diferenciam pela quantidade de municípios e pelas instituições que a representam. No caso do turismo, a região turística do Vale do Ivaí, só foi criada 10 anos após o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) a qual já contava com 10 regiões turísticas.

Os possíveis recortes regionais atuais são múltiplos e complexos; certamente há recobrimento entre eles, em que um perpassa o outro, os quais são ainda mutáveis. Regionalismo e regionalização são, portanto, termos diferentes:

[...] o regionalismo é uma postura ativa, tem como ponto de partida a cultura local vivida e serve-se da identidade para encaminhar as aspirações do grupo. Por outro lado, a regionalização se traduz em uma fraca coesão e unidade do grupo, facilitando e aceitando a ingerência de técnicos do governo nas decisões regionais, pois esses desenvolvem programas, políticas e planos para as regiões, ignorando, muitas vezes, os problemas quotidianos e as aspirações dos seus habitantes (BEZZI, 2002, p. 15).

Haesbaert (2010), no entanto, se propõe a entender a região não como simplesmente um fato, um mero artifício ou como um instrumento normativo, de ação, visando a intervenção política, via planejamento. Sua proposta é a de tratar a região como ferramenta política, ou seja, para espaços-momento que resultam

efetivamente em uma articulação espacial consistente, complexa, seja por coesões de dominância socioeconômica, política e/ou simbólico-cultural. Cabe, assim, discutir a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos e interesses políticos envolvidos. Muitas vezes, a região efetivamente se constitui para ou em relação a apenas algum(ns) grupo(s) e, nesse sentido, o que representa a articulação para uns pode representar desarticulação para outros.

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja a partir de dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais – ou, em outras palavras, fundadas numa “regionalidade” vista para além de mera propriedade teórica de definição do regional (HAESBAERT, 2010, p. 6).

Toni e Klarmann (2002) entendem que a construção de critérios de regionalização para o planejamento regional pode considerar tanto o recorte da região homogênea quanto da polarizada. O fundamental é que se tenha coerência metodológica e consistência nas políticas resultantes. Santos (2013) afirma que não é obrigatório considerar a região como espaço homogêneo, como considerava o recorte administrativo do PRT. Isso deixava de contribuir com a proposta de diversificação e a oferta de novos destinos da atividade pelas regiões no interior do país.

Regionalizar se torna, portanto, a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. Essas divisões não são definitivas, nem pretendem transcrever a totalidade da diversidade espacial, mas devem contribuir para certo entendimento de um problema e colaborar em uma dada explicação (GOMES, 2000).

Arrais (2007) compreende que as regionalizações devem ser entendidas como um processo pelo qual o estado estabeleceu recortes para aplicar um conjunto de ações nas regiões, imprimindo sua ideia de desenvolvimento. É difícil encontrar um projeto ou um plano de desenvolvimento regional em que não apareça uma regionalização. Na maioria dos planos se observa certo alinhamento com as regionalizações do IBGE, propondo algumas adaptações e mudanças, porém essas

regionalizações nasceram com propósito e tendência diferentes inclusive na própria ciência geográfica.

A regionalização torna-se fundamental para demarcar estratégias de planejamento regional e, por trás de cada uma delas, existem atores com peso político e econômico diferentes. Torna-se claro que a compreensão sobre o passado, o presente e futuro de uma região é a compreensão dos atores sociais com algum tipo de vínculo com a região. De acordo com Lopes (2001), para a criação de regiões no quadro do planejamento devem-se considerar três condições mínimas: a dimensão equilibrada e o número não muito elevado de regiões; o mínimo de homogeneidade; e a existência, em cada uma, de um polo ou centro dinamizador da região.

Sobre a regionalização, deve-se partir do pressuposto de que esse conceito, de acordo com Haesbaert (2005, p. 23), “[n]ão é apenas o produto do exercício acadêmico de identificações de “regiões” como recortes coerentes, representativos de uma sempre problemática “diferenciação de áreas.” Deve ser pensada, portanto, como um processo social complexo de formação de contextos regionais.

Um difícil desafio da regionalização é o de admitir a necessidade de “regionalizar” não só em termos de territórios ou regiões-zona, mas em termos de rede, e não só as redes regionais, como as internacionais e que incorporam diferentes pontos ou áreas, de forma descontínua, ao longo de todo o território nacional. Na verdade, a grande questão recai em como regionalizar considerando-se a interseção entre lógicas: redes e territórios-rede, territórios-zona e aglomerados, em especial os aglomerados humanos resultantes dos processos de exclusão sócio espacial. A combinação desses processos expressaria a especificidade de cada região.

Nesse sentido, as intenções estatais de agrupamentos de municípios para fazer políticas de turismo, por meio da regionalização, não anulam o que já existe na região, podendo apenas transformá-la. A seguir, será discutido como o conceito de região foi apropriado pelo turismo no âmbito das políticas públicas voltadas à organização do território por meio da regionalização.

1.2 REGIÃO TURÍSTICA E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO COMO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

De acordo com Reis (2003), compreender a dimensão da região significa a implantação de planos e projetos competentes, já que os municípios enfrentam dificuldades para dinamizar a economia, sendo, portanto, uma possibilidade de melhorar sua atual estagnação econômica. Desse modo, o turismo como alternativa para o desenvolvimento pode realizar-se em lugares que estão à margem das formas hegemônicas de exploração capitalista. É o que se acredita que pode ocorrer com alguns lugares da região do Vale do Ivaí. Favorece, dessa forma, o desenvolvimento de várias modalidades do turismo alternativo, como os de base local: rural, ecoturismo e comunitário, entre outros.

Coriolano e Vasconcelos (2013) entendem que, diante da conjuntura política contemporânea, o interesse pelo regional sobrepõe-se ao global e ao nacional, pois é na região e no lugar que se articulam formas de resistência às imposições do mercado globalizado. No desenvolvimento do turismo regional, considerar a região como um conjunto de lugares é fundamental, pois ela contém vários lugares, alguns mais propícios que outros à atividade turística.

A região, a área ou o espaço definido como destino, para a Geografia, não perde a sua dimensão espacial humana. É também um espaço fundamental à vida dos homens e onde ocorrem as sensibilizações e sociabilidades dos sujeitos, por meio de práticas cotidianas, redes sociais diversas e formas de vidas que são componentes primordiais no ordenamento regional, uma vez que os destinos turísticos se organizam de acordo com as infraestruturas e atrativos turísticos oferecidos pelos lugares (SANTOS, 2013, p. 54).

Os destinos turísticos são unidades territoriais que podem englobar uma ou várias nações, uma ou várias regiões, estados ou sub-regiões. Englobam um lugar, grupos de municípios, um município e um lugar ou comunidade. Em cada uma dessas unidades são constituídas de características históricas, geográficas, antropológicas ou sociológicas.

Segundo Santos (2013), o destino turístico é basicamente um território de recepção de atividades turísticas com capacidade de oferecer um ou vários “produtos turísticos”. Do ponto de vista da oferta, caracteriza-se por possuir um conjunto de requisitos essenciais, como acessibilidade, atratividade para realização

de estadas turísticas, condições de alojamento, atividades de recreio, entre outros, para preencher o tempo livre do turista. Além disso, torna-se necessário incluir nesse processo coordenado:

[...] os meios de transporte, alojamento, setores de alimentação, visitas a locais de interesse paisagísticos, museus e igrejas, instalações, equipamentos e espaços para a prática de desportos, circuitos de passeios a pé, instalações para diversão e recreio e centros culturais. A viabilidade de uma região turística depende cada vez mais da capacidade de criar e organizar conjuntos de lugares com atrativos integrados, mas não rígidos ou uniformes, pois os segmentos de clientela não são todos iguais (SANTOS, 2010, p. 82).

O desenvolvimento do turismo assume várias formas de acordo com as características dos projetos pensados para este fim, e assim é possível identificar os interesses envolvidos, analisando suas características. Pearce (2003) propõe como ponto de partida uma avaliação sistêmica do modelo de desenvolvimento turístico que, para determinar a evolução estrutural das regiões turísticas no tempo e no espaço, considera quatro elementos básicos: os centros turísticos; as redes de transportes; a conduta dos turistas; a atitude das autoridades e da população local.

O termo “produto turístico” é frequentemente utilizado nos documentos e discursos no âmbito das políticas públicas por representantes tanto do setor público como do privado quando pretendem demonstrar sua importância econômica para estimular o desenvolvimento da atividade. Devido a sua utilização nesses documentos públicos, esse termo será citado em alguns momentos nesta tese, porém, entende-se que não seria o melhor termo a ser utilizado pelos órgãos vinculados ao MTur, já que dessa maneira a atividade turística se restringe a um viés estritamente economicista, relegando questões sociais importantes. Por esse motivo, o termo será citado entre aspas.

Hoerner (2011) explica que os “produtos turísticos” são essencialmente serviços, classificados em várias categorias, como: estadas, alimentação, diversão cultural, entre outros. Nesse sentido, sem produtos que envolvam diretamente vendedores e compradores, como outros setores econômicos, não há “indústria” turística (outro termo também utilizado com frequência em discursos de gestores públicos e que merece maior reflexão sobre sua utilização, como discutido em capítulo específico).

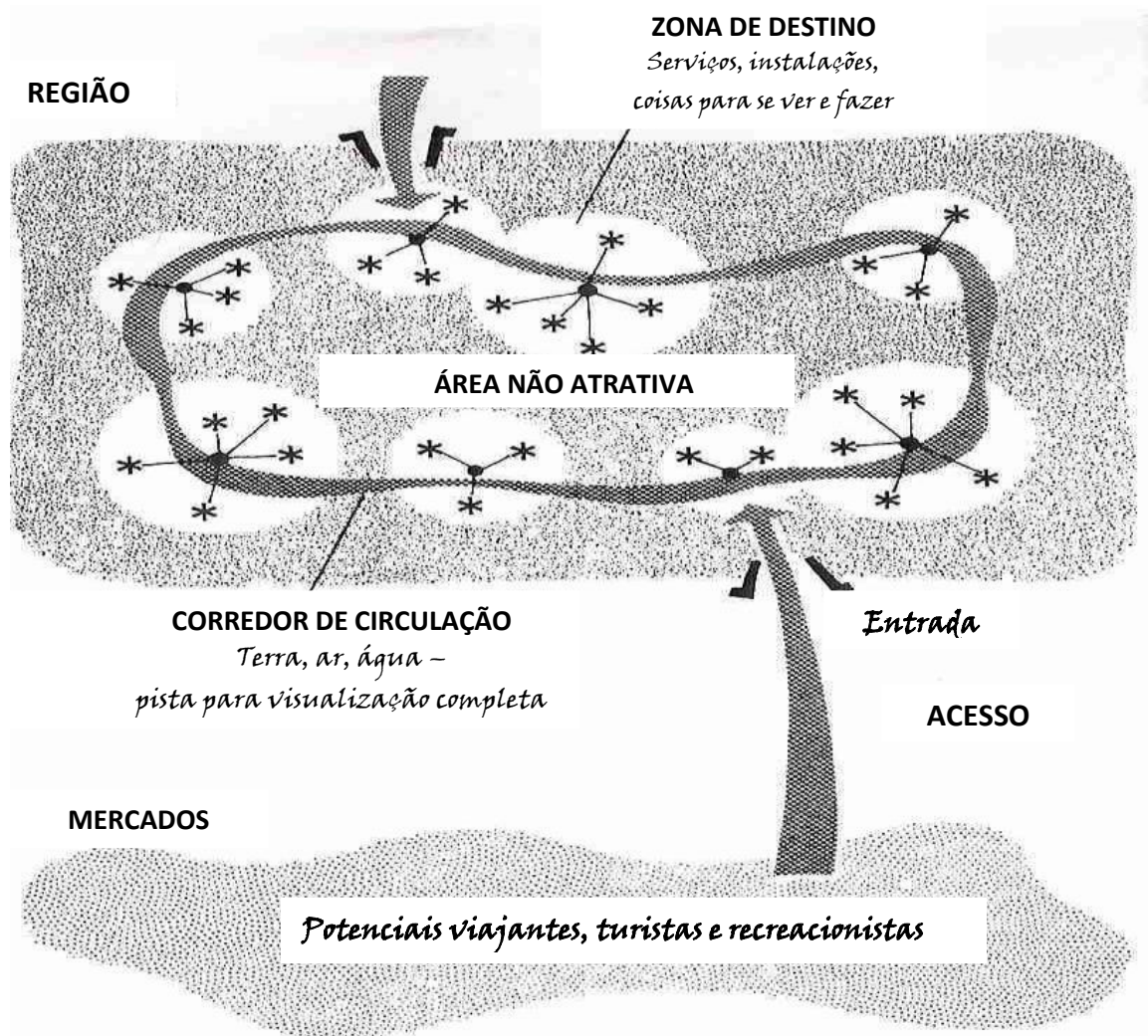
Desse modo, à medida que a atividade turística se expande, surge um sistema hierárquico cada vez mais completo de centros turísticos com a expansão da rede de transporte e os demais elementos. Porém, geralmente o desenvolvimento não ocorre necessariamente no mesmo ritmo, fato que constitui fonte de muitos problemas que o turismo pode gerar na área ambiental, social e econômica.

A compreensão dos processos de desenvolvimento turístico conduzirá a um maior conhecimento e a um entendimento mais pleno da alteração dos lugares ou da possibilidade de alteração à medida que se estabelece e se expande o turismo. É importante, ainda, que as características da região ultrapassem a delimitação do espaço, tendo como base sua construção histórica, permitindo a consolidação da noção do regional enquanto conjunto de fatores ambientais, geográficos, históricos e culturais. Nesse sentido, a identidade local deve ser respeitada, pois

[...] na região, o homem pode vivenciar a identidade, através dos valores, do vestuário, da culinária, enfim, da cultura em um sentido amplo. Por sua vez, é no local que a solidariedade pode se expressar, que a articulação social a viabiliza, portanto, a reconstrução da cidadania se faz com a ampliação dos mecanismos de participação local (REIS, 2003, p. 45).

O conceito, ao longo do tempo, incorpora novas perspectivas. Para explicar como é composta uma região turística, optou-se por utilizar a conhecida proposta de Gunn, autor que destaca três principais partes de uma região turística: corredor de circulação, atração complexa (destino) e o interior sem atração. A atração complexa é uma unidade geográfica que engloba uma comunidade e a área circundante, suas atrações, acesso e ligação. É nesse complexo que estão as infraestruturas, o atrativo principal e os recursos complementares. Os corredores de circulação são as vias para mobilidade dos turistas, com áreas sem atração. A Figura 3 apresenta o esquema das partes de uma região difundidas por Gunn.

Figura 3 – Modelo Gunn das principais partes geográficas de uma região turística



Fonte: Gunn (2002, p. 136, tradução nossa).

Partindo desse pressuposto da formação de uma região turística de Gunn, Santos (2013) propõe que as partes da região turística não se limitem somente a essas três apresentadas. Entende ser fundamental a presença do turista nos atrativos principais e em circulação pelo contexto regional e as possibilidades oferecidas. Para o autor, a região turística deve ser concebida em cinco partes. O Quadro 3 mostra as partes formadoras de uma região turística e a caracterização de suas cinco partes.

Quadro 3 - Partes ou elementos principais de uma região turística.

PARTES FORMADORAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTES GEOGRÁFICAS DE UMA REGIÃO TURÍSTICA
1ª parte Presença do turista	A presença do turista e as possibilidades oferecidas são os pontos principais que definirão a região como um conjunto de lugares turísticos e que poderão formar diversos destinos.
2ª parte Vias de acesso	Portais de entrada e as principais vias de mobilidade desses turistas pela região.
3ª parte Atrações e infraestrutura turística	Atração ou atrações principais com infraestrutura turística que fazem com que o turista permaneça na região.
4ª parte Participação dos atores sociais	É preciso ter sujeitos sensibilizados com a atividade turística para que ocorram as tomadas de decisão dentro das redes sociais local, regional, estadual e federal. É fundamental, nesse momento, a participação de grupos sociais diversos, considerando as relações entre entidades públicas, privadas e de diferentes comunidades.
5ª parte Área sem atrativos	São áreas não capturadas pelo turismo, ou seja, onde o turista não se faz presente e não existem as possibilidades anteriores. Será significativo, nesse processo, aceitar os vazios turísticos e os atrativos sem infraestrutura de acolhimento, que poderão ser inseridos como novos lugares turísticos em uma outra etapa. Essa fase também poderá ser considerada como área de densidade turística nula.

Fonte: Adaptado de Santos (2013, p. 73).

Santos (2013) explica que a primeira parte tem, na presença do turista ou visitante, seu elemento principal, pois é ele que vai definir a região como um conjunto de lugares turísticos, podendo formar diversos destinos. É, portanto, a sua presença que vai diferenciar esses espaços de outras espacialidades e não simplesmente a existência de infraestruturas típicas do uso do turismo.

A segunda parte consiste em compreender e localizar as vias de acesso e a mobilidade dos turistas pela região e os meios de transportes utilizados. No planejamento turístico, as dimensões espaciais e limítrofes são fundamentais na operacionalidade das regiões turísticas, já que grupos de municípios potencialmente turísticos em áreas próximas reduzem os custos de investimento em infraestrutura e serviços (SANTOS, 2013).

A terceira parte é identificar a atração ou as atrações principais que fazem com que o turista permaneça na região. A sua singularidade é o elemento mais importante da atração. No entorno das principais atrações, localizam-se as infraestruturas turísticas, possibilitando a permanência do visitante - como os meios de hospedagem, por exemplo.

A quarta parte se dá pela ação dos sujeitos sensibilizados com a atividade turística nos lugares em que ocorrem as tomadas de decisões. Para isso, é preciso que os órgãos públicos desenvolvam, na comunidade, a percepção do turismo e sua importância no desenvolvimento de cada região, incentivando, assim, a formação de lideranças locais, sensibilizando e mobilizando-os. É nessa parte que as possibilidades das etapas anteriores estarão convergidas para a criação dos destinos turísticos inseridos na região.

A quinta parte são as áreas consideradas não apropriadas pelo turismo, no sentido de aceitar os vazios turísticos que até podem, em outra etapa, serem inseridos como novos lugares turísticos.

Esta configuração serve para que as ações do estado possam, a partir das densidades dos lugares, formar uma região turística, evitando assim criar destinos com municípios desorganizados turisticamente e sem critérios técnicos. Porém, se faz necessária maior discussão sobre essas questões a fim de compreender melhor os processos de regionalização do turismo.

Utilizar o conceito de região para compreender a regionalização do turismo não é unanimidade entre os pesquisadores da área. Esse é o caso de Fratucci (2009, p. 397), que entende existir certa “tradição” do seu uso nos processos de planejamento dos espaços turísticos, afirmando que talvez “[...] a região não seja a categoria mais apropriada para o estudo e para a gestão daqueles espaços, dadas as características muito específicas do fenômeno turístico”. Opta pela categoria território-rede, que em seu entendimento revela-se mais adequada para avançar nos estudos do sistema articulado pelo turismo, incluindo todos os seus elementos constituintes, suas ações, interações e inter-relações, sejam elas complementares, concorrentes ou antagônicas:

O território-rede estabelecido pelos agentes produtores do turismo na escala local dos destinos turísticos, resultante da combinação das relações estruturais e funcionais com que cada um deles atua, ultrapassa os limites do território apropriado pelo turista e apresenta especificidades oriundas das próprias características do fenômeno turístico: descontinuidade espacial, sazonalidade e flexibilidade. Tal constatação nos leva a admitir que o espaço apropriado para o turismo é muito mais extenso que aquele apropriado pelo turista, fato que não vem sendo levado em consideração pelos gestores de políticas públicas de turismo (FRATUCCI, 2009, p. 397).

Para este autor, no conceito território-rede, considerar apenas onde o turista é visível e atuante não é o suficiente. Assim, além dos turistas e dos agentes de mercado, outras ações e reações sociais acontecem em outras áreas às quais o turista não tem acesso direto ou sequer toma conhecimento da existência. O território-rede avança para além dos espaços do turista, amplia sua influência para uma área periférica, contígua ou não, por meio de articulações com outras funções urbanas como a residencial e a comercial.

Mas apesar de considerar os aspectos e a relevância do debate sobre o território-rede, nessa pesquisa será utilizado para análise das políticas públicas de turismo, o conceito de região na concepção da ciência geográfica. Isso porque é esse conceito que norteia as atuais políticas do Programa de Regionalização do Turismo.

Segundo Coriolano e Vasconcelos (2013), o turismo participa do crescimento regional de forma desigual pelos territórios, pois é assimilado de forma diferenciada por determinadas regiões e territórios. Originam processos que distribuem e concentram riquezas e aumentam ou diminuem formas de exploração.

Santos (2013) esclarece que não se pode correr o risco de cair no excessivo mercantilismo de conceber todos os lugares da região como turísticos, ainda mais identificando que os turistas não se farão presentes de imediato por todos esses locais. Para Tomazzoni (2009), existem outros problemas característicos das regiões turísticas, como a sazonalidade, a baixa ocupação e o excesso de oferta de serviços que exacerba a concorrência.

Existem dificuldades de controlar as ações que geram impactos culturais e ambientais negativos, em razão da área ou do território de abrangência regional, ou em virtude da amplitude e diversidade de segmentos produtivos. Essas dificuldades podem eventualmente converter-se em novas oportunidades, como a melhoria da qualidade dos serviços e o aumento da competitividade por meio da integração em setores envolvidos no planejamento do turismo regional. Nesse sentido, é importante considerar que

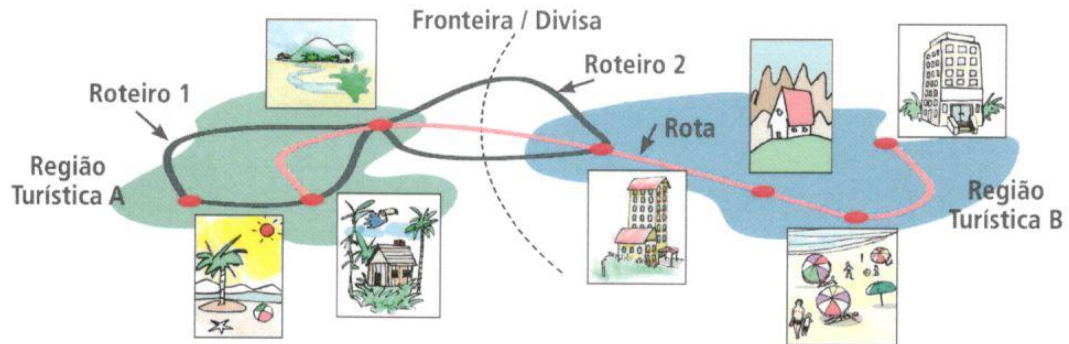
[...] é fundamental a integração das organizações públicas e privadas e o comprometimento dos atores locais. A integração significa, porém, respeitar a autodeterminação de cada município, considerando sua autonomia no planejamento do turismo e na realização de ações pontuais. A gestão integrada do turismo regional deve incentivar essa autonomia, buscando uma convergência das ações de interesse regional (TOMAZZONI, 2009, p. 186).

No conceito de região turística disseminado pelo PRT em 2007, a região poderia conter uma ou várias rotas e um ou vários roteiros. Assim, quando o MTur passou a exigir que os estados criassem as rotas e os roteiros para serem apresentados nos Salões de turismo, acabou por distorcer o real sentido da regionalização. Desse modo, por terem sido criadas fora do contexto local, a grande maioria não se perpetuou no mercado e até hoje erroneamente se associa a regionalização do turismo à criação desses roteiros. Beni (2006) e Brasil (2007b) apresentam as diferenças conceituais entre roteiro, rota e circuito turístico:

- Roteiro turístico: é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade; é definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. É mais flexível, pois não exige uma sequência de visitação. Um roteiro turístico pode perpassar por uma ou várias regiões e uma ou várias rotas, e ele é eminentemente temático.
- Rota turística: é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística. As rotas são resultado de um trabalho de *marketing* por meio do qual se formata um “produto turístico” composto pelo circuito, por meio de uma temática comum à toda sua extensão.
- Circuito turístico: conjunto de vias que possibilitam um acesso circular aos atrativos turísticos de uma região. O turista não passa duas vezes pelo mesmo local, uma vez que a via de acesso aos atrativos termina em sua própria origem; assim a destinação do turista é o circuito. Como afirma Santos (2013), em países como França e Portugal, uma região geográfica limitada pode ser entendida como um circuito turístico ao ser formada por um agrupamento de municípios com características turísticas semelhantes. Esse circuito segue uma rota de ligação entre municípios potencialmente turísticos e relativamente próximos entre si, configurando-se, assim, um espaço

turístico. A Figura 4 apresenta o esquema de região, roteiro e rota do Programa de Regionalização do Turismo.

Figura 4 – Esquema de região, roteiro e rota do PRT



Fonte: Brasil (2007b, p. 29).

Santos (2013, p. 45) ressalta que um agrupamento “[...] reduz os custos de investimento em infraestrutura e serviços, encurtando as distâncias percorridas e possibilitando maior mobilidade do turista”. De acordo com Brasil (2007b), tanto a rota quanto o roteiro e o circuito turístico são elaborados para fins de promoção e comercialização, e a região turística é a base para o planejamento e o ordenamento da oferta turística existente.

O turismo torna-se uma alternativa de crescimento econômico e vários são seus efeitos, como o de contribuir significativamente com a distribuição de renda e geração de empregos. Como aponta Tomazzoni (2009, p. 79), “[os] incentivos e as regulamentações governamentais do setor se justificam pela sua importância econômica”. O turismo proporciona retornos e benefícios por meio da atividade comercial dos hotéis, das operadoras, das agências, do transporte e da alimentação. Além disso, existem formas alternativas de turismo que precisam ser apoiadas pelo poder público e que não envolvem o turismo de massa e negócios que pouco contribuem com o local.

O turismo de massa já é uma realidade observada em um dos municípios do Vale do Ivaí, Lunardelli. Este vem a cada ano recebendo mais visitantes no Santuário de Santa Rita de Cássia. Atualmente, a preocupação do Secretário de Turismo é a de fazer esse fluxo intenso de pessoas se converter em geração de emprego e renda, já que o município praticamente não dispõe de meios de

hospedagem e o artesanato não é produzido pela comunidade local, para citar um dos problemas. Um desenvolvimento com fortes impactos negativos é indesejável, mas os destinos turísticos estão suscetíveis quando não há um planejamento realmente responsável. Assim, há que se considerar que:

[...] esse turismo, socioespacialmente altamente impactante pelos fluxos de pessoas que mobiliza e de dinheiro que gera, será tendencialmente bom ou ruim, do ponto de vista do desenvolvimento, dependendo: 1) do que se entenda por desenvolvimento; 2) da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos humanos envolvidos); 3) de quais grupos ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando. Não há, portanto, algo como uma resposta universal à questão sobre se e como o turismo contribui para o desenvolvimento local (SOUZA, 2002b, p. 21).

Concorda-se com Teles (2006) que quando não se planeja o turismo a partir da região, cria-se uma área deslocada de seu contexto. Quando se parte da região para viabilizar uma atividade, criam-se opções diferenciadas para demandas diferenciadas. Via de regra, as políticas de planejamento territorial, econômico, social, regional, entre outras conduzidas pelo estado, são influenciadas por uma determinada ideia de desenvolvimento. De acordo com essa ideia, a regionalização passa a ser entendida como um processo pelo qual o estado estabelece recortes para aplicar um conjunto de ações no território. Nesse contexto, a seguir serão discutidos conceitos importantes que auxiliam a compreensão das principais repercussões sócio territoriais da política pública de regionalização do turismo no Vale do Ivaí.

1.3 CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE O PLANEJAMENTO

Antes de iniciar as discussões sobre desenvolvimento regional, é preciso fazer algumas considerações sobre planejamento. Mas é preciso diferenciá-lo do termo gestão, pois é comum associar os termos como sinônimos. São diferentes por possuírem referenciais temporais distintos e corresponderem a diferentes tipos de atividades. Planejar remete ao futuro e, conforme afirma Souza (2002a, p. 46, grifo do autor), “[...] planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno [...] *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se*

contra prováveis problemas [...]”, com a intenção de tirar partido de prováveis benefícios. Já o termo gestão remete ao presente, administrar, colocar em prática o planejamento. Assim, o planejamento é:

[...] a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir (SOUZA, 2002a, p. 46).

Souza (2002a) afirma que existem vários desafios no processo de planejamento, um deles é o de realizar um esforço de imaginação do futuro. Outro desafio é o de planejar de modo não racionalista e flexível, ao entender que a história é uma mistura complexa de determinação e indeterminação, de graus de liberdade para ação individual, sabotados pelo inesperado.

Para Hissa (1998), as reflexões a respeito do conceito de planejamento remontam à discussão a partir da compreensão entre as fronteiras do que a ciência moderna classifica como puro e aplicado. O puro teria a ver com o território de teóricos, já o aplicado, com o domínio daqueles que agem, os mais práticos. Mesmo que essa fronteira não soe ainda como verdade absoluta, ela vem se fortalecendo ao longo do tempo.

O questionamento do autor é de como isso se repercute no saber geográfico e na produção do conhecimento sócio-espacial. Sua crítica parte dos limites entre a produção do conhecimento e a ação no ideal da modernidade do “sujeito neutro”. Neutralidade da ciência que corresponde a uma postura política do sujeito diante do objeto que procura conhecer, porém implica em outra importante posição política, a da isenção do sujeito diante do mundo conhecido. Surge, assim, a ilusão de um conhecimento dissociado de sua aplicação.

A fronteira entre o puro e o aplicado, no âmbito da ciência moderna, assume formatos especiais e aparta o conhecimento produzido de sua aplicação: de um lado o conhecimento sobre o “mundo”, de outro o planejamento do “mundo”. A fronteira também repercute na geografia. Amplia a situação de crise. Potencializa a incapacidade crítica, presente em todos os setores do conhecimento aplicado (HISSA, 1998, p. 33).

A crítica da dicotomia entre o conhecimento e sua aplicação, “[...] metamorfoseou-se em técnica, supostamente livre do saber que lhe deu origem. Por analogia, a aplicação do conhecimento transformou-se em planejamento, livre que dispensa o saber.” (HISSA, 1998, p. 33). Nesse caso, a técnica pura ou a ciência aplicada seriam equivalentes à negação do saber, em que não haveria necessidade de um saber reflexivo. Em sociedade, a técnica acabou adquirindo a imagem de algo independente do saber que a concebeu, porém a ciência é concebida tendo como referência a aplicação da técnica. Essa fronteira, portanto, acaba sendo perceptível nos discursos oficiais, se refletindo em compartimentos estanques como o diagnóstico, etapas muito presentes no planejamento do turismo, por exemplo.

O planejamento faz parte de um processo político de tomada de decisão intimamente ligado à ideia de poder público, de natureza ao mesmo tempo social e espacial/territorial. A natureza social e espacial/territorial decorre de uma população, um povo, uma nação, a que corresponde um território, com o qual a nação se identifica e, no caso do estado, implica também as instituições em um contexto de sistema de planejamento, e a ideia de poder político é inerente (FAISSOL, 1989). Nesse sentido, o cerne da geografia é contribuir, conforme afirma Guidugli (1980, p. 2), para a “[...] compreensão, para intervenção, das contraditoriedades existentes nas relações entre os homens e o espaço e entre os próprios homens”. E daí surge a questão: para que serve a geografia?

Na verdade, não podemos começar a falar em geografia e sua aplicação no planejamento a partir de um contexto limitado. Não se pode partir de estudos que pretendam avaliar realidades, mas que na prática nada fazem para apreender suas historicidades, suas efetivas e não aparentes origens bem como a amplitude de suas repercussões, positivas ou negativas. Sabemos ou não sabemos dizer o que a geografia é? E se não sabemos, não poderemos mesmo dizer para que ela serve (GUIDUGLI, 1980, p. 3).

A ciência geográfica é compreendida por uma longa história de acúmulo de conhecimentos práticos e/ou teóricos, marcada por contradições e crises, resultado de diferentes formas de refletir sobre a Terra e o homem. Isso ocorreu por consequência das diferentes contribuições do progresso das diferentes ciências e da maneira como todas estas interferiram ou foram incorporadas ao conhecimento geográfico. Dessa maneira, a dúvida é: de que maneira a geografia pode contribuir para o planejamento? E como teoricamente ela pode oferecer a fundamentação do

planejamento, geralmente embasado na sociologia, na economia e na política? Verifica-se que há vários aspectos comuns entre a geografia e o planejamento, já que ambos se preocupam com os processos e as finalidades sociais.

Ao se avaliar o comportamento cultural do homem frente aos recursos da Terra, é preciso que essa avaliação seja feita a partir dos conceitos e dos preconceitos culturais por parte do avaliador, destituídos, assim, daquela falsa neutralidade positivista da ciência natural. Nesse sentido, a geografia colabora com o planejamento ao ser concebida como uma ciência social, em que os processos são regulados por mecanismos psicossociais e não por um processo físico natural (FAISSOL, 1989).

Os governos no estado moderno devem, em sua ação, considerar dois horizontes temporais: o de longo e o de curto prazo. O de longo prazo dá conta dos grandes desígnios nacionais, que partem de uma visão prospectiva do lugar a alcançar ou manter dentro da comunidade internacional. Do jogo de forças internamente desejável, para que sejam atingidos os ideais proclamados de liberdade, justiça e bem-estar para a população, bem como o crescimento econômico adequado, a paz e o progresso social. No caso dessa pesquisa, isso se dá por meio do Ministério do Turismo na elaboração da Política Nacional de Turismo.

O horizonte de curto prazo se refere à adaptação cotidiana do raciocínio exposto acima, a fim de encontrar soluções para os inúmeros conflitos que aparecem no domínio da economia, da sociedade, da cultura e da política, com a finalidade de eliminar os desajustes que a implementação dos planos de longo prazo costuma acarretar. Como exemplo desse horizonte de curto prazo, tem-se o Programa de Regionalização do Turismo de enfoque territorial. Mas é preciso considerar que em todos os níveis de governo há, institucionalmente, opositoristas entre as duas óticas: a do longo prazo e a do curto prazo (SANTOS, 1994).

Souza (2002a) relata que autores fundamentados em bases teóricas marxistas, como Gottdiner, denunciam o planejamento como um instrumento a serviço da manutenção do *status quo* capitalista. Mas o fato da posição dos críticos marxistas estar enfraquecida hoje em dia não isenta os cientistas sociais críticos de uma análise séria de seu conteúdo. É preciso admitir que essa crítica ao planejamento é importante e reveladora. As críticas conservadoras contra o

planejamento surgiram em um ambiente de frustração com os resultados da intervenção estatal em geral, nem sempre capaz de cumprir a promessa de evitar as crises e salvar o capitalismo de si próprio. Outra questão coloca em cheque sua real eficiência/eficácia, a saber:

O enfraquecimento do planejamento se faz acompanhar pela popularização do termo *gestão* (nos países de língua inglesa, *management*), o que é muito sintomático: como a gestão significativa, a rigor, a administração dos recursos e problemas *aqui e agora*, operando, portanto, no curto e no médio prazos, o hiperprivilegiamento da idéia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do “mercado livre” (SOUZA, 2002a, p. 31).

Isso representa, em outras palavras, a substituição de um planejamento “forte” por um “fraco”, ressaltando, assim, que a gestão não deve estar sempre associada ao imediatismo. Sabe-se que a administração de curto e médio prazo dos recursos e problemas é tão essencial como a visão de longo prazo (SOUZA, 2002a). No discurso da aplicabilidade e da eficiência do planejamento, existem alguns mitos falaciosos, ainda que não sejam inteiramente absurdos, para os quais Souza (2003) chama a atenção. São as hipersimplificações muito comuns aplicadas ao planejamento urbano, mas que também se aplicam ao planejamento regional e turístico, como: “o problema é a falta de planejamento”, e “se houvesse vontade política...”.

A falta de planejamento decorre da falta de densidade, falta de tradição, do despreparo técnico e das dificuldades organizacionais no que se refere ao planejamento, e é um problema real. A escassez do planejamento e as suas imperfeições técnicas não surgem por acaso, por isso é preciso entender as causas institucionais, econômicas e culturais, as mais amplas, a fim de enfrentá-las para ultrapassá-las. Caso contrário, apela-se para o chavão: “se houvesse vontade política...”.

Quanto a essa “falta de vontade política”, primeiramente é preciso entender que as elites, das mais ilustradas e modernas às mais atrasadas e oligárquicas são produtos seculares de tradições e ambientes ideológicos. Portanto, não adianta apelar para o senso moral de uma classe dirigente que desempenha um papel de exploração econômica e dominação política, pois enquanto indivíduos que pertencem a essa classe, estes não podem fazer outra coisa.

Isso é perceptível nesse estudo de caso sobre a região do Vale do Ivaí, por seu histórico de colonização, local onde a economia é centrada na exploração da terra por meio da agricultura e da pecuária intensiva. Nesse contexto, a atividade turística não tem recebido atenção por não ser considerada tão rentável quanto a agropecuária. O governo local geralmente é representado por pessoas ligadas a esse setor. Ao longo do tempo, transformou a região que possui terras produtivas em um território de profunda desigualdade social. Conseqüentemente, trouxe inúmeros problemas em relação ao baixo desenvolvimento humano, como será discutido nos capítulos finais.

Isso significa dizer que não se trata apenas de inclinações e virtudes individuais, mas dos papéis sociais que os indivíduos são chamados a desempenhar, e das instituições sociais que dão sentido a esses papéis. Não basta, portanto, apelar aos indivíduos, é preciso entender que instituições precisam ser transformadas ou eliminadas. Sem isso, continua-se cobrando dos governantes uma capacidade de resolver todos os problemas que, devido às restrições econômicas, institucionais e político-ideológicas, esses governantes não têm e não terão como resolver (SOUZA, 2003).

Quanto ao papel dos planejadores no processo de formular e pensar as ações de planejamento que visam o desenvolvimento, Souza (2003) entende que esses profissionais também são “planejados”, ou seja, formados durante seus cursos ou no ambiente de trabalho. Isso significa dizer que não basta haver “bons planejadores”. É preciso saber até que ponto esses profissionais estão ética e tecnicamente preparados ou se contentarão em contribuir ou até legitimar tecnicamente um desenvolvimento entre aspas.

Além disso, muitos planejadores profissionais são funcionários a serviço de um aparelho administrativo no qual o que conta são as injunções políticas, os interesses econômicos e não a verdade científica (uma interpretação da realidade condicionada pela racionalidade humana, que tem o consenso da comunidade dos cientistas). A falta de qualificação técnica da maioria dos envolvidos com o turismo no Vale do Ivaí é perceptível em quase todos os municípios. Isso resulta em atraso no desenvolvimento do setor, como no entendimento equivocado do Programa de Regionalização do Turismo. Foi verificado que os recursos destinados a área muitas vezes são desvirtuados para outras, como infraestrutura básica e lazer, usados na

construção de asfalto, praças e realização de festas locais, como o aniversário do município.

No caso dos profissionais que possuem formação em turismo que atuam em instituições públicas voltadas ao planejamento do setor, nota-se como o sistema público limita o trabalho de planejador. Muitos que atuam na área são políticos e não técnicos. Estes conduzem seus trabalhos na dependência, muitas vezes, dos rumos dados à política para o setor, ou seja, no modo como é entendida pelos gestores em cada troca de governo, que podem ou não dar o apoio necessário de recursos humanos e financeiros. Na Paraná Turismo, verificou-se a preocupação com o desmantelamento do órgão pela diminuição da quantidade de funcionários e do espaço físico inadequado, entre outros problemas pelo governo atual.

Portanto, deve-se considerar o contexto no qual o planejamento está inserido e o limite para atuar de maneira livre. Assim, a frase “o problema é a falta de planejamento” é considerada ingênua, pois sabe-se que é preciso cada vez “mais” e “melhor planejamento” – não no sentido tecnocrático, em que os técnicos pensam ser os únicos habilitados para dizer alguma coisa.

Se a técnica é imprescindível ao planejamento, logo o planejador crítico “[...] não se limita a otimizar meios de maneira restrita: ele deve envolver-se com questões sobre os fins [...] chamando a atenção para possíveis contradições entre os objetivos.” (SOUZA, 2002a, p. 39). Assim, o papel do planejador é o de se envolver, questionar, participar, mediando interesses e pontos de vista sobre os temas que envolvem a atividade.

Foi-se a época em que principalmente arquitetos-urbanistas acreditavam poder alavancar o progresso e a harmonia sociais com base em intervenções no espaço físico. É um pensamento ultrapassado. Atualmente, outra deformação alimentada por planejadores de formações e de origens profissionais variadas permanece impavidamente desafiadora, como aponta Souza (2002a, p. 74), sobre “[...] fazer teoria de planejamento sem a preocupação de contextualização no debate mais amplo sobre a mudança social.” A verdade é que não se pensa a sociedade, mas sim o ambiente institucional do planejamento, no máximo abrindo-se para uma certa reflexão teórica sobre o estado e a administração pública, o que é preocupante. De acordo com Souza (2002a, p. 34, grifo do autor), são quatro os elementos essenciais de qualquer atividade de planejamento:

- *Pensamento orientado para o futuro.*
- *Escolha entre alternativas.*
- *Consideração de limites, restrições e potencialidades; consideração de prejuízos e benefícios;*
- *Possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis.*

Quando envolver diferentes pessoas e organismos, como é o caso de uma política pública, nesse caso, uma política de desenvolvimento regional do turismo, deve-se considerar os altos custos despendidos para a realização de projetos, planos etc. Deve-se considerar, acima de tudo, a sustentabilidade desses projetos. Assim, é preciso acrescentar também um último elemento: a preocupação com a resolução de conflitos de interesse. Desse modo, um planejamento crítico, entendido como pesquisa científica, deve estar atento ao senso comum, buscando ultrapassá-lo e desafiando-o, questionando-o e duvidando deste. Ao mesmo tempo, não se pode ser arrogante ao ponto de ignorar os saberes locais, como se as aspirações e as necessidades devessem ser definidas por outros que não a própria população.

A essência do processo de planejamento contém uma opção pelo bem coletivo, -a transformação de conhecimento em ação- mas a grande dificuldade deste processo coletivo é a identificação real e efetiva do bem coletivo e o ponto onde ele não oprima o indivíduo ou grupos minoritários [...] (FAISSOL, 1989, p. 170).

Para Souza (2002a), a práxis planejadora ou gestora e até mesmo a atividade de pesquisa anterior a essas etapas devem encarnar a fusão criativa do saber dos atores sociais, na qualidade de consultores populares, mediando os conhecimentos técnico-científicos trazidos pelos profissionais de planejamento e gestão. Essa foi uma das reivindicações dos gestores municipais de turismo do Vale do Ivaí, alegando que isso seria uma ação para fortalecimento da Instância de Governança Regional de Turismo da qual participam.

A sociedade científicista e tecnológica extremamente complexa e interdependente que vem se desenvolvendo no último século procurou fazer do planejamento um processo científico, tecnológico e racional. De acordo com Faissol (1989, p. 194), “[...] o planejamento deve iniciar de baixo para cima, a partir da comunidade para unidades políticas e sociais mais amplas.” O planejamento deve ser implantado para um número limite de atividades e por certo período. No caso do Programa de Regionalização do Turismo, apesar de ter origens em alguns estados

do país, foi uma política implantada pelo governo federal de cima para baixo, para as outras escalas de governo. Desse modo, o programa talvez não fosse viável em todos os estados, até porque a regionalização, não é adequada para todos os lugares, e isso deve ser respeitado. Como explica o entrevistado Ítalo Mendes, hoje a Serra Gaúcha é considerada um exemplo de regionalização, mas para São Paulo talvez essa não seja a melhor estratégia por este conter muitos municípios populosos. Já no caso do Amazonas, a extensão territorial é o problema ao se pensar em regionalização, pois, no Estado, existem municípios cujo tamanho equivale ao de países, e para acessar um município vizinho pode-se levar, em alguns casos, até 16 horas de barco.

O país, assim como os Estados, possui vasta área territorial. Isso implica compreender que cada um desses Estados tem origens políticas, culturais e ambientais diferentes umas das outras. Vivendo em um mundo cheio de incertezas, é muito difícil que uma sociedade projete e construa seu futuro com precisão. Por isso, concordando com Bromley (1982, p. 124), “[...] planejar é uma tentativa de definir e seguir uma direção desejada, tendo de enfrentar apatia, discordâncias internas e oposição externa”.

O desenvolvimento planejado é uma especulação com o desconhecido, pois cria situações e problemas que nunca antes existiram num dado contexto. Tal processo necessita capacidade para uma ação contínua, supervisão, resposta e inovação, mais do que simplesmente a preparação e execução de um plano diretor (BROMLEY, 1982, p. 124).

Um dos problemas que passou a existir com o Programa de Regionalização do Turismo é o da governança regional, pois passados mais de 10 anos de sua existência, ainda não está claro como e por quem deve ser conduzido. As discussões sobre planejamento de um lado e sobre teoria e estratégias de desenvolvimento de outro, muitas vezes são estudadas como se pudessem ser separadas. No entanto, se a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, com especial atenção a fatores como justiça social e melhoria da qualidade de vida, ambos devem ser vistos como pertencentes ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado de estratégias de desenvolvimento regional, nacional etc, como discutido a seguir.

1.4 ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Como afirma Souza (2015), o termo desenvolvimento existe há muitos séculos e não surgiu, como muitos podem pensar, com a ideologia capitalista do “desenvolvimento econômico”. Também não se restringe a ela, portanto, não é necessariamente teleológico, eurocêntrico e economicista. Etimologicamente, “desenvolvimento” e seus equivalentes em outras línguas, como no inglês *development* ou no alemão *Entwicklung*, significa retirar um envoltório, ou seja, algo que envolve alguma coisa. Em um sentido mais amplo, refere-se a liberar ou retirar obstáculos.

Cotidianamente, o conceito se refere a uma busca, um processo de pôr-se em movimento. A ultrapassagem de obstáculos implícita na palavra desenvolvimento não remete inevitavelmente a pressupor que o percurso seja conhecível antecipadamente e de uma vez por todas, ou que existam etapas predeterminadas e iguais para todos. A palavra desenvolvimento indica mudança, mas uma mudança para melhor.

O conceito de desenvolvimento, especialmente no pós-guerra, esteve associado tradicionalmente à retomada do crescimento econômico, tendo o estado como protagonista. No campo da política internacional, registra-se a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que desde 1945 incorporou o vocábulo desenvolvimento, criando indicadores que o mensurassem, permitindo, assim, comparações entre os países. Ainda hoje se verifica a influência dessas políticas globais, definidas, geralmente, como parâmetros de análise por diversos governos, como o Brasil.

O Banco Mundial chegou a comparar o desenvolvimento de países utilizando como base o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB), embora estes tenham como objetivo mensurar apenas a atividade econômica. A partir de 1990, outros parâmetros de análise foram acrescentados além da riqueza, como a alfabetização, a esperança de vida e a natalidade, o que gerou o conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ARRAIS, 2007). Sobre essa classificação dos países pelo grau de desenvolvimento, Souza (2015, p. 285) faz a seguinte análise:

A despeito do que induz a pensar a expressão “(sub)desenvolvimento”, nós não deveríamos acreditar tão facilmente que os países ditos “desenvolvidos” são modelos imitáveis ou dignos de imitação. Vê-los como propriamente imitáveis é abdicar do senso de historicidade; e tê-los como dignos de imitação é perder o sentido do próprio valor cultural, como tantas vezes ocorre com os colonizados.

Segundo Kaplan (1982), toda política que expressa um crescimento ou desenvolvimento pressupõe níveis e etapas de ação permanente por parte do estado, exigindo uma decisão política. São etapas que englobam desde o simples intervencionismo, passando pelo dirigismo até as variantes do planejamento. No Brasil, segundo Ianni (1979), medidas intervencionistas já eram adotadas pelos governantes brasileiros nas décadas anteriores a 1930.

Coutinho (2003) informa que no pós-guerra o país experimentou três grandes ciclos de desenvolvimento: no período Juscelino Kubitschek (1955-1960), o “milagre econômico” sob Delfim Neto (1967-1973) enquanto Ministro da Fazenda, e no governo Geisel, com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) II (1974-1978). Ciclos articulados pelo estado, por meio de blocos diretos de investimento público em infraestruturas ou por intermédio de grandes estatais e de grandes agências financeiras públicas, como o Banco do Brasil e Petrobrás, entre outras, levando à montagem de grandes cadeias industriais.

De acordo com Dallabrida (2010), entre as décadas de 1950 e 1970 o Brasil adotou as concepções teóricas recomendadas por diversos autores de políticas econômicas, sintetizadas em um modelo de intervenção estatal, chamado Desenvolvimentista. Nesse modelo, a industrialização era vista como a única forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza, a qual deveria ser planejada, apoiada e conduzida pelo estado. Para Coutinho (2003), nos anos de 1990, após a crise dos anos de 1980, o desmonte de um projeto de desenvolvimento se concretizou devido à adoção, por parte do governo e da elite brasileira, de uma postura liberal que, em vez de se postular o saneamento, a reorganização e a reconstrução dos mecanismos estatais de governança, optou pelo foco quase que exclusivo na estabilização monetária do país.

Segundo Souza (2003), desde a década de 1950 existe a preocupação com o desenvolvimento, palavra usada normalmente como simples forma abreviada que se refere ao desenvolvimento econômico, e que na sua essência é uma combinação de

duas coisas: crescimento econômico e modernização tecnológica. Por outro lado, desde a década de 1970, mesmo entre os economistas mais conservadores, inclusive os vinculados ao Banco Mundial, tem havido consenso de que é preciso criar instituições e programas específicos voltados para a redistribuição de renda e a satisfação de necessidades básicas. Diante desse contexto, sabe-se que o desenvolvimento econômico tende a não acompanhar a melhoria nos indicadores sociais.

A concepção de desenvolvimento deve contemplar uma perspectiva multidimensional: social, econômica, cultural, política, espacial e histórica. Nesse sentido, o desenvolvimento é, segundo Dallabrida (2010, p. 154-155), um “[...] fenômeno complexo que se realiza sempre em territórios específicos. Resulta de dinâmicas socioeconômicas-culturais muitas vezes conflituosas e da manifestação de forças contrárias”.

De acordo com Carlos (2014), a condição histórica do capitalismo se repõe constantemente como aquela da realização da desigualdade que, com o seu desenvolvimento, ganha novos contornos. Como consequência, aprofundam-se a extrema concentração de renda, o aumento do desemprego, a deterioração do emprego formal e a fome - exemplos do desdobramento de uma história anunciada. É sob o capital que a desigualdade se expressa, na concentração da riqueza nas mãos de uma classe. Esse processo se materializa no espaço, nos termos de sua produção social, que define o lugar de cada um, e de tudo o que ela implica para a realização da vida humana, incluindo o lazer e, conseqüentemente, o turismo.

Tal desigualdade também define as estratégias que fundamentam o ato de planejar como estratégia de classe que visa à reprodução ampliada do capital. O modelo de desenvolvimento econômico defendido e adotado até hoje no país não pode continuar sendo assim pensado, como afirma Souza (2003). Quando se percebe alguns limites fundamentais do modelo social capitalista, como o seu caráter antiecológico, devido ao imperativo do crescimento e à exploração do trabalho assalariado inerente ao modo de produção capitalista, o contexto em que se dá o desenvolvimento deve ser questionado.

[...] enquanto houver *heteronomia* – isto é, enquanto houver assimetria estrutural do poder (dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados), enquanto houver iniquidades, pobreza e injustiça, enquanto houver relações de rapina ambiental em larga escala (em detrimento de interesses difusos, mas particularmente em detrimento de determinados grupos e em benefício imediato de outros) –, fará sentido almejar uma mudança para melhor na sociedade, rumo a mais *autonomia* (SOUZA, 2015, p. 265, grifo do autor).

Para o autor, heteronomia deve ser entendida por norma, regra, lei e costume, imposta de cima para baixo, realizada por uma potência invasora. A justificativa da preocupação com o desenvolvimento sócio-espacial se dá teórico-epistemologicamente como uma tentativa de superação e oposição à ideologia capitalista e eurocêntrica do desenvolvimento econômico e do ponto de vista ético-político.

Não se espera que todos os países e regiões tenham chance de alcançar e manter tal nível de desenvolvimento econômico. Há vários outros fatores que impedem esse desenvolvimento e que perpetuam as desigualdades internacionais, como a separação tecnológica crescente entre os países centrais e periféricos, barreiras protecionistas à importação de produtos dos países periféricos, fatores geopolíticos, como pressões diplomáticas, intervenções militares e outros. Também deve-se considerar os limites ecológicos a uma expansão planetária nos padrões de consumo dos países centrais. Assim, o desenvolvimento não deve ser visto como sinônimo de conquistar mais do mesmo no interior do modelo capitalista, ou seja, perseguir altas taxas de crescimento e maior modernização tecnológica (SOUZA, 2015).

Como indaga Souza (2003), se o desenvolvimento econômico, por si só, é ineficiente, ou pode até mesmo estar sendo conduzido de modo social e ecologicamente inadequado, que tipo de desenvolvimento interessa, então, ao indivíduo comum, não pertencente às elites econômicas do planeta? O autor fala do desenvolvimento social, desde que esteja implícita a totalidade social em suas várias dimensões: econômica, política e cultural, e ainda o que se pode chamar de dimensão espacial da sociedade: o espaço social.

Souza (2003) explica que o espaço social, que é a natureza transformada pelas relações sociais, é ao mesmo tempo um produto das relações sociais e um condicionador dessas relações. Reflete, portanto, o tipo de sociedade que o produziu e influencia os processos sociais subsequentes. Não é só o espaço em seu

sentido material que condiciona as relações sociais, mas também as relações de poder projetadas no espaço (espaço enquanto território) e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço (espaço vivido e sentido, dotado de significado pelos que nele vivem). Tudo isso serve de referência para as relações sociais: barreiras e fronteiras físicas ou imaginárias; espaços naturais ou construídos que, por razões econômicas, políticas e culturais, resistem ao tempo e às investidas modernizantes, como também imagens positivas ou negativas associadas a certos locais.

Porém, para Carlos (2014), o desenvolvimento que traz efeitos colaterais sérios não é legítimo e não merece ser chamado como tal. Frente às transformações que o país vem vivenciando, nos mais de cinquenta anos de planejamento e ação estatal, o país avançou em algumas questões, porém ainda permanecem as desigualdades sócio-espaciais. Assim, o desenvolvimento sócio-espacial deve ser entendido como afirma Souza (2015), como o enfretamento da heteronomia e a conquista de mais e mais autonomia, o que não pode ser feito sem a consideração complexa e densa da dimensão espacial em suas várias facetas.

Segundo o autor, a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, principalmente no que se refere a fatores de injustiça social, e melhoria da qualidade de vida. Ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento no âmbito regional, nacional etc. (SOUZA, 2002a).

Portanto, pensar a mudança social pressupõe, obrigatoriamente, que é preciso pensar também o espaço e a espacialidade, no contexto da sociedade concreta. Dessa maneira, a Geografia vem desde o século XIX trazendo importantes contribuições para se (re)pensar essa mudança sócio-espacial por meio de suas abordagens éticas e político-filosóficas (SOUZA, 2015). A partir dessa análise dos conceitos de planejamento enquanto indutores do desenvolvimento, será discutido, a seguir, no contexto regional.

1.5 ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O fenômeno do desenvolvimento só pode ser entendido em cada realidade concreta, considerando as especificidades de cada país ou região no enfrentamento de problemas que lhes são específicos, como o complexo de recursos naturais, as

correntes migratórias e a ordem institucional. Por isso, cada abordagem teórica precisa ser validada em cada realidade socioeconômica-cultural e em cada tempo histórico. Porém, sem dúvida o uso do planejamento regional para se pensar estratégias de desenvolvimento é admitido por quase todos os teóricos da área.

Segundo Lopes (2001), os estudos com interesse no Desenvolvimento Regional são recentes, mas a evolução das preocupações analíticas e teóricas sobre a organização da sociedade em termos espaciais são antigas, apesar de não terem recebido a devida relevância. Pode-se dizer que os estudos de base regional despertaram após a segunda guerra com o aparecimento das primeiras organizações internacionais. Os primeiros estudos regionais sistemáticos foram determinados por preocupações com o crescimento econômico. Nesse estudo, a concepção de Desenvolvimento Regional é assentada nos conceitos de desenvolvimento e não de crescimento, para que fique claro.

Dallabrida (2017), em seu livro “Teorias do Desenvolvimento”, traz uma importante contribuição teórica e metodológica sobre a temática do desenvolvimento territorial em várias correntes epistemológicas, nas teorias clássicas, latino-americana e as abordagens mais recentes em variados enfoques. O autor procura, com isso, explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios e países. Prefere o termo desenvolvimento territorial como referência ao desenvolvimento, por entender que esse é um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população.

Boiser (1996) ressalta que para compreender o fenômeno do desenvolvimento há que se considerar dois motivos do ponto de vista intelectual e político no desenvolvimento territorial: um de ordem macro e outro de ordem micro nos países. Na perspectiva macro, as tendências políticas e econômicas de escala mundial provocam mudanças significativas na geografia política. Como consequência, criam territórios dentro dos países (subnacionais), os quais passam a ser novos atores na competição internacional por capital. Isso permite a demanda por descentralização, o que inclui a descentralização política/territorial, aumentando a importância do remanejamento territorial.

Na perspectiva micro, reconhece-se cada indivíduo para a realização do seu projeto de vida que fica na dependência do comportamento do entorno em que vive. A avaliação negativa dessa relação contribui para muitas decisões de migração, fato que vem ocorrendo na região do Vale do Ivaí e que se tornou uma grande preocupação quando se discute o desenvolvimento. Quase todos os 26 municípios são de pequeno porte e, devido a poucas oportunidades de renda, vem perdendo população economicamente ativa ano a ano.

Para Souza (2002a), é costume que pesquisadores e planejadores utilizem quatro vocábulos referenciais espaço-escalares para designarem a realidade e propor intervenções: o local, o regional, o nacional e o internacional. Para o autor, geralmente estes são empregados de maneira pouco refletida, o que não quer dizer que isso impeça a comunicação, mas dificulta a construção de um discurso teoricamente consistente e minimamente preciso.

Dessa maneira, um problema conceitual comum é designar um local como sendo o município e também como cidade ou sede de um município. O nacional, por vezes, é utilizado com sendo sinônimo de país (estado-nação), o que não atende às reivindicações de nações territorializadas, mas desprovidas de estados. De forma simplificada, a classificação que se tem e que necessita de aperfeiçoamento é apresentada no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação das escalas geográficas para fins de planejamento

Escala geográfica	Plano/atividade de planejamento ou gestão
Internacional	Planejamento econômico (menos ou mais especializado) realizado por grandes empresas transnacionais e entidades supranacionais, como grupo de países.
Nacional	O Brasil não possui tradição em planejamento nessa escala por suas dimensões, complexidade e pouca cultura de planejamento. Nível em que se estimula e orienta o desenvolvimento do país considerando as diversas regiões em conjunto.
Regional	Planos de desenvolvimento regional realizados por agências de desenvolvimento.
Macrolocal	Planos de desenvolvimento e macrozoneamentos de regiões metropolitanas
Mesolocal	Planos diretores municipais específicos, referentes a uma única cidade; divisões municipais para fins de gestão orçamentaria participativa.
Microlocal	Projetos de estruturação urbana. Projetos que detalham o plano diretor para cada setor geográfico.

Fonte: adaptado de Souza (2002a, p. 113).

Ressalta-se que esta classificação é de 2002. A escala regional é a escolhida para ser analisada aqui por corresponder a um dos temas centrais dessa pesquisa. Logo, os conceitos de região e regionalização foram apreendidos pela atividade

turística, por meio do planejamento. Para fins de planejamento e gestão, região é importante por se constituir como a moldura do nível local e também porque muitas vezes coincide com um território político-administrativo formal e com um certo nível de governo, como estados, províncias e outros. Dada a grande diversidade de situações, é impossível formalizar e fixar seu número.

Ao compreender uma região como um espaço vivido e sentido/percebido, embute-se a ideia de densidade cultural, imagética, simbólica e histórica, entre o nível local e a escala do país. Portanto, é possível coexistirem dois, três e até mais níveis regionais, ou seja, subconjuntos de um conjunto maior. Em nível regional de forte densidade, pode-se encontrar sub-regiões (microrregiões) que estão inseridas em um conjunto regional maior (macrorregião).

Lopes (2001) explica que o planejamento é de suma importância na problemática do Desenvolvimento Regional. Desse modo, o planejamento regional padece de três tipos de limitações básicas. A primeira é em relação ao baixo nível de integração, verificada entre a política regional e em outros tipos de planejamentos, como os setoriais e até mesmo o nacional. A segunda limitação é de natureza técnica, pela reduzida flexibilidade dos planos regionais na dificuldade de integração interdisciplinar. Por fim, a terceira limitação tem a ver com a dificuldade em delimitar regiões-plano. O Vale do Ivaí é definido por diferentes regionalizações, havendo várias regiões em seu espaço para fins de planejamento.

Tentar explicar o sucesso e o insucesso das regiões não é tarefa fácil, já que não existe consenso no campo teórico, porém se aceita que as desigualdades são uma dimensão do desenvolvimento. São consequências do modelo de produção com marcas perceptíveis no território, estabelecidas por meio da estrutura econômica e social. Porém, sua persistência ou agravamento não é desejável e nem aceitável do ponto de vista do estado, que deve se preocupar com o a totalidade do território. O aprofundamento das desigualdades acentua as diferenças na exclusão de porções do território e suas populações. A busca para enfrentar esses problemas tem sido um desafio na proposição de políticas públicas (CARGNIN, 2011).

Todas as políticas que possuem uma estratégia de intervenção definida no território e que possuem instrumentos de intervenção na realidade podem ser consideradas políticas territoriais relativas ao desenvolvimento regional de áreas

urbanas, regiões, políticas, ambientais e de desenvolvimento agrário, como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo que será estudado aqui.

Nesta pesquisa, não se entendeu ser necessário fazer um levantamento histórico completo da política de desenvolvimento regional no Brasil. Mas é preciso considerar alguns pontos que nortearam a atividade no país ao longo do tempo. Após cerca de vinte anos, o planejamento territorial ficou relegado a um segundo plano. No plano nacional, a preocupação com as desigualdades regionais foi retomada com a publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no ano de 2003, instituída em 2007. Mas as bases da política já haviam sido alicerçadas na Constituição Brasileira de 1988. As consequências da marginalização dessa temática foram profundas e de difícil reversão, como o desmonte do aparato existente. Em relação ao PNDR, Cargnin (2011, p. 70) explica que o documento

[...] trata da redução das desigualdades regionais entre as regiões brasileiras, historicamente construídas durante a formação territorial do País e agravadas pela dinâmica dos mercados. Sua construção incorpora aspectos da discussão que acompanha a retomada do planejamento territorial, com instrumentos voltados para o desenvolvimento local associados a uma estratégia nacional de redução das desigualdades regionais.

Muitas unidades da Federação também têm atuado no sentido de propor medidas ao planejamento de seus territórios, no sentido de incluir regiões que ficaram à margem do processo de desenvolvimento. No Paraná, a região do Vale do Ivaí é considerada como uma das nove regiões prioritárias para a inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável no estudo “Vários Paraná”, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 2005. Em 2013, foi incluída no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

Na tentativa de explicar as desigualdades entre as regiões, Theis (2009) comenta que a lei do desenvolvimento desigual e combinado se constitui em uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, ou seja, a natureza geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. Porém, não se trata apenas da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos, mas daquela produzida pelo capitalismo, marcada pela

divisão territorial do trabalho, isto é, a concentração de unidades produtivas de alguns setores e gêneros em determinados lugares/regiões.

A tecnologia é considerada o elemento capaz de promover ou ampliar a diferenciação do espaço, por ser um veículo para expansão do capital e fator de desenvolvimento. É a competição que promove a necessidade de inovação. Com o tempo, a competição promove relocações da atividade econômica em direção a regiões mais vantajosas, mais lucrativas, para formas específicas de produção. Nessa reconfiguração, o espaço urbano se torna mais vantajoso pelos seguintes motivos:

[...] concentrarem funções de comando e controle, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e finanças, assim se tornando particularmente atrativos para certos capitais e certas formas de produção – o que pode levar a economias de aglomeração (THEIS, 2009, p. 248).

Esse processo de centralização e dispersão resulta em constantes mudanças na paisagem geográfica, expressão concreta do desenvolvimento geográfico desigual. Desse modo, a região é classificada em dois tipos: as regiões bem sucedidas e as regiões perdedoras. As primeiras são espaços nos quais a economia tende a crescer e a sociedade tende a se tornar mais rica. A segunda constitui espaços nos quais o processo de acumulação parece estar travado e como consequência, sua sociedade parece empobrecer além da pobreza herdada. Nesse caso, o capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas, entre as diversas escalas, e se move em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são altas.

No caso do Vale do Ivaí, existe uma descrença sobre a atração de grandes indústrias, até mesmo pela localização da maioria dos municípios, distantes de grandes centros. Por isso, os projetos atuais estão sendo elaborados no sentido de dinamizar a agricultura familiar, como na aposta da fruticultura para oportunidade de renda e como aumento desta. Acredita-se que essa seja uma atividade que poderá trazer benefícios da fruta in natura na agroindústria, em que o turismo também seria uma opção por meio da possibilidade da criação de um circuito das frutas com opção de colhe e pague. Nessa oferta, incluem-se atividades de turismo rural, como apontado pelo estudo ainda em elaboração da Paraná Projetos. Esse assunto será tratado em capítulo específico.

Sobre o papel do estado no desenvolvimento regional, Santos (2000) ressalta que o estado continua forte, por dispor de condições de regulação nas regiões, financiando e construindo infraestrutura, ou seja, disponibilizando condições para viabilidade para criação de novos negócios. Para Buarque (2002), uma das questões do desenvolvimento regional é o fato de a região ter deixado sua capacidade para atrair novos projetos e ter passado a gerar internamente as condições de transformação das suas estruturas produtivas, em uma visão de desenvolvimento endógeno. Foi sendo, assim, um desenvolvimento pautado em uma gestão regional, inserido em um contexto de globalização eficiente dos seus atrativos culturais e naturais. O estado em contexto regional deve ofertar condições para que agentes locais criem negócios por meio de pequenas e médias empresas, valorizando, dessa forma, a econômica territorial. As propostas de sugestões para se planejar o turismo no Vale do Ivaí estão pautadas nessa linha de pensamento, ou seja, a partir do desenvolvimento endógeno.

Dallabrida (2017) alerta que, no mínimo, os planejadores regionais deveriam participar efetivamente dos processos de debate sobre alternativas de desenvolvimento, sendo incorporados às equipes técnicas que decidem a política econômica. Porém, incluir a sociedade regional como ator no processo de desenvolvimento é um grande desafio. Isso implica na condição do cidadão participar duplamente no processo de decisão. Um representado pelo estado, como figura política, e outro como ator regional propriamente dito, participando em diferentes fóruns regionais, em que são colocadas em discussão e são definidas as estratégias de desenvolvimento.

A capacidade de organização social regional é crucial e complexa de pensar o desenvolvimento regional por tratar-se ou não de atores regionais que possam se mobilizar politicamente em prol dos interesses coletivos, superando os interesses de classes ou corporativos. Um desses modelos são as redes associativas ou as estruturas sociais regionais e a governança territorial. No caso do Turismo, a Instância de Governança Regional é a responsável pelo operacional da atividade na região, mas por falta de clareza do seu papel e da dificuldade de infraestrutura, se apresenta atualmente como um grande desafio ao PRT, como discutido em capítulo específico.

Além dos limites do poder local, existem práticas viciadas de participação, e isso tem que ser considerado. Em outras palavras, significa dizer que os fóruns que possibilitam a participação da sociedade em geral, existem. Mas como ressalta Dallabrida (2017), apesar ter como propósito a prática cidadã, a criação dessas instituições nem sempre produzem uma maior democratização da administração pública ou uma maior participação dos cidadãos. O perigo está em atores regionais e membros dos movimentos sociais que são submetidos às relações de poder público ou ao domínio do discurso de especialistas, na construção de coalizões locais para a disputa de recursos públicos.

No Brasil existem vários centros regionais de pesquisa, desenvolvimento e apoio aos setores produtivos, como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional de Apoio à Indústria, Comércio e Agricultura (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e instituições de ensino como as universidades. No Vale do Ivaí, verificou-se a participação dessas instituições, inclusive no planejamento do turismo e na criação de alguns fóruns, conselhos e comitês de desenvolvimento nos últimos anos. Mas, apesar da participação da comunidade, verifica-se que muitas destas tratam de assuntos parecidos e com pouca ação prática. Além disso, verifica-se que em várias dessas instituições são os mesmos representantes que participam, entre outros problemas.

Torna-se, portanto, necessário refletir criticamente sobre certos espaços públicos construídos sob a forma de fóruns e conselhos, preocupados com a construção de propostas consensuais, de forma participativa. Essa observação em relação a essas instituições não deve significar desprezo e sim a necessidade de qualificar a democracia que nelas impera. Como afirma Dallabrida (2017, p. 177),

[...] poder de decisão de determinados atores, sejam políticos ou empresários, muitas vezes, impede o debate crítico, com o que determinadas decisões seriam questionadas, revertendo tendências de mandonismo, clientelismo, politicagens de todos os tipos, decisões centralizadas, ou votações que apenas referendam decisões já tomadas em outra instância.

Por fim, Furtado (1999) aponta algumas saídas para o Brasil e para superação do subdesenvolvimento. Porém, deixa claro que a saída para a solução

dos problemas é de natureza política. Em primeiro lugar, deve-se reverter o processo de concentração de propriedade privada e de renda, base dos problemas sociais brasileiros. Em segundo lugar, promover a superação dos atrasos nos investimentos em educação, saúde e bem-estar social do conjunto da população brasileira. E, por fim, a inserção do país no processo de globalização, no setor tecnológico voltado para o mercado interno. São mudanças estruturais que, segundo Dallabrida (2017), somente poderão ser concretizadas pelo estado nacional, e não pelo mercado.

Desenvolvimento regional significa autonomia para a localidade, e o estado deve contribuir para a capacidade de dinamização das regiões por meio de políticas públicas, como forma de dinamizar e impulsionar ações, tendo como objetivo principal a melhora da qualidade de vida da população na região. Essa pesquisa se propôs a entender como isso ocorre via política pública de regionalização do turismo.

1.6 O TURISMO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao abordar a questão do planejamento do turismo, Lickorish e Jenkins (2000) ressaltam que é útil fazer uma distinção entre os países desenvolvidos e aqueles considerados em desenvolvimento. Os países desenvolvidos, em sua maioria, não apresentam mecanismo de planejamento formal do turismo. Este é feito e em geral incorporado aos planos regionais, e não aos nacionais. O planejamento em nível nacional se dá geralmente devido ao tamanho do país, e em nível subnacional por meio de planos de turismo.

Por outro lado, em países em desenvolvimento o planejamento é uma prática bem estabelecida, com base em planos de duração de cinco anos, como é o caso do Brasil. Em alguns países em que a atividade turística é relevante, é comum que se encontre um capítulo dedicado ao setor no plano nacional. Cabe, portanto, ao estado, primeiro decidir se dará ou não ao turismo um tratamento diferenciado, incentivando ou não a atividade.

A visão sistêmica da concentração regional das atividades produtivas é uma estratégia relevante para entender as variáveis que dificultam ou impulsionam o desenvolvimento. Além disso, essa contextualização teórico-espacial possibilita identificar e validar elementos relevantes da estrutura do modelo de análise da realidade das cadeias produtivas, que constituem a macrocadeia produtiva do turismo regional (TOMAZZONI, 2009, p. 45).

De acordo com Lopes (2001), estudos de base regional são relativamente recentes, iniciando-se no pós-guerra com o surgimento das primeiras organizações internacionais ligadas à área de planejamento e em programas de ensino e pesquisa. O auge aconteceu nos Estados Unidos em 1957, quando 140 universidades desenvolviam estudos, e governos de variados países pretendiam se situar no campo mais complexo das políticas. Já o planejamento estratégico mudou o foco do contexto dos negócios para o do planejamento regional e urbano nos anos de 1980. Essa abordagem de planejamento estratégico foi incorporada ao turismo, enfatizando os seguintes elementos:

- [...] análise do ambiente competitivo para definição das estratégias das empresas e das destinações;
- definição do tempo de planejamento com base em técnicas de previsão e prospecção;
- ênfase em participação social e na criação de canais de coordenação e cooperação entre parceiros investidores;
- valorização do planejamento como um processo permanente, flexível e integrado de gestão (TOMAZZONI, 2009, p. 82).

O desenvolvimento regional, segundo Garrido (2006), pode ser apresentado em duas correntes principais, considerando suas origens e o processo de instalação. A primeira está relacionada ao planejamento centralizado de um Estado Nacional, entendido como desenvolvimento de “cima para baixo”. A segunda corrente, conhecida como desenvolvimento endógeno ou local, propõe um modelo de “baixo para cima”, caracterizado como uma forma alternativa de desenvolvimento. Nas bases para o planejamento regional de turismo de base local, a atividade pode influenciar na organização do espaço geográfico. Xavier (2007, p. 66) aborda o conceito de percepção geográfica da seguinte forma:

A construção do espaço pelo turismo é percebida de maneiras diferenciadas pelos grupos de pessoas envolvidas com a atividade. Entre esses grupos, estão os políticos, os planejadores e os técnicos, além do grupo de turistas e da comunidade receptora. Cada um desses grupos tem percepções diferentes e participa de maneiras diferentes da construção do espaço turístico, pois eles têm atitudes e condutas diferentes.

Segundo Souza (2002b), a literatura científica sobre o desenvolvimento não tem dedicado uma atenção à altura da importância do turismo. As razões para isso não são muito claras, existindo algumas hipóteses: talvez pelo fato de o turismo de massa ser um fenômeno relativamente recente, pós-Segunda Guerra Mundial; talvez por não ter a mesma importância para os países, regiões e municípios, ou ainda porque o turismo frequentemente está associado ao lazer e ao descanso, não sendo visto, embora isso pareça absurdo, como um assunto sério.

Desse modo, o turismo, diante de toda sua complexidade e dos impactos positivos e negativos importantes sobre as relações sociais e o ambiente, merece uma reflexão teórica. Hoje, passados 15 anos da época em que Souza escreveu sobre esse assunto, muita coisa aconteceu na área da política de turismo, como a implantação do Programa de Regionalização do Turismo. Na área da pesquisa científica, é possível encontrar autores que abordam esse assunto em alguns livros, artigos científicos, teses e dissertações. Porém, esse é um assunto que merece discussão ainda mais ampla.

Souza (2002b) contribui para a discussão com uma reflexão sobre o significado do turismo para o desenvolvimento sócio-espacial. Duas questões que, segundo ele, ainda merecem respostas, versam sobre quem ganha e quem perde com essa atividade. É óbvio que os turistas, em princípio, ganham com o turismo, caso contrário a análise custo/benefício embutida em sua decisão de fazer turismo não os estimularia a praticá-lo. A população da área de destino vai depender de quem se está falando, pois certos grupos ou segmentos podem lucrar até mesmo com o turismo mais predatório, enquanto outros podem ser seriamente prejudicados e ter até mesmo seus recursos vitais de sobrevivência ameaçados.

Assim, quanto mais frágil (socioeconômica e politicamente) é um grupo, maior tende a ser a sua dependência para com os recursos locais. Outras análises também são pertinentes. A primeira está relacionada à questão da autonomia, pois o desenvolvimento sócio-espacial pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir seus destinos, até mesmo para disciplinar o turismo conforme seus interesses e as suas necessidades, ou seja:

Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com os seus interesses; dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer o desenvolvimento sócio-espacial duradouro (SOUZA, 2002b, p. 20).

É preciso considerar os diferentes graus de complexidade devido ao contraste produzido pelo contato regular entre grupos socioeconômico e culturalmente distintos. A assimetria de renda e as diferenças culturais podem ser negativas e traumáticas. No caso de o turismo acontecer em locais em que os residentes tenham renda muito inferior à dos turistas, podem ser estimulados problemas sociais como a exploração sexual, a mendicância, o trabalho infantil e a perda coletiva de autoestima, por exemplo (SOUZA, 2002b). Essa deve ser uma das preocupações no planejamento do turismo do Vale do Ivaí. Por ser uma região economicamente pobre, as estratégias para o desenvolvimento regional devem ser muito bem pensadas e discutidas, principalmente as de longo prazo.

O turismo pode gerar benefícios econômicos em níveis local, regional e nacional, porém esses benefícios devem chegar à população, principalmente às pessoas mais empobrecidas. Cabe ao poder público a tarefa de direcionar a política de turismo de uma localidade, buscando, por meio de parcerias com os segmentos do setor, os investimentos e formas de comercialização do “produto” turístico (ROSE, 2002).

Muitos centros de entretenimento instalados em locais privilegiados e, não raro, em espaços públicos são empreendimentos de grandes empresas, que, muitas vezes, exploram o potencial de uma região sem dar retornos expressivos não apenas ao País, Estado ou Município, mas, sobretudo, para a classe trabalhadora e a população local, que se mantêm desprovidas desse direito e nem sempre contribuem para a preservação do capital natural da região e para a recuperação dos patrimônios histórico e cultural existentes (ZINGONI, 2002, p. 60).

Ruschmann (1997) alerta que a extrema valorização dos aspectos econômicos do turismo acaba negligenciando os aspectos relacionados ao meio ambiente natural, cultural e os aspectos sociais das comunidades receptoras. Conseqüentemente, quando os atrativos locais perdem a atratividade, os investidores se retiram ou reduzem as tarifas dos equipamentos, comprometendo de forma irrecuperável a imagem desse destino. Mas é válido ressaltar que não são todas as intervenções do turismo que se traduzem necessariamente na agressão ou

na degradação do meio ambiente natural ou cultural. Toda transformação econômica ou social, independentemente de sua origem, pode provocar modificações na relação ser humano com seu espaço.

Nesse sentido, é preciso ter cautela ao se responsabilizar o turismo por determinadas agressões ao meio em que está inserido, pois existem muitas vantagens na atividade que devem ser observadas. O que se defende nessa pesquisa é que, como atividade econômica, o turismo precisa ser pensado e planejado em prol do desenvolvimento, não beneficiando apenas poucos que só visam ao lucro por si só. Para que o turismo não se torne uma atividade de “exploração”, é preciso que a comunidade local seja inserida com respeito nesse processo.

Segundo Zingoni (2002), as diferentes formas de consumo levaram a uma ampliação dos serviços, e o lazer pode surgir como um componente fundamental no processo de desenvolvimento econômico, com a geração de emprego em diversas atividades e espaços, como teatros, casas noturnas, shows, feiras de artesanato etc. A coletividade de uma região que deseje sustentar-se pelo lazer, com festas, parques, excursões, passeios, hospedagem e esportes, por exemplo, precisa estar amparada em alguns pilares, como a noção de estratégia de desenvolvimento para toda a região, a participação de diferentes segmentos sociais, o entendimento amplo do patrimônio cultural, a valorização e a conservação dos recursos naturais, a educação e o treinamento da população para as atividades (PIMENTEL, 2002).

Nas regiões turísticas do Paraná, por exemplo, observa-se o crescimento do número de eventos ligados aos esportes, como as caminhadas em áreas rurais, seja para apenas estar em meio à natureza ou por motivos religiosos, principalmente no Vale do Ivaí, assunto que será melhor discutido à frente. As festas típicas dos municípios são muito divulgadas, como as exposições e as feiras. Logo, um polo turístico regional pode contribuir para o desenvolvimento de várias cadeias produtivas das regiões que o cercam, beneficiando-as em vários aspectos.

Embora enfrente o desafio permanente da atual globalização econômica e cultural que na dinâmica dos negócios parece tomar-lhe a dianteira, derrubando limites geográficos, valores institucionais e metas estabelecidas, o Estado continua sendo a única entidade legítima da sociedade estruturada (BENI, 2002, p. 79).

No turismo, pode-se considerar o *cluster* como um dos modelos multiorganizacionais mais apropriados para a estruturação das regiões de destino face a sua natureza transdisciplinar. Tal natureza está aliada à necessidade de promover o estabelecimento de parcerias entre diversos subsegmentos que formam o atrativo turístico, sejam empresas de pequeno, médio ou de grande porte. Geralmente, um *cluster* turístico melhora a reputação de uma região em determinado setor. No entendimento de muitos autores, como Beni (2002), Fratucci (2009) e Coriolano e Vasconcelos (2013), o desenvolvimento regional deverá ser impulsionado com a implementação de *clusters* turísticos que

[...] são exemplos de opções de desenvolvimento regional por oferecerem potenciais de criação não apenas de vantagens competitivas e de localização, mas por criarem e aproveitarem externalidades, priorizarem infraestruturas básicas – capital social – trabalharem o conhecimento tácito – cultura, sentimento de pertença, intuição, valores regionais, emoção, entre outros, para valorização humana. A ideia de clusters não remete apenas à economia, mas à filosofia voltada às pessoas e aos lugares (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013, p. 100).

Porém, uma das desvantagens desse modelo se refere à superdependência econômica a um único padrão de atividade, ou seja, o destino turístico tende a depender unicamente do turismo como atividade que movimenta a economia local. Para evitar que isso aconteça, recomenda-se que os destinos turísticos busquem a diversificação econômica, em mais de uma atividade e em mais de um setor de atividade. Quando não for possível, devem buscar promover a diversificação dentro do próprio turismo por meio do incremento de um ou mais segmentos e/ou nicho de mercado (GARRIDO, 2006). Há que se considerar, no conceito de *cluster*, a

[...] gestão compartilhada e participação mútua em custos; que compreendam corretamente os impactos turísticos e a distribuição justa de custo e benefícios, a geração de empregos locais, diretos e indiretos, a inclusão social e a redução da pobreza; que contemplem devidamente a estimulação de negócios lucrativos, a injeção de capital e dinheiro na economia local, a redistribuição de renda, a transferência de benefício e renda de uma região mais rica para outra mais pobre – contribuindo para um maior equilíbrio intra-regional – e, finalmente, que abranjam a coesão social e política, a cultura associativa e a rede de empresas com vantagens comparativas e competitivas (BENI, 2006, p. 33).

Portanto, ao se trabalhar a categorização, ou seja, com o agrupamento de municípios que pertencem a um mesmo patamar de desenvolvimento e que já têm

uma expressão forte na atividade, pode-se não necessariamente atender ao conceito de *clusters*, como apontado por Beni. Isso acontece, segundo ele, pela falta de conhecimento da ponta, ou seja, dos municípios e IGRs sobre o real sentido da regionalização. Essa é uma situação identificada na regionalização do turismo do Paraná por meio das falas dos entrevistados.

Conforme destacam Fazenda, Silva e Costa (2008), existem várias razões para a existência de organizações turísticas no âmbito regional, como as necessidades de desenvolvimento econômico regional. Também há o crescimento das férias tipo *tours*, que se estendem pela área a visitar, não se limitando apenas a um local em particular.

O fato de as regiões possibilitarem uma base para a formulação de “produtos turísticos” coerentes pode ser objeto de uma promoção integrada e devidamente direcionada para segmentos de mercado-alvo permitirem a criação de redes de ligação, coordenação e cooperação entre os diversos agentes e atores institucionais.

Coriolano e Vasconcelos (2013) consideram que geralmente empresas, muitas delas de capital estrangeiro, quando em um pequeno lugar ou comunidade, empregam poucas pessoas, não assumem compromisso social e pouco contribuem com a região e com o lugar. Muitas vezes são liberadas de impostos por anos, recebem subsídios de governos, são isentas de fiscalização e de responsabilidade social pelos impactos negativos que causam. A maioria desses empreendimentos não se compromete com as regiões onde se alocam, desconsiderando a população residente.

No norte Paraná, está em construção um *resort*, o primeiro da rede *Hard Rock* no Brasil, com investimentos em torno de 90 milhões de reais e com a expectativa de atender mil hóspedes por dia. Está localizado na Ilha do Sol, no meio da represa Capivara, no município de Sertaneja, com abertura prevista para 2019. A estrutura se assemelha a unidades da rede em Punta Cana, na República Dominicana, Cancún, no México, e Orlando, nos Estados Unidos (GRANDI, 2018a). Sertaneja é um município com cerca de seis mil habitantes e existe preocupação com os impactos sociais, econômicos e ambientais que o empreendimento venha causar na região. Esse caso, explicita a importância dos estudos acadêmicos para entender como isso afetará o município.

Nesse contexto, as propostas para regiões específicas precisam considerar suas contradições, salvaguardando diferenciais, ou aquilo que faz o lugar único. Nesse sentido, podem ser criadas atividades complementares de geração de trabalho e ocupação no turismo. Existem estudos que demonstram como o turismo de grandes empreendimentos, do tipo *resort* de cadeias internacionais, pouco contribui para o desenvolvimento local. Muitos causam graves problemas de ordem ambiental e social.

Por isso, é importante investir e estimular a criação de empreendimentos voltados ao local, incluindo os pequenos negócios, com resultados próximos das populações, como pequenas pousadas, restaurantes, vendas de *souvenires*, inserindo-os na cadeia produtiva do turismo. No Vale do Ivaí, não existe empreendimentos do tipo *resort* ou hotéis de rede. A maioria dos empreendimentos hoteleiros são familiares. Em Borrazópolis um empreendimento de hospedagem se autodeclara *resort* rural, porém, por sua infraestrutura de poucos leitos e características rurais, configura-se mais como uma pousada rural.

Nossa elite pouco fez para a formação de uma economia brasileira em bases inteiramente nacionais ao reproduzir uma estrutura que não logrou ainda superar inteiramente seu passado colonial. Isso permite compreender como as práticas de lazer no contexto do turismo rural ou no espaço rural permanecem elitistas, como os hotéis fazendas, condomínios rurais, chácaras de lazer. Pimentel (2002, p. 93) afirma que: “[...] na verdade, a exploração turística do meio rural parece inovadora, mas reproduz o desleixo colonial frente às necessidades da localidade”. Muitas vezes os programas elaborados para o desenvolvimento regional acabam reforçando o poder de uma determinada classe social e trazendo qualidade de vida apenas aos mais favorecidos, ou seja, à burguesia local e aos turistas.

O turismo, muitas vezes, é mais uma forma de exploração de belezas naturais de países pobres, especialmente de regiões tropicais que, dependentes de avanços tecnológicos, são detentoras de áreas naturais menos degradadas e não tão fortemente atingidas pela poluição. E, assim, contraria a promoção do desenvolvimento regional, cujos trabalhos não fazem crescer a economia local, nem valorizam o homem, nem sua decisão, autonomia, mas apenas legitimam experiências do Estado, sem proporcionar melhoria de vida à maioria dos residentes. Isso significa omitir-se na promoção e produção da riqueza regional e da redistribuição da riqueza de forma solidária, partilhada e justa (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013, p. 106).

O desenvolvimento regional não está fechado em uma autossuficiência, pois é pensado dentro donexo global-local interdependente de micro, meso e macro fatores que determinam o desenvolvimento. Isso dependerá muito do tipo de sociedade que se espera construir e se o desejo é de que haja participação coletiva. Toda região ou nação precisa pensar nos seus objetivos quanto ao desenvolvimento. Devem-se adotar pontos de vista biológicos, políticos, culturais e econômicos na constituição de uma totalidade. Considerar dados como saúde, qualidade de vida, democracia, liberdade, produção e distribuição de renda, diversidade étnica e difusão das artes são fundamentais quando nos referimos ao desenvolvimento.

À medida que uma sociedade avança ou recua nas suas conquistas e perspectivas, os valores mudam. E, nesse sentido, o significado de desenvolvimento altera-se quando visto sob diferentes aspectos, levando em conta sua historicidade (PIMENTEL, 2002). É essencial, na gestão do próprio modelo de desenvolvimento, que cada coletividade crie suas próprias estratégias para desafios particulares da sua região. Em geral, ao copiar outros modelos, acaba-se carregando males que são difíceis de curar.

Na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se *ajustar* a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até *agravando* esses problemas), contribuir de algum modo para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2002b, p. 21, grifo do autor).

Trigo (2003) destaca que planejar e desenvolver o turismo no Brasil exige uma discussão ampla sobre o real modelo de desenvolvimento que se almeja seguir. Este deve acontecer dentro da realidade do país, levando-se em consideração os graves problemas estruturais que persistem e o seu agravamento diante do cenário político atual – por exemplo, políticas de retrocesso em questões de proteção ao meio ambiente, de inclusão social, trabalhistas e previdenciárias, entre outras. Em relação aos dados de desenvolvimento, estes mostram que o país precisa avançar muito. Apesar de ser uma das maiores economias do mundo, o IDH e outros índices que medem a concentração de riquezas e a corrupção colocam o país em posições desfavoráveis.

Além disso, os altos índices de violência prejudicam a imagem do país no exterior, representando um alto risco para investidores e para o turismo internacional. Mesmo com esse cenário, o turismo doméstico apresenta índices promissores graças à ampliação de infraestruturas, como novos aeroportos, novos hotéis e novos roteiros implementados nos últimos anos. Porém, o problema estrutural econômico indica que o modelo de desenvolvimento não está sendo bem-sucedido e impede um maior desenvolvimento das forças produtivas, em especial as do turismo. Nesse contexto, Lopes (2001, p. 9) afirma que o desenvolvimento, em ampla escala, deve passar pelo desenvolvimento regional “[...] ou, como na realidade tem de ser visto, desenvolvimento e desenvolvimento regional são apenas uma e a mesma coisa: todo o desenvolvimento tem de ser desenvolvimento regional”. Os temas abordados até aqui têm o propósito de fundamentar as discussões dos próximos.

CAPÍTULO 2 – A ESCALA FEDERAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL

Esse capítulo tem por objetivo apresentar, de forma geral, o planejamento do turismo no Brasil ao longo do tempo e fornecer subsídios para a compreensão de como a atividade vem se desenvolvendo no país. A primeira parte se refere a como o planejamento da atividade aconteceu de 1889 até 2002. A segunda parte trata das principais ações de políticas públicas que nortearam a atividade de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, até meados de 2016.

2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL ATÉ 2002

Inicialmente, o período da Primeira República, entre 1889 e 1930, segundo Cardoso Junior e Gimenez (2011), foi marcado pela ausência quase que completa de planejamento governamental, visto como um processo consciente que antecede e condiciona a ação estatal. Esse período foi marcado por algumas intervenções que revelam a prioridade do estado em atuar no momento em que a rentabilidade da economia cafeeira de exportação estava comprometida. Esta era uma atividade responsável pela acumulação de capital e que sustentava a oligarquia liberal que comandava o país, sob a influência dos grandes proprietários de terra. Ou seja, havia um momento de ausência de separação entre a esfera pública e a privada na administração do estado.

Já o turismo nas primeiras décadas do século XX era sinônimo de atividade sofisticada e luxuosa, praticada por viajantes privilegiados. Nesse período do entre-guerras, o mundo “desenvolvido”, segundo Cavalcanti e Hora (2002, p. 55), “[...] se beneficiava das vantagens do automóvel, das férias remuneradas, o que permitia que as classes trabalhadoras comesçassem a viajar.” Acompanhando esse processo em um movimento extremamente reduzido, com fluxos que caminhavam em direção ao Rio de Janeiro, surge, no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) (2016), os primeiros hotéis turísticos, órgãos oficiais e agentes de viagens, que contribuíram para o desenvolvimento da atividade mesmo que de forma não planejada. O Rio de Janeiro, no início de 1920, é conhecido como “cidade

maravilhosa”, slogan usado até hoje em campanhas de marketing e que, nessa época,

[...] concentrava os reflexos de uma cidade portuária, centro administrativo nacional e ainda notabilizada como centro cultural do país, possuidora de atrativos turísticos, como estâncias climáticas, hidrominerais, cidades litorâneas associadas à presença de cassinos e equipamentos de lazer em geral (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 55).

Na década de 1930 foi construída a estátua do Cristo Redentor, um atrativo importante para o Rio de Janeiro, que passou a ser o principal destino de turistas externos e internos. Desde 2007 é considerada uma das sete maravilhas do mundo moderno e, como afirma o site Portal Brasil, chega a receber cerca de 2 milhões de visitantes por ano (ESTÁTUAS...2017). Contribuíram para isso o crescimento da atividade turística e a ascensão da classe média, a regulamentação das questões trabalhistas e o desenvolvimento do setor de aviação comercial (EMBRATUR, 2016).

No final da década de 1930, ainda nesse cenário da ausência de planejamento do turismo, como aponta Domingos (2007), começam a surgir alguns diplomas legais, como leis e decretos de forma isolada, na intenção de regulamentar, ainda que minimamente, a atividade turística. Um dos primeiros foi o Decreto n.º 3.616/1932, que fixa a temporada de turismo no Distrito Federal, Rio de Janeiro na época. Mesmo com enfoque econômico, muitas dessas decisões delinearam o rumo das políticas públicas de planejamento com impactos em diversos setores, inclusive no turismo.

A partir de 1930, o Brasil, como lembram Cavalcanti e Hora (2002), adota um modelo de desenvolvimento de substituição de importações articulado em escala mundial. Dá-se início ao processo de industrialização da economia com intensa participação estatal. A produção fordista ganha espaço, bem como a troca de bens e serviços em nível mundial. Como consequência desse processo de expansão da economia e do crescimento urbano, surge a necessidade do lazer com toda sua estrutura, em que o turismo se constitui um de seus aspectos mais expressivos, principalmente pela sua particularidade de gerador de emprego e renda.

Para que o turismo aconteça, conforme explica Cruz (2002), faz-se necessária a criação de um sistema de objetos, relacionados à locomoção de pessoas, a sua hospedagem e alimentação, entre outros. A atividade turística requer, portanto, uma grande rede de apoio que, para Coriolano (2003), é composta

pela infra e superestrutura de um país nas suas diferentes escalas, em que uma determina a outra que, por sua vez, constituem o modo de produção.

Nesse sentido, segue-se a lógica segundo a qual, para a reprodução do capital, se exigem certas condições gerais diante da concentração dos meios de produção e da força de trabalho. Torna-se necessária a construção de rodovias, o acréscimo dos setores de energia, comunicações, saneamento, instalação de bancos, escritórios e serviços de apoio à produção, distribuição e circulação de mercadorias. Com relação à reprodução da força de trabalho, requer investimentos em habitação, alimentação, transporte, assistência à saúde, lazer, entre outras questões (CAVALCANTI; HORA, 2002).

Algumas dessas obras públicas, por exemplo, se transformaram atualmente em importantes equipamentos ou atrativos turísticos, como ferrovias, rodovias e portos. Foi o que aconteceu com a usina hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguaçu, no Paraná. Construída com o objetivo de gerar energia em um momento de crise energética, é hoje um dos três locais de maior visitação do Estado, tendo recebido quase 630.000 visitantes no ano de 2014 (PARANÁ, 2015).

A preocupação do Brasil com o setor do turismo ocorre de forma mais intencional somente a partir da década de 1950. Porém, o setor ainda não podia ser entendido como um instrumento de ação planejada, o que só veio a acontecer efetivamente no final de 1960. As políticas nacionais de turismo passam a existir de forma sistematizada apenas a partir do momento em que são respaldadas por lei. Isso ocorreu, portanto, a partir da promulgação do Decreto-lei n.º 55 de 1966, que define e institui, pela primeira vez, uma Política Nacional de Turismo. Antes disso, foi reconstruída a partir da compilação e análise dos diplomas legais lançados desde a década de 1930, com a finalidade de regulamentação do setor e reduzida a aspectos parciais da atividade. Isso acabou se refletindo negativamente sobre as políticas públicas para o setor, estabelecidas em outras escalas de gestão, como a regional, estadual e municipal (CRUZ, 2002).

Sem a referência de uma política nacional, políticas e planos de turismo, ignora-se a possibilidade de articulação entre essas políticas e entre estas e outras políticas setoriais. De acordo com Cruz (2002), isso resultou em grande parte dos problemas associados à urbanização turística de territórios no país. A demanda não atendia serviços públicos de saneamento básico, ocorrendo congestionamentos,

deterioração urbana das localidades turísticas e o confinamento territorial do turismo, exemplo das limitações de políticas e do planejamento do turismo no país, e da falta substancial de desenvolvimento social.

Diante disso, para que tudo aconteça da melhor maneira, é necessária uma superestrutura de políticas públicas voltadas ao planejamento e que promovam o desenvolvimento, no sentido de propiciar o bem-estar das pessoas. Isso ocorre por meio da realização de atividades ligadas à produção e pelo incentivo ao turismo. Porém, o que se verifica é exatamente o contrário: sacrifica-se e exclui-se a maioria das pessoas da fruição desse desenvolvimento. Nesse sentido, é preciso destacar que somente

[...] quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana é que o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como promover o desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local (CORIOLANO, 2003, p. 161).

Concordando com Cruz (2002), cabe à política pública de turismo o estabelecimento de metas e diretrizes com a finalidade de orientar o desenvolvimento sócio-espacial da atividade, tanto no que se refere à esfera pública quanto no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, sob interesses e iniciativas particulares. Foi exatamente o que ocorreu com o turismo quando beneficiou o setor da hotelaria na década de 1970.

A política de turismo no Brasil, até 1985, de acordo com Cavalcanti e Hora (2002), foi comandada por um órgão oficial, a EMBRATUR, e expressou o padrão de acumulação vigente do desenvolvimento capitalista no Brasil. O setor, por não ter sido priorizado, se expandiu minimamente. Devido a uma política urbana, surgiram novos “produtos turísticos” a partir de projetos urbanísticos na zona costeira. No turismo repetiram-se as mesmas consequências do modelo econômico brasileiro, ou seja, a concentração empresarial e espacial das atividades turísticas em favor do Sudeste em relação às demais regiões. Dessa maneira, as grandes empresas foram as maiores beneficiárias da orientação que se dava ao setor do turismo por parte do governo, incluindo-se, aí, os investimentos públicos na infraestrutura e em equipamentos de consumo coletivo.

No setor hoteleiro, observou-se um aumento significativo de hotéis de categoria superior, ou seja, mais luxuosos, em detrimento dos de categoria inferior, o que demonstra claramente os privilégios dados a grandes empresários, quando a intenção das políticas, em tese, era justamente o contrário: beneficiar as pequenas empresas. O Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) é um exemplo das instituições que foram privilegiadas, em que 63% dos recursos foram destinados a centros de convenções, 10% à rede hoteleira e, por fim, míseros 4% ao turismo social, além da liberação de alguns recursos a companhias estrangeiras.

Os anos de 1980, para Rodrigues (2012), foram, portanto, importantes na retomada da democracia, mas do ponto de vista econômico correspondem a uma década perdida. Isso acontece também no turismo, pois nada de significativo ocorreu nesse período. Segundo dados estatísticos sobre o fluxo de turistas internacionais, há um crescimento no meio da década e uma vertiginosa queda nos cinco anos seguintes, de 1.930.000 em 1986 para 1.090.000 em 1990.

Arrais (2007) entende que o período de democratização do país pós-constituição de 1988 é marcado pela tendência descentralizadora, que priorizou a escala municipal. Dois pontos merecem destaque em relação ao planejamento: o primeiro foi o reconhecimento da necessidade de combater as chamadas desigualdades regionais, e o segundo foi a exigência do Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento governamental, além da indicação, de forma regionalizada, das metas da administração pública.

Foi só a partir dos anos de 1990 que a Política Nacional de Turismo ganhou maior visibilidade, com a transformação da EMBRATUR em Instituto Brasileiro de Turismo, seguindo-se o lançamento, em 1992, do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) no governo de Fernando Collor de Melo, marcado pelo neoliberalismo.

Seguindo essa mesma tendência, entre 1995 e 2002, a política de turismo pautou-se pela descentralização das estratégias e ações relacionadas ao turismo, concentradas até então nas regiões Sul e Sudeste do país. O desenvolvimento regional do turismo acontece por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e pelo Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR - Amazônia Legal), projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O estado preparou uma certa infraestrutura básica para a captação de investimentos privados que se concretizam com eficácia por meio dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE II). Um dos principais programas da Política Nacional de Turismo (PNT) foi, portanto, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) (1994-2001), que, de acordo com Brusadin (2005), procurou introduzir uma nova metodologia de planejamento do turismo, supostamente com enfoque participativo.

O PNMT foi um programa que, em tese, visou estimular o desenvolvimento turístico nacional a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios. As oficinas eram divididas em fases: sensibilização, capacitação e planejamento, e eram auxiliadas pelos monitores da EMBRATUR, que tinham a função de multiplicadores. Exigia uma série de etapas: preenchimento do Relatório de Informações Turísticas (RINTUR), treinamento dos Agentes Multiplicadores, conscientização da comunidade, formação do Conselho Municipal de Turismo, criação do Fundo Municipal do Turismo e elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal (BRUSADIN, 2005).

Alguns autores apontam críticas ao programa, como Brusadin (2005), que destaca a falta de aportes financeiros aos municípios para aplicação nos planos e projetos turísticos, e a falta de clareza para determinar a potencialidade turística de uma localidade, desmotivando, assim, os participantes e a participação efetiva da sociedade nos Conselhos Municipais de Turismo. Muitos municípios desistiram por necessitarem de auxílio técnico nessa fase. Beni (2006) também ressalta que esse modelo recomendado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) para seus países-membros se tornou normativo e logo de início apresentou uma falha estratégica na sua implantação. Presumia o conhecimento prévio do espaço turístico nacional, o que deveria ser feito pelo RINTUR, porém, como não foi feito, queimou-se a primeira etapa. Assim, muitos municípios se autoapresentaram como vocacionados, mesmo não sendo.

Observando a história das políticas públicas até 2003, é de se concordar com Beni (2006) que a inconsistência de vínculo dos órgãos oficiais de turismo, principalmente no âmbito nacional e estadual, reproduziu-se em maior ou menor

escala nos municípios que vivenciaram numerosas concepções, extinções e recriações de organismos direcionados à atividade turística. Após essa breve compreensão histórica, o item a seguir traz um panorama geral sobre o planejamento do turismo no Brasil entre 2003 e 2016.

2.2 PANORAMA GERAL DO PLANEJAMENTO DO TURISMO ENTRE 2003 E 2016

Os anos de 2003 até 2010 foram marcados, conforme Cardoso Junior e Gimenez (2011), por grandes heterogeneidades no que se refere ao planejamento e às condições gerais da economia do país, nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram elaboradas dezenas de documentos com diretrizes de políticas para diversas áreas, projetos e planos, e não cabe neste texto citar todos, somente os mais relevantes. Para o turismo, essa fase representou um grande avanço em relação ao planejamento do setor, pois para a EMBRATUR (2016), o turismo até então se desenvolvia em um ambiente mais estimulante, já que as reformas políticas resultaram na diminuição drástica da fome e da pobreza. Concorde-se com Coriolano (2003, p. 170) que

Quando todas as pessoas têm assegurados uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer, o desenvolvimento está atingindo a escala humana.

É claro que o país não chegou a esse nível pleno de desenvolvimento, porém, as políticas voltadas para a melhoria das questões sociais surtiram vários efeitos, dentre eles, o da ampliação das atividades turísticas. Uma importante conquista foi a criação, em 2003, do Ministério do Turismo (MTur), o que demonstrou o reconhecimento do turismo como um setor estratégico da economia. Como ministério, tem como as principais funções: pesquisas, estatísticas e planejamento, marketing, desenvolvimento dos recursos do turismo, regulamentação, incluindo regulamentação comercial, treinamento e educação, dentre outras.

Com a criação do MTur houve a necessidade de se criar uma nova estrutura. Desse modo, a EMBRATUR foi reestruturada e desde 2003 é responsável pela promoção, pelo marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e “produtos turísticos” brasileiros no mercado internacional. Desde 2003, o Instituto

lançou três Planos de Marketing: o Plano Aquarela 2003-2006, Plano Aquarela 2007-2010 e o Plano Aquarela 2020. Até 2018 contava com 13 Escritórios Brasileiros de Turismo (EBTs) no exterior (EMBRATUR, 2016).

Entre 2003 e 2016 foram lançados três Planos Nacionais do Turismo (PNT), o PNT 2003-2007, o PNT 2007-2010 e o PNT 2013-2016, os quais adotaram uma política focada no desenvolvimento regional por recomendações da OMT. Nesse sentido, desde 2004 o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) é implementado no país e reestruturado algumas vezes. Em março de 2018 foi lançado o PNT 2018-2022. O primeiro PNT lançado no governo Lula pelo recém-criado MTur foi o do período 2003-2007, criado com o desafio de conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, atingindo em última instância o município. De acordo com o documento Brasil (2003, p. 15):

O Plano Nacional do Turismo é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo.

Esse Plano procurou contemplar as diversidades regionais, tendo como visão expandir o mercado interno, inserir o país no mercado mundial, gerar emprego, ocupação e renda, reduzir as desigualdades sociais e regionais e equilibrar o balanço de pagamentos.

O PNT 2007-2010 foi lançado com o lema “Uma Viagem de Inclusão”. O documento afirma que o plano “[...] é um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país.” (BRASIL, 2007a, p. 11) Essa inclusão, de acordo com o documento, aconteceria por meio da criação de novos postos de trabalho, fortalecimento do mercado interno, geração de emprego, renda e consumo, com a atração de novos turistas no mercado interno. Asseguraria o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investindo na qualificação profissional e na promoção do Brasil no exterior. O documento ressalta que o plano traduz as contribuições do turismo ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007-2010, alinhando as suas respectivas ações.

Em 2008 foi lançada a Lei de Turismo n.º 11.771 que, para Andrade (2013), trouxe novos planos, projetos, metas, conceitos e regras na intenção de planejar e

desenvolver o setor de turismo no país. Na Lei a Política Nacional de Turismo é regida por normativas regras traçadas no Plano Nacional de Turismo, voltada ao planejamento e ordenamento do setor. Suas metas devem ser traçadas a cada quatro anos, em consonância com o Plano Plurianual.

Em 2006 e 2014 foram lançados dois documentos referenciais: o Turismo no Brasil 2007 – 2010 e o Turismo no Brasil 2011 – 2014. Neles, são feitas análises, reflexões, projeções e proposições da atividade nos períodos. Foram elaborados de forma conjunta entre o MTur, a Confederação Nacional de Turismo (CNTur), o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e são considerados subsídios para a revisão do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2010^a).

O PNT 2013-2016 foi elaborado seguindo as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012-2015. Traz orientações de caráter mais estratégico, com os objetivos de incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros, melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Por fim, propunha ações para preparar o turismo brasileiro para os megaeventos. Periodicamente são lançados documentos de cunho executivo a fim de viabilizar o Plano em ações prioritárias quanto à infraestrutura, o financiamento e a capitalização do setor, a capacitação técnico-gerencial, o tratamento fiscal/tributário, a inovação tecnológica, a procura interna e externa, a certificação, o cadastramento, o desenvolvimento de micro e pequenas empresas do segmento do turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos (BRASIL, 2013a).

Os grandes eventos, principalmente os esportivos, foram responsáveis por investimentos em infraestrutura básica e de turismo, como a melhoria no transporte público em alguns municípios, como foi o caso do Rio de Janeiro, que recebeu a maioria desses eventos. Houve aumento e melhora no setor hoteleiro. Esses eventos foram: Jogos Pan-americanos em 2007, Jogos Militares em 2011, Conferência Rio+20 em 2012, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016 (EMBRATUR, 2016).

Com relação aos grandes eventos realizados nos últimos anos, estes trouxeram muitos investimentos, muitos deles duvidosos pelo dispêndio gigantesco de dinheiro público em obras de infraestrutura básica e turísticas mal aproveitadas,

como é o caso de vários estádios hoje sem uso, como o de Manaus. Muitas obras de infraestrutura, como a despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, e inúmeros outros em vários municípios-sede pelo país ainda não foram executadas ou concluídas, gerando graves prejuízos para a sociedade.

Casos de corrupção por desvio de dinheiro dessas obras foram recentemente divulgados nas mídias de comunicação. Um caso que ilustra bem esse problema foi a prisão do ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves, no dia 06 de junho de 2017. De acordo com o *website* de notícias G1 RN, o fato ocorreu em decorrência de uma operação da Polícia Federal, por desdobramento da operação Lava-Jato que investiga corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro na construção da Arena das Dunas em Natal. Segundo a Polícia, o sobrepreço chegou a R\$ 77 milhões. A investigação é baseada em indícios que apontam que as duas empreiteiras envolvidas pagaram propina a vários políticos com a promessa de favorecimento em obras, privatizações e facilidade em pagamento de construções (EX-MINISTRO... 2017).

No segundo semestre de 2016 ocorreu a troca abrupta do governo federal por meio do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Apesar dos avanços importantes observados no campo do planejamento governamental no país na última década, três vetores de fragmentação ainda minam a realização dos ganhos potenciais da atividade planejadora e a retomada do desenvolvimento de planos nos níveis federal e estadual. O primeiro revela desintegrações internas aos governos devido à baixa centralidade e capacidade de coordenação dos órgãos de planejamento. O segundo evidencia lacunas nas relações entre Estado e sociedade devido à incipiência dos canais e dos mecanismos de diálogo entre os órgãos de planejamento e a população. O terceiro, por fim, materializa-se na ausência de instrumentos e de processos de integração intergovernamental (CARDOSO JUNIOR; SANTOS; PIRES, 2015).

Passada mais de uma década da existência do MTur, o turismo brasileiro apresenta números significativos. O crescimento do setor foi de 6%, dois pontos acima da média do turismo mundial, mesmo com a crise econômica que afetava nos anos 2000 os principais mercados emissores do mundo. Nesse período, o setor aumentou sua participação na composição do PIB para 3,7%. A participação direta do turismo na economia brasileira saltou dos 24,3 bilhões de dólares em 2003 para

cerca de 77 bilhões de dólares em 2012. O orçamento para o MTur saltou de R\$ 124 milhões para 1,42 bilhão em 2013 (BRASIL, 2013a). Mas a verdadeira importância do turismo

[...] reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re) ordenamento de territórios para sua realização (CRUZ, 2002, p. 8).

Verifica-se que muitas metas colocadas por meio dos últimos três PNTs não foram alcançadas, mas ficou claro que o turismo passou a ser pensado de forma diferente de como vinha sendo pensado anteriormente, em um viés apenas economicista. Na prática, sabe-se que ainda há muito a ser feito e que mesmo com a quantidade de empregos gerados pelo setor, a remuneração ainda é baixa para a maioria dos cargos, principalmente aqueles da base operacional.

Como vivemos na lógica do sistema capitalista, a atividade produz relações sociais excludentes, por isso as políticas públicas inclusivas devem atuar minimizando seus impactos. É o que se vem tentando fazer por meio de alguns projetos e ações, como o Programa Turismo Acessível. Em relação à desigual distribuição de renda, entre outros problemas sociais, o turismo por si só não tem a capacidade de resolvê-los, pois precisa estar integrado a outros setores (KANITZ; TRIGUEIRO; ARAÚJO, 2010). Porém, quando bem planejado, minimiza os problemas e contribui para geração de emprego e renda.

É necessário, portanto, não só o planejamento, mas seriedade quanto ao direcionamento e aplicação dessas políticas por representantes políticos realmente comprometidos. Essa síntese cronológica da história do planejamento do turismo visa embasar os próximos capítulos dessa pesquisa para se entender a regionalização como política pública para a atividade no país.

O Programa de Regionalização do Turismo foi desenhado pelo governo federal por meio do Ministério do Turismo, o qual norteia as políticas públicas de turismo nas esferas estaduais, regionais e municipais. A abordagem do desenvolvimento regional do turismo foi uma das principais estratégias adotadas pelo governo federal para o alcance das metas propostas. Desse modo, ao propô-lo, o MTur entendia que mesmo os municípios que não tinham uma vocação clara para o turismo, ou mesmo aqueles que não recebiam turistas, poderiam se beneficiar

desse programa pelo fato de ser um provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender ao turista.

Nesse sentido, o trabalho regionalizado deveria permitir ganhos não só para o município que recebe o turista, mas também para toda a região. Porém, a realidade nesses anos de implantação do programa tem demonstrado que essa não é uma tarefa simples e seus resultados, difíceis de serem mensurados. O objetivo a seguir é apresentar e discutir o PRT para compreender o processo de regionalização do turismo no Vale do Ivaí. A primeira parte se refere a uma contextualização histórica e a última de como está estruturado com a descrição de suas principais estratégias.

2.3 O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E AS NOVAS DIRETRIZES

A trajetória da Política Nacional de Turismo, com enfoque territorial, teve início com a institucionalização do PNMT em 1994. O foco desse programa era fortalecer o município para que este se classificasse como turístico. Instituíram-se centenas de conselhos e fundos municipais de turismo e elaboraram-se planos de desenvolvimento turístico municipal. Ainda hoje, algumas dessas iniciativas, como a criação dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) fazem parte da atual política pública de turismo. O Paraná, por exemplo, exigiu que os municípios que ainda não os têm, criem até 2019.

Em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que foi criado o Ministério do Turismo, o qual pela primeira vez passou a contar com uma pasta própria. Pensar o turismo de forma regional foi uma recomendação da Organização Mundial do Turismo que o MTur, por sua vez, o adotou a partir de 2004. Nessa época, para a constituição do Ministério vieram duas equipes que já tinham experiência na área da gestão do turismo. Esse programa foi uma possibilidade de política mobilizadora fundamentada em um processo de gestão descentralizada, pautado no conceito de desenvolvimento com vistas a inclusão social.

O turismo, pela natureza de suas atividades e pela dinâmica de crescimento dos últimos dez anos é o segmento da economia que pode atender de forma mais completa e de maneira mais rápida os desafios colocados. Especialmente se for levada em conta a capacidade que o Turismo tem de interferir nas desigualdades regionais, amenizando-as, visto que, destinos turísticos importantes no Brasil estão localizados em regiões mais pobres, e, pelas vias do Turismo, passam a ser visitadas por cidadãos que vêm dos centros mais ricos do país e do mundo (BRASIL, 2003, p.04).

Uma equipe veio de Minas Gerais, ligada ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com Walfrido dos Mares Guia, que atuou como ministro do Turismo entre 2003 e 2007. Minas Gerais reconhecida por trabalhar com circuitos turísticos e Rio Grande do Sul por trabalhar com regiões turísticas. A equipe Rio Grande do Sul tinha experiência em regionalização do turismo que segundo Machado e Tomazzoni (2011), desde 1991 visava o desenvolvimento econômico regionalizado com um programa de regionalização turística. Diante disso, o PRT foi criado a partir de experiências que já aconteciam no país. Em paralelo, no meio acadêmico, existia uma discussão sobre a regionalização, em que se destacavam os estudos de Mario Carlos Beni e Norma Martini Moesch.

A partir dessa nova configuração da política pública de turismo no país, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo elaborou o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), cujo macroprograma “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística” apresenta o Programa de Roteiros Integrados. Dessa maneira, o conceito da categoria *região* é apropriado pelo turismo em seu mais novo programa, que define região turística como:

[...] o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território”. A região turística ultrapassa os limites geopolíticos preestabelecidos no país, isto é, pode ser constituída por municípios de um ou mais estados ou de um ou mais países. Ressalta-se, também, que uma região turística pode conter uma ou várias rotas e um ou vários roteiros (BRASIL, 2007b, p. 28).

As questões históricas e culturais importantes para o conceito de região não constam nessa primeira definição de região turística, denotando, assim, que o conceito priorizava os aspectos físicos, como os limites territoriais. Observa-se, ainda, que segundo esse conceito, a região turística pode conter rotas e roteiros, ações consideradas estratégicas e priorizadas pelo programa. Alguns estados já

trabalhavam a regionalização do turismo antes do PRT, porém, adotavam outras nomenclaturas para as regiões turísticas, como circuitos, zonas, polos, dentre outras. O MTur respeitou essas nomenclaturas, considerando o conceito de território para todas essas áreas (BRASIL, 2016b). Assim, é possível dizer também que:

[...] teoricamente o Estado brasileiro apropria-se da categoria de análise geográfica região [...] para difundir os objetivos do planejamento do turismo em vários municípios, sugerindo uma política voltada ao agrupamento, [...] integração e aproximação dos lugares (SANTOS, 2013, p. 82).

Regionalizar, para o PRT, não deveria ser entendido simplesmente como o ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades, já que existia o compromisso de subsidiar a estruturação e a qualificação dessas regiões para que se consolidassem novos roteiros, como “produtos turísticos” rentáveis e com competitividade nacional.

A regionalização, como proposta de uma política pública de turismo para o PRT em 2007, focava muito mais os aspectos econômicos ao tornar os destinos qualificados e competitivos para serem vendidos ao mercado internacional. Quanto às pessoas (profissionais e comunidade local), estas foram tratadas como recursos a serem aproveitados. Ignoravam-se, dessa forma, questões não mensuráveis, como a identidade regional. Assim, o conceito de regionalização era definido pelo programa para:

[...] olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, e não mais o município isolado. Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior **aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos** a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos (BRASIL, 2007b, p. 12, grifos meus).

Nessa época, houve a preocupação de que a oferta turística estivesse sendo caracterizada pela pouca diversidade dentro de um número restrito de segmentos, somente em algumas regiões brasileiras. Em 29 de abril de 2004, na Sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília, Distrito Federal, aconteceu o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, por meio de uma teleconferência para 15 mil pessoas, conectadas a 550 pontos de transmissão.

Na ocasião, foram divulgadas as Diretrizes Políticas do Programa, pautadas nas orientações contidas no PNT (2003-2007) e no Mapa do Turismo. Segundo o MTur, esse programa foi considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo, que de forma descentralizada e regionalizada, focou o planejamento coordenado e participativo para que atuasse positivamente nos resultados socioeconômicos do território (BRASIL, 2013b). Quando apresentada a proposta do PRT, foi realizada uma reunião do Conselho Nacional de Turismo (CNT) para a instalação da Câmara Temática de Regionalização. Esta foi responsável por tratar uma gama de temas, entre eles a elaboração de critérios para a priorização de regiões turísticas e a avaliação das edições do Salão do Turismo. Dessa forma, essa câmara tornou-se uma instância de apoio à regionalização (BRASIL, 2010b).

Na grande maioria dos estados, a região passa então a se configurar como um novo nível de gestão para aqueles que trabalhavam com as políticas públicas do turismo. Os estados precisaram se reorganizar para a criação das regiões turísticas, de roteiros e rotas, seguindo a estrutura organizacional que contava com a Coordenação Regional. O modelo de gestão do PRT está organizado na Figura 5.

Figura 5 - Estrutura da coordenação do PRT



Fonte: Brasil (2007b).

Para execução do PRT, ficaram estabelecidos oito projetos estruturantes: Inventário da Oferta Turística; Capacitação dos atores; Formação de Redes; Fortalecimento das Instâncias Regionais; Projeto Destino Referência; Projeto Economia da Experiência; Salão Brasileiro de Turismo e, por fim, a Estruturação dos 65 Destinos Indutores. O processo de criação de regiões turísticas pelo MTur foi construído por meio de oficinas de planejamento e de definição de estratégias para implementação do PRT, de acordo com o órgão público de cada estado.

Em 2005 foi realizado o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, no qual foram apresentados os 453 roteiros e as 134 regiões turísticas, totalizando a participação de 959 municípios. Nos anos seguintes, houve alterações nesses números, apresentados em seis edições do evento (BRASIL, 2008a). Segundo o MTur, o Salão de Turismo era tido como uma estratégia considerada determinante para apoiar a ação.

Porém, a efetividade desse tipo de evento não é consenso entre especialistas da área, por carecerem de outras ações, como investimentos financeiros e apoio à gestão. Além disso, a ideia da criação de roteiros ainda hoje é associada ao PRT, mesmo este não tendo mais esse foco. Com o passar do tempo, verificou-se que grande parte das rotas e dos roteiros exigidos para os Salões de Turismo não se consolidou no mercado pela falta de planejamento.

Nos dias 17 e 18 de outubro de 2006 foi realizado o 1º Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com o objetivo de fortalecer a Rede Nacional de Regionalização, constituída em junho de 2005. Fizeram parte do evento 548 participantes, que investigaram as demandas e as necessidades de infraestrutura, e a qualificação nos 87 roteiros turísticos apresentados (BRASIL, 2010b). A rede é composta de atores ligados à atividade turística, cuja formação e mobilização ocorreram por meio do trabalho dos Interlocutores Estaduais do PRT e técnicos responsáveis no âmbito de cada estado. Tinha como propósito promover articulações para a estruturação dos destinos turísticos, disseminando, nas regiões e nos municípios, as diretrizes e estratégias sob o novo referencial (BRASIL, 2013b).

Em 13 de junho de 2007 foi lançado o Plano Nacional de Turismo (2007-2010) – Uma Viagem de Inclusão. De acordo com o documento, a regionalização migra de Programa de Roteiros Integrados para política de desenvolvimento do

turismo, ou seja, passou a ser um macroprograma. Desse modo, veio a reunir um conjunto de programas com ações específicas para desenvolver o turismo. Nesse mesmo ano, o MTur lançou 13 cadernos do PRT, cada um destinado a um Módulo Operacional do Programa e quatro relativos a assuntos para subsidiar sua implementação.

Em 31 de agosto de 2007, ocorreu a apresentação dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, no auditório da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro (BRASIL, 2010b). Em 2008, foi publicado, pelo MTur, o primeiro “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, elaborado pela equipe da FGV e o SEBRAE. No Paraná, esses destinos foram representados por Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá (BRASIL, 2008a). Estes faziam parte de 59 regiões turísticas em todos os estados do país.

Nos dias 7 e 8 de abril de 2009, em Brasília ocorreu o Encontro Nacional de Competitividade Turística dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, priorizados pelo Plano Nacional do Turismo (2007-2010) (BRASIL, 2013b). Porém, grande parte desses destinos não foi capaz de atrair e distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos, como era esperado inicialmente (BRASIL, 2016a).

Em 2010, em uma ação de alinhamento da estratégia da segmentação da oferta e da demanda com a estruturação de roteiros turísticos no país, foi lançada a coletânea “Cadernos da Segmentação”, composta por nove cadernos, divididos em vários segmentos, como o cultural, rural, aventura etc.

Também foi lançado, nesse mesmo ano, o documento sobre o projeto “Destino Referência em Segmentos Turísticos”. Esse projeto teve como objetivo principal a construção de um modelo referencial de segmentos turísticos para servir de base a outros destinos com a mesma vocação turística, como turismo cultural, turismo rural, de estudos e intercâmbio e etc. Desse modo, foram selecionados dez destinos com características diferentes, em regiões diferentes, para que suas experiências pudessem servir como referencial para outros destinos no país, porém nenhum desses destinos contemplava o Paraná (BRASIL, 2010c). Quanto aos resultados, do programa de acordo com o MTur, tiveram como base principalmente a participação dos envolvidos em eventos sobre o tema. Portanto, não houve

apresentação de dados que confirmassem, por exemplo, se houve investimento financeiro, realização de obras etc.

Em 2010 foi lançada a “Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”, coordenado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. Esse documento teve como propósito realizar uma avaliação participativa e envolveu atores estratégicos do turismo nacional que atuam nas esferas governamental, empresarial e no terceiro setor (BRASIL, 2010b). Nesse ano, também foi lançado o projeto “Tour da experiência”, que contou com uma cartilha de orientação feita pelo MTur. Nesse sentido, o turismo apropria-se desse conceito que estava em voga na época, tendo como meta sua aplicação junto a uma série de empreendimentos turísticos. Porém, poucos empreendimentos no país realmente tiveram conhecimento do projeto e, portanto, não houve resultados efetivos ou mobilização dos atores. Também é possível, a partir de outros olhares, como o de Alencar (2015, p. 54-55), observar que:

[...] o Turismo de Experiência propõe oferecer ao turista experiências e sensações que supostamente lhe trariam uma vivência mais real, porém, isso é discutível pois mesmo em práticas "pouco autênticas", a experiência ainda existe por si mesma. Assim, poder-se-ia discutir, também, até que ponto se mercantilizam as experiências, tornando-as "coisas", pois nesse nicho até as sensações que deveriam ser, como todas, únicas e naturais, são produzidas e vendidas.

O PRT, em se tratando de estratégias durou de 2003 a 2010. Em 2011 foi interrompido e retomado em 2013, tendo sido redesenhado por meio da lógica de trazer novos eixos de atuação com a finalidade de modernizar o programa. Assim, em 2013, após a realização de uma Consulta pública na *internet* para coletar sugestões para sua reestruturação, o Programa foi lançado pela Portaria n.º 105, com novas diretrizes e com:

[...] o objetivo de promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecidos pela Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2013c).

Nesse sentido, nessa nova reestruturação, o PRT não sofre alterações na sua concepção filosófica e conceitual. Tem como base nove eixos de atuação. Os

ajustes se baseiam na qualificação da concepção estratégica, nas ferramentas de gestão e na incorporação de mecanismos para fomento de soluções para as fragilidades diagnosticadas nas regiões, com foco na reestruturação dos destinos turísticos (BRASIL, 2013b). O Quadro 5 apresenta um resumo da trajetória de implementação do PRT entre 2003 a 2017.

Quadro 5 – Resumo da trajetória do Programa de Regionalização do Turismo

Ano	Ação
2003	- Plano Nacional de Turismo – apresentação do PRT.
2004	- Instalação da Câmara Temática de Regionalização, quando foi apresentada a proposta do PRT. - Lançamento do PRT, por meio de teleconferência para 15 mil pessoas. - Lançamento Mapa do Turismo 2004.
2005	- Salão do Turismo.
2006	- Salão do Turismo. - 1º Encontro Nacional do PRT. - Lançamento Mapa do Turismo Brasileiro 2006.
2007	- Lançamento do Plano Nacional de Turismo (2007-2010), em que o PRT passa a ser um dos seus macroprogramas. - MTur lança 13 cadernos do PRT para cada Módulo Operacional do Programa e quatro para subsidiar a implementação desses Módulos. - Apresentação dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional no Rio de Janeiro.
2008	- Lei n.º 11.771/2008 – Lei Geral do Turismo.
2009	- Encontro Nacional de Competitividade Turística dos 65 Destinos Indutores. - Lançamento Mapa do Turismo Brasileiro 2009.
2010	- Lançamento da coletânea Cadernos da Segmentação. - Lançamento do documento Avaliação do PRT. - Lançamento do projeto Destino Referência em Segmentos Turísticos.
2013	- Retomada do PRT, com as suas diretrizes preconizadas pela Portaria n.º 105. - Portaria n.º 313, que define critérios para o Mapa do Turismo Brasileiro. - Lançamento do Mapa do Turismo, que passa ser eletrônico e georreferenciado.
2015	- A categorização foi instituída pela Portaria n. 144/2015. - Portaria n.º 205/2015 – estabelece critérios para atualização do Mapa do Turismo Brasileiro.
2016	- Lançamento Mapa do Turismo Brasileiro 2016.
2017	- Lançamento Mapa do Turismo Brasileiro 2017.

Fonte: Brasil (2010b). Organizado pela autora.

Nessa nova reestruturação, a região deve ser entendida por meio de sua estrutura social e econômica, considerando as transformações naturais, humanas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais nela engendradas. Assim, as regiões turísticas passaram a ser definidas pelo PRT como:

[...] territórios que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica). Geralmente, esses territórios são compostos por vários municípios. Esses municípios se articulam, normalmente [...] em uma instância de governança regional, para desenvolver o turismo de forma conjunta; regionalizada. Numa região podem existir municípios que não recebem turistas, mas que se beneficiam da atividade pelo fornecimento de produtos e serviços (BRASIL, 2016b, p. 6).

O conceito se aproxima do ponto de vista da ciência geográfica, como aponta Bezzi (2004), que propõe entender a região como um recorte espacial (subespaço) dinâmico, que se estrutura e se reestrutura em um determinado tempo. Nesse conceito, os aspectos economicistas voltam a aparecer na abordagem dos termos “produtos” e serviços, mas, diferentemente do conceito da primeira versão do programa, passam a considerar a identidade histórica, cultural e econômica das regiões.

A política de regionalização contida no PRT desde sua concepção é a de contribuir para a igualdade de oportunidades, repercutindo na geração e distribuição de renda no país para que assim pudesse aumentar a competitividade do turismo. Para isso, essa política deveria fomentar o turismo pautado na inclusão social, propiciando melhoria na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos com a atividade.

Conforme explica Beni e Tomazin (2017) a condição de inclusão social pelo desenvolvimento do turismo se dá pelo acesso às políticas públicas que devem possibilitar o fomento ao trabalho decente, à educação profissional, ao usufruto dos espaços de lazer pela própria comunidade e sua participação nas Instâncias de Governança Regionais. Outras questões também são importantes induzidas pelo PRT como o acesso ao conhecimento (educação), acesso à renda (empregabilidade formal) e acesso a saúde (longevidade).

Para implementar essa nova fase do PRT, foram previstas as seguintes estratégias: Mapeamento; Categorização; Formação; Fomento à Regionalização; Comunicação e Monitoramento. A Portaria n.º 205 de 2015 estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo, instituído pela Portaria n.º 313 de 2013. O PRT é estruturado como apresentado a seguir.

2.4 AS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

O Mapa do Turismo Brasileiro é considerado pelo MTur como o instrumento instituído no âmbito do PRT que orienta a atuação do Ministério no desenvolvimento das suas políticas públicas (BRASIL, 2015c). Assim, os municípios que o compõem são indicados pelos órgãos estaduais de turismo, em conjunto com as IGRs, a partir de critérios, por sua vez, construídos em conjunto com o MTur (BRASIL, 2013b). A Portaria n.º 182/2016, do MTur, determina que 90% dos recursos oriundos de programação orçamentária do Ministério devem contemplar, obrigatoriamente, as regiões e os municípios que fazem parte do Mapa do Turismo (BRASIL, 2016c).

Essa portaria também sugere que os parlamentares direcionem suas emendas orçamentárias às regiões turísticas e aos municípios do Mapa, observando a categorização de seus municípios (BRASIL, 2016d). O mapa serve, pelos menos teoricamente para estimular os municípios a trabalharem de forma regional. O primeiro mapa do turismo foi lançado em 2004, ainda no primeiro ano do PRT.

Nesses mapas, as regiões turísticas foram divididas pelas macrorregiões do IBGE: Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. Tanto o número de regiões como o de municípios se altera em todas as edições. Os motivos serão analisados logo à frente. A versão mais recente do mapa foi lançada em setembro de 2017 e os números se modificaram mais uma vez. A publicação passou a apresentar 3.285 municípios e 328 regiões turísticas. O Quadro 6 faz uma comparação entre o número de regiões e municípios de todas as versões do Mapa do Turismo Brasileiro.

Quadro 6 – Comparativo entre regiões e municípios nas versões do Mapa do Turismo Brasileiro

Ano	Regiões Turísticas	Municípios Turísticos
2004	219	3203
2006	200	3819
2009	276	3635
2013	303	3345
2016	291	2175
2017	328	3285

Fonte: Brasil (2015a), Brasil (2015b) e Brasil (2017a). Organizado pela autora.

O ano de 2006 foi o que apresentou mais municípios cadastrados, enquanto o ano de 2017 foi o que apresentou o maior número de regiões turísticas cadastradas.

O ex ministro do turismo, Marx Beltrão, determinou que a partir de 2017 o mapa passe a ser atualizado a cada dois anos. Na última versão do mapa de 2017, o Sudeste se destaca como a macrorregião do país com mais regiões turísticas (BRASIL, 2017a). O Quadro 7 mostra a situação atual e o *ranking* de macrorregiões.

Quadro 7 – Posição das regiões brasileiras em relação à quantidade de regiões turísticas

Posição	Macrorregião	Regiões Turísticas	Municípios
1°	Sudeste	121	1.138
2°	Nordeste	84	758
3°	Sul	53	905
4°	Centro-Oeste	36	225
5°	Norte	34	259
TOTAL.....		328	3.285

Fonte: Brasil (2017a). Organizado pela autora.

O Sudeste se apresenta como a região do país com o maior número de regiões e municípios turísticos inseridos no mapa. Já a região norte apresenta o menor número de regiões turísticas, enquanto o Centro-Oeste apresenta o menor número de municípios. O aumento nos números é resultado de um trabalho mais intenso junto aos gestores municipais e estaduais sobre a necessidade de identificação e classificação dos municípios para que as políticas públicas e os investimentos sejam mais adequados à realidade de cada região (BRASIL, 2017a). Desse modo, para que um município possa pertencer ao Mapa do Turismo Brasileiro, o MTur, por meio da Portaria n.º 205 de 2015 estabelece que o município, na definição de região turística, precisa atender a alguns critérios, compromissos e recomendações, como apresentado no Quadro 8.

O item 5 sugere que a região turística contemple os municípios trabalhados pelo PRODETUR em nível nacional, caso estes apresentem um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). No caso do Paraná, apresentam o PDITS: o município de Curitiba e municípios do Litoral Paranaense (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná). Nenhum dos municípios do Vale do Ivaí apresenta esse Plano.

Quadro 8 – Critérios, compromissos e recomendações do MTur para a região turística

Exigências mínimas	Compromissos	Recomendações
<p>1) Os municípios devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, devem ter uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum;</p> <p>2) Os municípios devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros; e</p> <p>3) A Região Turística deve apresentar comprovação de ciência do Fórum ou do Conselho Estadual de Turismo acerca de sua composição.</p>	<p>1) Indicar, no sistema, um representante regional responsável pela interlocução do Programa de Regionalização do Turismo, nos casos em que a região turística disponha de uma Instância de Governança ativa.</p> <p>2) Institucionalizar a Instância de Governança Regional, caso esta ainda não exista ou esteja inativa.</p> <p>3) Elaborar um Planejamento Estratégico Regional de Turismo, caso ainda não o possua.</p>	<p>1) A região deve conter uma quantidade administrável de municípios. Quanto mais municípios, maior é a dificuldade de articulação.</p> <p>2) A região não deve ser composta por um único município, com exceção das capitais e do DF.</p> <p>3) O Órgão Oficial de Turismo Estadual deverá alimentar o sistema disponibilizado pelo Ministério do Turismo com as regiões identificadas.</p> <p>4) A região turística deverá possuir um nome que transmita e valorize sua identidade.</p> <p>5) Caso exista Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), sugere-se (desde 2009) que a região turística contemple o município trabalhado pelo Prodetur.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2017b).

Cabe, a cada estado selecionar os municípios de seu território que comporão o mapa com base nos critérios estabelecidos. As IGRs também podem contribuir com esse processo ao prestarem informações para orientar os municípios que pretendem integrar-se à região turística, mas isso dependerá da organização e da atuação de cada uma. Para auxiliar os estados, o MTur lançou uma cartilha com orientações, e de acordo com esse documento, para se definir as regiões turísticas, recomendam-se que sejam realizadas oficinas, seminários e reuniões com os atores locais (BRASIL, 2009).

Assim, cada estado deverá definir seu cronograma para o remapeamento, enviando-o posteriormente ao MTur. No caso do Paraná, para atualização desse último mapa, foi realizada uma reunião com os interlocutores das 14 regiões turísticas do estado. Essa ação foi coordenada pela Paraná Turismo no dia 30 de junho de 2017, durante o Festival das Cataratas (REPRESENTANTES..., 2017).

Quanto à oscilação do número das regiões e principalmente de municípios, fato verificado em todas as edições do Mapa, esta pode decorrer de diversos fatores, além da falta de atenção aos critérios exigidos pelo MTur. A falta de critérios do PRT para que um município pudesse ou não pertencer a uma região foi visível já na primeira versão do mapa, em 2004, quando não havia um critério objetivo relacionado à formação de regiões turísticas. Era uma questão essencialmente de

identificação, pois mesmo que dentre esses municípios houvesse algum sem atratividade turística, este poderia constar no mapa.

Para isso, bastaria haver uma oferta complementar de um atrativo turístico ou até mesmo a oferta de produtos agrícolas que de alguma maneira abastecesse um município turístico. Posteriormente é que se procurou aprimorar a definição do que realmente é uma região turística, exigindo, dos municípios, critérios, compromissos e recomendações como feito por meio da Portaria n.º 205 de 2015, conforme descrito no Quadro 9.

Quadro 9 – Critérios, compromissos e recomendações do MTur para o município

Exigências mínimas	Compromissos	Recomendações
1) Possuir órgão responsável pela pasta de turismo (Secretaria, Fundação, Coordenadoria, Departamento, Diretoria, Setor, Gerência). 2) Destinar dotação para o turismo na lei orçamentária anual vigente. 3) Apresentar Termo de Compromisso assinado por Prefeito Municipal ou dirigente responsável pela pasta de turismo, conforme modelo disponibilizado no Sistema, aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.	1) Indicar um representante municipal responsável pela interlocução do Programa de Regionalização do Turismo e por participar ativamente da instância de governança regional. 2) Destinar, anualmente, recursos orçamentários para o turismo. 3) Constituir ou reativar o colegiado/conselho de turismo do município, caso ainda não exista ou esteja inativo. 4) Apoiar o desenvolvimento do turismo regional, de forma cooperada. 5) Elaborar um Planejamento Estratégico Integrado à Região, caso ainda não o possua. 6) Participar ativamente da Instância de Governança Regional, caso exista.	1) Se um município está vinculado à uma região por sua importância turística, pelo fornecimento de produção associada ao turismo ou de serviços de apoio ao turismo, sugere-se mantê-lo no mapa. Se se integram à região apenas por serem limítrofes, sem caracterizar qualquer atividade vinculada ao desenvolvimento do turismo na região, sugere-se que sejam excluídos do mapa.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017b).

O MTur aponta mais 30 outros critérios facultativos que o Estado pode exigir dos municípios para o mapeamento, considerando suas peculiaridades. Como exemplos desses critérios, ter o Fundo Municipal para o Turismo, a participação ativa de um representante municipal na IGR e realizar o diagnóstico da oferta turística, entre outros (BRASIL, 2017b). Nos municípios no Vale do Ivaí, apesar de constarem no Mapa, a grande maioria não possui o fundo e nem o INVITUR.

Quanto à exclusão de municípios, isso deverá ocorrer conforme as recomendações do MTur, nos casos em que o estado perceber que o município está integrando uma região apenas por ser limítrofe, não apresentando qualquer atividade vinculada ao turismo. Há casos também em que municípios mesmo

considerados turísticos podem ter problema na entrega dos documentos. A não participação no mapa também pode ocorrer por uma questão de gestão, na troca de governos municipais ao entender que a atividade econômica do município é outra e não o turismo (BRASIL, 2016b). Esse último corresponde a vários casos no Vale do Ivaí, como em Jardim Alegre e Kaloré, por exemplo.

Hoje, o cumprimento dos critérios pode ser considerado um fator determinante pelo MTur para que municípios e regiões possam fazer parte do mapa. Porém, é preciso compreender que, no caso das regiões turísticas, por serem consideradas flexíveis, dependendo do momento e do entendimento de cada órgão de turismo estadual, estas podem ser criadas, excluídas e renomeadas. No caso da exclusão de uma região, por exemplo, o município teoricamente não pode integrar-se outra região caso não apresente características similares e/ou complementares. Aspectos que o identifique enquanto região, além de uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum. As regiões turísticas são constituídas a partir da organização dos municípios, podendo ficar, muitas vezes, dependente da atuação e do interesse de cada um em participar e atender aos critérios do mapa.

Deve-se considerar, ainda, que as regiões turísticas são geridas por uma Instância de Governança Regional e, algumas, como observadas no Paraná, passam por um processo de reestruturação por não terem conseguido se estabelecer e cumprir seu papel ao longo do tempo. Isso pode prejudicar a integração de um município ao mapa, pois para isso precisa estar vinculado a uma região turística. Há que se observar, também, que em alguns casos o conceito de região depende da escala e do tipo de questão a ser estudada, ou seja:

[...] o tamanho da região, no interior de um país, vai definir o número de regiões de estudo ou de planejamento. Conforme o objetivo, pode ser mais conveniente trabalhar com um número limitado de regiões; em outros casos, há necessidade de diminuir a área, o que implica o aumento do número de regiões (SOUZA, 2009, p. 16-17).

Esses são alguns fatores, portanto, que podem determinar a oscilação dos números das regiões e dos municípios, como verificado em todas as versões do mapa. Por meio do mapa é possível identificar a categoria a que cada município

turístico pertence. Ressalta-se que o governo estadual dá o apoio para que o município possa se inserir no mapa e quem faz a categorização é o MTur.

2.5 AS ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: A CATEGORIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

A categorização dos municípios turísticos é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. De acordo com o MTur, em vez de priorizar somente os 65 destinos, como se propunha no início do programa, o ministério poderá priorizar todos os municípios, mas de acordo com o que realmente necessitam, conforme a categoria em que se encontram. A categorização foi instituída pela Portaria n.º 144 de 27 de agosto de 2015, para

[...] subsidiar o processo de gestão pública e orientar a implementação de políticas de turismo, específicas para cada categoria de municípios [...] a categorização pode ter várias formas de uso. A depender da estratégia de desenvolvimento, poder-se-á focar em ações específicas para os municípios agrupados nas categorias B e C, por exemplo. Pode-se, também, definir estratégias e ações específicas para fortalecer os municípios agrupados nas categorias D e E. Assim como pode-se definir políticas e estratégias específicas para os municípios da categoria A (BRASIL, 2016b, p. 21).

O Relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal avaliou a política de “Estruturação dos Destinos Turísticos”, recomendando a categorização para aperfeiçoamento da forma de distribuição dos recursos (BRASIL, 2015c). O Tribunal de Contas da União também expressou aprovação da proposta para que se criassem parâmetros mais claros, tanto para distribuição dos recursos financeiros como para priorização de ações para implementação da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2016d).

Souto (2015) afirma que desde o início do PRT, o MTur já tinha a intenção de classificar esses municípios para que pudessem ser tratados de forma diferenciada, com critérios mais claros em relação à realidade de cada um. Na época até se tentou isso por meio do INVITUR, mas passados mais de 10 anos, não se conseguiu avançar nesse sistema, não sendo possível cruzar os dados para definir um critério mais objetivo para direcionamento de políticas públicas.

A categorização dos diferentes municípios do Mapa do Turismo Brasileiro seguiu as seguintes variáveis orientadas por critérios específicos: vínculo (relação direta com a atividade turística); disponibilidade (dados acessíveis ao MTur); comparabilidade (dados que possibilitem a comparação objetiva entre os municípios do universo a ser estudado); abrangência (dados disponíveis para o universo de estudo) e atualização (possibilidade de atualização periódica dos dados). A partir desses critérios, foram selecionadas quatro variáveis diretamente relacionadas à economia do turismo, conforme apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Variáveis econômicas do turismo para categorização

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Pesquisa de Serviço de Hospedagem - IBGE
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Estudo de Demanda Doméstica - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE /MTur
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Estudo de Demanda Internacional – FIPE/MTur

Fonte: BRASIL (2018c, p. 3).

Utilizou-se, como metodologia para a categorização, uma análise quantitativa a partir de dados secundários disponíveis pelo MTur, optando-se, assim, pela análise de *cluster* ou de agrupamento. Essa análise é uma técnica estatística multivariada que tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, respeitando as características a eles atribuídas (Brasil, 2016b). Por conseguinte, os elementos em grupos diferentes devem ser heterogêneos, ou seja, diferenciados em relação a essas mesmas características.

Os municípios similares foram agrupados em cinco grupos divididos por categorias denominadas A, B, C, D e E. Nesse contexto, os municípios classificados na categoria A representam os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Já os que apresentam valores zerados nas quatro variáveis deram origem ao grupo E. A intenção, segundo Souto (2015), é olhar cada grupo e categoria de forma diferenciada. Porém, isso não deve ser entendido como uma hierarquização, ou seja, que o grupo A ou B sejam prioridades, mas que as políticas específicas para determinados grupos sejam melhor direcionadas.

As regiões turísticas também podem se encontrar em fases distintas, de acordo com o ano de sua criação e desenvolvimento. De acordo com Beni (2006), é preciso compreender que o estágio de desenvolvimento de cada região é distinto em cada uma das áreas. A implantação das regiões não deve ocorrer necessariamente de forma sequencial, mas de acordo com a situação atual de cada região. Esse foi o caso do Paraná, pois suas regiões turísticas foram criadas em anos diferentes.

Segundo Souto (2015), um dos objetivos da categorização é a melhor distribuição dos recursos e também a reflexão sobre o mapa, já que é preciso entender o papel e o momento de cada destino no processo de regionalização. A reflexão sobre a categorização serve como subsídio para o MTur e para os estados, no aporte de recursos, já que o Ministério conta hoje com pouco orçamento.

Para o entrevistado Ítalo Mendes, a metodologia adotada pelo MTur para proceder à categorização ainda não é a ideal, mas nesse primeiro momento foi o que se conseguiu fazer para entender um pouco melhor o estágio de desenvolvimento de cada região. A ideia inicial, segundo ele, era verificar os municípios que já haviam feito um trabalho de mobilização dos atores locais, que tivessem um plano de *marketing* ou ações de planejamento e diferenciar dos que não haviam feito qualquer ação. Porém, verificar e diferenciar o nível de maturidade de gestão de cada uma das regiões de forma precisa não foi possível e, nesse sentido, pela dificuldade de se trabalhar com os dados, optou-se, segundo o entrevistado, por um caminho mais curto para criação de estratégias para essa identificação. A opção, portanto, se baseou somente em dados quantitativos.

Mas há que se considerar que cada município é um ente federal, que tem um CNPJ e que possui obrigações fiscais e legais. Caso um deles tenha alguma pendência que contrarie a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderá prejudicar a região. Isso porque os recursos não podem ser aplicados em âmbito regional, mas somente municipal. E mesmo que seja por consórcio, há várias restrições na legislação que não viabilizam o incremento de imposto na região, mas somente para o município. O consórcio se constitui por sua vez em:

[...] parcerias entre municípios para a realização de ações conjuntas, incrementando a qualidade dos serviços públicos prestados à população. [...] Destacam-se os consórcios intermunicipais em ações de saneamento, instalação de infraestrutura de energia elétrica, construção de estradas e atividades relacionadas à promoção de saúde pública (TEIXEIRA; MENEGUIN, 2012).

Além disso, a viabilidade dos consórcios intermunicipais vai depender em longo prazo de um equilíbrio resultante da confiança mútua entre os participantes, pois há alguns riscos como o de um ou mais membros não cumprirem com sua quota de trabalho ou contribuição financeira. Conforme explica o entrevistado Eduardo Mielke, a que se considerar também que caso o município esteja com alguma pendência no Cadastro Único de Convênios (CAuC), fica impossibilitado de firmar convênios com a União para receber recursos para contratação de obras e serviços. Em 2015, 90% das prefeituras encerraram o mês de janeiro inadimplentes nesse cadastro (CAuC...2015).

Segundo Mielke (2018) diante dessa situação fica difícil inclusive justificar a existência de um Ministério destinado a trabalhar a regionalização com tão poucos municípios (categorias A e B). A EMBRATUR, transformada em uma agência, seria suficiente para trabalhar com esses municípios, mas para isso os estados deveriam ter mais autonomia, já que são muito dependentes do governo federal em termos de orçamento e organização.

Ainda segundo o entrevistado Mielke, caso realmente o MTur priorize os municípios das categorias A e B, que respondem por cerca de 68% do fluxo doméstico brasileiro e por 97% do internacional, o trabalho do Ministério se restringirá a apenas 219 municípios, ou 7% do total. Mesmo que o MTur ressalte que os municípios das categorias C, D e E terão assistência, (os quais reúnem os municípios de menor fluxo de turistas e empregos formais), não há garantias de que isso ocorrerá. No Paraná isso é representado pelos municípios que formam o G11 que será explicado no próximo capítulo.

Porém, pensar na extinção do MTur somente por esses argumentos significa desconsiderar outros planos e projetos executados pelo ministério, já que o PRT é somente um deles. A regionalização envolve várias questões, e em um país com grande dimensão territorial como o Brasil, isso não é uma tarefa simples. Talvez, restringir um número de municípios a serem trabalhados pode ser uma forma de

facilitar a operacionalização do projeto. Até porque a regionalização, como afirma o entrevistado Ítalo Mendes não é adequada para todos os lugares, e isso deve ser respeitado. Fica a cargo, portanto, das Instâncias de Governança a implementação da regionalização do turismo, uma tarefa considera complexa que de acordo com o mesmo entrevistado é considerada um desafio que nunca foi bem resolvido dentro do PRT, discutida a partir de agora.

2.6 OS INTERLOCUTORES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O Programa de Regionalização do Turismo entende que os interlocutores são fundamentais para a implementação deste, pois são eles que recebem as orientações do MTur para o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações do PRT em âmbitos estadual, regional e municipal. Para o MTur, devem atuar de forma articulada, formando a Rede Nacional de Regionalização para troca de experiências, intercâmbio e inovação.

Santos (2010) acredita que os órgãos regionais são importantes para que os processos transcorram da melhor maneira, evitando bloqueios decorrentes de dificuldades de comunicação. Esses órgãos são considerados, portanto, fundamentais para a modernização do turismo regional, em especial nas regiões do interior do Brasil. Porém, para que isso ocorra, devem ser constituídos por um conjunto organizado e integrado. As atribuições dos Interlocutores do PRT constam no Quadro 11.

Souto (2015) afirma ainda que o interlocutor estadual, que geralmente é um Diretor ou Gerente dentro da Secretaria Estadual de Turismo, tem o imprescindível papel de disseminar a política de regionalização, pois é ele quem leva para dentro da Secretaria, e também para as regiões turísticas, as diretrizes descentralizadas pelo MTur. Por isso existe a necessidade de realizar reuniões periódicas em Brasília com o grupo de 27 interlocutores estaduais, a fim de capacitá-los para irem às regiões turísticas e informá-las sobre a categorização, promovendo a reflexão da revisão do mapa.

Quadro 11 - Atribuições dos Interlocutores do PRT

ESTADUAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais. - Planejar e coordenar, monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito estadual. - Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito estadual. - Produzir e disseminar informações e conhecimento, validar o conjunto de dados e informações produzidos pelas regiões. - Participar dos Encontros dos Interlocutores e dos Encontros Nacionais de Turismo. - Convocar ou participar de reuniões com Interlocutores Regionais, Municipais e MTur.
REGIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar e coordenar, monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito regional. - Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional. - Produzir e disseminar informações e conhecimento, assim como validar o conjunto de dados e informações produzidos pelos municípios. - Dar suporte aos Interlocutores Estaduais e Municipais. - Participar dos Encontros dos Interlocutores e dos Encontros Nacionais. - Participar de reuniões com Interlocutores Estaduais, Municipais e com o MTur. - Convocar reuniões com os municípios integrantes da região, quando necessário.
MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar os segmentos organizados para o debate e a indicação de propostas locais para o município. - Integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização. - Participar de debate e da formulação das estratégias locais para o desenvolvimento do município. - Planejar e executar ações locais, integradas às regionais. - Produzir/ coletar dados e informações para identificação do nível de desenvolvimento dos destinos. - Dar suporte aos Interlocutores Regionais e Estaduais. - Participar dos Encontros dos Interlocutores e do Encontros Nacionais. - Participar de reuniões com Interlocutores Estaduais, Regionais e com o MTur.

Fonte: Brasil (2017c).

A interlocutora estadual do PRTno Paraná é Deise M. F. Bezerra, Diretora Técnica da Paraná Turismo, com mais de 30 anos de experiência e apontada, por alguns entrevistados e palestrantes, como uma referência na área. Por esse motivo foi uma das entrevistas dessa pesquisa. Nesse tempo, acompanhou e participou de várias fases das políticas públicas de turismo no Paraná e no Brasil, como no Programa Nacional de Municipalização do Turismo na década de 1990 e no atual Programa de Regionalização do Turismo. Em relação aos interlocutores que atuam no programa em nível regional, têm-se as Instâncias de Governança Regionais que são organizações com participação do poder público e privado dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o PRT (BRASIL, 2007c).

No âmbito municipal, é necessário um interlocutor ou gestor que esteja à frente de uma administração direta, como um departamento ou instância de assessoria vinculada ao gabinete. Essa estrutura deve ter influência política e capacidade de articulação externa com os demais organismos da administração pública municipal.

Considerando o porte do município e, caso a sua relação com o turismo seja direta, esta deve ser uma secretaria municipal ou uma instância de administração indireta – Agência de Desenvolvimento do Turismo ou empresa municipal. Mas, independentemente da configuração adotada pelo Órgão Municipal de Turismo, é fundamental que esteja vinculada a um Colegiado Local (fórum, comitê, conselho etc.) e que agrupe, em uma rede de colaboração, um conjunto de atores (BRASIL, 2007d).

Pelo menos no campo teórico, o modelo de gestão adotado pelo PRT deveria ser o da gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, que proporcione a participação, a democratização, consensos e acordos envolvendo a multiplicidade e a diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e a sociedade civil organizada (BRASIL, 2013b). Estes podem assumir estrutura e caráter jurídicos diferenciados sob a forma de fóruns, conselhos, associações, comitês, consórcio ou outro tipo de colegiado. No Paraná, a maioria das IGRs optou pelo modelo de Agência de Desenvolvimento do Turismo e que será discutido melhor em capítulo específico.

Como dito anteriormente, a implementação de uma IGR ainda é considerada um desafio pelo MTur e uma das causas pode estar relacionado a essa variedade de formatos que o próprio PRT sugere. A forma de atuação dependerá muito do entendimento de cada interlocutor de cada região. Uma das estratégias do PRT prevê o monitoramento do programa, ou seja, a realização de uma etapa que se constitui em avaliar e garantir correções para as próximas ações, com o objetivo de dar continuidade a ele.

Foi o que o governo fez em 2010, ou seja, seis anos após o início do PRT, no documento “Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”. Este foi um estudo realizado por meio de uma parceria entre o MTur e o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) (BRASIL, 2010b).

De acordo com esse estudo, a avaliação teve o enfoque na gestão do conhecimento, uma vez que não se limitou apenas a identificar os pontos fracos e fortes do programa. Além dessa identificação, buscou resgatar as lições aprendidas e propor alternativas sustentáveis para ações do programa para os próximos gestores públicos e demais atores. Porém, essas avaliações devem ser vistas com mais atenção, pois, os estados e a federação pouco monitoram suas ações, poucos

fazem avaliação delas e quando fazem, sempre dizem que foi maravilhoso, como afirma o entrevistado Eduardo Mielke.

O PRT também aborda a questão do turismo “sustentável”. O material impresso com as informações e as orientações foi entregue em 2017, no estande do MTur durante a 45ª ABAV – EXPO. Esse mesmo conteúdo já havia sido lançado em 2007 como um dos cadernos da série do PRT, intitulado “Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade”. No *folder* são citadas algumas ações que as pessoas, comunidades e entidades podem tomar para beneficiar o empreendimento, o meio ambiente, os turistas e a comunidade. Dentre elas, dar referências aos turistas sobre atividades culturais, gastronômicas e artesanato local, para que possam vivenciar o estilo de vida da comunidade e favorecer o desenvolvimento econômico regional, contratando fornecedores e mão de obra local (BRASIL, 2017c).

Porém, apesar da aparente “boa” intenção do MTur em trabalhar o PRT nos preceitos da “sustentabilidade”, é possível concordar com Souza (2015) que o conceito de “desenvolvimento sustentável” se dá sob o que chama de “terreno pantanoso”, já que tem sido muito mais usado como um *slogan* ideologicamente manipulado e manipulável do que como um referencial teórico sólido. Ressalta que o discurso hegemônico sobre esse tipo de desenvolvimento é como toda ideologia, uma mescla de falácias e fatos, de meias verdades, induzindo constantemente ao (auto) engano.

Apesar da criação de um ministério específico para o setor, ainda são grandes os desafios que a atividade turística no país precisa enfrentar para se tornar uma atividade expressiva nos setores econômico, ambiental e social. Analisando alguns dados recentes do turismo brasileiro, como os dados do fluxo de turistas estrangeiros e turistas domésticos, que sempre foram metas dos Planos Nacionais e Estaduais de Turismo demonstram como o país ainda não tem expressividade em relação a outros países que investem no setor.

Os dados sobre o fluxo de turistas no país são irrelevantes se comparados a outros destinos internacionais. Em 2016, por exemplo, o Brasil recebeu 6,6 milhões de turistas estrangeiros, um recorde, o que movimentou 6,2 bilhões de dólares na economia do país, considerando que foi um ano dos grandes eventos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro (TURISMO É..., 2017). Os Estados Unidos, por exemplo, recebeu 77,5 milhões de turistas internacionais em

2015, gerando uma receita de 216,86 bilhões de dólares. Só o município de Cancun, no México, recebe mais de 10 milhões de visitantes internacionais ao ano.

Conseqüentemente, os números baixos do Brasil o deixam na 44ª posição do *ranking* da Organização Mundial do Turismo, que relaciona 50 países em 2015 (O BRASIL..., 2016). É claro que esses dados, por si só, não significam maior geração de emprego e renda, mas contribuem direta ou indiretamente com a melhora desses índices. Como defendido aqui, a quantidade de turistas ou de receitas não significa necessariamente a melhora da qualidade de vida da população quando concentradas nas grandes empresas, principalmente internacionais.

A falta de recursos financeiros é um tema que gera muita angústia e frustração nos entrevistados, pois se sabe que é na escala federal que continua sendo decidido qual região ou município será privilegiado com recursos. Esse é o caso da categorização do turismo, que pode motivar ou desmotivar a ação e a participação dos agentes locais, por priorizar os municípios com forte expressão na atividade turística.

Assim, de acordo com Fratucci (2009), a relação de poder continua operando do centro para a periferia, conforme observado nos anos de 2017 e também em 2018, em virtude do drástico corte no orçamento do MTur. Nesse sentido, terá que se estabelecer prioridades para suas ações estratégicas, o que pode comprometer a continuidade do Programa de Regionalização do Turismo em todas as esferas.

Conforme afirma Fernandes (2017), o orçamento destinado ao MTur para 2018 foi 70% menor do que o obtido há seis anos. Em comparação com o ano de 2011, o orçamento, sem as emendas parlamentares, foi de R\$ 808 milhões. Para 2018, o orçamento destinado ao MTur foi de apenas R\$ 247,6 milhões, o que dificultou, por exemplo, implementar as ações do Brasil + Turismo, um pacote de medidas para desburocratização do setor, para estimular a geração de emprego e renda. Claro que diante da situação política considerada grave nesse momento, o Turismo não foi a única esfera a ser prejudicada. Desses, somente 30% dos recursos são próprios do MTur, chamados de recursos de alocação. Esses recursos podem ser gastos livremente pelo Ministério. Os outros 70% são oriundos de emenda parlamentar.

As duas fontes de recursos, conforme explica o entrevistado Itálo Mendes foram pensadas como uma estratégia do MTur, porém, ambas podem ser gastas

indevidamente ao atenderem muito mais aos interesses políticos, sem critérios republicanos. Para complicar, as emendas parlamentares se configuram, na maioria das vezes, como uma espécie de moeda de troca entre políticos, sendo conceituadas da seguinte forma:

[...] uma espécie de atalho no Orçamento que dá aos deputados e senadores acesso facilitado a um pedaço das verbas, sem a necessidade de submeter o gasto à discussão e aprovação de seus colegas [...] As emendas são pedidos que deputados e senadores fazem para incluir no Orçamento despesas específicas, como pavimentar uma estrada ou reformar um hospital. Costumam ser destinadas às cidades onde estão os eleitores do parlamentar, para fortalecer laços políticos. Mesmo que esteja incluída no Orçamento, a liberação efetiva dos recursos depende de uma ordem do governo. Por isso, as emendas parlamentares se tornaram uma forma de barganha política entre o presidente da República e os congressistas. Em alguns casos, o dinheiro para as emendas passou a ser condicionado ao apoio ao governo em votações importantes (LUPION, 2017).

De acordo com o MTur, para 2017 as ações orçamentárias disponíveis para emendas parlamentares se basearam em valores mínimos para a celebração de convênios do MTur com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2016c). Foram destinados mais de 250 mil reais para execução de obras e serviços de engenharia, e de 100 mil reais para os demais projetos.

Para o PRT, o objeto de aporte de recursos destinou-se à formação ou ao fortalecimento de redes colaborativas e colegiados para suporte à gestão descentralizada do turismo em âmbitos estadual, regional ou municipal. As instituições e entidades elegíveis são municípios, estados, Distrito Federal e consórcios públicos municipais ou estaduais, entidades do Sistema “S”, instituições públicas de ensino e entidades privadas sem fins lucrativos que integrem os colegiados de turismo nas diferentes escalas territoriais. Nesse sentido, os parlamentares utilizam as emendas para se promoverem, pois:

[...] aplicam esses recursos essencialmente em obras, talvez, 90% e em eventos 10%. E o que são esses eventos? Qualquer evento não importa se é para apoiar a festa do chuchu ou a festa do biscoito, a festa de não sei o que, a festa da padroeira, eles apoiam essas festas porque dá visibilidade política na cidade, o parlamentar vai lá para cumprimentar o prefeito e aí aparece o recurso dele novamente, 70% para as obras [...]. Essas obras teriam que ser obras de interesse turístico e algumas vezes são. O parlamentar pode, por exemplo, fazer uma urbanização de uma obra ali na região litorânea. Ele pode fazer uma restauração num patrimônio de um centro turístico da cidade e algumas vezes isso acontece, mas na maioria das vezes o MTur é só uma entre aspas barriga de aluguel pra repassar esses recursos para executar uma obra que ele não conseguiria fazer em outros lugares, ele faz, por exemplo, uma praça, [...] um asfalto na rua [...] (ENTREVISTADO ITALO MENDES, 2017).

Nota-se, assim, que são vários os motivos para o enfraquecimento do Ministério do Turismo e, conseqüentemente do PRT. O envolvimento de ministros e de ex-ministros em denúncias de corrupção é um deles como já citado. De acordo com (Turismo...2017) uma das últimas denúncias envolve o ex Ministro Marx Beltrão, acusado de liberar recursos da pasta para seus parentes que governam municípios de Alagoas, totalizando 84,6 milhões distribuídos somente em 2017. Isso representa 34,17% do total do orçamento de 247,6 milhões do ano.

Além disso, o cargo de ministro, como constatado pela excessiva troca, demonstra claramente que este se tornou uma moeda de troca entre partidos que desejam fazer parte do governo. Em 14 anos da criação do MTur, foram 12 ministros, uma média de um ministro por ano, o que é preocupante, já que apenas dois deles conseguiram ficar mais de três anos consecutivos no cargo. Essa troca constante de gestão traz instabilidade para a pasta e, por conseguinte, para a continuidade dos programas e projetos desta.

Portanto, a percepção dessas mudanças e como estas impactam as decisões e a reação das organizações governamentais devem ser observadas para definir os novos rumos da política pública de gestão do território no turismo. Nesse sentido, o capítulo a seguir apresenta uma análise do PRT no Paraná.

CAPÍTULO 3 – ESCALA ESTADUAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ

Esse capítulo tem por objetivo compreender como o Programa de Regionalização do Turismo é conduzido no estado. Em princípio será feita uma contextualização da organização estrutural do PRT e posteriormente, será discutido como vem sendo executado. O Paraná tem há algumas décadas, uma estrutura organizacional em relação ao turismo e que vem se modificando ao longo dos anos, de acordo com as políticas de cada governo. Esse é o caso da regionalização do turismo, como apresentado a seguir.

3.1 A ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ

Desde 2013, o órgão responsável pelo turismo no estado com patrimônio, receitas próprias e autonomia administrativa é a Paraná Turismo que está vinculada à Secretaria do Esporte e do Turismo (SEET). O atual presidente da Paraná Turismo é Manoel Jacó Garcia Gimenes que possui experiência em cargos públicos relacionados ao turismo com a ocupação de vários cargos políticos como secretário e assessor. Como dito anteriormente, Deise Bezerra é a interlocutora estadual do PRT. Em relação ao Programa de Regionalização do Turismo gerido pela instituição, existe uma cronologia que auxiliará no entendimento dessa política de planejamento voltada à gestão e à organização do território.

A Secretaria Estadual de Turismo foi criada no mesmo ano que o MTur, em 2003. Em sua estrutura, contemplava uma instância de governança estadual, a saber, o Conselho Consultivo de Turismo, que tinha, entre suas várias premissas: a “sustentabilidade” dos destinos para atendimento dos objetivos de diversificação e oferta turística; a estruturação dos destinos turísticos; e a execução dos programas da Política Estadual de Turismo.

Para a organização do planejamento do setor, foi lançada a Política Estadual de Turismo (2003-2007). Esse documento contemplava oito áreas estratégicas, destacando-se, entre estas, a municipalização e regionalização do Turismo (PARANÁ, 2009). Ou seja, nesse novo momento das políticas públicas para o setor

de regionalização do turismo, o Paraná não abandona de imediato o município, o que é considerado um ponto positivo.

Dentro de uma visão de descentralização propagada pelo programa, em 2003 foi criada, dentro do Conselho Consultivo de Turismo, a Câmara de Regionalização do Turismo, que atuava com a SETU nesse novo processo. Após uma articulação com o Fórum Estadual dos Secretários Municipais de Turismo, deu-se início às discussões sobre a regionalização do turismo no estado. Em abril do mesmo ano foi realizada uma Oficina de Planejamento, com a presença dos representantes das 18 regiões administrativas integrantes do Fórum Estadual de Secretários Municipais de Turismo, em que se definiu as nove regiões turísticas para o Paraná.

Em 2005, o ordenamento da atividade turística com foco na regionalização aconteceu de forma mais intensa, por meio da execução de um convênio entre o MTur e a Secretaria Estadual de Turismo (SETU). Assim, foram realizadas ações de Sensibilização, Mobilização, e Institucionalização da Governança Regional, Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, Elaboração de Roteiros Turísticos e o Sistema de Monitoria e Avaliação.

No ano de 2007, a Paraná Turismo assinou um novo convênio com o MTur e o Sebrae com objetivo de fortalecer as Instâncias de Governança Regional, implementar e avaliar os planos regionais de 2005 e também elaborar um projeto para identificar a imagem turística de cada uma das regiões e repassar a metodologia de inventariação da oferta turística, o Inventário da Oferta Turística (INVITUR).

Em 2008 foi publicada a Lei n.º 15.973, de 13 de novembro de 2008, que estabelece a Política de Turismo do Paraná em três principais eixos estratégicos: gestão e fomento ao turismo estadual; desenvolvimento de destinos turísticos; e promoção e apoio à comercialização. Nesse ano também ocorreu a Oficina de Análise do Mapeamento Turístico após solicitações de alguns municípios que queriam mudar de região. A partir dessa oficina, o Paraná passou a ter 10 regiões turísticas para compor o mapa do turismo.

Em 2014, a Paraná Turismo, após um estudo em parceria com as Instâncias de Governança Regionais (IGR) criou mais quatro regiões turísticas. Para essa mudança, foram realizados seminários com representantes de todas as regiões e seus municípios. Após informá-los sobre os novos critérios do MTur para poderem

se inserir no PRT, os 281 municípios se comprometeram a criar e a fortalecer seus órgãos municipais de turismo, criando assim essas novas regiões. O Parágrafo Único da Lei n.º 15.973/2008 da Política Estadual de Turismo define como e por quem devem ser escolhidos os critérios para se criar uma região turística:

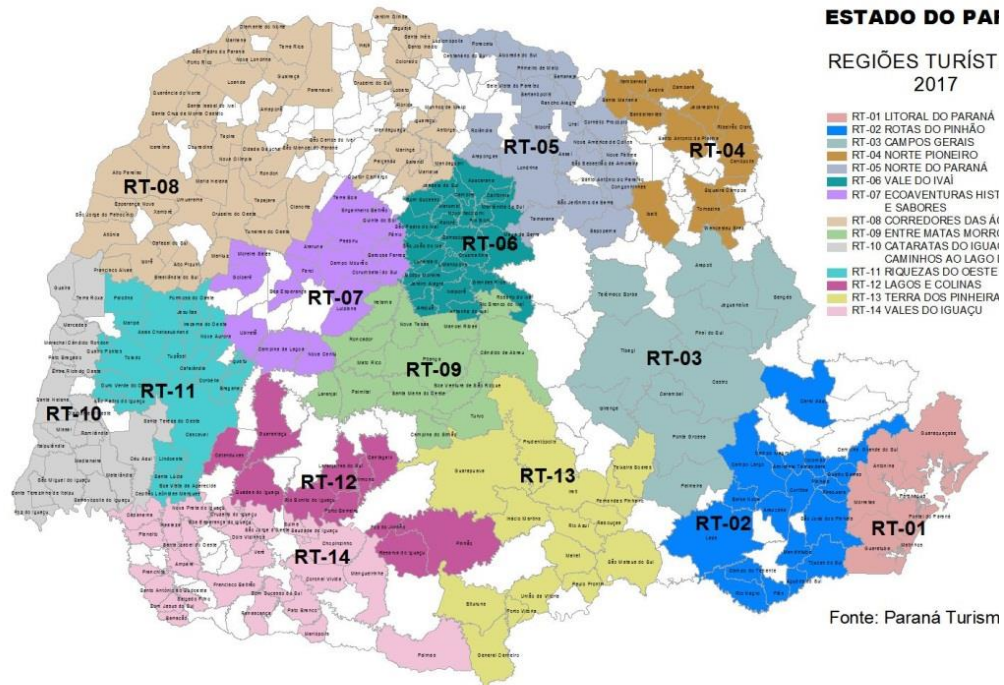
Os critérios utilizados para definição das Regiões Turísticas do Estado do Paraná são de responsabilidade da Câmara de Regionalização do Turismo do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, com base nas orientações do Ministério do Turismo; na existência das Associações de Municípios do Estado do Paraná; na existência de organizações intermunicipais e projetos regionais específicos de turismo; na posição geográfica estratégica em relação ao principal mercado emissor; e na potencialidade turística para a formatação de produtos e roteiros integrados, complementares e competitivos (PARANÁ, 2008).

Houve subdivisões nas regiões Norte do Paraná, Corredores das Águas (Noroeste), Estradas e Caminhos (Centro), além de pequenas mudanças dos municípios que integravam as demais regiões. Nessa nova reconfiguração é criada a região turística Vale do Ivaí. Outras também surgiram como Norte Pioneiro, Cantuquiriguaçu (hoje Lagos e Colinas) e Roteiros do Comcam (hoje Ecoaventuras, Histórias e Sabores) (PARANÁ..., 2014).

Atualmente, o Paraná possui 14 regiões turísticas: Campos Gerais; Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu; Corredores das Águas; Ecoaventuras; Entre Matas, Morros e Rios; Histórias e Sabores; Lagos e Colinas; Litoral do Paraná; Norte do Paraná; Norte Pioneiro; Riquezas do Oeste; Rotas do Pinhão; Terra dos Pinheirais; Vale do Ivaí e Vales do Iguaçu. A Figura 6 apresenta as regiões turísticas de acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro de 2017.

Com o lançamento desse último mapa do turismo, o número de municípios pertencentes às regiões turísticas aumentou em relação a 2016. Dos 399 municípios paranaenses, 283, ou seja, cerca de 70%, fazem parte do mapa. Destes, 82 foram incluídos em relação a 2016. Também foram retirados ou excluídos 23 municípios que não atendiam aos critérios do MTur.

Figura 6 – Representação das regiões turísticas do Paraná de 2017



Fonte: Paraná (2017a).

Anteriormente foram apresentadas algumas situações que fazem com que alguns municípios sejam excluídos. A quantidade de regiões continua a mesma, 14, e segundo a publicação, sete em cada 10 municípios do Paraná têm vocação turística (BRASIL, 2017f). Porém, é preciso observar com cuidado esse aumento no número de municípios, que pode ter como único interesse a solicitação de recursos do MTur.

Ao fazer uma pesquisa no *website* www.mapa.turismo.gov.br, é possível verificar a categoria em que os municípios se encontram e gerar relatórios em *pdf* contendo variáveis, como a dos municípios inseridos e excluídos; quantitativo de municípios; quantitativo de regiões e de municípios por categoria. O mapa mais recente foi lançado em setembro de 2017 e atualizado no início de 2018 pela nova metodologia utilizada para a categorização.

3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ

A Lei n.º 15.973/2008, que trata da Política Estadual de Turismo apresenta uma definição de região turística, mas não exatamente igual ao conceito do PRT. Ambas apresentam o mesmo sentido, o que muda é que no conceito nacional são utilizadas com mais ênfase as palavras “produtos” e “serviços”. No conceito estadual, o foco se dá na gestão e promoção, apesar da Paraná Turismo ter lançado em 2018 a campanha “Paraná Produtores de Turismo”, uma alusão aos produtores rurais. A região turística para o PRT estadual é, portanto,

[...] o território caracterizado por um conjunto de municípios turísticos ou de interesse turístico, que possuem afinidades e complementaridades culturais ou naturais, que possibilitam o planejamento e a organização integrados, como também a oferta de produtos turísticos mais competitivos nos diferentes mercados, **agregando força principalmente na gestão e promoção** (PARANÁ, 2008, grifos meus).

A Política de Turismo do Estado é orientada por vários princípios. Em relação à regionalização, destaca-se, em seu Parágrafo VI, que esta deve promover uma atuação pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico regional. Deve ocorrer de forma articulada e compartilhada entre os municípios que integram as regiões turísticas do Estado, tendo em vista ações de negociação, consenso e organização social (PARANÁ, 2008).

É importante que se tenha claro que o Mapa do Turismo e a categorização dos municípios turísticos são ações diferentes, porém, complementares, já que antes de passar pelo processo de categorização, os municípios precisam primeiro constar no Mapa. São os órgãos estaduais, junto às IGRs, que dão apoio aos municípios para que estes possam se inserir no Mapa e, após isso, o MTur é que define a categoria na qual o município se encaixa, de acordo com os critérios já mencionados no capítulo anterior.

Em relação à categorização dos municípios turísticos, é válido lembrar que o Paraná já havia feito, em 2012, um estudo parecido, chamado hierarquização das regiões turísticas, tendo como base o nível de desenvolvimento do turismo nos municípios. Na época desse estudo, eram 10 regiões turísticas. Foram analisadas as áreas de gestão, “sustentabilidade”, oferta da demanda turística, infraestrutura de

apoio e *marketing*, com o *ranking* das regiões em relação ao nível de desenvolvimento do turismo por municípios. Nessa classificação, também se utilizaram letras, assim como na categorização atual, só que de A a D. Para efeito de comparação, foram classificados nove municípios na categoria A, diferentemente da categorização atual, que conta com apenas dois municípios nessa categoria.

Esse diagnóstico teve como objetivo fazer um levantamento de informações técnicas, identificar e priorizar as ações necessárias para desenvolver o turismo nos municípios e integrar a região, subsidiar projetos e parcerias, definindo e focando ações conforme mercado e público desejado (PARANÁ, 2012a). Esse modelo, portanto, foi substituído pela categorização por meio da Portaria n.º 144, de 2015, que a reconhece como um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo nos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa.

No dia 8 de fevereiro de 2018, o MTur atualizou os dados da categorização dos municípios que compõem o Mapa do Turismo, lançado em 2017, o que conseqüentemente acarretou mudanças nas categorias de alguns deles. Nessa última categorização, o MTur mudou um critério. Para a versão de 2017, o órgão se baseou em um estudo sobre o número de hospedagem fundamentado na RAIS, enquanto que o recém-lançado mapa utilizou um estudo do IBGE.

Atualmente, a quantidade de meios de hospedagem do município é um importante critério para definir a categoria em que o município vai se encaixar, e isso pode comprometer o repasse de verbas por parte do MTur. Segundo Brasil (2018a), de acordo com a nova classificação, acompanhando as orientações da Portaria n.º 39/2017 do MTur, somente os municípios classificados entre as categorias A e D podem pleitear apoio a eventos geradores de fluxo turístico, por exemplo.

Nessa mudança de metodologia alguns erros cometidos pelos empresários de hospedagem podem prejudicar os municípios na categorização, como a questão do cadastro dos empregos do setor. Os gestores municipais de turismo precisam entender a metodologia empregada para acompanhar e orientar os empreendimentos ao verificar se o hotel cadastra corretamente os empregos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE. Há casos em que o hotel é familiar e não há, portanto, geração de empregos, já que se enquadram como sócios.

O CNAE é uma forma de padronizar os códigos de atividades econômicas e critérios de enquadramento a fim de serem usados pelos diversos órgãos da administração tributária do Brasil. É aplicado a todos os agentes econômicos envolvidos na produção de bens e serviços, como empresas e organismos públicos ou privados, instituições sem fins lucrativos e autônomos (IBGE, 2002). Sobre o fluxo nacional e internacional, também um dos critérios para se determinar a categorização, estes são obtidos via pesquisa do próprio MTur. Os dados sobre o fluxo nacional são obtidos de uma pesquisa de amostragem por domicílio do IBGE.

Dados de 2017 sobre a categorização dos 283 municípios turísticos do Paraná, alterados em 2018, revelam que, destes, apenas 11 são classificados nas categorias A e B, ou seja, somente 3,89% concentram uma atividade turística relevante ou expressiva em dados econômicos, como o fluxo de turistas nacionais e internacionais. Os municípios paranaenses na categoria A, são: Curitiba e Foz do Iguaçu. Os na categoria B, são: Pontal do Paraná, Cascavel, Guarapuava, Guaratuba, Londrina, Maringá, Matinhos, Paranaguá e Ponta Grossa. O Quadro 12 faz uma comparação entre a quantidade de municípios de acordo com as categorias nos anos de 2013, 2016 e 2017/2018.

Quadro 12 – Comparativo da quantidade de municípios paranaenses inseridos no Mapa do Turismo por categoria

CATEGORIA	2013	2016	2017/2018
A	2	2	2
B	9	9	9
C	32	31	35
D	157	138	179
E	61	44	58
TOTAL.....	261	224	283

Fonte: Brasil (2017f). Organizado pela autora.

Esses municípios compõem o grupo chamado G11, criado pela Paraná Turismo em 2017 (BRASIL, 2018b), logo se observa que nenhum dos municípios do Vale do Ivaí estão classificados nessas duas categorias A e B. O G11 é um grupo que tem por objetivo congrega os 11 municípios melhor categorizados pelo MTur para que trabalhem unidos, a fim de alavancar o turismo no estado por meio da troca de experiências. A cada ano troca-se a coordenação por um representante de um

município diferente. A primeira coordenadora representou o município de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais. Nesse ano de 2018 é Maitê Morgana Uhlmann, diretora de turismo do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codel), representando, a região norte do Paraná.

Desse modo, verifica-se que a quantidade de municípios integrantes das categorias A e B permanece a mesma, ou seja, totaliza 11 municípios em cada ano apresentado. Ressalta-se que esse grupo é o mais almejado pelos municípios por poderem, via projetos, pleitear recursos financeiros do MTur. Considerando os dados de 2017/2018, os municípios classificados nas categorias C e D representam 214 municípios, ou seja, 75,6%, em que, na maioria dos casos, o turismo encontra-se em estágio inicial. Os 58 municípios pertencentes à categoria E, que correspondem a 20,4% do total, apresentam valores zerados para as quatro variáveis empregadas na análise, ou seja, praticamente nenhuma expressão para a atividade.

De acordo com Brasil (2017f) alguns desses municípios fora do G11, possuem um importante papel no fluxo turístico regional e precisam de apoio para a geração e formalização de empregos e estabelecimentos de hospedagem. Isso é o que acontece com o município de Lunardelli no Vale do Ivaí, hoje o município com maior fluxo de visitantes da região, mas que pela falta de hospedagem se encontra na categoria E. Como existe uma atualização periódica do Mapa, o município poderá mudar de categoria desde que melhore seus índices nos critérios analisados.

Nessa nova atualização de 2018, 25 municípios paranaenses subiram de categoria porque conseguiram comprovar que tiveram crescimento econômico, com aumento do número de empregos por meio do turismo e/ou ampliação dos estabelecimentos formais de hospedagem e/ou o fluxo de turistas domésticos e internacionais. Esse foi o caso de Faxinal, município do Vale do Ivaí que “subiu” para a categoria C.

Por outro lado, 17 municípios tiveram um rebaixamento em suas categorias, incluindo o município de Ivaiporã do Vale do Ivaí que foi para a categoria D. Segundo o MTur, desde de 2003 foram destinados, aproximadamente, 19,1 milhões de reais em obras de infraestrutura para melhora desses que sofreram queda. Essas obras se concentraram em sinalização, pavimentação, revitalização de praças, construção de centros culturais, pórticos e outros (BRASIL, 2018b).

Ainda segundo o MTur, com essa nova atualização, 16 municípios que subiram para a categoria D têm, disponíveis, até 150 mil reais por ano do governo federal para a realização de festejos. Outros oito municípios que subiram para a categoria C têm direito a um limite de 400 mil reais, e o município de Pontal do Paraná, que passou para a categoria B, contará com um teto de 500 mil reais. Desse modo, ficam aptos a pleitear recursos de infraestrutura todos os municípios entre as categorias A a E, para que façam melhorias

[...] como construção de estradas e rodovias de interesse turístico; orlas e terminais fluviais, lacustres ou marítimos; reforma de terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, de aeroportos, ferrovias e estações férreas de interesse turístico; sinalização turística, entre outros (BRASIL, 2018b).

A partir da caracterização regional da área-estudo, baseada na compreensão da categorização dos municípios turísticos no meio geográfico e na estruturação histórica do seu território, procura-se caracterizar a necessidade de planejamento e gestão regional que facilite a consolidação de políticas no âmbito regional no direcionamento dos recursos (MALTA, 1999). Nesse sentido, as Instâncias de Governança Regionais são, no planejamento, as responsáveis pela gestão das regiões turísticas.

Constituem-se em um espaço de articulação dos atores sociais e de proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo. São consideradas pelo MTur como instrumentos concretos para a viabilização da integração e descentralização do poder de decisão, com base na gestão democrática. Tornam-se, portanto, responsáveis pela definição de prioridades na coordenação das decisões a serem tomadas pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região (PARANÁ, 2009).

Antes dessa avaliação realizada pelo governo federal, o Paraná em 2009, por meio de um convênio com o Sebrae Paraná, já havia feito um estudo sobre suas IGRs lançando o documento “Orientações Práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná”, com informações sobre o conceito de governança e sua importância. Nesse documento, foi realizada uma análise dos principais entraves para o funcionamento das IGRs diferenciando as boas práticas das consideradas satisfatórias. Nessa época, ainda eram 10 regiões turísticas no estado, em que o Vale do Ivaí não era considerado uma dessas regiões. O Quadro 13 lista os

principais entraves identificados no estudo e que comprometem o funcionamento de uma IGR em que a maioria se mantém atualmente.

Quadro 13 – Principais entraves para o funcionamento de uma IGR

Variáveis	Descrição dos entraves
Organização do setor público municipal e das entidades privadas	<ul style="list-style-type: none"> - As Secretarias Municipais de Turismo não dispõem de uma estrutura mínima (equipe técnica qualificada e equipamentos de informática); - Não existência e / ou fragilidade de atuação dos Conselhos Municipais de Turismo; - O segmento empresarial não está organizado, através de filiação, a entidades representativas do segmento Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), Convention & Visitors Bureau (CVB), etc. ou de criação de entidades específicas; - Não existe clareza dos papéis do setor público e privado; - Os prefeitos não priorizam o turismo no município; - Rotatividade dos gestores dos cargos públicos (prefeitos, secretários de turismo etc.).
Empoderamento dos atores locais	<ul style="list-style-type: none"> - Crença de que a instância, para funcionar, necessita de aporte financeiro do Estado; - Visão paternalista em relação ao Estado; - Descrença no poder dos atores locais; - Desinteresse e desmotivação das entidades empresariais e da sociedade civil em relação às instâncias de governança (pouca representatividade dos segmentos sociais); - Descrença generalizada em relação ao papel e à ação efetiva do Estado.
Articulação e liderança	<ul style="list-style-type: none"> - As diversas entidades que interagem no território (região) atuam, em geral, de forma isolada resultando em ações fragmentadas e desarticuladas; - Engajamento parcial dos municípios da região (pouca representatividade territorial); - Desconhecimento de outras experiências de instâncias de governança de turismo.
Estrutura Operacional das Instâncias	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de clareza do papel das instâncias; - Trabalho pautado no voluntarismo, não se sustentando no longo prazo; - Indefinição das regras de funcionamento (estatuto, regimento interno etc.); - Falta de monitoramento e avaliação das ações pactuadas nas reuniões; - Em algumas situações, perfil inadequado das representações do setor público e privado nas instâncias de governança; - Necessidade de profissionalização da instância (gestão amadora); - O acúmulo de trabalho sob a responsabilidade de poucos.
Entendimento do papel desse órgão colegiado como uma vantagem competitiva para o sucesso do destino	<ul style="list-style-type: none"> - Incipiente capital social nas regiões: déficit de qualificação generalizado nos três setores (Estado/município, sociedade civil organizada e trade), em especial no que tange à capacidade de exercitar a gestão colegiada voltada para resultados, regida pelos princípios da solidariedade, da cooperação, da confiança, da comunicação, da participação, e da corresponsabilidade; - Falta de compreensão da cooperação público-privada (o governo propõe a política pública, mas não aporta os instrumentos necessários; por outro lado, os empresários ficam esperando que as soluções venham do governo); - Falta de visão regional das lideranças; - Gestores públicos e atores do turismo sem visão estratégica da atividade turística, enquanto indutora do desenvolvimento regional.
Apoio institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade reduzida das Secretarias Estaduais de Turismo e instituições de apoio técnico para instrumentalização das instâncias; - Dificuldade de comunicação entre as Secretarias Estaduais de Turismo, instituições de apoio técnico e as instâncias de governança.

Fonte: Adaptado de Paraná (2009).

Vários dos problemas que as IGRs enfrentavam na época persistem como constatados nas entrevistas realizadas com alguns de seus representantes. Um dos maiores desafios hoje é justamente integrar as instituições: poder público, privado e terceiro setor. Para entender essa articulação entre os setores, Queiroz e Horrillo

(2015) fizeram um estudo sobre o estado da arte em governança de destinos turísticos.

Afirmam que a questão da governança se estabelece no atual debate sobre política e pesquisa de turismo, configurando-se, assim, com uma nova abordagem na atuação do governo frente à crescente complexidade da gestão dos destinos turísticos. Também é pela análise da governança que se propõe o debate sobre a colaboração público-privado, tema discutido há várias décadas. No discurso da diretora técnica da Paraná Turismo, durante o 4º Encontro Estadual dos Gestores, ficou explícito, em sua fala, assim como nas dos demais representantes da Paraná Turismo, que esse evento ocorreu para enfatizar a presença do setor privado no processo de regionalização, como capaz de desenvolver o turismo nos municípios:

[...] eu acho que os municípios ainda estão receosos em relação à regionalização do turismo, mas pensem que no futuro [...] a região é que vai levar aqueles municípios e torná-los turísticos por um bom tempo. Porque realmente a regionalização é voltada para uma questão mais de desenvolvimento a partir de iniciativas privadas. **Então a gente entender que o privado [...], que é o tema desse encontro**, ele não é o nosso inimigo, ele é o nosso parceiro, porque eles que vão por os produtos em desenvolvimento [...] (informação verbal², grifos meus).

De modo geral, a governança implica no funcionamento coordenado entre as partes interessadas em um destino turístico para alcançar objetivos compartilhados. Com base nas recomendações do Banco Mundial e outros autores sobre os mecanismos para favorecer a governança, cita-se: o uso de instrumentos de transparência, de participação e responsabilização dos agentes envolvidos na gestão, sejam eles administradores de órgãos públicos ou privados ou cidadãos comuns que possuam regulamentos, que favoreçam a participação na tomada de decisões e a transparência para o estabelecimento de credibilidade, favorecendo a participação na consecução de objetivos comuns. Também é preciso considerar os fatores que podem dificultar a participação de determinados agentes, como a falta de tempo, problemas para assimilar informações, acesso a tecnologias de informação e comunicação, e escassez de recursos financeiros (QUEIROZ; HERRILLO, 2015).

² Informação fornecida durante palestra no 4º Encontro Estadual de Gestores de Turismo, Curitiba, março de 2018.

Portanto, como variáveis decisivas para o êxito do processo de governança no turismo, e para uma efetiva participação dos atores, é necessário possuir soluções e capacidades, como recursos financeiros, tempo para participar, informação e recursos tecnológicos compatíveis com as áreas de atividades nas etapas do processo de planejamento. Em relação à transparência, na governança, esta se torna fundamental para estimular as relações entre as partes interessadas, ao informar sobre as modalidades de participação, normas, regras, atividades e metas compartilhadas, na apresentação de projetos e no uso dos recursos financeiros:

El proceso de participación puede abarcar desde el diagnóstico de la situación y el establecimiento de los objetivos del destino, pasando por el diseño de la política turística, su implementación y la evaluación, considerando la transparencia y la rendición de cuentas para asegurar la confianza (QUEIROZ; HERRILLO, 2015, p. 53).

Desse modo, a participação se dá em todo o processo de governança. Porém, muito do trabalho executado por uma IGR depende de voluntários, o que dificulta a retenção de um bom profissional.

A maior região turística do Paraná em termos de quantidade de municípios é a Corredores das Águas, composta por 59 municípios. A menor é a Litoral do Paraná, com sete municípios apenas. A maioria das 14 IGRs, ou seja, 10 delas se classificam como Agência de Desenvolvimento: Litoral do Paraná, Rotas do Pinhão, Campos Gerais, Norte do Paraná, Ecoaventuras, Histórias e Sabores, Cataratas do Iguaçu e Caminhos do Lago de Itaipu, Riquezas do Oeste, Lagos e Colinas e a Vales do Iguaçu.

A Terra dos Pinheirais também é uma agência, mas com formato de uma Organização Não Governamental (ONG). A Corredores das Águas é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As regiões turísticas Norte Pioneiro e a Vale do Ivaí são Associações, e a Entre matas, morros e rios, por estarem em transição ainda não tem sua estrutura definida.

Dos formatos que o MTur propôs, atualmente existe uma restrição pela Lei n.º 13.019 de 2014, conhecida como “Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”. É uma lei que estabelece um conjunto de regras para a transferência de recursos financeiros entre a administração pública e as

organizações da sociedade civil para controle e monitoramento do uso dos recursos. A depender do formato, mesmo por meio de um convênio, o estado poderá não fazer o repasse de recursos financeiros, como no caso dos Fóruns. Por isso, salienta a necessidade de um debate em relação à estrutura que a política pública afirma que poderia existir em função dessa nova lei. Esse é um dos problemas da IGR do Vale do Ivaí, que dificulta conseguir receber uma contribuição financeira dos municípios associados.

Uma OSCIP não é por si só uma entidade ou organização; é, na verdade, uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas que atuam em áreas típicas do setor público com interesse social e que podem ser financiadas pelo estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos, consideradas típicas do terceiro setor. É marcada por exigências legais de prestação de contas referente a todo o dinheiro público recebido do Estado. Torna-se uma forma de facilitar parcerias e convênios em todos os níveis de governo, permitindo doações de empresas, a serem descontadas no imposto de renda.

Desse modo, vários tipos de instituições podem solicitar a qualificação como OSCIP, que geralmente são Organizações Não Governamentais (ONGs). Já a ONG não é necessariamente uma OSCIP, já que não existe no ordenamento jurídico brasileiro. A sigla é usada de modo genérico para identificar organizações do terceiro setor, que atuam sem fins comerciais, sem fins lucrativos, como associações, institutos, fundações, entre outros. Portanto, ser uma OSCIP é uma opção institucional, não uma obrigação (SEBRAE, 2017).

Uma das ações em relação à captação de recursos financeiros para as IGRs ocorre por meio de envio de projetos ao MTur, mas é preciso que esses projetos sejam bem elaborados e isso retoma a discussão da antiga visão da Agência de Desenvolvimento. É importante lembrar que a maioria das IGRs paranaenses optou por esse formato, o que não é o caso do Vale do Ivaí, que optou por ser uma Associação. Sua criação requer uma estrutura para elaboração de projetos voltados à captação de recursos, mas para isso é necessário que haja alguém com essa capacidade técnica, o que justamente falta nas IGRs.

As Agências de Desenvolvimento Local foram criadas na Europa, no segundo pós-guerra para auxiliar na reestruturação das economias. Tinham, a princípio, um papel apenas temporário, mas com sua evolução se tornou importante para a

consolidação do desenvolvimento local. Sua capacidade consiste na articulação entre o setor público e o privado, no sentido de organizar o papel de cada agente, a fim de traçar estratégias e atrair potenciais investidores e novos negócios. Pode atuar como facilitadora, otimizando processos.

Para Saeta (2016), na implantação de Agências de Desenvolvimento Local, são necessárias, previamente, condições de infraestrutura com a garantia de que a governança esteja minimamente pré-estabelecida. A capacidade dessas agências em oferecer respostas para as necessidades locais só será efetiva se inseridas em um ambiente denominado Sistema de Desenvolvimento Local, ou seja, com o suporte de uma rede adequada. Isso é necessário porque a economia local é bastante dinâmica com adversidades e oportunidades, permeada de particularidades.

Também pode servir como incubadora para jovens empreendedores, micro e pequeno-empresários mais experientes, e outras iniciativas que apoiem a comunidade com respaldo técnico, legal e financeiro para concretizar suas iniciativas. Portanto, é preciso que o sistema de desenvolvimento local esteja em pleno funcionamento, pois a agência requer boa integração dessas redes de organizações para não comprometer sua efetividade. O professor José Elmar Feger, da Universidade Federal do Paraná, faz uma análise da IG a partir da sua estrutura, afirmando que:

Essa questão da governança pra mim não está muito clara porque cada vez tenho mais dúvidas se a instância de governança é uma instituição, é uma entidade ou é uma estratégia de algum os atores. E cada vez mais eu estou propenso a pensar que a Instância de Governança não é uma instituição, é uma estratégia, é uma conduta que um decisor, um gestor utiliza para a sua tomada de decisão para implementação de projetos buscando a atuação, integração com os demais atores envolvidos no processo. Essa questão da gente [...] analisar a Instância de Governança como uma unidade, uma entidade, para mim não faz muito sentido [...] (FEGGER, 2017).

Verificou-se, durante as entrevistas, que algumas têm atuação mais efetiva do que outras, com diferentes graus de participação dos atores públicos e privados. Desse modo, é de se concordar com o professor Feger, e igualmente conforme as entrevistas realizadas, que a IGR hoje se apresenta como um grupo de pessoas, dos setores públicos e privados, que têm a finalidade de pensar estratégias para o

planejamento e o desenvolvimento do turismo em âmbito regional. Assim, há de se concordar que,

[...] em alguns casos, os próprios atores do turismo não têm entendimento claro da atividade, e da importância de uma organização regionalizada do turismo. Em outros momentos, suas escolhas e determinações são intuitivas, ou baseadas em fatores como políticas regionais administrativas, mas que, em alguns casos, são alheias ao turismo (MACHADO; TOMAZZONI, 2011, p. 235).

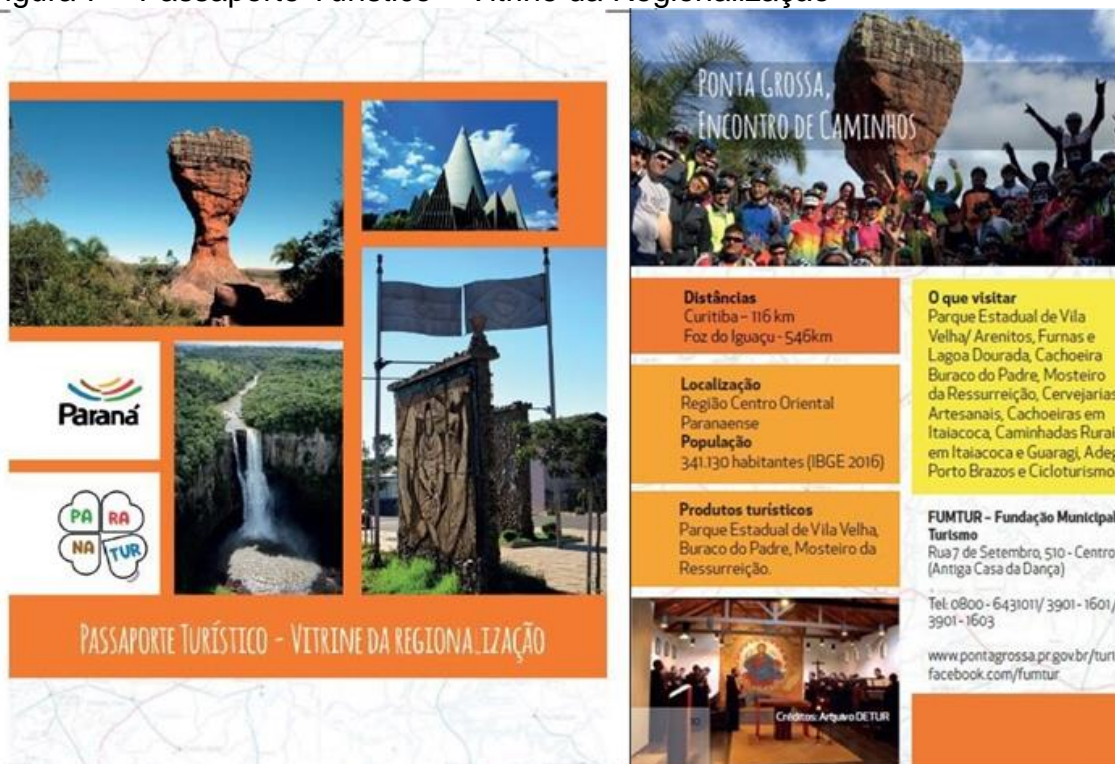
De acordo com Fratucci (2009), a organização formal ou informal das redes em conselhos, consórcios ou qualquer outro tipo de instância de agentes sociais, possibilita o desenvolvimento de políticas públicas mais específicas e mais diretamente articuladas com as necessidades e as características do setor turístico regional. Os representantes do poder público municipal, assim como os outros agentes sociais envolvidos, devem e precisam ter voz e voto.

Isso deve ocorrer principalmente na escala regional, em que redes regionais de relações e inter-relações constituídas pelos e entre seus agentes sociais criam uma dimensão espaço-tempo complexa de governança do setor. Sabe-se que a região, dentro do desenho da política pública de turismo a partir de 2003, precisou ser criada, pois até então ela não existia. Devido a não clareza do seu papel e de sua gestão, ela ainda pode ser considerada frágil na maior parte da IGRs paranaenses.

3.3 AS PRINCIPAIS E RECENTES AÇÕES PARA A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ

A Paraná Turismo vem desenvolvendo algumas ações para atender ao PRT, principalmente em relação à promoção das regiões turísticas, como um material impresso intitulado “Passaporte Turístico – Vitrine da Regionalização”, lançado em 2017, uma espécie de guia turístico. A intenção da instituição é lançar quatro desses, com as 14 regiões turísticas. Contém dicas de destinos, informações sobre as distâncias entre os municípios, “produtos” turísticos, principais eventos e contatos das prefeituras ou secretarias de turismo dos municípios pertencentes à cada região turística. A Figura 7 mostra a capa do Passaporte Turístico.

Figura 7 – Passaporte Turístico – Vitrine da Regionalização



Fonte: Gurgel (2017).

Porém, concorda-se com Mielke (2018a) que esse tipo de estratégia de elaboração de materiais impressos, tipo folder, não deveria ser de competência do estado paranaense pelos seguintes motivos: dificuldade de mensurar resultados e turistas cada vez mais preocupados em adquirir informações reais. Segundo ele, há alguns anos, guias turísticos, outdoors e outros materiais de propaganda eram tendência, porém, cada vez mais os governos têm menos recursos a serem gastos com isso. Ademais, atualmente as redes sociais se tornaram ferramentas muito mais eficientes e de baixo custo. Estas, aliás, podem alcançar um tipo de público maior e demonstram melhor a realidade local.

O autor ressalta que é preciso que o setor público pare de divulgar o turismo sem planejamento e passe a se preocupar com o que as pessoas dizem nas avaliações sobre o município. Sugere o uso de blogs de viagens, *websites* de agências de turismo e o Facebook e o Instagram como ferramentas de propaganda sem custo. Observa, ainda, que a Secretaria de Turismo, mas nesse caso, se refere a de âmbito municipal, mas que se encaixa na secretaria estadual de que está não é uma agência de propaganda, devendo centrar esforços em ações mais importantes,

como a análise do ambiente para geração de negócios turísticos para atrair turistas, e eventos para geração de empregos no setor.

Ainda como uma estratégia de promoção, a Paraná Turismo lançou, durante o 4º Encontro Estadual de Gestores, em Curitiba, um calendário do ano de 2018 em parceria com o Sebrae. As imagens que o ilustram são pratos típicos que remetem à gastronomia das regiões turísticas do estado. Essa é uma ação que faz parte do projeto chamado “Gastronomia Paraná”, criado em 2015, e que tem a intenção de criar várias ações a fim de fortalecer, promover e divulgar a gastronomia paranaense para valorizar a culinária regional (PARANÁ, 2017g).

A coordenadora do projeto Gastronomia Paraná, Jussara Voss, durante o 4º Encontro Estadual de Gestores, explicou como se deu o processo de escolha dos pratos. Segundo Voss houve uma pesquisa bibliográfica e, posteriormente, foi pedido para que os encarregados de cada uma das 14 regiões turísticas indicassem o prato típico mais significativo da região. Foi feita uma parceria com o projeto Coletivo Alimentar, de Curitiba, que funciona como uma espécie de “laboratório de comidas”. Segundo a coordenadora, os integrantes do coletivo:

[...] ajudaram a padronizar a seleção fotográfica e, ao mesmo tempo, falar dos pratos ou dos ingredientes dos pratos selecionados com uma versão mais contemporânea, usando os mesmos ingredientes e também para [...] mostrar a riqueza do nosso estado para poder oferecer esses pratos não só nas festividades [...]. Também não poderíamos deixar de falar do trabalho com o Sebrae, com a indicação geográfica [...]. A indicação geográfica é uma ferramenta importante para valorizar e divulgar os produtos de qualidade comprovada [...] (informação verbal³).

Indicação Geográfica se refere ao fato de que certos produtos advindos de locais específicos apresentam qualidades exclusivas atribuídas a sua localização geográfica. Sendo assim, os produtos são denominados a partir do nome do local de procedência. Nesse sentido, a Indicação Geográfica, quando utilizada pelos fornecedores, delimita a área de produção, restringindo seu uso aos produtos da região.

Desse modo, mantém os padrões locais e, principalmente, impede que outras pessoas se apropriem indevidamente do nome desses produtos ou serviços. Uma vez que a certificação não tem prazo de validade, atualmente há um grande

³ Notícia fornecida por Jussara Voss no 4º Encontro Estadual de Gestores em Turismo, em Curitiba, março de 2018.

interesse por esta, que vincula qualidade e reputação, além de outros atributos que podem ser conferidos essencialmente à região produtora (BIZINELLI; MANOSSO, 2017).

Um exemplo do uso da Indicação Geográfica está em um dos 12 pratos típicos escolhidos para ilustrar o calendário, qual seja, o “porco no tacho”. Na sua descrição, há destaque para a raça de um porco autóctone do Paraná, conhecida como porco Moura. Segundo a coordenadora do projeto, este é o ingrediente responsável por dar sabor único ao prato. O “porco no tacho”, em específico, representa duas regiões turísticas: Norte do Paraná e Vale do Ivaí.

Porém, da forma como foi modificado na apresentação do calendário, pode-se dizer que, praticamente, foi criado um novo prato, o que de certa forma descaracteriza a cultura local das regiões turísticas que representa. As figuras 8 e 9 fazem uma comparação entre os pratos. A Figura 8 representa o prato Porco no Tacho recriado para o calendário, enquanto que a Figura 9 é uma imagem do mesmo prato servido originalmente.

Figura 8 – Porco no tacho recriado para o calendário 2018



Fonte: Sebrae (2017).

Figura 9 – Porco no tacho como é tradicionalmente servido



Fonte: Porco... (2018).

Para entender melhor se o prato representa a identidade cultural dessas regiões, foi enviada uma pergunta via aplicativo de celular *WhatsApp* no dia 22 de

março de 2018 para uma ex-professora de gastronomia do curso de turismo da Universidade Norte do Paraná de Londrina. Foi solicitada sua opinião em relação ao calendário, especificamente se o novo prato condiz com a identidade das duas regiões que visa representar.

Com relação ao calendário, a ex-professora afirmou que este é esteticamente atrativo e que esse tipo de estratégia é importante. Também concorda que esse é um prato típico da região, mas também servido em outros locais fora do Paraná, como no Pantanal. Para ela, quando se revisita uma receita, tornando-a mais moderna, é preciso atentar-se ao público a que esta se destina. Explicou que, caso seja um público da terceira idade, é provável que rejeitem a nova receita e não entendam a apresentação do prato.

Porém, se for um público que tem conhecimento de gastronomia, é provável que entendam o objetivo da mudança da receita e a aceitem mais facilmente. Afirma, ainda, ser importante modernizar a gastronomia já que atualmente as mudanças ocorrem com certa rapidez, além de esta ter forte relação com a moda. Essa articulação entre gastronomia e o conceito de região remete à questão da identidade cultural. Identidade é entendida como um conjunto de características que distingue uma pessoa ou coisa das quais é possível individualizá-la, e que provoca um sentimento de reconhecimento de um grupo quanto à cultura à qual pertence:

A identidade cultural evidencia aspectos relacionados ao ponto de vista étnico, linguístico, racial, religioso, regional ou nacional em um âmbito social. Por ela podem ser percebidos os sentimentos de pertencimento referentes a seus bens culturais. É dessa forma que um indivíduo passa a se reconhecer em uma concepção individual e coletiva dentro dos costumes, hábitos, padrões de conduta de sua nação, visto que uma pessoa que nasce em um lugar potencialmente tem contato com as características próprias da sociedade em questão (BERNARDES; DUVAL, 2016, p. 5).

Bezzi (2002, p.15) contribui ao afirmar que “[...] estudar uma região pela vertente cultural é manipular um código de representações e significações de determinado grupo social [...].” Essa, entre outras características culturais, também contribui para determinar as regiões turísticas. Desse modo, se a identidade cultural é considerada o novo paradigma regional, é na natureza dessas identidades que é possível estabelecer a direção dos movimentos regionais. Porém, permanece o questionamento: será mesmo que o novo prato típico divulgado pelo calendário

expressa essa identidade cultural regional? É preciso averiguar essa questão mais a fundo com outros especialistas.

Recentemente observa-se a criação de algumas leis no estado a fim de promover o turismo, porém muitas delas chamam a atenção, por serem consideradas, de pouco resultado efetivo. Uma delas é lei n.º 17.182, de 12 de junho 2012 que instituiu no calendário oficial de eventos do Paraná o dia 6 de outubro como o Dia do Turismo Regional (PARANÁ, 2012b). Essa lei tem por objetivo fortalecer a cultura da regionalização do turismo sendo, uma forma de valorizar o turismo (PRESIDENTE..., 2013). Durante esse período a Paraná Turismo realiza eventos pelas regiões do estado, como palestras em universidades, etc. Também tem como intenção garantir a continuidade das atividades turísticas nos próximos governos, principalmente relacionadas à regionalização do turismo. A Figura 10 mostra a divulgação do Dia do Turismo Regional no estado.

Figura 10 – Imagem de divulgação do Dia do Turismo Regional no Paraná.⁴



Fonte: Paraná (2017e).

⁴ Observa-se, na parte inferior da imagem, que o número da lei aparece incorreto. Onde se lê “17.812”, leia-se “17.182”.

Outra ação que chamou a atenção na pesquisa realizada pela SEET em parceria com a câmara legislativa foi a criação de leis, cuja finalidade era regulamentar algumas atividades específicas do turismo. Durante o ano de 2017, várias foram lançadas, como a Lei n.º 19.151, que institui a Rota do Vinho no Estado do Paraná, a ser incluída no calendário oficial do Estado (PARANÁ, 2017d). Essa lei tem por finalidade incentivar a produção de vinho e promover eventos ligados ao setor, além de desenvolver o turismo e gerar renda, já que o Estado é o quarto maior produtor de uvas. Fazem parte dessa rota 34 municípios, mas nenhum do Vale do Ivaí, nem mesmo Rosário do Ivaí que é conhecido como a capital da Uva Niágara.

Criadas sem conceitos e objetivos claros, essas leis acabam gerando dúvidas, em relação a sua finalidade tornando-se, assim, ações desvinculadas da política estadual de turismo. Podem se configurar apenas como uma estratégia de marketing visando eleger, nas próximas eleições, quem as elaborou, que se autodeclararam executores de leis que aparentemente beneficiam o setor, mas não apresentam resultados efetivos. Foi o que aconteceu com o Secretário de Esporte e Turismo que se reelegeu deputado estadual para o mandato em 2019. Uma dessas Lei é a n.º 19.141, de 27 de setembro de 2017. As palavras em destaque mostram um texto de difícil entendimento:

Art. 1º Regulamenta a atividade de turismo rural na Rota dos Tropeiros, como atividade rural, incluindo a administração de hospedagem, organização de visitas, exploração de vivência de prática do meio rural, dentre outras.

Art. 2º A atividade de turismo rural na Rota dos Tropeiros será considerada atividade rural desde que **oferecida em meio rural e seja comprometida com as atividades da exploração agropecuária, de forma vinculada ou não à exploração de atividade agropecuária, classificadas na forma da presente Lei [...]** (PARANÁ, 2017b, p. 13, grifos meus).

Diante do exposto, os conceitos de turismo rural ficam confusos por assumirem o mesmo significado de atividade rural e sendo conceitos diferentes, pode acarretar confusão para o planejamento do turismo. A Rota dos Tropeiros, no Paraná, mencionada na lei, gera polêmica. Criada em 2002, ou seja, idealizada e lançada ainda no PNMT, foi implementada pelo Sebrae e por representantes da Secretaria de Estado do Turismo e da Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Apesar de incluída no calendário oficial do Paraná em 2012 e

bastante divulgada no início da regionalização, ainda não se consolidou como destino turístico relevante do Estado por alguns motivos.

Como observado, o Paraná, por meio das IGRs, desenvolve, divulga e apoia a criação de roteiros e rotas sem que haja um planejamento que considere as regiões dentro dos conceitos apresentados, correndo o risco de se repetir o que aconteceu com a Rota dos Tropeiros. Assim, concorda-se com Beni (2006, p. 32) no sentido de que houve um equívoco conceitual quanto à regionalização que está sendo praticada. O autor faz algumas críticas à regionalização do turismo no país, ao reiterar que o que se verifica, na maioria das vezes, “[...] são cenários de roteirização regionalizada em vez de regionalização sustentável do turismo [...]”, o qual deveria/deve ser o alvo e a meta do governo federal.

A roteirização regionalizada pode servir momentaneamente para o marketing de destinos e para ampliar o fluxo turístico para algumas regiões a curto prazo, mas de maneira alguma é o caminho para estabelecer e consolidar o turismo como instrumento de desenvolvimento sustentável (BENI, 2006, p. 32).

Em comemoração ao ano estadual do turismo religioso, foi lançado em março de 2018 pela Paraná Turismo a “Rota Estadual João Maria de Jesus”. Envolve 49 municípios do Estado, inclusive quatro municípios do Vale do Ivaí: Marilândia do Sul, Faxinal, Ivaiporã e Rio Branco do Ivaí. O presidente da Paraná Turismo alega que leis que criam rotas e acrescentam eventos ao calendário oficial de eventos do Paraná, têm a finalidade de oferecer amparo legal aos empreendedores que queiram investir na rota, pois até então essa era considerada uma atividade irregular. Complementa dizendo que, além da segurança, a lei cria condições favoráveis para captação de recursos (PARANÁ, 2017c).

Vários eventos ligados ao esporte e muitas vezes relacionados com o turismo tanto pelo setor público como pelo privado, vêm atraindo um grande público, como é o caso das caminhadas, cavalgadas, cicloturismo, montanhismo, trilhas de jipe, motos, entre outros. Esses eventos vêm acontecendo com frequência nas diversas regiões turísticas do Estado e que criam impactos positivos e negativos. Alguns eventos abordam o tema regionalização do turismo. No Vale do Ivaí ocorrem alguns.

Um dos eventos relacionados a regionalização é a “Mostra das Regiões Turísticas do Paraná”, que está em sua 14ª edição. Tem acontecido desde o início

da regionalização e ocorre em paralelo ao “Salão Paranaense de Turismo da ABAV–PR”, já na sua 24ª edição. É organizada pela Paraná Turismo e acontece em Curitiba. Em 2018, aconteceu nos dias 26 a 28 de abril.

A mostra tem por objetivo divulgar o Estado como destino turístico, com apresentação de estandes das 14 regiões turísticas paranaenses. Cada uma apresenta seu atrativo principal. A mostra também oferece pratos típicos para degustação. O público-alvo é formado basicamente por agentes e operadores de turismo do Brasil e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Em 2017, durante a mostra, também aconteceu o Encontro de Líderes Públicos, cuja temática foi contribuir para o processo de planejamento 2016-2026 (Paraná Turístico 2026), coordenado pelo CEPATUR (SANTOS, 2017). A Figura 11 mostra o espaço para apresentação das regiões turísticas no evento em 2018 realizada no final do mês de abril.

Figura 11 – 14ª Mostra das Regiões Turísticas de Curitiba



Fonte: a autora (2018).

Outro evento do setor do turismo no Paraná é o Festival das Cataratas, realizado anualmente em Foz do Iguaçu. É uma feira de turismo e negócios com 209 estandes, 930 marcas e 8.180 participantes. Participam 14 países e 227 representações da imprensa especializada em turismo. O objetivo desse festival é divulgar “produtos” e serviços turísticos especializados com foco na geração de negócios. O público-alvo é formado por vários representantes do *trade* turístico.

Nos dias 15 e 16 de março de 2018 ocorreu, nas dependências do Sebrae, em Curitiba, o 4º Encontro Estadual dos Gestores de Turismo, organizado pela Paraná Turismo. Teve como público-alvo gestores públicos municipais que atuam no planejamento, na organização, qualificação e promoção do turismo nas regiões, instituições de ensino, organizações representativas e empresariais do setor privado. Segundo a Paraná Turismo, o evento teve o objetivo de estimular o público-alvo a compreender os papéis dos setores público e privado no desenvolvimento do turismo paranaense. Teve troca e repasse de informações e experiências sobre a gestão municipal, além da apresentação da visão estratégica do Paraná Turístico 2026.

Além dos eventos citados, em 2017 ocorreu em Ponta Grossa, a segunda edição do Salão do Turismo dos Campos Gerais, com uma mostra dos municípios e empreendimentos locais. Eventos tipo feira, com mostras dos municípios e das regiões turísticas, podem ser considerados importantes para alguns empreendedores fazerem novos negócios, criarem parcerias, divulgarem sua marca, por exemplo. As palestras e os cursos trazem temas novos e proporcionam de certa forma, um debate em torno das tendências e dos problemas do setor. Mas as feiras que acontecem em vários níveis (municipal, estadual, regional, nacional e internacional), muitas vezes não atraem as empresas, como o esperado. Portanto, como houve baixa procura pelo evento, não foi realizado em 2018.

A Paraná Turismo também divulga as regiões durante a ABAV em São Paulo. No material de promoção e divulgação distribuído foram divulgadas as 14 regiões turísticas, o qual incluiu produtos típicos de algumas regiões, como a bala de banana de Antonina. Mas conforme afirma Atzingen (2017), atualmente esses eventos, tipo feiras, geram controvérsias. Por exemplo, a não participação da CVC Brasil Operadora de Agência de Viagens (CVC) na 45ª ABAV Expo de 2017, sendo

considerada uma das maiores operadoras de turismo da América Latina, gerou polêmicas.

A empresa alegou que essa foi uma decisão estratégica que levou em consideração o complicado momento em que o país se encontra. Também entende que o modelo de feiras está ultrapassado e que, por conta da crise econômica no Brasil, o momento não permite gastos. Conforme o posicionamento da CVC (e também de outras empresas), feiras não necessariamente geram mais negócios ou aumentam as vendas (ATZINGEN, 2017). O capítulo a seguir começa a analisar o estudo de caso de turismo no Vale do Ivaí.

CAPÍTULO 4 - A ESCALA REGIONAL: A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ

Este capítulo se refere a caracterização do Vale do Ivaí, por ser o estudo de caso dessa pesquisa. Porém, é importante esclarecer que quando se pesquisa a região, encontram-se diferentes regionalizações. Desse modo, optou-se, por trabalhar com os 26 municípios da região representados pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI). Já o próximo capítulo tratará da região turística do Vale do Ivaí, representada pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo (AMUVITUR). A diferença entre essas duas associações é que na AMUVITUR o município de Rio Branco do Ivaí não está incluído por fazer parte de outra IGR, a Entre Morros, Matas e Rios.

Mas há que se destacar que devido a poucos estudos e pesquisas sobre o Vale, as que se encontram se referem à região enquanto Território, como os elaborados pelo IPARDES. Ressalta-se que nem todos os municípios que compõem o Território são os mesmos que participam da AMUVI e AMUVITUR. Por isso, houve a necessidade de alterações em dados quando citados nesse estudo para se adequar a realidade da região estudada. Portanto, para que não haja confusão, é preciso que fiquem claras essas diferenças, conforme apresentado no Quadro 14.

Quadro 14 – Diferenças entre as Associações que representam o Vale do Ivaí.

Entidade	Qtde. Munic.	Municípios
AMUVI	26	Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.
AMUVITUR	25	Pertencem todos os municípios da AMUVI, exceto Rio Branco do Ivaí.
Território do Vale do Ivaí	27	Pertencem todos os municípios da AMUVI, exceto Rio Branco do Ivaí. Também fazem parte Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul.

Fonte: Adaptada de AMUVI (2018); AMUVITUR (2015) e Território do Vale do Ivaí (2018).
Organização: a autora.

Desse modo, a AMUVI representa 26 municípios da região e a AMUVITUR, os mesmos 25 da AMUVI, menos Rio Branco do Ivaí. O Território do Vale do Ivaí

representa 27 municípios, excluindo Rio Branco do Ivaí e incluindo Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul. Conforme o Art. 1º do Estatuto seu Estatuto Social:

O Território do Vale do Ivaí é um órgão de deliberação colegiada, de caráter permanente, representativo e participativo, instituído na Plenária Territorial do dia 27 de novembro de 2009 por decisão dos representantes dos municípios que o compõem (TERRITÓRIO, 2018, p. 1).

A escolha de se trabalhar com AMUVI se deu por esta ser uma entidade consolidada desde 1995 em que participam somente os prefeitos de cada município. A região turística gerida pela AMUVITUR também será analisada nessa pesquisa, mas como foi criada recentemente em 2015 é alterada constantemente de acordo com novas exigências para pertencer ao Mapa do Turismo. Isso já pode ocorrer em 2019, com a inclusão ou exclusão de municípios.

4.1 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E HISTÓRICA DO VALE DO IVAÍ

Parte do Vale do Ivaí está localizada no Terceiro Planalto e parte no Segundo Planalto paranaense. Abrange uma área de 7.491,041 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 4% do território estadual, com 317.935 habitantes. Para efeitos de comparação, só o município de Londrina tem um população estimada de 563.943 habitantes.

A região faz divisa ao norte com os territórios de Londrina e Maringá e a oeste com Campo Mourão. Ao sul faz divisa com o território Paraná Centro e a leste com o território Caminhos do Tibagi (IPARDES, 2007; 2016). Segundo IPARDES (2016), os municípios que compõem o Vale do Ivaí pertencem à mesorregião geográfica norte central paranaense, que é composta por 79 municípios que se dividem em 13 microrregiões geográficas. Os municípios pertencentes ao Vale estão distribuídos nas microrregiões de Apucarana, Faxinal e Ivaiporã.

A história do processo de ocupação do espaço territorial do Vale do Ivaí está ligada à ocupação em larga escala da região conhecida como Norte Novo Paranaense, iniciada na década de 1940. Essa história se confunde com a da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, comandada pela produção do café. É considerada como um prolongamento agrícola da economia cafeeira paulista.

Tal expansão fronteiriça alastrou-se rapidamente pelo Estado sobre vastas áreas de terras férteis, praticamente desabitadas. O estilo de ocupação da fronteira agrícola principalmente nas áreas do Norte Novo baseou-se no regime de colonização dirigida, sob o capital privado nacional e internacional.

Por meio do loteamento das terras para venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente com suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para consumo próprio e para comercialização. Ao mesmo tempo, a ampla oferta de terras baratas e de ótima qualidade constituiu um forte atrativo ao capital fundiário especulativo, que incrementava parte dos seus rendimentos, lançando mão de contratos de parceria, colonato e arrendamento (IPARDES, 2007).

Nesse processo, houve distintas correntes migratórias, formadas por paulistas, mineiros e nordestinos. Também foram formadas por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Paraná, como o leste paranaense, que adentraram a região Norte em uma intensa e acelerada onda de povoamento. Esses colonizadores viabilizaram a construção de infraestrutura, como estradas, pontes, prolongamento dos trilhos férreos para a vinda de novos colonos, comunicação das propriedades rurais e escoamento da produção. Em relação aos povos indígenas, apesar de se observar sua presença em municípios, como em Apucarana, não foi possível encontrar dados sobre a presença atual da população na região:

[...] não há registros de comunidades tradicionais no Vale do Ivaí, pois o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, instituído pelo Governo do Estado do Paraná, não identificou remanescentes de quilombolas no território (Relatório do Grupo Clóvis Moura, setembro de 2007). A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) não registra a existência de grupos ou famílias indígenas em nenhum dos municípios que compõem o território (IPARDES, 2007, p.127).

Porém, conforme explicado no último capítulo existem sítios arqueológicos indígenas encontrados em alguns municípios do Vale do Ivaí. Em virtude da grande quantidade de municípios que pertencem à região, a partir de agora será feita uma análise das características gerais e de turismo desses 26 municípios.

4.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS E DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ

Segundo o Ipardes (2007), o espaço territorial em que se encontra o Vale do Ivaí é composto por cinco unidades geológicas. A que mais se destaca é a Formação Serra Geral, presente em quase 70% de todos os municípios, seguida da Formação Rio do Rastro e Membro Nova Prata, com 13% e 12,5%, respectivamente. Da área territorial, 94% encontra-se entre as altitudes de 300 a 700 metros, estando as mais elevadas entre 1.100 metros e 1.300 metros no município de Faxinal.

As declividades mais acentuadas encontram-se nos municípios a leste, em Faxinal, Grandes Rios, Rosário do Ivaí e Rio Branco. Originalmente contavam com a predominância do bioma de Floresta Estacional Semidecidual em 86% da área total e em todos os municípios. A temperatura média máxima é de aproximadamente 28°C, e a média mínima de 15°C. Quase metade dos solos apresentam potencialidade à degradação, fator que merece atenção já que existe um projeto desenvolvido na região para desenvolver a fruticultura.

A fruticultura é um setor considerado prioritário para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí, como apontou o estudo da Paraná Projetos em 2018. Esse tem por objetivo produzir mais frutas de qualidade e conseqüentemente desenvolver o turismo rural na região por meio de uma rota ou circuito das frutas. Entre as ações desse projeto está a realização de oficinas de fruticultura realizadas desde de 2017 por iniciativa do Território do Vale do Ivaí, com o apoio da EMATER, Universidades, entre outras instituições.

Entende-se o ICMS ecológico como um instrumento de tributação que compensa os municípios que o recebem devido à restrição de uso do solo em locais protegidos. No caso do Vale do Ivaí, o tributo é cobrado pela existência de algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), já que não há outros tipos de Unidades de Conservação (UCs).

Esse é um meio de incentivar os municípios a criar ou a defender mais áreas protegidas, aumentando a biodiversidade e a proteção das águas. Conseqüentemente, podem ser aproveitadas para a atividade turística, na oferta de atividades de educação ambiental, trilhas interpretativas, preservação de algum atrativo especial, entre outros, como é o caso da RPPN da fazenda Barbacena em

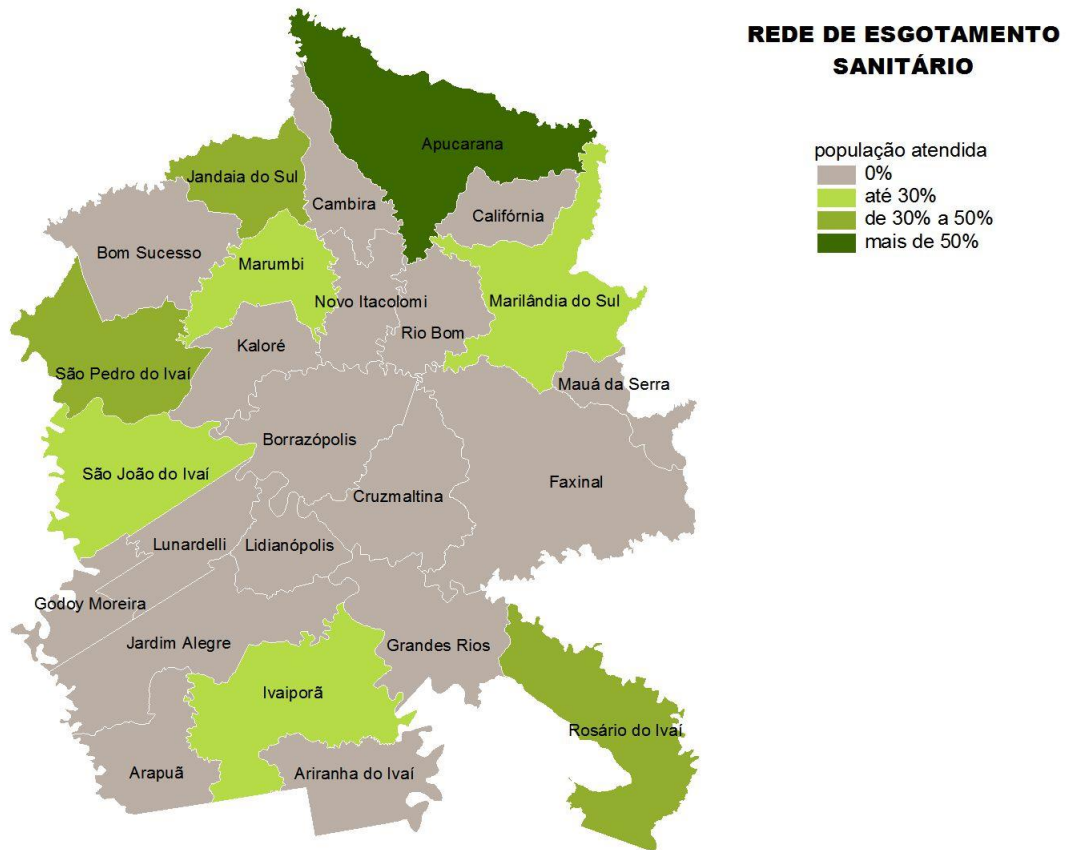
São Pedro do Ivaí, que oferece uma boa estrutura para educação ambiental, sendo a única na região nesse tipo de atividade.

De acordo com o IparDES (2018), dez municípios da região do Vale do Ivaí receberam o ICMS ecológico em 2017: Apucarana (R\$ 2.617.394,43), Bom Sucesso (R\$ 658.900,39), Cambira (R\$ 778.201,74), Faxinal (R\$ 31.386,08), Jardim Alegre (R\$ 126.526,29), Jandaia do Sul (R\$ 171.447,01), Lunardelli (R\$ 473.632,11), Marumbi (R\$ 41.885,20), Mauá da Serra (R\$ 1.104.950,83) e São Pedro do Ivaí (R\$ 355.440,89). Isso representa um acréscimo de R\$ 6.359.764,97 só no ano de 2017 na região.

Em relação à hidrografia, destaca-se o segundo rio mais extenso do Paraná, o rio Ivaí (CURITIBA, 2010). A Bacia Hidrográfica do Ivaí ocupa cerca de 19% da área do Estado e comporta uma população de mais de 1 milhão de habitantes, correspondendo a 12% do Estado. Essa bacia está dividida em duas Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos: Alto Ivaí e Baixo Ivaí - esta última agrupada à bacia do Paraná. A bacia do Rio Ivaí é a segunda maior em área do Paraná, percorrendo 680 quilômetros, nascendo em Prudentópolis. Seus principais afluentes são os rios Alonso, Paranaíba e das Antas pela margem direita, e os rios Corumbataí, Mourão, Ligeiro e dos Índios pela margem esquerda. Os municípios do Vale do Ivaí se encontram na região do Alto Ivaí.

Em se tratando da qualidade da água do rio, na região do Alto Ivaí constatou-se, devido às atividades rurais, um grande potencial de contaminação por agrotóxicos. Nos centros urbanos há um déficit na infraestrutura de esgotos e drenagem (CURITIBA, 2010). Na área urbana, a contaminação ocorre pela concentração de indústrias com alto potencial contaminante e pela baixa infraestrutura de esgoto nos municípios. A Figura 12 apresenta um mapa que demonstra o baixo atendimento da população em relação ao tratamento do esgotamento sanitário nos municípios da região do Vale do Ivaí.

Figura 12 – População atendida com esgotamento sanitário nos municípios do Vale do Ivaí.



Fonte: Paraná, 2016.

A situação é ruim em toda a região e apenas Apucarana tem mais de 50% da população atendida, sendo que 17 municípios não possui a rede. Esse é um problema que afeta a qualidade da água do rio Ivaí, que é apontado como um grande potencial para o turismo náutico na região. Isso revela graves problemas em relação a qualidade ambiental e social. Segundo Curitiba (2010), de modo geral, a qualidade da água é considerada boa e razoável. Não foi encontrada a presença de metais pesados como o chumbo, por exemplo. A Figura 13 apresenta um mapa que demonstra como a população dos municípios do Vale do Ivaí é atendida pela rede de abastecimento de água.

planejamento da atividade turística da região e também em outros setores pela sua relevância, inclusive econômica. Das características geográficas apresentadas pelo Vale, verificou-se durante visita aos municípios, belas paisagens de morros, rios e outras paisagens típicas do meio rural. A Figura 14 apresenta a imagem de uma parte do rio Ivaí.

Figura 14 – Imagem área do rio Ivaí.



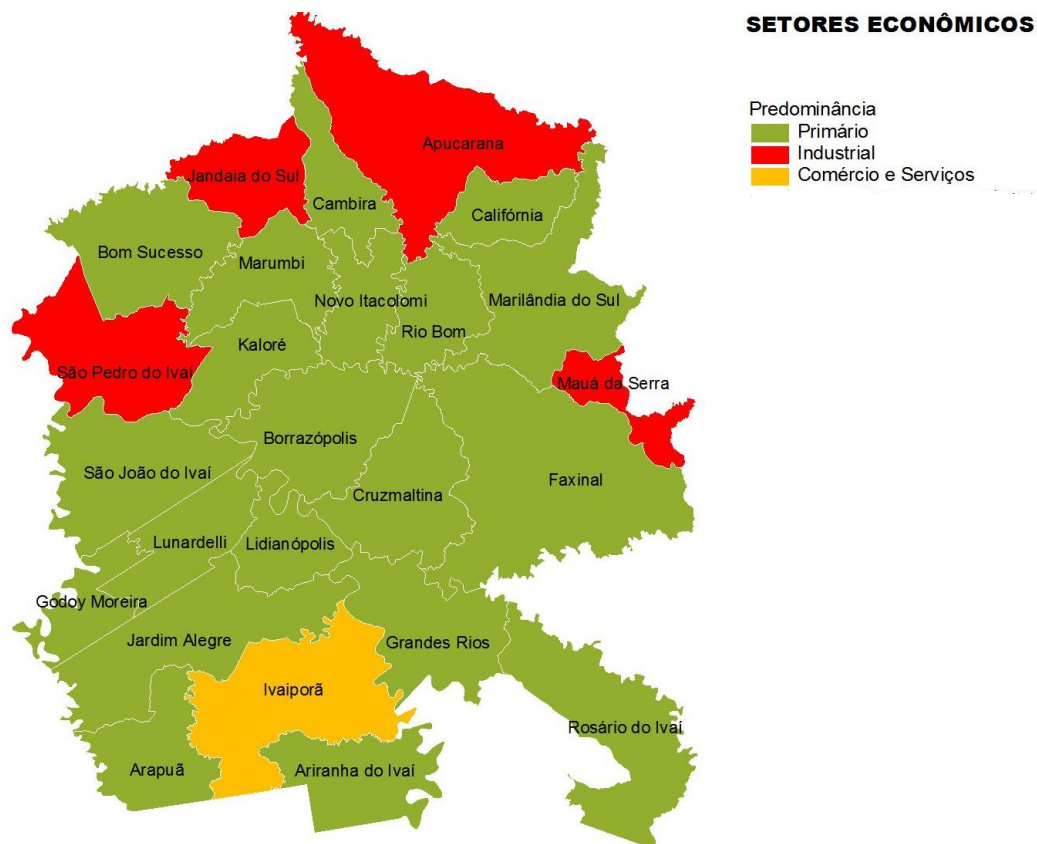
Fonte: IMAGEM... 2012

Em relação ao uso do solo, verifica-se que em mais de 75% da área do Vale predomina a agricultura intensiva em todos os municípios. Em geral, os municípios da região se caracterizam como sendo do setor primário pela diversidade da produção agrícola de soja, milho, trigo, café, tomate e cana-de-açúcar. Por exemplo, o cultivo do feijão tem destaque em Ivaiporã; a banana, em Novo Itacolomi; e a madeira de reflorestamento, em São Pedro do Ivaí. Marilândia do Sul é um dos maiores produtores de legumes e hortaliças do Paraná.

A agropecuária também é considerada um segmento importante, como a produção de gado e frango. Jandaia do Sul é tida como o maior produtor de frango

caipira do Paraná. Muitos municípios possuem entrepostos de cooperativas, como a Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí (Cooperval). Nos próximos mapas foram utilizados mapas da região turística do Vale do Ivaí, por serem similares ao demonstrar os dados gerais do Vale do Ivaí, portanto, neles não estão incluídos Rio Branco do Ivaí. Portanto, em relação aos aspectos econômicos essa região apresenta um perfil bastante uniforme, com grande predominância do setor primário como mostra a Figura 15.

Figura 15 – Setores econômicos do Vale do Ivaí



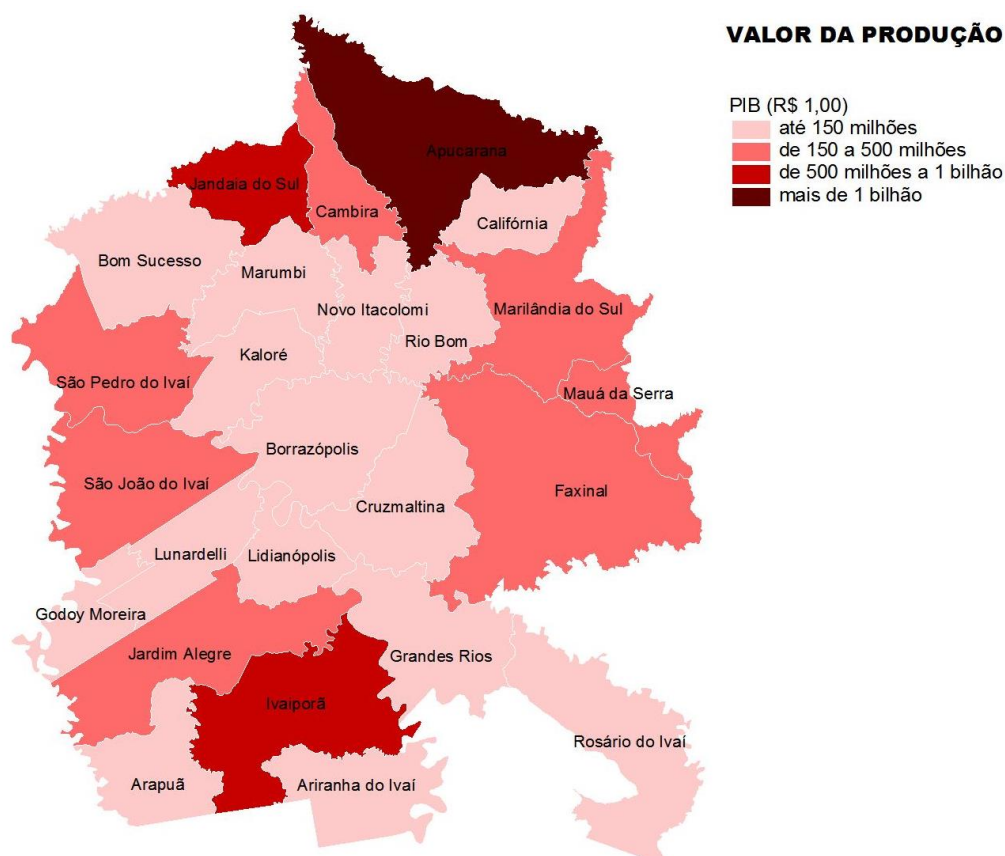
Fonte: Paraná, 2016.

O setor industrial se destaca com predominância em quatro municípios da região: Apucarana, Jandaia do Sul, São Pedro do Ivaí e Mauá da Serra. Mas em praticamente todos os municípios existem pequenas empresas de diversas áreas, como de confecções, móveis de madeira, agroindústrias, entre outros. Também se nota a presença de empresas maiores em alguns deles e Apucarana é conhecida como a “capital do Boné”.

No setor de comércio se destaca apenas Ivaiporã, mas sabe-se que apesar de não constar no Mapa nesse setor, Apucarana tem comércio expressivo. Para se chegar a essa cálculo a Paraná Turismo utilizou como referência, a composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF) de cada município para o ano de 2015 do IPARDES (PARANÁ, 2016).

O PIB da região é de R\$ 6,9 bilhões, ou seja, 2% do PIB paranaense que é de R\$ 348 bilhões. Porém, nenhum dos municípios da região está acima da média do PIB per capita paranaense que é de R\$ 31,4 mil. O PIB médio da região é de R\$ 19,2 mil anuais em que Apucarana apresenta o maior valor com PIB de R\$ 30,4 mil (PARANÁ, 2016). A Figura 16 mostra o valor da produção nos municípios do Vale do Ivaí.

Figura 16 – Valor da produção dos municípios do Vale do Ivaí.

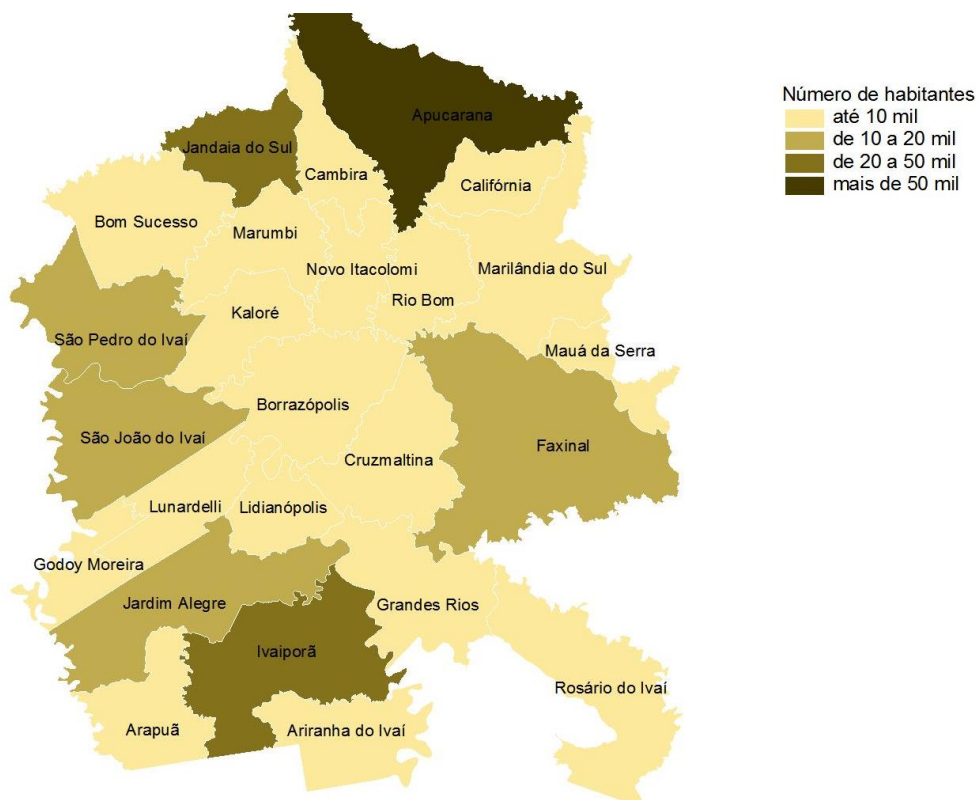


Fonte: Paraná, 2016.

Atualmente dos mais de 300 mil habitantes da região, aproximadamente 40% reside em Apucarana. Vinte municípios tem a maior parte da população vivendo nas

áreas urbanas e os com melhores índices de qualidade de vida como Apucarana, Jandaia do Sul e Ivaiporã. Apesar disso, todos os municípios possuem médias de IDH abaixo da média estadual e nacional. Os que possuem maior renda per capita são Apucarana, Jandaia do Sul e Borrazópolis. A Figura 17 apresenta o perfil populacional dos municípios na região turística. Rio Branco do Ivaí se enquadra na categoria de município até 10 mil habitantes.

Figura 17 – Perfil populacional dos municípios na região turística do Vale do Ivaí.



Fonte: Paraná Turismo (2016).

Com exceção desses três municípios, todos os outros apresentam população inferior a 20 mil habitantes, ou seja, são considerados de pequeno porte. Chama a atenção o fato de 11 municípios terem menos de cinco mil habitantes: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Kaloré, Lidianoópolis, Lunardelli, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí.

Há várias décadas a região do Vale do Ivaí tem apresentado perdas absolutas de população, exceto o município de Apucarana, que concentra mais de um terço da população. A emigração possui um peso substancial na conformação do quadro

populacional regional no Vale do Ivaí. Isso, aliado a outros fatores como as baixas taxas de fecundidade e o aumento do grau de envelhecimento, são motivos de preocupação para os gestores públicos. Estes vêm sentindo a diminuição da população economicamente ativa na região, por isso a preocupação latente com o desenvolvimento.

Portanto, os municípios que compõem o Vale do Ivaí enfrentam diversos problemas nas áreas de saúde, educação, habitação, meio ambiente, além de problemas como a concentração fundiária. Isso se reflete diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Dos 26 municípios analisados, Apucarana apresenta o melhor IDH (0,748), mas que ainda assim está abaixo da média nacional (0,761) e da estadual (0,790). A maioria dos municípios apresenta médias inferiores a essa.

Essa variação entre os patamares máximo e mínimo do IDH-M expõe a desigualdade social. Enquanto Apucarana ocupa a 25ª posição no ranking dos 399 municípios, outros como Rio Branco do Ivaí e Godoy Moreira classificam-se no limite extremo desse ranking. Mas, apesar da grande diversidade de produção agrícola e pecuária e da presença de rios, de modo geral, todos os municípios apresentam taxas de pobreza extremamente elevadas. Em geral a renda média da população é de dois salários mínimos. Somente Apucarana, Ivaiporã e Jandaia do Sul são exceções desse contexto. Estes também são os que têm o maior número de habitantes, sendo respectivamente 120.919, 31.816 e 20.269, de acordo com o Iperdes (2108).

Quanto a disponibilidade da infraestrutura, foram utilizados dados de 2014. Esses se referem à disponibilidade de estabelecimentos comerciais e de serviços de modo geral, incluindo os de ensino, de saúde, culturais e de agências bancárias. Destaca-se com as melhores condições Apucarana e Jandaia do Sul. Os municípios que tem menor disponibilidade são Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Novo Itacolomi e Rio Bom (PARANÁ, 2016). A Figura 18 apresenta a disponibilidade de infraestrutura nos municípios do Vale do Ivaí.

Quadro 15 – Características gerais de turismo nos municípios do Vale do Ivaí.

Município	Principais atrativos/ potencialidades propícias ao Turismo
Apucarana	Lago Jaboti, Parque Ecológico da Raposa, Museu do Café, Monumento do Boné, Pedras do Cambira, várias festas, como a Festa da Cerejeira e a Festa do Café. Tem hotéis, como a pousada Lago das Pedras. Há diversas igrejas, dentre elas as ucranianas, além de templo budista, entre outros.
Arapuã	Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Salto do Rio Bulha, feira de artesanato.
Ariranha do Ivaí	Cachoeira Salto do Ariranha e igreja da Barraquinha. O prato servido nas festas é o Pirogue (prato típico polonês) com frango caipira.
Bom sucesso	Festas religiosas e EXPOBOM.
Borrazópolis	Famoso pela produção de doces caseiros à base de leite. Monumento em homenagem ao pioneiro. Pousada Resort Solar Águas do Ivaí. Ponto de partida da rota de cicloturismo.
Califórnia	Monumento em homenagem a São Francisco de Assis.
Cambira	Museu rural da família Riello.
Cruzmaltina	Santuário Nossa Senhora Aparecida, que possui uma réplica de Nossa Senhora do Santuário Nacional em Aparecida do Norte, em São Paulo.
Faxinal	Mais de 100 cachoeiras. Possui alguns meios de hospedagem, como o conhecido Luar de Agosto. Possui CAT e Associação de condutores de Turismo. Faz parte da rota da Aventura e do cicloturismo e do roteiro estadual do monge João Maria.
Godoy Moreira	Não possui atrativos turísticos significantes, mas tem potencial, com o rio Ivaí.
Grandes Rios	Atualmente não recebe visitantes, mas faz parte da rota de cicloturismo por conta de uma balsa que atravessa um rio. Possui atrativos naturais, como a corredeira Jararaca, propícia para a canoagem e o Mirante Pedra do Cavalinho e o cânion do Funilão, mas sem infraestrutura para receber visitantes. Tem um hotel pequeno.
Ivaiporã	Conta com um cinema e possui hotéis e restaurantes. Tem potencial para o turismo de saúde por conta de hospitais e clínicas e turismo de negócios e compras.
Jardim Alegre	Santuário Nossa Senhora do Rocio. Oferece lazer em pesque-pagues com infraestrutura de piscina como o Olaria. Não possui hospedagem.
Jandaia do Sul	Não possui atrativos turísticos significantes, mas tem alguns hotéis.
Kaloré	Não possui atrativos turísticos significantes.
Lidianópolis	Potencial para desenvolver o turismo no rio Ivaí. Participa da rota de cicloturismo com o restaurante Porto Ubá, que atrai muitas pessoas da cidade e região nos finais de semana por servir como prato principal o peixe frito.
Lunardelli	Santuário Santa Rita de Cássia, que recebe em torno de 200 mil pessoas ao ano. Conta com uma hospedagem apenas de poucos leitos.
Marilândia do Sul	Castelo Eldorado, algumas cachoeiras e hoje faz parte do roteiro religioso estadual do monge João Maria. Como prato típico tem o porco no legume.
Marumbi	Não possui atrativos significantes.
Mauá da Serra	Se destaca pelo número de restaurantes/cafés por estarem localizados na BR-376, sentido Curitiba e praias do Sul. Pelo clima de serra possui algumas pousadas rurais e é ponto final da rota do Cicloturismo. Tem o museu do Plantio direto.
Novo Itacolomi	Não possui meios de hospedagem e nem atrativos turísticos significantes.
Rio Bom	Não se destaca no turismo. O prato típico servido em festas é o Churrasco no Espeto de Bambu. Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e o Morro do Cruzeiro. Há um centro de eventos em construção.
Rio Branco do Ivaí	Participa da rota do cicloturismo do Vale da Aventura. Tem dois hotéis. Como atrativos, possui duas cavernas e começando a se estruturar para visitação.
Rosário do Ivaí	Conhecida por ser a capital da uva Niágara. Faz parte da rota de cicloturismo e do Vale da Aventura. Morro do prefeito propício ao salto de parapente. Tem um hotel simples.
São João do Ivaí	Como atrativos turísticos, possui uma prainha formada pelo rio Ivaí, mas com acesso restrito a população.
São Pedro do Ivaí	RPPN da fazenda Barbacena, que tem programas de educação ambiental e ecoturismo e sítios arqueológicos como o Dois Palmitos.

Fonte: a autora (2018)

Esses atrativos e potencialidades para o turismo foram baseados de acordo com a pesquisa de campo para essa pesquisa. Portanto, considera que alguns são atrativos e outros potencialidades que podem ser utilizados para um planejamento regional do turismo, como será demonstrado no último capítulo.

Diante desse cenário em que se encontra o Vale do Ivaí, principalmente em relação à desigualdade social em um contexto de pobreza extrema, destaca-se, na região, a presença das instituições de desenvolvimento, com a intenção de melhorar esse quadro, as quais são retratadas a seguir.

4.3 AS INSTITUIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO QUE ATUAM NO VALE DO IVAÍ E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO

No Vale do Ivaí existem algumas instituições de desenvolvimento que vêm realizando ações multissetoriais e outras que trabalham mais especificamente com o turismo, como é o caso da AMUVITUR. O Vale do Ivaí faz parte da Associação de Municípios do Paraná (AMP), do qual fazem parte os 399 municípios do Estado e da AMUVI. Fundada em 1969, foi reconhecida como Utilidade Pública em 1995. É composta pelos 26 prefeitos dos municípios da região e tem por finalidade a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem.

Também prestam assistência técnica nas atividades-meio e atividades-fim das prefeituras associadas, de modo a promover o estabelecimento da cooperação intermunicipal e intergovernamental (AMUVI, 2017). Foi a AMUVI que fez a solicitação para a Paraná Projetos de um estudo de desenvolvimento da região, em que o turismo foi apontado como uma alternativa para o desenvolvimento desta.

Alguns municípios do Vale, como Apucarana, Jandaia do Sul e Cambira fazem parte ainda do Plano de Desenvolvimento Regional da Metrópole Paraná. Atuará nos 15 municípios entre o eixo das Metrópoles de Londrina, Apucarana e Maringá. É financiado pelo Banco Mundial e uma das ações do Projeto Multissetorial em áreas da Educação, Meio Ambiente, Agricultura, Planejamento, entre outros, consiste na consultoria formada pelas empresas Cobrape e Urbtec para a elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento para os 15 municípios. Segundo o Consórcio COBRAPE-URBITEC (2018), estes concentram 15% da população e quase 14% do PIB do Estado por se constituírem urbanisticamente uma

região com visão de metrópole. Por não envolver muitos municípios do Vale, optou-se por não entrevistar o gestor responsável pelo projeto.

O Sebrae lançou em julho de 2017 o Comitê de Desenvolvimento Econômico do Vale do Ivaí. Este tem por objetivo fortalecer, por meio de 26 lideranças dos municípios da região, representadas pelas suas entidades, a construção de um plano para o desenvolvimento econômico e territorial para toda a região. A metodologia de trabalho está focada em alguns eixos estratégicos, como acesso ao crédito, compras públicas, associativismo, educação empreendedora, entre outros, discutidos a partir da Lei Geral, que é o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. A Lei Geral é instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte no âmbito dos poderes da federal, estadual e municipal.

O objetivo é tornar a região mais integrada e mais desenvolvida economicamente com a criação de um plano de ação para se trabalhar as potencialidades do território e promover o desenvolvimento sustentável da região. Segundo a consultora do Sebrae, Alyne Chicocki, 96% do total das empresas ativas na região é de micro ou pequeno porte, sendo a economia local basicamente movimentada pelos pequenos negócios (OLTRAMARI, 2017).

No dia 28 de setembro de 2018, a autora desta investigação participou da reunião no Sebrae de Apucarana, que teve como objetivo resgatar o planejamento estratégico para definir ações prioritárias para o Vale do Ivaí. Foi observado que a falta de tecnologia e inovação foi o principal problema apontado pelos participantes enquanto impedimento para o desenvolvimento da região. Em relação ao turismo, durante conversa com duas representantes da instituição, estas disseram que não há, atualmente, um projeto específico na área do turismo para o Vale, mas como prestam assistência a micro e pequenas empresas, acabam auxiliando empreendimentos ligados à área, como meios de hospedagem e restaurantes. Não há, na região, a presença de hotéis de rede ou estabelecimentos do tipo resort. Apenas em Lunardelli, onde já um fluxo de visitantes, especificamente, há o projeto “cama e café”, que tem o intuito de ampliar a oferta de leitos. Nesse sistema, os moradores recebem cursos de capacitação para poderem ofertar estadia em suas

residências.

A autarquia com a denominação Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) também atua em ações para o desenvolvimento da região e aborda o turismo, no tocante à assistência técnica aos pequenos produtores rurais. Por isso, esporadicamente realiza eventos de turismo rural na região, como o realizado em outubro de 2017 no município de Apucarana, “IV Workshop de Turismo Rural na Agricultura Familiar”. Durante as entrevistas, o órgão foi citado por sua atuação. Primeiro, por ser responsável pela idealização de um calendário de eventos para as Caminhadas na natureza e por sua contribuição para a criação da Região Turística Vale do Ivaí.

Subordinada à Secretaria Estadual do Planejamento e Coordenação Geral, o Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS, antiga Ecoparaná, no formato de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, também realiza ações na região que envolvem o turismo. Tem por finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional. Atualmente está elaborando o Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Ivaí.

O estudo, ainda não finalizado, contempla o diagnóstico e o mapeamento de toda a região dos atrativos turísticos e está pautado no desenvolvimento das potencialidades nos segmentos do turismo de aventura, turismo religioso e da fruticultura. Durante o ano de 2018 foram realizadas algumas oficinas e reuniões com representantes de várias instituições públicas do Vale, e a previsão é de que no final de 2018 esse estudo seja entregue pela equipe da Paraná Projetos.

Verificou-se, durante as entrevistas, a participação de algumas universidades em ações ligadas ao desenvolvimento. Como são várias, optou-se por citar somente a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), por ofertar o curso de turismo desde 2002, o único na região norte atualmente. Sua atuação recente em ações para o planejamento do turismo no Vale se deu por solicitação da Paraná Projetos na oferta de cursos como Inventariação Turística para os gestores municipais, e outro para proprietários rurais sobre boas práticas de atendimento ao visitante. Também fizeram um convite para que participem da elaboração da rota ou circuito das frutas.

Em entrevista, a atual coordenadora do curso de turismo da UNESPAR relata que desde 2008 este vem participando do planejamento do Vale, inicialmente com projetos de extensão, ofertando minicursos para alunos e comunidade externa. Também houve projetos em alguns municípios do Vale, que contaram com a elaboração de algumas etapas do planejamento turístico entre 2011 e 2015, como inventariação turística e diagnósticos de algumas propriedades rurais.

A Paraná Turismo também atua na região por meio de reuniões, oficinas e criação de rotas, como a estadual do monge João Maria de Jesus, e o Vale da Aventura, o qual ajudou a criar. É a responsável por operacionalizar o Programa de Regionalização no âmbito estadual, portanto, é quem organiza e promove as regiões turísticas em feiras como as do Salão Paranaense de Turismo, Festival das Cataras e ABAV, em São Paulo. Em 2016 elaborou o documento “Plano Operacional do Turismo Sustentável Vale do Ivaí”.

Esse Plano apresenta um diagnóstico da região turística, principalmente em relação às Atividades Características do Turismo, por meio do banco de dados do Ipardes. Nesse estudo, são apontados os tipos de turismo que mais se destacam na região: religioso, ecoturismo, e turismo de lazer, sol e praia. No final do documento constam partes de cópia do texto do Paraná Turístico 2026. Por ser muito superficial, não há, por exemplo, o detalhamento das ações a serem desenvolvidas e nem a análise dos problemas em relação à atividade. Também não aborda ações estratégicas específicas para a região a curto, médio e longo prazos.

Outra instituição de desenvolvimento na região é o grupo gestor do Território do Vale do Ivaí. Ressalta-se que o Vale do Ivaí é uma das regiões mais pobres do Estado, portanto, selecionada entre os territórios prioritários de investimento do Governo. Reconhecendo suas principais carências socioeconômicas, foi por parte do setor público, privado e da sociedade civil organizada que se buscou a criação do Território, um meio para se combater às desigualdades e promover o desenvolvimento da região. O Território do Vale do Ivaí, conforme seu Estatuto Social, se configura como um órgão de deliberação colegiada, de caráter permanente, representativo e participativo. Foi instituído em 2009 por decisão dos 27 representantes dos municípios que o compõem.

O Território atua em ações junto à Secretaria de Desenvolvimento Territorial da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e/ou Ministérios ou organismos

internacionais, nacionais, estaduais e municipais que fomentem o desenvolvimento territorial. É composto por representantes do poder público e da sociedade civil. Sua estrutura é composta por: plenária; grupo gestor; núcleo técnico e câmaras temáticas (TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ, 2018).

O papel da câmara temática é propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento territorial em áreas como saúde, educação, assistência social, segurança alimentar e turismo, dentre outras. Essas câmaras são compostas por representantes dos municípios indicados pela própria plenária ou pelo grupo gestor, entidades da sociedade civil e de entidades públicas e técnicos para assessoramento.

Em entrevista, a coordenadora do Território do Vale do Ivaí explica que dentro do Território foram formadas 11 câmaras temáticas, porém, a câmara do turismo foi uma das poucas que teve continuação, diferentemente de outras áreas que deixaram de existir. Segundo ela, o grupo se fortaleceu ao longo do tempo e com a criação da região turística Vale do Ivaí tornou-se a Instância de Governança Regional AMUVITUR em 2015. Portanto, desde 2009, ou seja, por um período de seis anos houve um grupo responsável por pensar o turismo na região. A AMUVITUR será analisada no próximo capítulo que trata especificamente da região turística do Vale do Ivaí a partir de dados do setor. O Quadro 16 apresenta as principais instituições que atuam no desenvolvimento do Vale do Ivaí e que possuem envolvimento com o planejamento do turismo.

Quadro 16 - Instituições que atuam no desenvolvimento do Vale do Ivaí e seu papel no turismo

Instituição	Atuação no planejamento do turismo do Vale do Ivaí
AMUVI	Solicitou a PARANÁ PROJETOS um estudo para o desenvolvimento da região.
AMUVITUR	Instância de Governança Regional. Apoia ações como a criação do Vale da Aventura e a Rota do Cicloturismo.
EMATER	Além de organizar eventos na área de turismo rural presta consultoria na área de turismo a produtores rurais. É responsável pelo projeto referência no estado “Caminhadas Internacionais na Natureza”.
PARANÁ PROJETOS	Elaborou um estudo apresentando em dezembro de 2018 em que aponta alguns cenários para o desenvolvimento do Vale do Ivaí. Além da fruticultura, o projeto aponta para a viabilidade de desenvolvimento do turismo de aventura e o turismo rural focado na agricultura familiar.
PARANÁ TURISMO	É a responsável por operacionalizar o Programa de Regionalização de Turismo na região fornecendo apoio a IGR AMUVITUR. Promove eventos no estado como feiras e reuniões com os Gestores de Turismo e empresários. Elaborou em 2016 o Plano Operacional do Turismo Sustentável Vale do Ivaí.
SEBRAE	Coordena o Comitê de Desenvolvimento Regional do Vale do Ivaí com objetivo de elaborar um plano para o desenvolvimento econômico e territorial para a região. Trabalha com assessoria a microempresas como hotéis e restaurantes. Promove o projeto “Cama e Café” em Lunardelli.
TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ	Criou a Câmara Temática de Turismo que deu origem a Instância de Governança da região a AMUVITUR. Apoia eventos ligados ao turismo rural e a agricultura familiar.
UNESPAR	Possui o único curso superior de turismo na região. Além de formar profissionais na área, participa na execução de cursos de capacitação e pesquisas em turismo.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir será apresentada a região turística do Vale do Ivaí, porém, como a região é praticamente a mesma do Vale do Ivaí representada pela AMUVI, considera-se que essas duas regiões são equivalentes. Tendo em vista que os aspectos históricos, os dados econômicos e as características geográficas da região foram abordados no capítulo anterior, neste capítulo serão abordados temas específicos ao turismo.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO IVAÍ: DADOS DO TURISMO

A região turística do Vale do Ivaí é formada atualmente por 25 municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. Todos esses municípios são associados da AMUVI, conforme

explicado no capítulo anterior, exceto Rio Branco do Ivaí. Portanto, nos assuntos sobre a região turística, esse município não é considerado.

A região turística do Vale do Ivaí é recente, tendo sido criada em 2013 e lançada em 2014. Foi criada após uma reorganização das regiões turísticas do Paraná para atender às novas diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo. O Paraná contava com 10 regiões turísticas criadas no início do PRT, e como explicado em capítulo específico, passou por uma reformulação em 2013. Desse modo, em 2014 foram divulgadas mais quatro regiões turísticas, sendo uma delas a do Vale do Ivaí. Essa nova definição foi feita após reuniões pelo Estado, organizadas pela Paraná Turismo com agentes locais.

Antes da criação da região turística do Vale do Ivaí, alguns municípios faziam parte da região turística Norte do Paraná, gerida pela antiga IGR ADETUNORP, hoje ADETUR Norte do Paraná, que era composta por 90 municípios. Por ter um número excessivo de municípios, considerava-se o Vale do Ivaí pouco representado e, conseqüentemente, alguns municípios tinham dificuldade em obter recursos. Outros problemas também prejudicavam a participação dos atores locais no planejamento da atividade para a região. Um deles era a distância entre os municípios, que dificultava o deslocamento dos gestores para as reuniões. Além disso, a ADETUNORP ficou durante alguns anos sem atividades e só a partir de 2016 retomou seus trabalhos com uma nova diretoria.

Quando criada em 2014, a região turística do Vale do Ivaí era composta por 18 municípios e o turismo religioso era apontado como o segmento de maior expressão. Outros segmentos também foram citados como segmentos potenciais a serem desenvolvidos, como o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura em Faxinal, que foram confirmados como tais nas entrevistas realizadas. Logo que criada em 2014, a região participou da 10ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná, em Curitiba.

A instituição responsável por gerir a região turística do Vale do Ivaí é a Instância de Governança Regional, AMUVITUR. Poucos são os documentos que contam a história da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo por completo, por ser uma entidade nova, já que foi criada há apenas três anos. Para explicar como se deu sua formação, foram coletadas informações em documentos como o Estatuto da AMUVITUR, reportagens de jornais enviadas por e-mail pelo

diretor do Departamento de Indústria e Comércio e Turismo do município de Ivaiporã, e por meio de entrevistas (AMUVITUR, 2015).

Nos relatos dos entrevistados notou-se que alguns municípios do Vale do Ivaí que não pertenciam a uma IGR estavam preocupados com a captação de recursos financeiros junto ao MTur, pois isso só é possível se estiverem vinculados a uma IGR. Dos 26 municípios do Vale, apenas 13 faziam parte da extinta Agência de Desenvolvimento do Turismo da Região Norte do Paraná (ADETUNORP) (hoje ADETUR Norte do Paraná), como Apucarana, Borrazópolis, Cambira, Faxinal, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Lidianópolis, Lunardelli, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

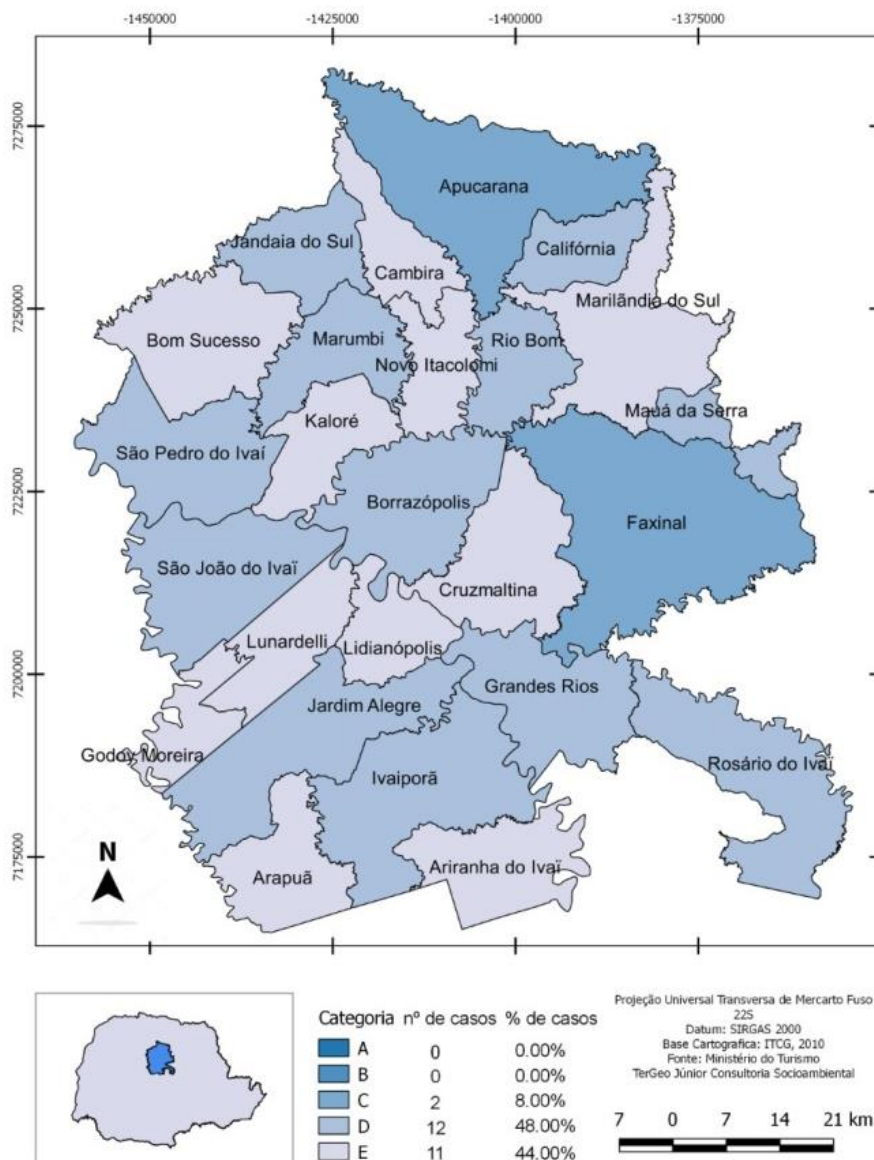
Domingos (2007) explica que 59 municípios do Norte do Paraná integravam a IGR ADETUNORP em 2007, ou seja, uma quantidade excessiva de municípios. Segundo Marcus Wielewski, da prefeitura de Ivaiporã, em dado momento houve cerca de 90 municípios integrantes nessa IGR. Segundo ele, isso dificultava as reuniões, já que havia grande número de pessoas na tomada de decisões e a necessidade de percorrer longas distâncias, dependendo da localização do município.

Foi em uma reunião na Associação Comercial de Londrina no ano de 2013, com apoio da Emater de Ivaiporã, que houve a manifestação da Câmara Temática para criar a região turística Vale do Ivaí. Com isso, haveria a necessidade da criação de uma IGR, o que só aconteceu formalmente em 2015. Quando da criação da região turística do Vale do Ivaí, 18 municípios faziam parte, e com o tempo o número foi aumentando. Dos 26 municípios que participam da AMUVI, apenas Rio Branco do Ivaí ainda não faz parte da AMUVITUR, porém, participa há alguns meses das reuniões.

Desse modo, o grupo que atuava na Câmara Temática de Turismo do Território do Vale do Ivaí passou a integrar a AMUVITUR. Pelo fato de quase todos os municípios pertencerem à AMUVI, o nome da IGR mudou para AMUVITUR. Foi fundada no dia nove de dezembro de 2015 por representantes do turismo dos municípios do Vale do Ivaí, no auditório do Santuário Santa Rita de Cássia, município de Lunardelli. É uma associação sem fins lucrativos, de caráter social, de direito privado com autonomia administrativa e financeira, cuja sede inicialmente era Apucarana, mas hoje em dia, com a nova diretoria, está localizada em Faxinal.

Em relação ao Mapa do Turismo, após um intenso trabalho da AMUVITUR junto aos municípios, o número aumentou de 18, em 2014, para 25, em 2017. Como consequência, todos os atuais municípios da região turística integraram o Mapa e foram categorizados como apresentado na Figura 19.

Figura 19 – A categorização dos municípios da região turística do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro em 2018



Fonte: Adaptada de Brasil (2018c).

Conforme mencionado anteriormente, por não fazer parte da região turística do Vale, o município de Rio Branco do Ivaí não consta nesse mapa. Pertence à

região turística Entre Matas, Morros e Rios e é classificado na categoria E. Quanto à categorização dos municípios turísticos do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro, chama a atenção o fato de nenhum dos 25 municípios pertencerem às categorias A e B, ou seja, às categorias que possuem maior fluxo turístico, maior número de empregos e estabelecimentos no setor da hospedagem.

Portanto, nenhum dos municípios da região turística do Vale do Ivaí participa do G11, grupo que trabalha com os municípios melhor categorizados (A e B), que têm como objetivo alavancar o turismo no Paraná. Apenas dois municípios da região pertencem à categoria C: Apucarana e Faxinal. Outros 12 municípios se enquadram na categoria D, e 11 municípios pertencem à categoria E. Pertencer a essa última categoria significa não ter atividade turística significativa, o que limita a obtenção de recursos financeiros.

O município de Lunardelli é um caso que chama a atenção, pois é considerado, no Vale do Ivaí, o que possui o maior fluxo de visitantes. De acordo com estudos repassados pelo Secretário de Turismo em entrevista, cerca de 250 mil pessoas visitam, por ano, o Santuário Santa Rita de Cássia. Porém, Lunardelli se encontra na categoria E do Mapa do Turismo, o que significa que não tem expressividade nos dados econômicos do turismo.

Isso ocorre porque o município não oferta meios de hospedagem, conseqüentemente, não gera ocupações formais nesse setor. A falta de hospedagem, segundo o entrevistado, se deve por falta de gestão do município, que não se preocupou com essa questão em governos anteriores, não estimulando investimentos no setor. Porém, como já discutido anteriormente, a cada edição do Mapa do Turismo os municípios podem mudar de categoria, e como o mapa é atualizado a cada dois anos, em 2019 será lançada outra atualização.

Mas é importante considerar que em entrevista, a Diretora Técnica da Paraná Turismo demonstrou preocupação de que alguns municípios da região turística do Vale possam não conseguir atender aos novos requisitos para permanecer nessa nova versão do Mapa. As novas exigências da Paraná Turismo passam a ser: ter um Órgão Oficial de Turismo (OOT); Dotação Orçamentária; Termo de Adesão; Participação na IGR e, para 2019, ter o Conselho Municipal de Turismo. Para alguns financiamentos e investimentos, como o PRODETUR e o FUNGETUR, é preciso ter o Plano Municipal de Turismo. E, para as ações de promoção e qualificação, é

necessário ter empreendimentos no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo (CADASTUR). Mas como constatado na pesquisa de campo, grande parte dos municípios não apresenta esses requisitos.

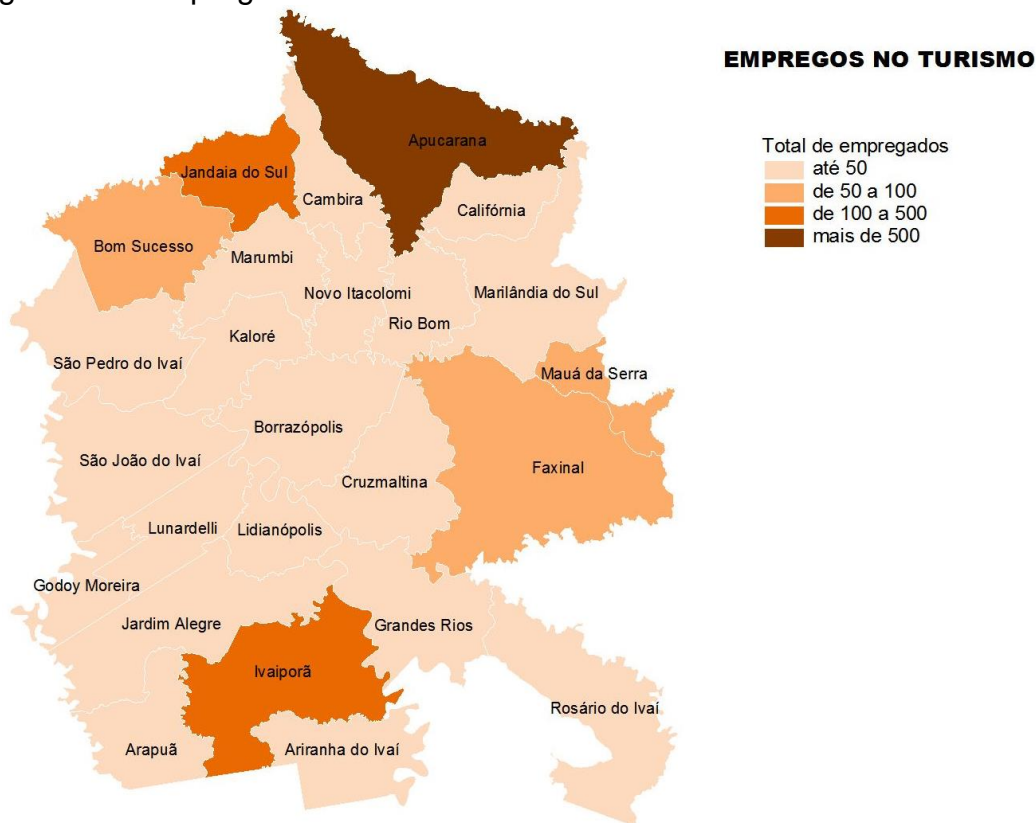
O CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo executado pelo MTur em parceria com Órgãos Oficiais de Turismo. Como benefícios, os cadastrados recebem incentivos para participar de programas e projetos do governo federal, como ter acesso a financiamentos por meio de bancos, apoio em eventos, entre outros (BRASIL, 2010c). Porém, a adesão ao CADASTUR nem sempre é feita como esperado pelas empresas. O MTur, em 2018, realizou fiscalizações em estabelecimentos turísticos em Curitiba, principalmente em meios de hospedagem para cobrar a inclusão no cadastro. A Paraná Turismo, durante as reuniões com as IGRs, solicita que se faça um trabalho com os municípios no sentido de cobrar de seus estabelecimentos de turismo que façam a adesão.

O COMTUR se constitui um espaço público composto por diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de formular e controlar a execução das políticas públicas. É considerado um importante canal de participação popular, uma vez que esses conselhos são essenciais para a promoção e a estruturação do turismo nos municípios. Devem servir como espaço de discussões e desenvolvimento de propostas condizentes com a realidade local (BRASIL, 2010c). É o primeiro passo para se pensar o desenvolvimento integrado. Esse colegiado deve ser criado a partir de uma lei municipal em conjunto com o órgão oficial de turismo municipal, com apresentação de ATA. Porém, sua exigência não significa que este venha a ser de fato um espaço de mobilização da sociedade local, já que muitos municípios podem apenas criá-lo no papel. Não são todos os municípios turísticos que possuem um, como é o caso de grande parte dos municípios do Vale do Ivaí.

Para verificar a quantidade de empregos gerados no turismo na região, foi utilizado o Plano Operacional do Turismo Sustentável Vale do Ivaí, um estudo da Paraná Turismo (PARANÁ, 2016). Para isso, foi considerado o trabalho nas ACTs em 2014, que utilizou dados coletados do Ipardes no ano de 2015. Essas atividades se referem aos empregos em estabelecimentos hoteleiros; serviços de alimentação;

transporte de passageiros; agências de viagens e operadores; aluguel de veículos; atividades recreativas, culturais e desportivas, como apresentado na Figura 20.

Figura 20 – Empregos nas ACTs no Vale do Ivaí em 2015.



Fonte: Paraná (2016), com base BDE Web 2015.

Observa-se que o destaque em relação à maior quantidade de pessoas trabalhando com o turismo é Apucarana, com 1.050 pessoas empregadas nas ACTs. Em seguida, aparecem os municípios de Ivaiporã, com 204, e Jandaia do Sul, com 120. Dos 25 municípios da região turística, 19 geram até 50 empregos cada. O total de empregos nas ACTs dessa região representa apenas 1,5% do total estadual. Em relação ao número de estabelecimentos do turismo, corresponde a uma parcela menor que 2,2% em relação ao número total de estabelecimentos de turismo do Paraná, em que Apucarana também se apresenta com maior número (4.303) de estabelecimentos, seguida de Ivaiporã (993), Jandaia do Sul (851) e Faxinal (536) (PARANÁ, 2016).

No formulário, havia uma pergunta para verificar a quantidade de meios de hospedagem. Dos 26 municípios (considerando Bom Sucesso, Califórnia e Jandaia do Sul em que os dados foram coletados por meio de pesquisa na internet), 16

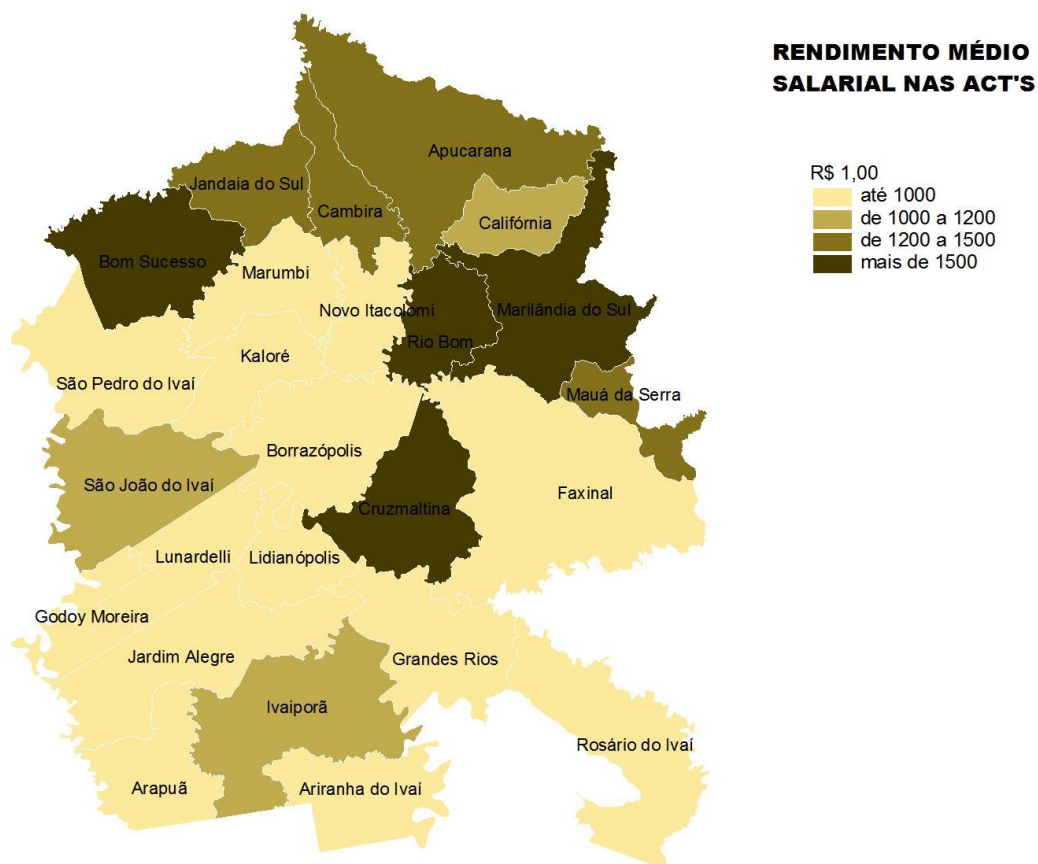
disseram que possuem algum tipo de hospedagem, como pousadas e pequenos hotéis. Apucarana possui três hotéis, e Ivaiporã, cinco, por serem municípios mais populosos e com atividades de turismo de negócios e compras. Os hotéis da região são do tipo econômico, que ofertam instalações e serviços básicos, com localização próxima a acessos aos demais municípios. Não existem hotéis de categoria superior, como redes e *resorts*. Oito municípios não possuem hospedagem, mas em Mauá da Serra, Faxinal, Borrazópolis e Apucarana, há pousadas rurais.

Apenas quatro dos 25 municípios da região tiveram rendimento médio salarial nas ACTs superior à média estadual, que é de R\$ 1.496,58. São os municípios de Marilândia do Sul, Bom Sucesso, Rio Bom e Cruzmaltina. Chama a atenção o município de Marilândia do Sul, que teve rendimento médio de R\$ 1.706,63. Considerando esses dados, conclui-se que quantidade de empregos não significa maior rendimento salarial, e também é possível afirmar que no caso do Vale do Ivaí, em municípios maiores como Apucarana, Jandaia do Sul e Ivaiporã, o rendimento médio salarial nas ACTs é inferior ao de municípios menores. A Figura 21 apresenta um mapa com os dados do rendimento médio salarial dos municípios nas ACTs em 2015 (PARANÁ, 2016).

Entre 2017 e 2018 foram realizados alguns eventos no sentido de definir ações para o turismo na região. Apesar de esses eventos estarem voltados ao planejamento da atividade, ainda não é possível afirmar que existe um plano para o setor. Algumas instituições, como a Paraná Turismo, Paraná Projetos, AMUVITUR, Território do Vale do Ivaí e EMATER foram as principais entidades que devolveram ações específicas para o Turismo.

No dia 10 de maio de 2017, em Lunardelli foi realizada uma reunião para discutir o planejamento estratégico da AMUVITUR para os próximos anos. Entre as principais ações ficou definida a realização de eventos gastronômicos e esportivos junto ao rio Ivaí, com incentivo ao turismo de eventos e turismo cultural. Por exemplo, o turismo de aventura em Faxinal, o religioso em Apucarana e Lunardelli, e o de negócios em Ivaiporã. Também foram incentivadas ações de cavalgada e caminhadas ligadas ao turismo rural e religioso (AMUVITUR..., 2017a).

Figura 21 – Rendimento médio salarial nas ACTs no Vale do Ivaí em 2015



Fonte: Paraná (2016), com base no BDE Web 2015.

No dia 22 de maio de 2017 houve uma reunião em Apucarana organizada pela Paraná Turismo e representantes do turismo do Vale do Ivaí com o objetivo de apresentar mudanças na política nacional e estadual de turismo. A intenção foi de preparar os municípios para apresentarem alguns documentos a fim de ficarem aptos a receber recursos federais e estaduais.

No dia 02 de junho de 2017, o município de São Pedro do Ivaí sediou uma reunião técnica da AMUVITUR sobre o turismo para discutir a entrada de municípios no mapa e o planejamento estratégico para a região até 2021. No dia 07 de junho de 2017, houve a realização da Oficina do Plano Operacional 2017/2019 do Paraná Turístico 2026 – Vale do Ivaí, em Apucarana, com gestores e representantes de turismo dos municípios da AMUVITUR. De acordo com o documento disponibilizado na internet, teve como objetivo:

[...] **compartilhar informações** sobre o **cenário** atual do **turismo regional, estadual e nacional (inclusive sobre o mapa do turismo brasileiro)**, aprimorar o **planejamento regional** (e municipal) com **foco no Paraná Turístico 2026** e **assegurar o compromisso dos atores** com a **execução** regional e municipal das **ações** (PARANÁ, 2017g, grifos do autor, p. 2).

Sem a intenção aqui de aprofundar a discussão, o plano estratégico *masterplan* “Paraná Turístico 2026: pacto para um destino inteligente” foi lançado em 2016 pela Paraná Turismo. Consiste em um estudo para um período de 10 anos, que segundo seus idealizadores é uma garantia para que os próximos gestores sigam a opção de planejamento para esse período, independentemente da troca periódica de governadores e secretários estaduais de turismo. *Masterplan* é uma palavra inglesa que pode ter vários significados. De forma simples, no planejamento urbano, significa considerar o município como um organismo vivo, que se modifica e altera constantemente. Portanto, na visão de profissionais urbanistas:

Na elaboração de um *masterplan*, pode-se dizer que quanto mais complexa são as relações sociais e a integração com o entorno, mais flexível devem ser as relações sociais e a interação com o entorno, mais flexível devem ser as próprias soluções dadas pelos profissionais que o projetam. Isso significa que, no utópico ato de projetar uma cidade do nada [...], o arquiteto e urbanista deve levar em consideração todas as transformações e adaptações imagináveis para a cidade. E isso pode ser uma tarefa complexa que requer a participação de vários agentes (FISCHER, 2017).

Nessa perspectiva do planejamento, o município é visto como sendo mais “inteligente”, mais integrado, mais inovador, pressupondo uma visão holística e sistêmica do espaço urbano, se integrando efetivamente a vários atores e setores urbanos. Para isso, é necessário ir além dos investimentos em inovação tecnológica e inovar também na gestão, no planejamento, no modelo de governança e no desenvolvimento de políticas públicas.

Sendo assim, o plano apresenta algumas ações e metas a serem atingidas até 2026 na área econômica do turismo, como elevação dos municípios às categorias A e B; indicadores de desempenho da qualidade da oferta turística; indicadores de tecnologia e posicionamento do estado nos rankings nacionais de turismo. Mas como é um plano geral, não há explicação de como e por quem essas ações serão realizadas, e qual a fonte dos recursos financeiros para colocá-las em prática, o que pode inviabilizar sua execução. Além disso, como ainda está em execução, não há estudos sobre seus resultados.

O *masterplan* prioriza os dois municípios do Paraná na categoria A: Curitiba e Foz do Iguaçu. Curitiba sendo referência enquanto destino turístico inteligente e Foz do Iguaçu como referência na oferta para o mercado internacional, no que concerne a marketing e inovação. Mas é preciso também avaliar de que forma os próximos governos apoiarão a sua implementação do *masterplan*, mesmo estando amparado por lei específica.

Além dessas principais reuniões, também aconteceram alguns eventos ligados aos segmentos do turismo da região, como o IV Workshop de Turismo Rural na Agricultura Familiar, realizado em outubro de 2017 no município de Apucarana, pela EMATER.

Em abril de 2018, foi realizado o Seminário de Desenvolvimento Regional Integrado do Vale do Ivaí, em Apucarana, pela Paraná Projetos. O objetivo do encontro foi mapear os atrativos e as potencialidades turísticas por meio de uma oficina a fim de validar as informações produzidas a partir de um levantamento de dados. No material apresentado em textos e mapas, possíveis cenários de desenvolvimento foram trazidos para discussão. Após validação dessas informações com os representantes de várias instituições da região, a Paraná concluiu em dezembro de 2018, o Plano de Ação para o Vale do Ivaí.

Durante a participação no evento, foram indicados alguns cenários, um para a produção da fruticultura e outro para o turismo (religioso e aventura). Essas áreas, segundo a instituição, poderão gerar desenvolvimento para a região. Esses foram temas de interesse indicados por algumas instituições, como o Território do Vale do Ivaí, a AMUVI e a EMATER. Também houve uma segunda reunião em julho de 2018 em Mauá da Serra, com entidades envolvidas com o planejamento do Vale para discutir especificamente o turismo na região. Nela ficou decidido que haveria apoio para confecção de placas de indicação de sentidos e orientação para a Rota de Cicloturismo. Verificou-se também a situação atual da Rota da Fé, chegando-se à conclusão da sua inexistência, como explicado a mais à frente.

No dia 28 de junho de 2018, em Faxinal, foi realizado o Encontro Regional de Assessoramento pela Paraná Turismo com os gestores dos municípios da AMUVITUR. Teve como objetivo assessorar a estruturação e a operacionalização da IGR e esclarecer e buscar encaminhamentos práticos para consolidação dos aspectos legais, técnicos e de gestão. Também teve como objetivo informar os

municípios sobre a importância da regionalização e do atendimento aos critérios de adesão ao Mapa e aos programas de financiamentos e investimentos, ações de qualificação e promoção e identificar dificuldades e boas práticas. A pesquisadora não participou do evento, mas recebeu o material que foi apresentado via *e-mail*. Depois dessa reunião, não foi marcada outra pela AMUVITUR em 2018.

Em agosto de 2018 foi realizado, em Rosário do Ivaí, o 2º Seminário de Turismo como Fonte de Renda para Rosário e Região, organizado pela Prefeitura. Em Lunardelli no mês de outubro, durante a Semana do Turismo Regional do Paraná foi realizado o 2º Seminário de Turismo Religioso e Geração de Renda. O evento foi organizado pela Paraná Turismo na tentativa de dinamizar o turismo no município com o lançamento da nova Rota das Capelas. Esta tem por objetivo interligar o Santuário de Santa Rita com as capelas Cristo Rei, no distrito de Primavera, as capelas de Sant'Ana e Nossa Senhora Aparecida, localizada na comunidade de Madalena (LUNARDELLI..., 2018). A seguir, serão apresentadas as principais ações de turismo para a região que envolvem mais de um município.

4.5 PROJETOS PARA O TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DO VALE DO IVAÍ

Este deveria ser um item para explicar o planejamento do turismo no Vale do Ivaí, porém, nesses quatro anos após a criação da região turística, não há um Plano de Turismo específico para a região. Apesar de a Paraná Turismo ter elaborado, em 2016, um estudo intitulado Plano Operacional do Turismo Sustentável Vale do Ivaí. Esse Plano consiste basicamente em um diagnóstico da região. Cita de forma muito breve e superficial alguns atrativos nos segmentos de turismo, como ecoturismo e turismo de lazer, sol e praia em Apucarana, Califórnia e Faxinal, e turismo religioso em Apucarana, Califórnia e Lunardelli - cenários que não correspondem totalmente à realidade.

- Rota da Fé

Essa rota foi criada em 2005, assim que o PRT foi lançado, quando ainda era denominado "Roteiros do Brasil". O programa, como já explicado em capítulo anterior, incentivava a criação de rotas pelo país a serem apresentadas nos Salões

de Turismo. Tinha como nome Fé na Estrada e foi idealizado, na época, pelos prefeitos de Lunardelli e Apucarana, o qual era padre. Foi inspirada em uma excursão de um romeiro que vendia o pacote. Nesse sentido, a rota levaria romeiros de Apucarana ao Santuário de Santa de Rita de Cássia em Lunardelli. O trajeto passaria pelos municípios de Cambira, Novo Itacolomi, Borrazópolis e Lidianópolis, em um percurso de 100 quilômetros a serem percorridos em quatro dias. Os atrativos religiosos de Apucarana eram o santuário de São José, o Parque da Redenção, a Catedral Nossa Senhora de Lourdes e o Parque Santo Expedito. Apesar de ter sido divulgada nas mídias e inclusive cadastrada no Ministério do Turismo, foram realizadas somente algumas caminhadas esporádicas, mas que não chegaram a ser comercializadas pelas agências de turismo.

Em 2013 a rota passou a se chamar Rota da Fé, conforme definido no 10º Congresso Internacional de Turismo Religioso Sustentável, realizado em Apucarana. Deveria ter sido iniciada no mesmo ano, mas, conforme reunião organizada pela Paraná Projetos em 2018, em Mauá da Serra, com instituições envolvidas com o turismo, a rota não existe atualmente. A Figura 22 mostra imagens dos atrativos que mais se destacariam na Rota da Fé, caso existisse, como o Santuário Santa Rita de Cássia em Lunardelli; Parque Santo Expedito em Apucarana; Peregrinos na Rota da Fé em 2012 e mapa da Rota.

Figuras 22 – Mosaico de imagens da Rota da Fé do Vale do Ivaí.



Fonte: SILVA (2018), Peregrinos... (2012), e Rota... (2018).

- Circuito das Frutas do Vale do Ivaí

O Circuito das Frutas deveria ter sido criado até outubro de 2018 na região, de acordo com o prefeito de Apucarana em entrevista para a Rádio 98 FM (TÉCNICOS..., 2018). O Circuito foi apresentado durante o 8º módulo do curso de qualificação profissional para o desenvolvimento da fruticultura no Território Vale do Ivaí, realizado pela EMATER nas dependências da UNESPAR, em Apucarana, sem a participação do curso de turismo nesse primeiro momento. Essa ação surgiu como um complemento para a atividade da fruticultura, atividade ainda a ser implantada na região, que já possui algumas propriedades com essa produção, como em Rosário do Ivaí, conhecida como capital a uva Niágara.

O circuito é considerado pelos técnicos da EMATER como um meio de viabilizar um canal de comercialização, aliando o turismo e a venda direta do produto

ao consumidor. É similar ao que ocorre em alguns locais do país, como Fraiburgo, em Santa Catarina, e na região de Vinhedos, no interior de São Paulo, ou Atibaia etc. O curso de turismo da UNESPAR Apucarana foi convidado pela Paraná Projetos em reunião específica em 2018 com professores e representantes da AMUVITUR a elaborar o circuito das frutas, porém, até o momento não existe projeto para que este seja implantado.

- Vale da Aventura

O Vale da Aventura pode ser considerado uma microrregião turística, criada dentro da região Turística do Vale do Ivaí. Foi idealizada por iniciativa dos representantes de cinco municípios próximos entre si, com apoio da Paraná Turismo. Integram esse projeto os municípios de Borrazópolis, Faxinal, Grandes Rios, Mauá da Serra e Rosário do Ivaí, que se apresentam como propícios à prática de esportes radicais ligados à natureza. A Figura 23 é parte do material impresso de divulgação do Vale da Aventura.

Figura 23 – Divulgação tipo folder do Vale da Aventura.



Fonte: Vale... (2018).

Esse material é divulgado em vários eventos de turismo, como a exposição agropecuária de Londrina, que em 2018 teve um espaço para divulgação do turismo da região. Em 2018 Também foi divulgado durante a Mostra das Regiões Turísticas, no Salão do Turismo Paranaense, em Curitiba, e no Festival das Cataratas em Foz do Iguaçu.

Rosário do Ivaí faz é rota de turismo de aventura por ter um local para a prática de salto de parapente, e Mauá da Serra por concentrar os restaurantes e pousadas. Faxinal também é rota pela grande oferta de cachoeiras, propícias ao rapel e trilhas. Borrazópolis apresenta possibilidade de usar caiaque no rio Ivaí, e Grandes rios apresenta a balsa e prática de canoagem. Para dinamizar essa microrregião, foi criada a Rota do Cicloturismo, que liga os cinco municípios por terra, como apresentado a seguir.

- Rota do Cicloturismo do Vale da Aventura

O projeto da Rota de Cicloturismo no Vale da Aventura é uma ação recente. Foi lançado por seus idealizadores nas mídias de comunicação em setembro de 2018. Foi inspirada na Rota de Cicloturismo do Vale Europeu de Santa Catarina, por isso foi planejada com diversas atividades, e conta com transporte para os turistas e bicicletas do aeroporto de Londrina ou Maringá até a pousada rural do idealizador da Rota em Borrazópolis. De lá, os turistas partem para os outros trechos, que também terão pontos de apoio para conserto das bicicletas. A ideia é utilizar o comércio local, como restaurantes, lojas, serviços de conserto de bicicleta, hotéis etc. Fazem parte da atividade paradas para colher e comer produtos do local, como morangos, pratos típicos, como de uma comunidade ucraniana em Borrazópolis, e o peixe frito em Porto Ubá, distrito de Lidianópolis. Apesar de ainda não ter sinalização, a rota foi lançada para a imprensa. Inclusive, em setembro de 2018, por meio de apoio da Paraná Turismo, uma equipe da TV Educativa que produz um programa sobre cicloturismo de Curitiba percorreu o trajeto para divulgação.

A Rota também pode ser percorrida por carro e motos de passeio, que segundo seu idealizador, Fábio Couto Rosa, proprietário de uma pousada rural em Borrazópolis é uma estratégia para atrair pessoas com poder aquisitivo maior. A rota tem por objetivo aproveitar a beleza cênica do local composta por serras, morros,

rios, cachoeiras e paisagem rural. O mosaico de imagens da Rota de Cicloturismo, mostra a imagem de satélite com o percurso total que inicia em Borrazópolis e termina em Mauá da Serra. As belas vistas da paisagem do Vale do Ivaí, um trecho percorrido por ciclistas entre paisagens típicas rurais, entre plantações e, por fim, apresenta uma das modalidades de esportes de aventura, o salto de parapente em Rosário do Ivaí, conforme Figura 24.

Figura 24 – Mosaico de imagens da Rota do Cicloturismo do Vale da Aventura.



Fonte: Resort (2018).

O percurso total é de 193,94 quilômetros, dividido em trechos a serem percorridos em cinco dias. Durante a elaboração da rota, foram surgindo outros municípios, por serem limítrofes, como Ortigueira (que não faz parte da região turística do Vale do Ivaí) e Rio Branco do Ivaí. Para auxiliar na oferta de hospedagem em dias de evento, foi proposto um projeto em parceria com o Sebrae, focando o incentivo e o preparo da comunidade local para ofertar o “cama e café” na

residência de moradores locais. Mas como a rota é muito recente, ainda não é possível fazer uma avaliação sobre seus resultados.

- Rota Estadual Monge João Maria de Jesus

Durante o ano de 2018, considerado o ano estadual do Turismo Religioso pela Paraná Turismo, foi lançada a “Rota João Maria de Jesus”, que envolve 49 municípios do Paraná e também de Santa Catarina. Divulgada durante o 4º Encontro Estadual de Gestores, tem como frase principal, em seu material impresso, “O Turismo Regional, valorizando a Fé Popular, Ecologia e Culturas do Paraná”.

No Vale do Ivaí, a rota passa por quatro municípios: Marilândia do Sul, Faxinal, Ivaiporã e Rio Branco do Ivaí, porém, ainda não é uma rota comercial. No mês de setembro de 2018, foi realizada a 1ª caminhada do Monge João Maria de Jesus, em Faxinal. O mosaico de imagens na Figura 25 demonstram a passagem do monge João Maria de Jesus com imagens externas e interna da capela em Marilândia do Sul e um evento de cicloturismo com sua temática em Faxinal.

Barboza (2016) explica que Anastás Marcaf era peregrino, tendo mudado seu nome para João Maria de Jesus, também conhecido como o “monge dos excluídos” após passar a imitar João Maria d’Agostini. Foi um dos três monges que passou pela região sul do Brasil no final do século XIX. Chegou ao município da Lapa com as tropas de Gumercindo Saraiva durante a revolução Federalista em 1894.

Esses monges tinham a aparência de profetas bíblicos pelas longas barbas, roupas rústicas, carregando objetos como a bíblia, medalhas de Nossa Senhora e cajado. Faziam sermões comparados aos capuchinhos da época, utilizando-se de linguagem severa e apocalíptica.

Porém, a Igreja Católica não reconhecia a doutrina dos monges por não fazerem sermões em latim, como os padres da época. João Maria de Jesus não cobrava por seus serviços, como missa, batizados e casamentos, e desse modo se popularizou entre os mais humildes.

Figura 25 – Mosaico de imagens de vestígios e homenagens ao monge João Maria de Jesus no Vale do Ivaí.



Fonte: Zanlorenzi (2018a) e AMUVITUR (2018).

Atualmente as pessoas buscam, na figura do monge, cura para os males que afetam sua saúde. Essa rota evidencia a falta de pesquisas para resgate e preservação da história nos municípios do Vale do Ivaí, pois não foram encontrados estudos da passagem do monge em Ivaiporã e Rio Branco do Ivaí.

- Caminhada Internacional na Natureza

As caminhadas na natureza chamam a atenção no Vale do Ivaí. Segundo Bastarz (2016), no Paraná duas regiões se destacam pelo número de caminhadas: a Região Metropolitana de Curitiba, com 30 circuitos e 9.333 participantes, e em seguida o Vale do Ivaí, com 12 circuitos e 6.232 participantes por ano. No Vale do Ivaí, esse projeto foi estimulado pelo setor de turismo rural da EMATER de Ivaiporã,

tendo o primeiro circuito ocorrido em 2008. Uma vez por mês essa caminhada é realizada em um município do Vale. Esse projeto ficou entre os três finalistas do Prêmio Top Tur 2017 na categoria Inovação em Organização Não-Governamental.

Esses eventos envolvem várias instituições, como prefeituras, universidades, igrejas, EMATER, entre outras. Impulsionado pela política de desenvolvimento rural, o projeto Caminhadas na Natureza ocorre no Vale do Ivaí como atividade de lazer no espaço rural. Dez municípios concentram as caminhadas na região: Apucarana, Cambira, Faxinal, Borrazópolis, Lidianópolis, Ariranha do Ivaí, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lunardelli e Godoy Moreira. A Figura 26 apresenta um material de divulgação da caminhada em Faxinal com imagens dos caminhantes.

Figura 26 – Divulgação e imagens de participantes durante caminhada internacional no Vale do Ivaí

7ª Caminhada Internacional
10 Km Faxinal - Paraná

Natura reza

MUNICIPIO DE FAXINAL
 DAS BELEZAS QUE ENCANTAM AO POVO QUE ACOLHE!

FAXINAL Turismo Secretaria

EMATER
 INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

21 de Outubro de 2018 - Rota das Cachoeiras

Inscrições e Informações
 pelo site www.ecobooking.com.br

Centro de Atendimento ao Turista
 43 3461-4290

ou

Emater Faxinal
 43 3461-1877

INSCRIÇÕES GRATUITAS!!

Fonte: AMUVITUR (2017b).

O projeto prevê que os agricultores das comunidades anfitriãs, apoiados pelo estado, realizem esse tipo de evento oferecendo aos participantes serviços de alimentação (café da manhã e almoço) e venda direta de produtos locais *in natura*,

produtos da agroindústria familiar, artesanatos, entre outros. Esse modelo possui uma metodologia internacional, orientada pela Federação Internacional de Esportes Populares. Porém, esse tipo de atividade tem seu lado positivo e negativo. Por ser considerado um turismo de massa, pode gerar impactos negativos como a produção de resíduos sólidos, prejuízos financeiros, entre outros problemas. Para a GMT de Ivaiporã, esse tipo de evento traz benefícios, como afirma:

[...] é bom porque algumas pessoas vem um dia antes e aproveitam um pouco das nossas estruturas, [...] deixando o dinheiro aqui no artesanato que a gente promove no dia do evento e para alguma associação que faz o almoço ou o café da manhã. Mas 90% são excursionistas que consomem, aproveitam e vão embora no mesmo dia (GMT de Ivaiporã, 2018).

A gestora de São Pedro do Ivaí explica que até mesmo a Paraná Turismo já ressaltou em alguns eventos que essa atividade não é considerada turismo, por não ter pernoite. Mas, segundo a gestora, é uma ação que gera um movimento de pessoas na região. Já a gestora de Godoy Moreira diz que não tem mais a intenção de promover a caminhada, após quatro anos sendo realizada. Relata que um evento desse tipo é muito trabalhoso e nem sempre gera retorno positivo, principalmente quando a população não se envolve, como ocorreu nesse ano de 2018 ano em seu município.

Essas seis ações propostas em relação ao planejamento do turismo na região do Vale do Ivaí foram verificadas durante a pesquisa de campo como as que mais se aproximam de uma região turística, por envolverem alguns municípios. Desses, somente o projeto Caminhadas na Natureza pode ser considerado como um gerador de fluxo de visitantes, apesar de não ser considerado pela Paraná Turismo como um evento de característica turística - principalmente por não haver o consumo de serviços de empresas turísticas, como hotéis, restaurantes, empresas de transporte etc.

Somente Lunardelli se equipara ao número de visitantes. As caminhadas, ainda que minimamente, geram renda a alguns produtores rurais envolvidos na sua execução. É realizada uma vez por mês em algum município do Vale, porém nem todos participam do projeto. Para alguns entrevistados, é considerada importante, pois é uma forma de divulgação dos atrativos dos municípios, já que esses eventos costumam atrair centenas de pessoas. Para outros, é considerada uma atividade

que tem pouco retorno econômico para os municípios que a promovem, diante do trabalho que exige para sua organização.

Desse modo, as ações de turismo existem como a Rota da Fé é um projeto desenvolvido no início do PRT que estimulava a criação de rotas pensando na temática da religião católica, pela forte influência na região. A rota teve algumas atividades no passado e voltou a ser discutida nos últimos anos, porém não foi posta em prática, sendo considerada apenas uma proposta.

Tanto o Vale da Aventura, o Cicloturismo e o Circuito das frutas são ações muito recentes, pensadas nesse ano de 2018. O Vale da Aventura tem como objetivo atrair um público pelas atividades de esportes radicais na natureza, mas apesar de ser divulgado ainda não atrai público expressivo, e os municípios não estão todos estruturados para seu recebimento. A rota do cicloturismo já foi lançada, mas ainda falta se estruturar melhor, e a do Circuito das Frutas não tem nem ação efetiva. Portanto, essas ações atualmente não geram fluxo de visitantes, ou seja, não movimentam a economia pela geração de emprego e renda, como o se espera de um destino turístico. Algumas dessas propostas, como a rota de cicloturismo, precisam de um tempo maior para verificar se irão se consolidar no mercado.

Além disso, é importante ressaltar que essas atividades, para que sejam colocadas em execução, precisam ser pensadas de acordo com um projeto regional, por meio de um plano estratégico de desenvolvimento do turismo para a região do Vale do Ivaí, com ação efetiva da AMUVITUR, o que até o momento não demonstrou sinais de que vai acontecer. O próximo capítulo tratará da análise dos dados coletados pela pesquisa de campo.

CAPÍTULO 5 – REPERCURSSÕES SOCIOTERRITORIAIS DA REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ: ANÁLISES E PROPOSTAS.

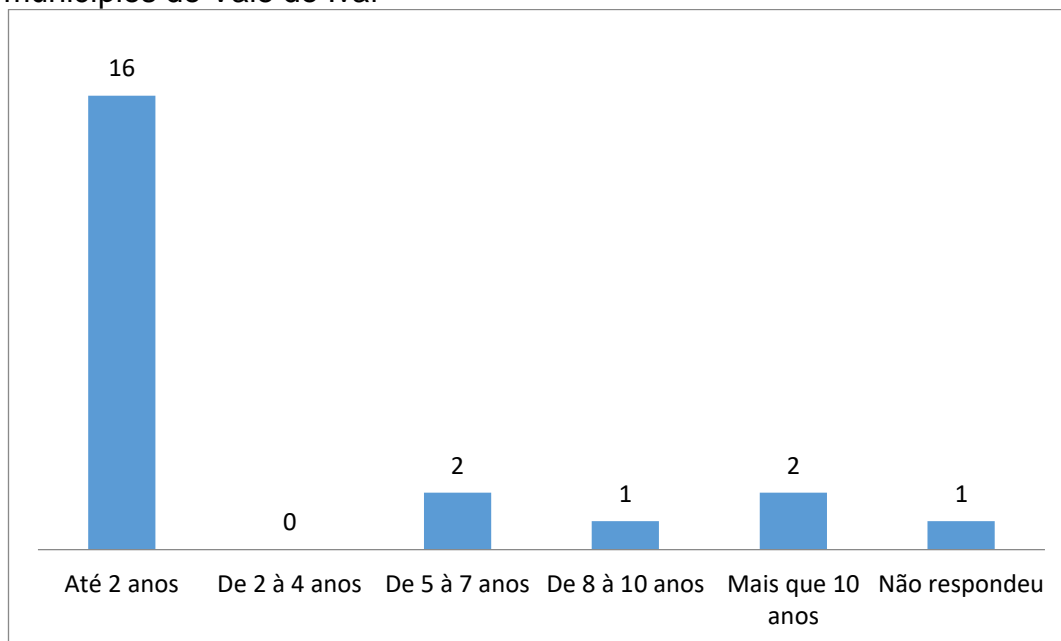
Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo por meio das entrevistas semiestruturadas, com questões abertas e fechadas para verificar a opinião de atores envolvidos no planejamento do turismo do Vale do Ivaí. Nessa pesquisa, optou-se por trabalhar com o setor público representado pelos 26 Gestores Municipais de Turismo (GMT) do Vale. A intenção inicial era aplicar o formulário para todos, porém isso não foi possível nos municípios de Bom Sucesso e Califórnia. A entrevista de Jandaia do Sul não foi totalmente considerada porque o gestor encontrava-se em licença e o chefe de gabinete não conseguiu responder as perguntas específicas ao turismo. Desse modo, será considerada a amostra de 22 municípios. O outro grupo é composto por representantes de instituições que atuam no planejamento do turismo Vale do Ivaí.

5.1 A ORGANIZAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ NA VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO

Para a realização a pesquisa de campo por meio de entrevistas com os Gestores Municipais de Turismo, aqui denominados GMTs, foram aplicados formulários com base nos modelos da tese de doutorado da professora do curso de turismo da Universidade Federal do Paraná, Margarete Araújo Teles, de 2011, que estudou o turismo na região Metropolitana de Curitiba (TELES, 2011). As respostas foram sistematizadas por meio de análise qualitativa e quantitativa: quantitativa pela elaboração de quadros e gráficos, e qualitativa pela seleção das respostas com análise de frases ou palavras relacionadas ao objetivo da pesquisa. Isso permitiu analisar a opinião dos entrevistados para saber como pensam e agem sobre o planejamento do turismo no Vale do Ivaí.

O primeiro bloco de perguntas teve como objetivo compreender como os municípios se organizam em relação ao turismo. Uma das primeiras perguntas se refere ao tempo em que os GMTs estão no cargo ou respondem pela pasta de turismo, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Tempo no cargo de Gestor Municipal de Turismo nos municípios do Vale do Ivaí



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Dos 22 GMTs, a maioria, ou seja, 16 estão há menos de dois anos no cargo, o que demonstra rotatividade. As poucas exceções se dão em municípios onde há um profissional concursado, como no caso de Marilândia do Sul, que tem uma turismóloga há 13 anos, e em Apucarana, com uma turismóloga há cinco anos no cargo. O pouco tempo no cargo reflete um dos problemas relatados pelos entrevistados, o da descontinuidade dos projetos na área de turismo.

No caso das IGRs, estas precisam fazer a cada eleição municipal um trabalho de sensibilização com cada prefeito e GMT sobre o PRT. Por exemplo, a atualização periódica dos documentos para ingresso e permanência no Mapa do Turismo. Também é necessário instruir sobre a necessidade do cadastro dos empreendimentos turísticos, que influencia na categorização dos municípios turísticos. Além disso, é preciso esclarecer qual o papel da IGR e como deve ser a participação dos gestores municipais na instituição.

Considera-se, ainda, que as trocas de gestão influenciam na organização e planejamento do turismo tanto positivamente como negativamente, ou seja, que comprometem o andamento da atividade turística. Com eleições a cada dois anos, sendo uma para presidente, governadores, deputados federais e senadores, e outra a de prefeitos e vereadores, nessa alternância mudam os interlocutores nas

diferentes escalas de governo. Quando não muda o interlocutor, muda o chefe, que no caso dos municípios é o prefeito ou o secretário. Isso pode prejudicar o andamento das atividades, tornando-as lentas e desinteressantes para o mercado turístico.

Pode ainda desestruturar o trabalho de algumas instituições com a IGR, pois necessita de pessoas atuantes com perfil de liderança. Portanto, se um gestor que não possui essas características assume o cargo, pode significar a perda ou um retrocesso no trabalho que vinha sendo feito anteriormente. Tal trabalho inclui um processo com reuniões e participações em eventos ao longo do tempo.

O pouco tempo de atuação na pasta e a falta de experiência em turismo de alguns GMTs ficou evidente no decorrer das entrevistas, já que algumas perguntas do terceiro bloco não foram respondidas pela dificuldade de entendimento de assuntos mais específicos, como os que se referem ao Programa de Regionalização do Turismo. Além disso, é preciso que fique claro que nem todos os gestores são secretários ou diretores de turismo, apenas foram indicados para responder pela área na falta de um gestor nomeado para tal fim. Os entrevistados foram indicados pela AMUVITUR e pelas prefeituras.

Algumas situações podem ter contribuído para o sucesso ou insucesso das respostas. A primeira se dá pela gravação da entrevista mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice K). Alguns GMTs podem ter ficado receosos ao responder as perguntas que exigiam uma postura crítica em relação aos programas, projetos e instituições que atuam no Vale. É preciso considerar que a maioria dos entrevistados ocupam cargos por indicação dos prefeitos, podendo pensar que a pesquisa poderia expô-los de alguma maneira. Uma vez que alguns dos GMTs entrevistados fazem parte da diretoria de algumas instituições, como a AMUVITUR, seria necessária uma postura de autocrítica, de modo que nem todos apresentaram essa atitude.

Outra situação que chamou a atenção foi que, dos 22 GMTs entrevistados, a maioria, ou seja, 16 são do sexo masculino e apenas seis do sexo feminino. Isso demonstra a falta de representatividade de mulheres em órgãos públicos do turismo na região do Vale do Ivaí. Conforme afirmam Abreu e Meirelles (2012), as desigualdades entre homens e mulheres na ocupação de postos de trabalho e em posições de poder político são um fato bastante demonstrado e que merece debate

para enfrentamento e soluções, o que induz a criação de políticas públicas de inclusão. No caso da administração pública, a ocupação de postos de decisão deveria ser, a priori, um terreno híbrido, cujo preenchimento é decidido por delegação de um poder político. As barreiras devido às quais as mulheres passam a ter sua presença rarefeita no setor público recebem o nome de “déficit de presença nas posições de poder”.

A divisão sexual do trabalho, assim, não apenas organiza as atividades do mundo, mas lhes atribui valor, o que está, para o debate feminista, na raiz das desigualdades de gênero. O problema, portanto, não é somente a divisão do trabalho entre os sexos e a consequente determinação social dos destinos de homens e mulheres, mas as iniquidades de valor que ela possibilita (ABREU; MEIRELLES, 2012, p. 10).

Portanto, indica-se a necessidade de considerar essa questão da desigualdade de gênero no âmbito das políticas públicas de turismo no Vale do Ivaí para reverter esses dados, proporcionando maior equidade no âmbito das decisões de poder político.

Ainda em relação aos GMTs observou-se que aqueles que participam mais ativamente da AMUVITUR ou os que pertencem a municípios que possuem atividades de turismo tiveram mais facilidade em responder as perguntas específicas, principalmente em relação a regionalização do turismo. Em continuidade ao primeiro bloco de perguntas, foi verificado como OOT está estruturado em cada município do Vale do Ivaí, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Órgão Oficial de Turismo nos municípios do Vale do Ivaí

Tipo	Freq.
Secretaria de Turismo e Esporte	2
Secretaria de indústria, Comércio e Turismo	4
Secretaria de Turismo	7
Departamento de Turismo	4
Secretaria da Agricultura e Turismo	1
Secretaria Promoção Artística, Cultural e Turística	1
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo	1
Diretoria de Turismo	1
Não possui	1

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quanto aos Órgãos Oficiais de Turismo dos municípios do Vale do Ivaí, esses são majoritariamente uma secretaria de turismo (31,8% do total), embora com algumas ressalvas. Mauá da Serra, por exemplo, possui Secretaria de Turismo, mas atualmente não tem secretário, e quem responde pela pasta é um assessor de turismo. Em Rio Bom é o mesmo caso, há uma Secretaria de Turismo, porém, quem responde pela área é o Secretário de Administração.

No caso de Borrazópolis, apesar de ter um secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, quem responde pela área é a veterinária do município. Este último é um exemplo da sobrecarga de pastas que alguns gestores precisam gerir por conta de seus municípios serem pequenos, já que possuem pouca infraestrutura. Em alguns casos, apesar de ter um secretário nomeado, o turismo é repassado para pessoas que tenham alguma afinidade com a área, ou que trabalham em ações como as caminhadas na natureza. Desse modo, o turismo na maioria dos municípios não é considerado como prioridade, como visto em Jardim Alegre, Godoy Moreira, Rio Bom, Bom Sucesso, Arapuã, Ariranha do Ivaí, entre outros, principalmente os classificados na categoria E do Mapa Brasileiro do Turismo.

Quatro municípios possuem departamentos de turismo, sendo que o de São Pedro do Ivaí está vinculado à secretaria de meio ambiente. Em São João do Ivaí, a pasta de turismo está junto à agricultura e pecuária, e em Arapuã à educação. Em Rio Branco do Ivaí, a diretoria de turismo está vinculada à de esporte, mas na prática atua junto com agricultura e meio ambiente.

O único município em que o turismo está com a agricultura é Ariranha do Ivaí, mas quem responde pelo turismo é o secretário de educação. Somente em dois municípios o turismo é uma secretaria junto ao esporte, assim como é entendido pela Secretaria Estadual de Esporte e Turismo. Em quatro municípios verificou-se que o turismo compõe a área da Indústria, do Comércio e do Turismo, o que representa 18,1% dos municípios. O único município que não possui um OOT é Kaloré, e caso o município não o crie até 2019, pode não estar presente na próxima edição do mapa do turismo, pois sua criação é uma exigência.

Verifica-se, portanto, que em relação aos formatos das OOT, estas estão configuradas em dois tipos: departamento ou secretaria. A maioria, enquanto secretaria, pode estar sozinha ou junto a outras áreas. O modo como são

entendidas varia entre os municípios, sendo compreendidas por um viés mais social quando junto aos departamentos de cultura, meio ambiente e esporte. Por outro lado, são compreendidas como um setor econômico quando ligadas aos setores da indústria, do comércio e da agricultura.

Sobre o turismo ser tratado como uma prática social ou econômica, é preciso compreender que a atividade se tornou, na sociedade atual, um dos mais importantes setores econômicos, sendo a principal fonte de receita de diversos países. Nesse sentido, quando da condução do setor por meio das políticas públicas, há de se considerar sua complexidade, uma vez que envolve diversos setores e áreas. Atualmente, após a mudança abrupta no governo federal, a condução das políticas públicas do turismo tem sido direcionada ao âmbito econômico. Tal afirmação corroborou as falas dos entrevistados, e corrobora os discursos de atores públicos em eventos da área e, ainda, em planos de governo, como o Paraná Turístico 2026.

Diante dessa discussão, pode-se imaginar, a princípio, que a área estatal e a empresarial têm o lucro como objetivo real. Antes disso, porém, é preciso entender o papel de cada um, separadamente. O estado espera que a atividade turística obtenha *superavit* na balança de pagamentos pelo ingresso de divisas, enquanto que as empresas privadas, pela prestação de seus serviços em razão dos investimentos necessários. Porém, nem sempre esse rendimento está vinculado ao lucro, pois, como afirma Beni (2006, p. 25):

[...] [ao Estado] compete o investimento social não só na infra-estrutura [...] de apoio à atividade, mas também na implantação de programas de turismo socializado, com o objetivo de facilitar o acesso ao turismo das classes menos favorecidas economicamente. E esse estrato da demanda somente poderá ser atendido e viabilizado sem objetivo do lucro e recuperação dos investimentos.

Por isso, o turismo não deve ser entendido como uma atividade essencialmente social, tampouco estritamente econômica. Até mesmo as empresas privadas precisam dar sua retribuição social, dispendendo parte do seu lucro, por exemplo, em investimentos na qualificação e no aperfeiçoamento de pessoal, entre outras ações. Sobre os papéis do setor público e privado, Lickorish e Jenkins (2000, p. 222) afirmam que:

Na maioria dos países desenvolvidos há a expectativa de que o turismo seja facilitado pelo governo em níveis nacionais e regionais, mas os principais serviços comerciais para o turista são fornecidos pelo setor privado.

Por isso, há que se ter claro o papel de cada um no planejamento do turismo e, quando possível, fazer parcerias. O turismo social ou socializado é um tipo de turismo entendido como uma forma de desenvolver o setor como atividade econômica sustentável, no sentido de gerar empregos e divisas e com o compromisso de inclusão social (ROSE, 2002).

Após terem sido questionados sobre a data de criação OOT, somente dois GMTs responderam, pois a maioria não tinha essa informação no momento da entrevista. Desse modo, pela insuficiência dos dados, estes não serão analisados. O Quadro 18 apresenta uma síntese das principais perguntas e respostas sobre a organização do turismo nos municípios do Vale do Ivaí.

Quadro 18 – Síntese da organização do turismo nos municípios do Vale do Ivaí

Instrumentos de organização do turismo	Sim	Não	Sem resposta
Plano Diretor	22	-	-
O turismo está inserido no Plano Diretor?	15	3	4
O setor de turismo participou da execução do Plano?	9	11	2
COMTUR	7	15	-
Fundo Municipal de Turismo?	6	16	-
No site da prefeitura existe um link para turismo?	7	15	-
Centro de Atendimento ao Turista?	1	21	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como visto, todos os municípios estudados possuem Plano Diretor, um instrumento básico da política urbana no Brasil exigido pela Constituição Federal de 1988. Suas regras são definidas pelo Estatuto das Cidades, sendo considerado um projeto que deve conter o destino de todas as áreas, urbanas e rurais, e as normas a serem obedecidas para ocupação do seu território. Deve ser revisto no mínimo a cada dez anos e estar integrado ao Plano Plurianual e ao Orçamento Municipal. Além disso, deve obedecer às regras federais e estaduais de ocupação do território e ao planejamento da região metropolitana ou microrregião à qual o município faz parte (BRASIL, 2001). No Paraná seguir a Lei estadual n. 15.229 de 2006. No caso do Vale do Ivaí, todos os 22 municípios visitados confirmaram ter o plano.

Questionados se o turismo era abordado no Plano Diretor, 16 GMTs afirmaram que sim, mas destes, somente cinco souberam explicar o que é tratado especificamente no texto, como no caso de Godoy Moreira. Segundo a GMT desse município que não é considerado turístico, a atividade deve ser conduzida como um fator de desenvolvimento econômico, gerador de renda, preservação ambiental, turismo rural e ecoturismo, no sentido de firmar parcerias com municípios da região. Em Marilândia do Sul, Rosário do Ivaí e Lunardelli, o turismo é entendido como um fator de desenvolvimento. Já em São Pedro do Ivaí, o Plano ressalta a necessidade de se fazer um inventário turístico.

Apesar de terem afirmado que no Plano Diretor consta turismo, 10 GMTs não conseguiram explicar do que exatamente se trata. Quatro gestores não souberam responder e três afirmaram que o turismo não consta nos planos. Perguntados se representantes do setor de turismo participaram da execução do Plano, nove afirmaram que sim, 11, que não, e dois não souberam responder.

Conforme explica Teles (2011), o Plano Diretor é uma importante ferramenta para os planejadores criarem estratégias para o desenvolvimento do turismo, por conter um diagnóstico completo do município para, por exemplo, auxiliar na elaboração dos Inventários Turísticos. No Plano é feito um diagnóstico em que são apresentados dados da infraestrutura, uso e ocupação do solo etc., com a definição do ordenamento de usos, atividades e funções de interesse zonal.

Quanto ao COMTUR, somente sete GMTs afirmaram que seus municípios têm um, e 15 disseram que não tem. Chama atenção que nem mesmo Apucarana, município mais populoso da região, tem um conselho para a área. Caso esses dados permaneçam em 2019, pode haver uma alteração na configuração da região turística na próxima edição do Mapa do Turismo, já que ter o COMTUR é uma das exigências. Alguns municípios, como Grandes Rios, têm o COMTUR, apesar de não serem considerados turísticos, mas isso também não significa que está ativo, já que muitos são criados somente para atender aos critérios do Mapa do Turismo. Ivaiporã e Borrazópolis afirmaram que têm o Conselho, mas que não está atuante. A GMT de Marilândia do Sul afirma que tem, porém está aguardando a lei ser publicada.

Lunardelli foi um dos municípios em que se entendeu que o COMTUR está ativo devido ao fluxo de visitantes que recebe. O GMT afirma que participam 21 pessoas entre representantes da prefeitura, do Santuário de Santa Rita de Cássia,

representantes da Associação Comercial, Associação dos Feirantes, da Secretaria de agricultura, da EMATER, da Agência de Crédito, do Observatório Social e pessoas da sociedade civil. Ou seja, apresenta uma diversidade de atores, ou melhor, sujeitos envolvidos na tomada de decisões relativas ao setor. Porém, seria necessário um estudo mais específico para verificar o grau de envolvimento de cada um, pois apenas a presença em reuniões não significa que haja participação efetiva nas tomadas de decisões.

Como um instrumento de apoio às ações do COMTUR, pode-se criar, por meio de uma Lei Municipal, o Fundo Municipal de Turismo (FMT), que tem a possibilidade de dar maior agilidade e autonomia à gestão. Esses recursos podem ter origem pública e/ou privada, e ser obtidos por meio de tarifação de atrativos turísticos; taxa de uso dos equipamentos do turismo; *vouchers* de agências de turismo receptivo; dotações orçamentárias consignadas no orçamento do município; doações; créditos especiais; convênios etc. Sugere-se que o FMT seja criado depois que o COMTUR estiver consolidado, com engajamento dos participantes, após um ou dois anos da criação do conselho (BRASIL, 2018e). No Vale do Ivaí, apenas seis GMTs afirmaram que o município tem o FMT, e 16 disseram não ter.

Apesar de não ser considerado um instrumento de organização da atividade turística, mas que auxilia na promoção, foi perguntado se no *website* da prefeitura havia um link específico para o turismo. Dos 22 municípios do Vale, apenas sete afirmaram ter. Dos municípios que possuem maior expressividade em relação ao turismo, constatou-se que Apucarana não possui esse link. Lunardelli, por sua vez, apresenta seus principais atrativos turísticos e Faxinal apresenta as principais notícias de eventos realizados no município.

Em relação ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT), apenas o município de Faxinal possui um. Apucarana tinha até 2017, e com a transferência da Secretaria de Promoção Artística Cultural e Turística para o Cine Teatro Fênix, passou a fazer o atendimento no local, mas sem estrutura específica para isso. A Figura 27 mostra a fachada do CAT de Faxinal.

Figura 27 - Área externa do CAT de Faxinal



Fonte: Jhonis (2018).

Atualmente, esse tipo de espaço, conforme explica Mielke (2018b), é considerado obsoleto pela baixa procura, devido à vasta gama de disponibilidade de informações na internet, como em mídias sociais e blogs de viagem. Estes relatam experiências reais, adicionando dicas sobre possibilidades de experiências únicas e criativas, melhor explicadas do que em um guia impresso. Além disso, depoimentos, comentários e avaliações de usuários de equipamentos turísticos, como meios de hospedagens e restaurantes, em sites e aplicativos como o Booking e o TripAdvisor, trazem maior confiança ao turista. Para a prefeitura, manter um espaço desse tipo gera custos com manutenção, energia, água, confecção de materiais impressos, salário de funcionários etc. São recursos dispendiosos devido ao baixo retorno de resultados, principalmente se considerarmos municípios pequenos, pobres e sem atividade turística, como é o caso de grande parte dos municípios do Vale do Ivaí.

Ainda em relação à organização do turismo no município, perguntou-se sobre a existência de funcionários ou estagiários com formação em turismo e/ou geografia que auxiliam nos OOT. Foi identificada a presença de cinco profissionais formados em turismo em apenas três dos 22 municípios do Vale do Ivaí. Estagiário de turismo foi identificado somente um em Apucarana, onde se localiza o curso de turismo da UNESPAR. Apucarana tem duas turismólogas na sua Secretaria, sendo uma efetiva. Porém, por divergências políticas, uma foi transferida recentemente para a Autarquia

dos Serviços Funerários de Apucarana (ASERFA), área totalmente oposta à da sua formação e atuação. Tal situação expõe a fragilidade do sistema público a partir das relações pessoais comprometidas por interesses partidários, como nesse caso.

Marilândia do Sul também possui uma turismóloga efetiva, e Faxinal tem dois turismólogos temporários que atuam no CAT, sendo um deles secretário da AMUVITUR. Dos 22 municípios, somente Faxinal tem um turismólogo formado pelo curso de turismo da UNESPAR de Apucarana. Isso reflete que, pelo menos no setor público, não há absorção desses profissionais na região. Essa é uma situação controversa, pois vários GMTs afirmaram que é necessário alguém para tratar especificamente dos assuntos relacionados ao turismo, como a elaboração de projetos e estudos como o INVITUR. Não há geógrafo ou estagiário atuando nas pastas de turismo em nenhum dos municípios do Vale.

Um turismólogo é isento de qualquer pré-requisito de formação acadêmica ou atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, pois é livre o exercício da profissão em conformidade com a Lei n. 12.591 de 2012. Desse modo, qualquer profissional pode exercer as atividades ligadas ao turismo. Isso, ao longo do tempo, comprometeu a remuneração dos profissionais, que é considerada baixa pela não exigência de um profissional com curso superior em turismo. Consequentemente, gerou frustração nos formandos por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho.

O curso de turismo da UNESPAR de Apucarana é, hoje, o único curso superior da área na região do Vale do Ivaí. O município, em 2006, chegou a contar com dois cursos superiores e um de nível técnico. Esse curso é considerado um dos poucos que sobreviveram no Paraná após uma fase de expansão e retração desses cursos pelo país. Anastácio, Nakashima e Calvente (2013) apontam alguns motivos do fechamento dos cursos superiores de turismo. Segundo os autores, o turismo passou a ser uma área do ensino superior pelo seu reconhecimento, na década de 1970, como importante alternativa de desenvolvimento econômico para o país nos governos militares. Portanto, o turismo, como uma área da educação, traz marcas de uma área destinada à formação técnica, mas que no decorrer das últimas décadas não conseguiu se estruturar como atividade acadêmica e científica relevante.

O fechamento em massa dos cursos de turismo no Paraná ocorreu a partir de 2008 tanto em instituições públicas, mas principalmente nas privadas. Atualmente

não existe nenhum curso de turismo presencial em instituição privada no estado, sendo todos extintos, e no setor público restaram poucos. Um dos motivos principal é a falta de demanda, porque apesar dos inúmeros cursos criados, o mercado não reconheceu a profissão como sendo essencial para a sociedade, e faltam políticas públicas para regulamentação da profissão.

Atualmente, no Paraná, dos mais de 36 cursos superiores que iniciaram seu funcionamento, apenas seis estão ativos, e somente em universidades públicas. Os municípios que possuem o curso de turismo no Paraná são: Apucarana e Campo Mourão (UNESPAR), Curitiba (UFPR), Ponta Grossa (UEPG), Foz do Iguaçu (UNIOESTE) e Prudentópolis (UNICENTRO). Este último teve cancelada a oferta do curso para o vestibular 2019. A seguir, será analisado como os municípios do Vale do Ivaí planejam o turismo, de acordo com os dados coletados das entrevistas.

As perguntas do segundo bloco se referem ao planejamento do turismo nos municípios. A primeira questão interroga há quanto tempo os municípios realizam ações de planejamento ou discutem o tema turismo. Na maioria dos municípios (45,4%) o turismo é um tema recente nas prefeituras, sendo pensado há menos de cinco anos e em apenas cinco municípios. Isso implica dizer que em 22,7% as ações são pensadas há mais tempo, de 16 a 20 anos, como em Apucarana e Faxinal, por serem considerados turísticos. O Quadro 19 apresenta uma síntese das perguntas relacionadas ao planejamento municipal do turismo.

Quadro 19 – Planejamento do turismo no município

Ação	Sim	Não	Sem resposta
Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo	1	17	4
Inventário Turístico	4	18	-
Outros estudos, como análise da demanda	2	20	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O Sistema de Inventariação da Oferta Turística (INVITUR) é um relatório que consiste no levantamento, na identificação e no registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo. É entendido como base para o planejamento da atividade. Deve ser realizado pelos municípios, que na maioria das vezes não dispõem de um técnico para executá-lo, pois, além da inventariação é preciso elaborar um plano de turismo (BRASIL, 2006).

O INVITUR se apresenta muito mais enquanto relatório quantitativo e de pouca utilidade. O que seria recomendável é o que relatório apontasse somente as atividades de turismo priorizando seus aspectos qualitativos, pois não adianta, por exemplo, um município ter vários hotéis se estes não estão aptos a receber turistas por serem de baixa qualidade. Seria recomendável que esse estudo fosse inserido em plataforma de dados online para ser retroalimentado esporadicamente, pois o atual é impresso, o que o torna obsoleto em pouco tempo.

A dificuldade em elaborar o documento foi percebida durante as entrevistas com os GMTs do Vale do Ivaí, em que a maioria, ou seja, 18 deles (82%) não possuem o estudo, e somente quatro (18%) dizem ter, mas é preciso considerar algumas situações. Mauá da Serra, Lunardelli e Lianópolis têm o Inventário, porém está desatualizado. Ivaiporã não tem, mas solicitou ao curso de história da Universidade Estadual de Maringá (UEM) para que seja feito e está aguardando resposta. Rosário do Ivaí fez a solicitação para o curso de turismo da UNESPAR de Apucarana, mas segundo eles recebeu resposta negativa.

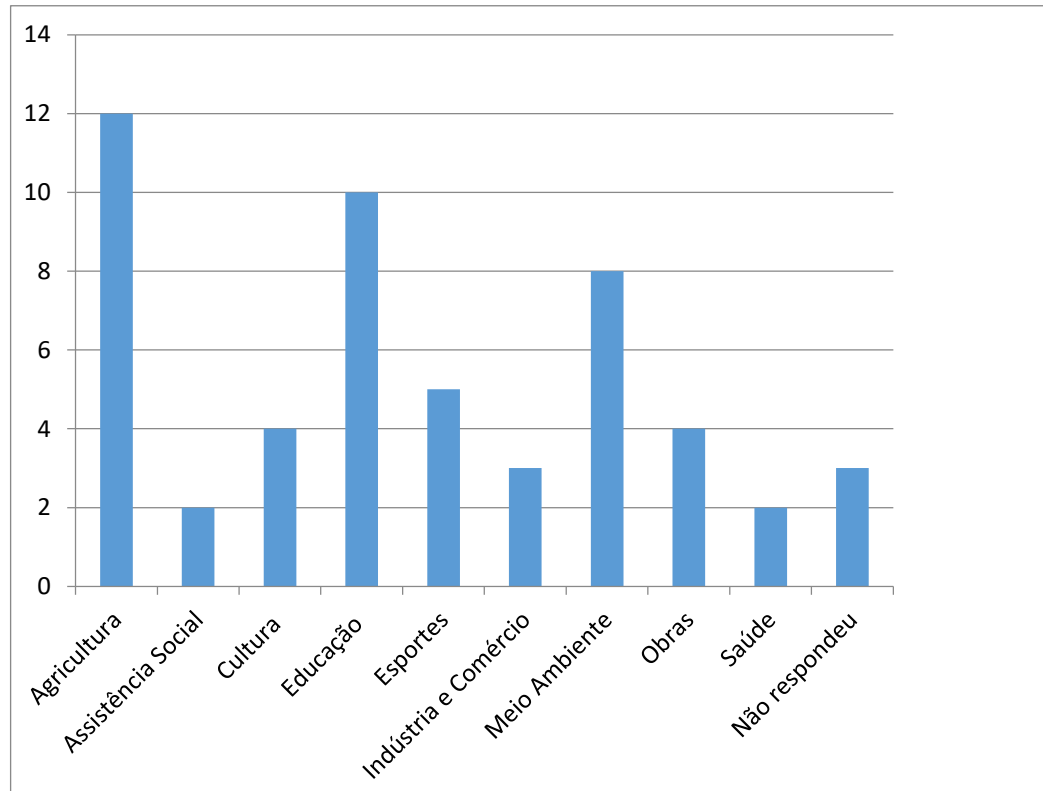
Faxinal disse que irá entrar em contato com a UNESPAR para que seja feito pelo curso de turismo, e Apucarana não tem inventário. Enquanto professora de curso de turismo da UNESPAR de Apucarana, vários GMTs solicitaram auxílio para elaboração desse e de outros tipos de estudos. Os GMTs de Cambira e São João do Ivaí, apesar de terem participado recentemente do curso sobre inventariação turística ofertado pelo curso de Turismo da UNESPAR, relataram não ter condições de fazê-lo. Consideram trabalhoso, já que exige tempo e recursos humanos, e acrescentam que o turismo não é entendido como prioridade pela gestão municipal atual.

Foi questionado se os municípios possuem outros tipos de estudos para auxiliar no planejamento do turismo. Apenas o município de Lunardelli está fazendo um levantamento simples da quantidade de visitantes do Santuário de Santa Rita de Cássia. Esse estudo é feito pelo próprio Secretário de Turismo, com auxílio de dados fornecidos pelo Santuário. Este expressou a necessidade de auxílio de alguma instituição, por meio do curso de turismo, por exemplo, para realizar estudos mais elaborados de Demanda Turística, que busca explicar o comportamento do turista antes, durante e depois da viagem. Isso será feito por meio de um projeto de pesquisa a ser iniciado em fevereiro de 2019 por essa pesquisadora.

5.2 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VIA POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA VISÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO

As perguntas do terceiro bloco foram elaboradas para entender como os GMTs pensam a política de regionalização do turismo no Vale do Ivaí como vetor de desenvolvimento regional. É importante considerar que poucos municípios do Vale do Ivaí são considerados turísticos - apenas Apucarana, Faxinal e Lunardelli, mas com ressalvas. Por isso, quando os GMTs citam ações de turismo, podem estar se referido apenas a atividades de lazer, como a execução das caminhadas na natureza, eventos esportivos, como corridas, motociclismo, festas religiosas, festas de aniversário dos municípios, entre outros. A primeira questão tem por objetivo verificar se o setor de turismo trabalha em parceria com outras áreas. Essa foi uma pergunta aberta em que mais de uma área pode ser citada, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Áreas que atuam em parceria com o turismo nos municípios do Vale do Ivaí



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

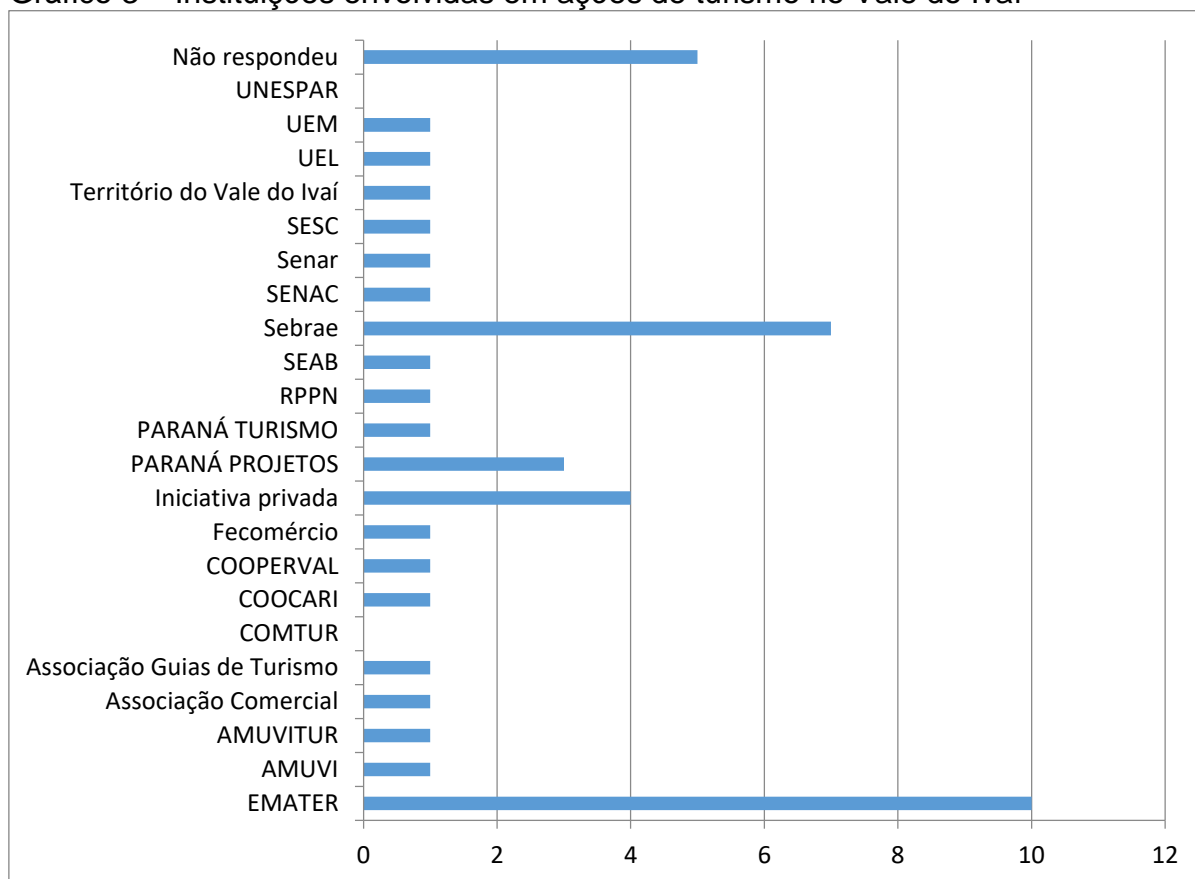
A área mais citada na atuação conjunta com o turismo nos municípios é a agricultura. Isso pode ser explicado pelo fato de os municípios serem essencialmente agrícolas, com exceção de Apucarana, Jandaia do Sul e Ivaiporã, que desenvolvem outras áreas, como a indústria e o comércio. Desse modo, muitas atividades de lazer estão ligadas ao lazer rural, como as caminhadas na natureza, feiras da produção da agricultura familiar e festas do município com temas da produção local. Por exemplo, a festa do milho em Mauá da Serra, a do frango e banana em Novo Itacolomi, e o festival do café do distrito de Jacutinga em Ivaiporã, entre outras.

Em segundo lugar, aparece a área da educação. Apucarana, por exemplo, tem um projeto da Secretaria de Turismo que leva alunos de escolas públicas municipais a conhecer os atrativos turísticos da região, como parques e museus. Em outros municípios, não foi especificado em que exatamente essa e outras áreas como, o meio ambiente, esporte, cultura e obras contribuem com o turismo.

Uma das perguntas desse último bloco teve como objetivo verificar quais as instituições que mais atuam no planejamento e na execução das atividades ligadas ao turismo. Essa pergunta, por ser aberta, permitiu que os entrevistados citassem mais de uma, conforme mostra o Gráfico 3. A instituição mais citada foi a EMATER, pois é a responsável pelas Caminhadas na Natureza e outros eventos, como feira de produtos rurais, festas agrícolas, entre outros. Até início de 2018, antes de se aposentar, a coordenadora estadual do projeto de turismo rural da EMATER, Ivaldete Zarpellon, atuava com intensidade na região. Foi responsável pela implantação do projeto Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí, que se mantém até hoje e é considerado referência de sucesso no Paraná. Além disso, realizava assistência técnica aos produtores rurais, proporcionando eventos como o de turismo rural, realizado em Apucarana em 2017.

A segunda instituição mais citada foi o Sebrae, pois promove alguns projetos como o “Cama e café”, em Lunardelli. Cama e café é a oferta de hospedagem em residência com no máximo três Unidades Habitacionais para uso turístico com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o proprietário reside (BRASIL, 2018f). Essa pode ser uma alternativa para localidades que não possuem boa infraestrutura de hospedagem, como é o caso dos municípios do Vale do Ivaí.

Gráfico 3 – Instituições envolvidas em ações de turismo no Vale do Ivaí



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Algumas instituições foram criadas especificamente para promover o desenvolvimento no Vale, como o Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí. Outras promovem o desenvolvimento em projetos, como a EMATER e o SEBRAE, por exemplo. As instituições que atuam no Vale foram explicadas em capítulo específico. Porém, durante as entrevistas alguns GMTs se manifestaram insatisfeitos com esse excesso de instituições que atuam no Vale, conforme o excerto de relato a seguir:

[...] [E]stá tendo muito comitê [de] desenvolvimento do Vale do Ivaí, a AMUVITUR, Território. Eu já estou na AMUVITUR, no Comitê do Território, é tudo a mesma coisa e não chega a lugar nenhum. Então eu acho que deveria haver uma integração desses grupos [...] O território falou da questão do circuito das frutas e a AMUVITUR agora está mais no turismo de aventura. Cada um puxa para um lado e os municípios não conseguem chegar a lugar nenhum. Então vai desanimando, a própria prefeitura vai desanimando, porque vai à reunião e não tem ação (GMT de Cambira, 21 set. 2018).

[...] Às vezes incomoda um pouquinho é que você tem um grupo Comitê de desenvolvimento, tem a AMUVITUR, a AMUVI, né. [...] Eu participo do Comitê de desenvolvimento que é do SEBRAE de Ivaiporã e não é o mesmo aqui de Apucarana (GMT de Kaloré, 21 set. 2018).

[...] O projeto com a Paraná Projetos é da AMUVI, mas nós fizemos a solicitação através da AMUVITUR para podermos trabalhar. O Vale da Aventura é um projeto da AMUVITUR também junto com a Paraná Turismo. O Vale da Aventura é da AMUVITUR com a Paraná Turismo e o Circuito das Frutas é da AMUVI junto com a AMUVITUR e Paraná Projetos. No final a gente se entende (GMT de Rosário do Ivaí, 30 jul. 2018).

Dallabrida (2017) faz um alerta sobre as práticas viciadas de participação da sociedade nesses fóruns, pois apesar de terem por objetivo a participação da sociedade em geral, nem sempre produzem maior democratização da administração pública ou maior participação dos cidadãos. Como verificado a partir dos relatos, geralmente são os mesmos representantes municipais que participam das reuniões em diferentes fóruns, em que geralmente são tratados assuntos parecidos, sem que haja uma integração entre eles. O papel dessas instituições deve estar pautado no conceito de governança territorial, que

[...] refere-se aos processos de articulação de atores sociais, econômicos e institucionais em redes de poder socioterritorial, com vistas ao planejamento, tomada de decisão e gestão dos assuntos públicos, como um modo de organização da ação coletiva e estruturação de alianças orientadas em direção a um objetivo comum e capaz de integrar os diferentes interesses de grupos situados territorialmente (DALLABRIDA, 2017, p. 155).

A Paraná Projetos foi uma das instituições mais citadas pelo fato de seus representantes terem visitado, em 2018, todos os municípios da região para levantamento de dados sobre as potencialidades das propriedades rurais, envolvendo o turismo. As ações que desenvolveram foi um curso sobre hospitalidade para produtores rurais da região em parceria com o curso de turismo da UNESPAR e algumas oficinas/reuniões para levantamento de dados.

Apesar da UNESPAR ter o único curso de turismo da região, não foi citada por nenhum GMT como instituição parceira. Tal situação precisa ser revista, pois, como demonstrado na pesquisa a campo, existe uma expressiva demanda de estudos turísticos e profissionais técnicos na área. Alguns gestores demonstraram frustração diante das negativas ao solicitarem parcerias, como exemplificado.

[...] Fui na FECEA [hoje UNESPAR] conversar com o curso de turismo. Cheguei lá, falei com a coordenadora, conversamos, marcamos uma reunião, ela disse: mas eu acho que não adianta porque nós não temos condições e isso e aquilo, reclamou. Daí eu falei, vamos deixar (GMT de Lunardelli, 1º ago. 2018).

[Pergunta: O município possui Inventário Turístico?]

[...] eu estava conversando com a coordenadora do curso [de turismo da UNESPAR], estava falando com ela sobre isso, mas ela falou para o ano que vem, porque esse ano está complicado por ter poucos alunos (GMT, Rosário do Ivaí, 30 jul. 2018).

Além disso, foi constatado que praticamente não existem estudos científicos publicados sobre o turismo na região, embora se espere a contribuição de uma instituição pública de ensino para o desenvolvimento regional, nesse caso, do Vale do Ivaí. Essa contribuição deve acontecer pela realização de ações de pesquisa, ensino e extensão. Lopes (2000, p. 20) aponta três aspectos sobre o impacto da universidade pública na região:

[...] “formação de capital humano”; “pesquisas” – que propiciam a expansão do “estoque de conhecimento da sociedade”, “o progresso técnico e o surgimento de novas empresas” (quesito inovação regional); e “dinamização da economia dos municípios” por meio da movimentação de recursos financeiros relacionados ao funcionamento das universidades e pela quantidade de empregos diretos e indiretos gerados.

Hoff, Pereira e Paula (2017) entendem que a universidade pública é importante para impulsionar o desenvolvimento regional por meio de seus impactos diretos, vinculados à dinâmica econômica da região, à difusão e construção do conhecimento e às mudanças socioculturais. Sua relevância é acentuada quando estudos empíricos indicam que regiões menos desenvolvidas se beneficiam em maior proporção das interações com universidades do que regiões mais desenvolvidas economicamente. Isso requer, da universidade, interação com a região em que está inserida por meio de seus diversos agentes sociais. Essa interação é possibilitada quando percebe-se que a universidade se encontra mais próxima do governo e do mercado, assumindo maior responsabilidade diante das necessidades nacionais e regionais.

Uma das perguntas foi pensada no sentido de saber a categoria do Mapa do Turismo à qual o município pertence, se o GMT concorda que o município esteja nessa categoria e o que isso representa em relação aos projetos na área. Alguns

GMTs não souberam responder a categoria do município no Mapa no momento da entrevista. O Quadro 20 apresenta a classificação dos 26 municípios turísticos do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro.

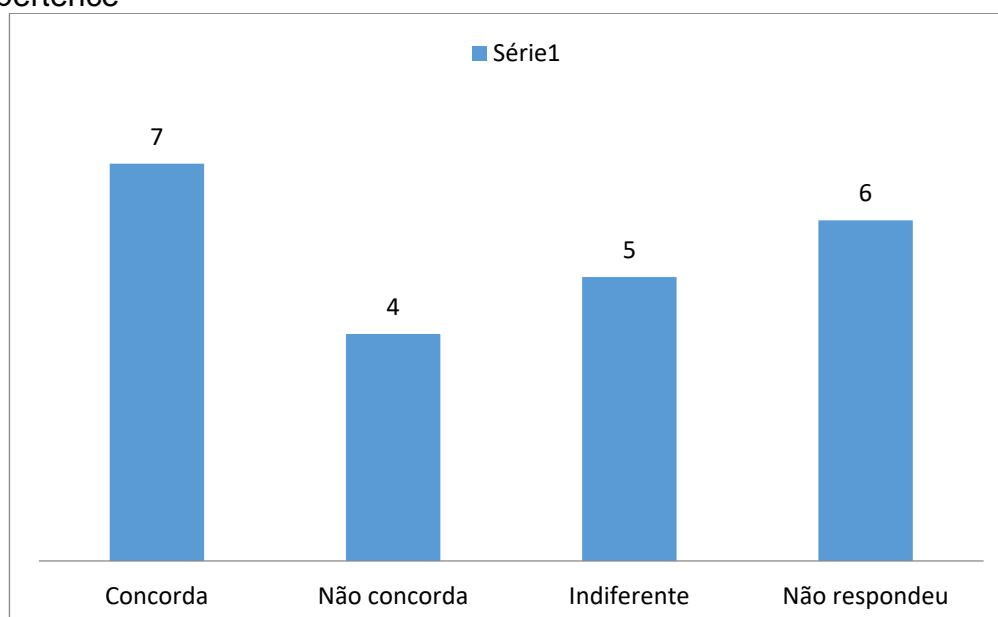
Quadro 20 – Categorização dos municípios turísticos do Vale do Ivaí no Mapa do Turismo Brasileiro

Categoria	Quantidade	Municípios
A	0	Não possui.
B	0	Não possui.
C	2	Apucarana e Faxinal.
D	13	Borrazópolis, Califórnia, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Marumbi, Mauá da Serra, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.
E	11	Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Cambira, Cruzmaltina, Godoy Moreira, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul e Novo Itacolomi.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018f).

Esse levantamento se refere aos municípios do Vale do Ivaí, portanto, inclui Rio Branco do Ivaí. Para entender se os GMTs concordam ou não com a classificação da categoria à qual pertencem no Mapa do Turismo Brasileiro, foi elaborado o Gráfico 4, que apresenta uma síntese das respostas.

Gráfico 4 – Opinião dos GMTs sobre a categoria à qual o município pertence



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A maioria dos GMTs (32%) diz concordar com a categoria na qual o município se classifica no Mapa do Turismo, e 18% diz não concordar. Os relatos a seguir apresentam algumas justificativas:

[Pergunta: Concorda com a categoria do Mapa? O que isso representa para o município?]

[...] a categoria [E] é ruim para nós, mas foi por falta de atenção, pois não nos atentamos sobre os critérios [...] não teríamos que estar nessa categoria [...] nós temos limitações por causa da hospedagem [...] precisamos de investimentos do MTur e esse categoria para nós está sendo um problema. Às vezes a gente consegue recurso sim, mas via emenda e não pelo ministério (GMT de Marilândia do Sul, 20 set. 2018).

[...] em minha opinião eu acho essa categorização injusta com os municípios [...] eu acho que é bom para o município que não faz nada [...] o hotel (da cidade) é muito pobre [...] é bom e justo nunca (GMT de São Pedro do Ivaí, 01 out. 2018).

[...] Pra mim é ruim [...] eu gostaria de estar numa categoria mais elevada [...] porque o turista vai olhar a categoria do município e se ver que a categoria é tão baixa vai dizer que não tem nada de interessante [...] (GMT de Grandes Rios, 30 jul. 2018).

[...] pelo critério do MTur nós concordamos sim [...] mas para nós teria que rever essa questão [...] fluxo a gente tem, só que restaurante e dormitório a gente não tem [...] é negativo [...] nunca chega recurso para quem está por último (GMT de Lunardelli, 01 ago. 2018).

[...] é justo porque o município ainda não tem estrutura [...] mas nós sabemos que nessa classificação não vem recurso para nada (GMT de Jardim Alegre, 01 ago. 2018).

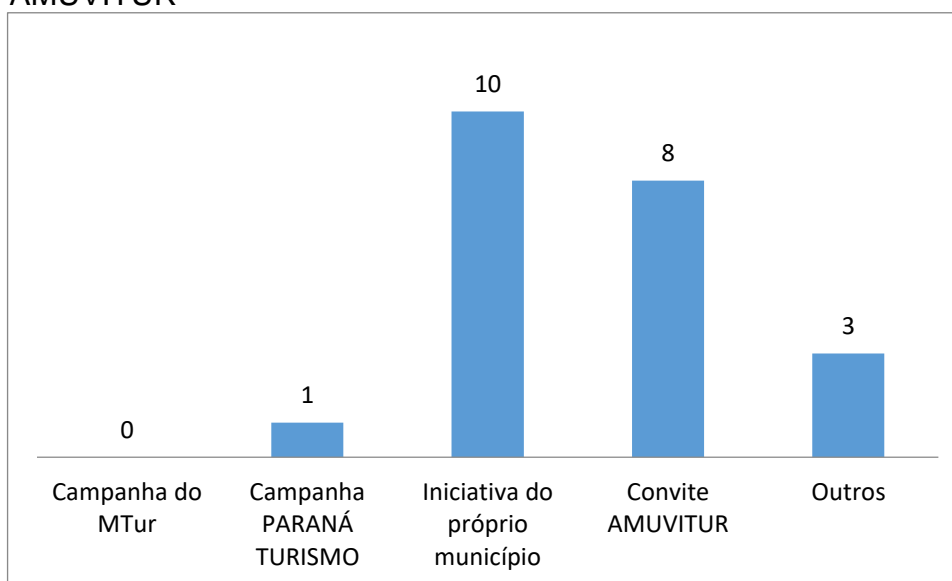
Os dois municípios da categoria C, Apucarana e Faxinal têm opiniões diferentes sobre os resultados da categorização para o planejamento da atividade no município. A GMT de Apucarana disse que estar nessa categoria é irrelevante para o município, pois até agora não houve benefícios. Já o GMT de Faxinal diz concordar, mas tem a pretensão de subir no próximo ano. O município nessa última atualização do mapa de 2017 estava na categoria D e conseguiu mudar para a C, pois segundo ele, a categoria significa maior acesso a recursos financeiros destinados principalmente às categorias A, B e C.

Teoricamente a categorização não foi criada para ser um índice de competição entre os municípios e nem como demérito para aqueles que estão em categorias consideradas inferiores, como a E. Um dos criadores dessa metodologia, Wilken Souto, alerta que é preciso estar atento às interpretações equivocadas e errôneas sobre a categorização, pois segundo ele,

[...] um município, por exemplo, que foi classificado como D, e outro como E, o que foi classificado com E (sic), não deve se sentir prejudicado [...]. Não é isso que o Ministério do Turismo quer. O que o Ministério quer é tratar de forma diferenciada o município D, o município E, entendendo as necessidades deles e atendendo a essas necessidades em relação à política e a recursos. Este é o desafio que o interlocutor tem. É levar essa reflexão para dentro das regiões turísticas (SOUTO, 2015).

Esse é um instrumento que serve para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro. Porém, conforme os relatos acima, alguns gestores se sentiram prejudicados, como no caso de Lunardelli, pois o município atualmente é o que mais recebe fluxos de visitantes na região do Vale do Ivaí, porém, classificado na categoria E, o que impõe limitações no pleito de recursos financeiros. Por outro lado, a GMT de São Pedro considera injusta essa classificação ao comparar os dois municípios, pois seu município se encontra na categoria D somente por ter um hotel cadastrado, porém em precárias condições. Isso demonstra fragilidade dos dados considerados para a classificação dos municípios, já que algumas situações da realidade local não são consideradas, gerando distorções na execução do PRT. Para entender o que levou o município a participar da AMUVITUR, foi elaborada uma questão fechada, como mostra o Gráfico 5.

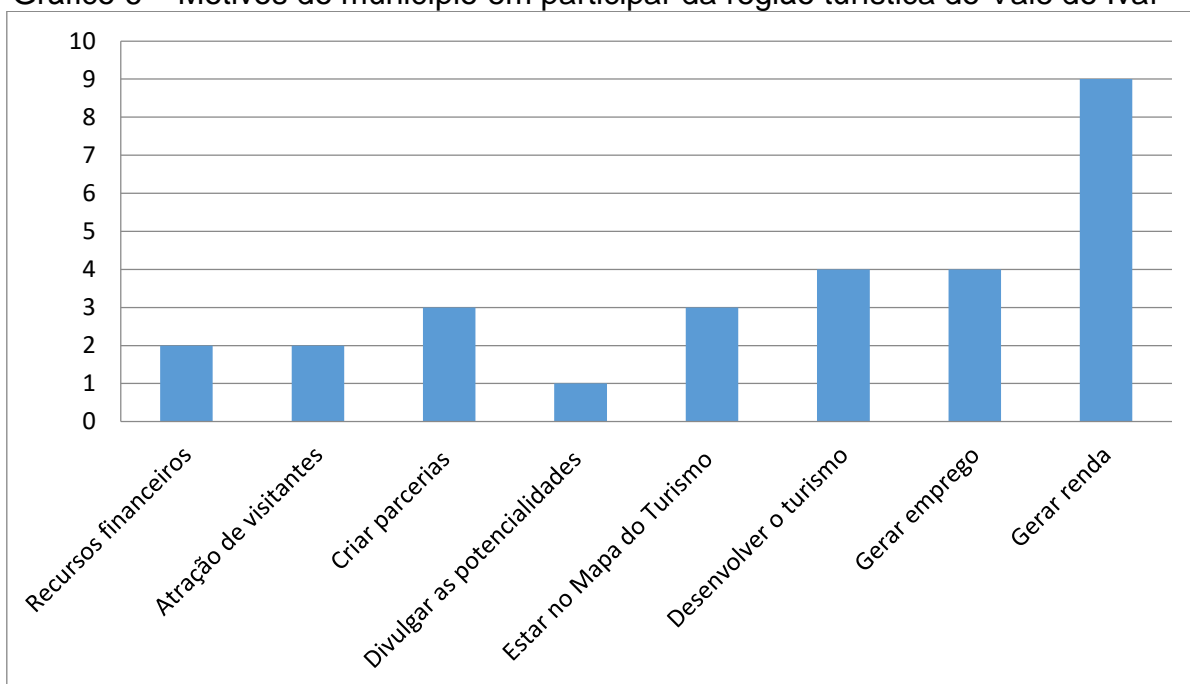
Gráfico 5 – Motivos que levaram o município a participar da AMUVITUR



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Verifica-se que a maioria, ou seja, 10 municípios (45%) tornaram-se associados por iniciativa própria, seguidos de oito por convite da AMUVITUR (36%). Destes que afirmaram terem ingressado por iniciativa própria, explicaram que por fazer parte da Câmara Temática de Turismo do Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí, esse ingresso foi uma continuidade ao que se vinha trabalhando. Somente um afirmou ter ingressado por convite da Paraná Turismo e nenhum por incentivo do MTur. Quanto ao convite feito pela AMUVITUR, este ocorreu após um trabalho mais incisivo de orientação por uma secretária da IGR na gestão anterior a essa. Os GMTs foram questionados a citar e explicar o(s) motivo(s) que despertaram o interesse do município em participar da região turística do Vale do Ivaí, e as respostas foram sistematizadas no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Motivos do município em participar da região turística do Vale do Ivaí



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como esta foi uma pergunta aberta, apareceram diversos motivos, e o mais citado foi o interesse em gerar renda, seguido da geração de emprego. Também foi citado o fato de poderem desenvolver o turismo de alguma maneira, de estar no mapa e criar parcerias. Estar no mapa foi associado à facilidade na obtenção de recursos financeiros. A facilitação para obtenção de recursos não foi o motivo mais citado, mas este se dá pela necessidade de fazer parte do Mapa do Turismo, pois a

dependem da categoria, podem pleitear recursos por meio de projetos. A atração de visitantes e a divulgação das potencialidades foram as menos citadas.

[Pergunta: Qual o interesse do município em participar da região turística do Vale do Ivaí?]

[...] Esse interesse vem do governo. Ele trabalhou isso em que todos os municípios se quiserem trabalhar (sic), vai ser via regionalização. Hoje você não pode ficar fora, é uma necessidade, ou você está dentro disso ou você não se encaixa dentro do projeto do governo (regionalização) (GMT de Lunardelli, 01 ago. 2018).

[...] Para desenvolver o nosso município porque a gente tinha certeza que a parte de turismo rural seria desenvolvida nessa parte de agroindústria [...] (GMT de Rosário do Ivaí, 11 set. 2018).

[...] Tentar estimular a geração de renda e emprego, a ideia nossa é tentar fazer o circuito das frutas gerar renda [...] (GMT de Cambira, 21 set. 2018).

[...] É que pra gente é bom fazer parte do mapa [...] de repente é mais fácil para o prefeito conseguir recurso financeiro (GMT de Arapuã, 15 ago. 2018).

[...] A intenção é agregar, fortalecer mais a AMUVITUR (GMT de Mauá da Serra, 11 set. 2018).

[...] Marilândia é uma cidade agrícola, nós queremos gerar mais oportunidade, mais renda complementar para as pessoas [...] porque o município tem condição de expandir os pontos (turísticos) gerando emprego e a economia da cidade (GMT de Marilândia, 20 set. 2018).

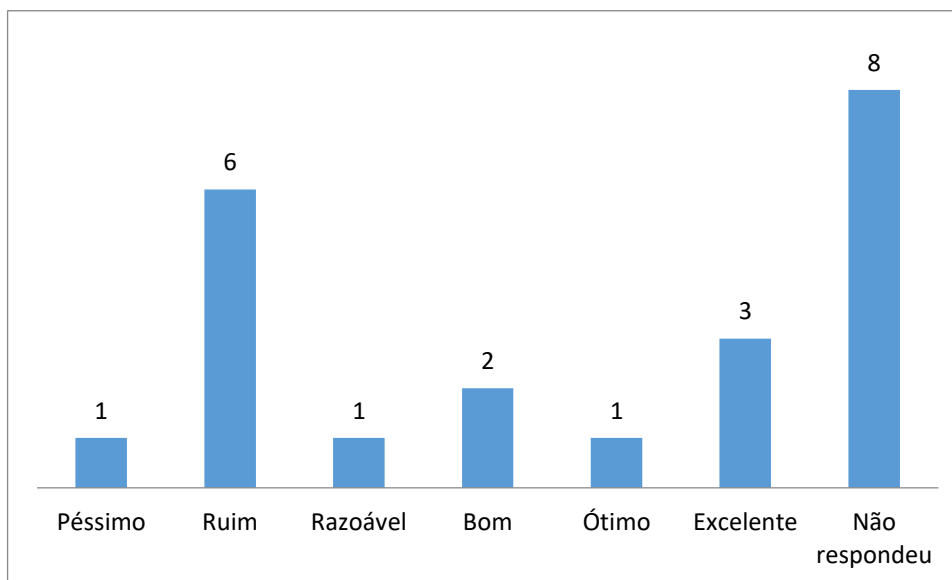
[...] É importante para atrair recurso para o município. Hoje se for pensar essa questão de renda não só para ajudar o município, mas gerar qualidade de vida (GMT Rio Branco do Ivaí, 30 jul. 2018).

[...] Nós temos todo o interesse que o Vale do Ivaí se desenvolva porque não adianta só Faxinal se desenvolver. Se as cidades vizinhas se desenvolverem fica mais forte (GMT de Faxinal, 30 jul. 2018).

Os GMTs compreendem a necessidade de integração entre os municípios e as instituições para que a atividade se desenvolva na região, porém a falta dela foi apontada como uma das principais dificuldades que impõem limites ao planejamento da atividade no Vale do Ivaí e para o desenvolvimento de forma geral. Na prática, apesar dos objetivos serem parecidos, as ações são pensadas e executadas de forma isolada. Isso ocorre pela falta de articulação entre os responsáveis dessas instituições e atrito entre os gestores municipais que se opõem por questões partidárias, entre outros problemas ligados à relação de poder local. Inclusive dentro de algumas instituições percebe-se subdivisões por esses motivos elencados. Foi solicitado que o GMT descrevesse sua participação na AMUVITUR e apesar de ser

uma resposta aberta, optou-se por sistematizar as justificativas por meio do Gráfico 7.

Gráfico 7 – Participação do município na AMUVITUR



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A maioria classificou a participação do município na AMUVITUR como ruim, principalmente aqueles municípios que se encontram localizados longe da atual sede da diretoria que atualmente fica em Faxinal. Observou-se que dos 22 GMTs entrevistados, aproximadamente 12 são os mais presentes nas reuniões, conforme relatos a seguir. Percebe-se que a participação dos GMTs foi mais ativa logo após a criação da IGR, mas a troca de gestores no início do ano de 2018 acabou desmotivando a participação de alguns. Segundo os gestores, isso ocorreu pela transferência da sede de Apucarana para Faxinal, o que para alguns fez com que somente municípios próximos a ele fossem beneficiados principalmente em ações promocionais de divulgação.

Outro motivo se deve ao baixo perfil de liderança do atual presidente, que durante o ano realizou poucas ações, até mesmo no número de reuniões, que durante esse ano foram apenas duas. Essa baixa pró-atividade foi uma reclamação dos entrevistados. Observou-se que os que descreveram a participação como ótima e excelente foram aqueles que pertencem ao Vale da Aventura, como Grandes Rios, Faxinal, Rosário do Ivaí, Mauá da Serra, municípios próximos a Faxinal e sede da

AMUVITUR. A exceção é Lunardelli, pois o GMT entende a atividade turística como essencial para o município pelo grande fluxo de visitantes que recebe.

[Pergunta: Como descreve a participação do município na AMUVITUR?]

[...] Eu procuro ser bem presente, por quê? [...] O interesse que nós temos no turismo é maior do que o de outros municípios. Sabemos o quanto isso impacta nossa economia (GMT de Lunardelli, 01 ago. 2018).

[...] Faxinal está 100% com a AMUVITUR (GMT de Faxinal, 30 jul. 2018).

[...] O município mais ativo de participação, de diálogo, de intermediar situações, é tudo a gente. [...] Nossa participação é muita ativa (GMT de Rosário do Ivaí, 30 jul. 2018).

[...] Está branda, bem devagar. A AMUVITUR passou por muitas complicações internas. [...] Para mim a dificuldade é que ficou muito longe, agora que está em Faxinal. Aí tem que ir lá, às vezes você vai, discute e não resolve nada [...] (GMT de Cambira, 21 set. 2018).

[...] Olha, eu participei muito. A gente tentou fazer um planejamento para a AMUVITUR [...] só que chegou a um determinado ponto que eu fui me desmotivando. Hoje a AMUVITUR não está legal, os municípios não conseguem pagá-la. Ela não tem utilidade pública, não tem um monte de coisas, ela não está funcionando. E todas as reuniões que a gente ia, batia no mesmo ponto, não tem dinheiro. E você sai do seu município, com um monte de coisas para fazer e chega lá, é o mesmo do mesmo. Tinha algumas pessoas que queriam andar (GMT de São Pedro do Ivaí, 1º out. 2018).

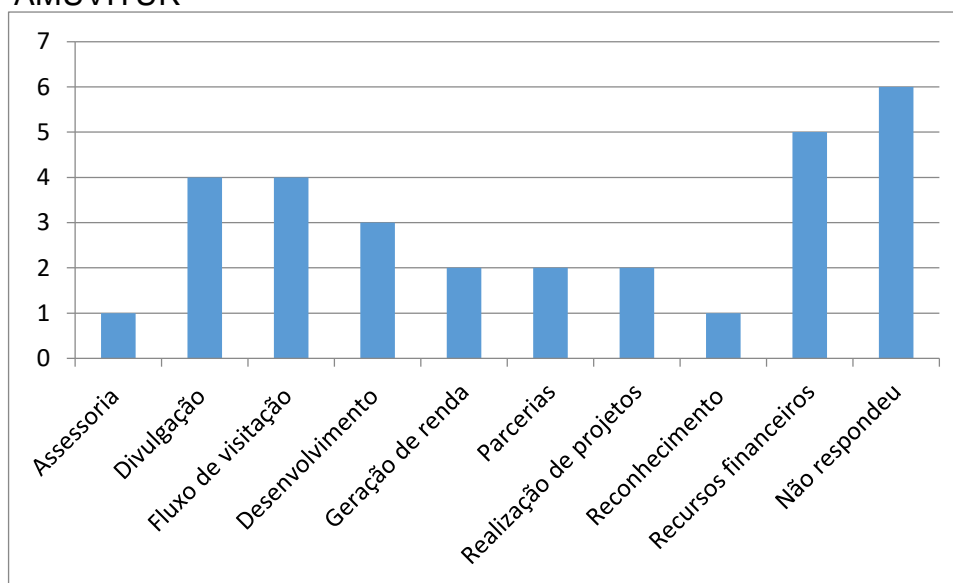
Para que uma instituição como a AMUVITUR, que é uma Associação de Municípios, possa receber recursos financeiros, foi sugerido pela Paraná Turismo que essa solicite Utilidade Pública a ser aprovado pelas câmaras municipais de cada município. A Lei n. 13.204/2015 regulamenta as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. A concessão do título de Utilidade Pública a entidades, fundações ou associações civis significa o reconhecimento do poder público de que essas instituições, em consonância com o seu objetivo social, são sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à coletividade (BRASIL, 2015d).

Portanto, é por meio desse documento que as organizações podem se inscrever em editais e estarão aptas a obter recursos públicos. Para isso é necessário apresentar alguns documentos e passar pela câmara legislativa de cada município. A maioria dos GMTs se mostrou favorável ao pagamento de uma contribuição em dinheiro por parte dos municípios que fazem parte da região turística. Mas até o momento a AMUVITUR não demonstrou empenho para que isso se torne uma ação concreta. Esse valor seria destinado ao desenvolvimento de

projetos, como promoção e divulgação dos atrativos da região, em trabalhos de assessoria e cursos de treinamento, elaboração de estudos e para cobrir custos com infraestrutura e funcionários da IGR.

Os GMTs responderam quais os principais resultados os municípios pretendiam alcançar associando-se a AMUVITUR. As respostas para uma pergunta aberta foram sintetizadas no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Resultados para o município como associado da AMUVITUR



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Como resultados ao ingressar na AMUVITUR, os GMTs citaram principalmente a possibilidade de conseguir receber recursos financeiros. Alegaram que com a atual crise política e financeira no país, apelar para a pasta do turismo é uma possibilidade para sua obtenção. Um dos motivos do interesse com a questão financeira se deu após a propagação da notícia da tentativa frustrada de um dos prefeitos que faz parte da AMUVI em solicitar diretamente esses recursos via Mtur. Após receber negativa, foi orientado sobre a necessidade de cumprir as exigências de pertencer ao mapa do turismo, como a de associar-se a uma IGR, conforme consta nos relatos:

O prefeito esteve em Brasília visitando o MTur querendo trabalhar a questão do turismo e seguimos todas as indicações (GMT de Rosário do Ivaí, 20 jul. 2018).

[...] ter mais facilidade na questão dos recursos (financeiros) [...] Pensando em parcerias e grande arrecadação de recursos (GMT de Borrazópolis, 22 set. 2018).

Outro resultado que despertou o interesse dos municípios, segundo os GMTs, ao se associarem à AMUVITUR, foi a possibilidade de uma assessoria técnica para elaboração de projetos por parte da IGR. Como consequência, isso traria maior divulgação dos atrativos e potencialidades de turismo de cada município, propiciando desenvolvimento da atividade e conseqüentemente geração de emprego e renda para a população da região:

[Pergunta: Que resultados os municípios espera como associado da AMUVITUR?]

[...] organização da AMUVITUR para que a gente pudesse ter coisas efetivas, um plano de ação bem coordenado (GMT de Lunardelli, 1º ago. 2018).

[...] essa parceria que eles estão trabalhando com a gente, treinamento, instrução nessa questão de legislação [...] Eles trazem as informações e os projetos pra nós (GMT de Marumbi, 21 set. 2018).

[...] colaboração para que gere um retorno em relação a fluxo de visitação, divulgação (GMT de Apucarana, 31 jul. 2018).

[...] a realização dos nossos projetos. Tudo passa pela AMUVITUR [...] porque precisa da chancela da AMUVITUR (GMT de Rosário do Ivaí, 20 jul. 2018).

A próxima questão teve como objetivo verificar a participação dos municípios em projetos elaborados pela AMUVITUR, porém no decorrer das entrevistas foi verificado que a instituição não elaborou projetos de turismo nesses três anos de criação. As ações focaram ações de divulgação em eventos de turismo, com a elaboração de alguns materiais impressos e digitais divulgados em redes sociais.

Quanto a participação dos municípios do Vale em projetos ou ações da AMUVITUR, apenas 32% dos GMTs afirmaram que o município participa de projetos/ ações da AMUVITUR, enquanto 45% disseram que não participam e 23% não responderam. Isso é contraditório, pois se a entidade não elabora projetos como os GMTs podem afirmar que participam das ações? Isso ocorre porque dos que responderam sim, citaram apenas a rota do cicloturismo do Vale da Aventura. Mas vale ressaltar que esse projeto é de iniciativa de apenas cinco municípios da região e idealizado por um empresário local. A fim de entender como os GMTs descrevem

e entendem o papel da AMUVITUR para o desenvolvimento do Vale do Ivaí, verificou-se que 32% afirmam que o papel da IGR é importante, e 23% não responderam.

A maioria dos entrevistados (45%), apesar de entenderem a importância da instituição para o desenvolvimento do Vale do Ivaí, disseram que pelo fato da IGR ter sido criada a pouco tempo, é difícil visualizar seus impactos sociais e econômicos no território. Além disso, foi constatado que atualmente a instituição vem enfrentando algumas dificuldades de gestão como desarticulação dos atores envolvidos e poucas realizações de ações. Alguns depoimentos expõem a opinião dos entrevistados, sendo consideradas negativas e positivas quanto à contribuição da IGR para o desenvolvimento do Vale do Ivaí:

[Pergunta: Como descreveria a participação da AMUVITUR no desenvolvimento do Vale do Ivaí?]

[...] Está engatinhando, não tem ação concreta. Não vejo uma ação. Eu vejo uma ação de uma instituição para organização de documentos (GMT de Lunardelli, 1º ago. 2018).

[...] no turismo, nada. Por enquanto, ainda não, mas eu acho que vai contribuir (GMT de Apucarana, 31 jul. 2018).

[...] é unir os municípios, fazer com que o turismo cresça na região [...] (GMT Cruzmaltina, 15 ago. 2018).

[...] Graças a AMUVITUR, hoje que é visto como uma região com potencial turístico (IVAIPORÃ, 01 ago. 2018).

[...] Estão trabalhando firme, estão focados, atuante. Estão trazendo [...] cursos para trazer mais informações para aprimorar o município (GMT de Marilândia do Sul, 20 set. 2018).

[...] eu acredito que é uma ferramenta com grande potencial porque é uma Associação, mas tem que ter um plano (GMT de Jardim Alegre, 1º ago. 2018).

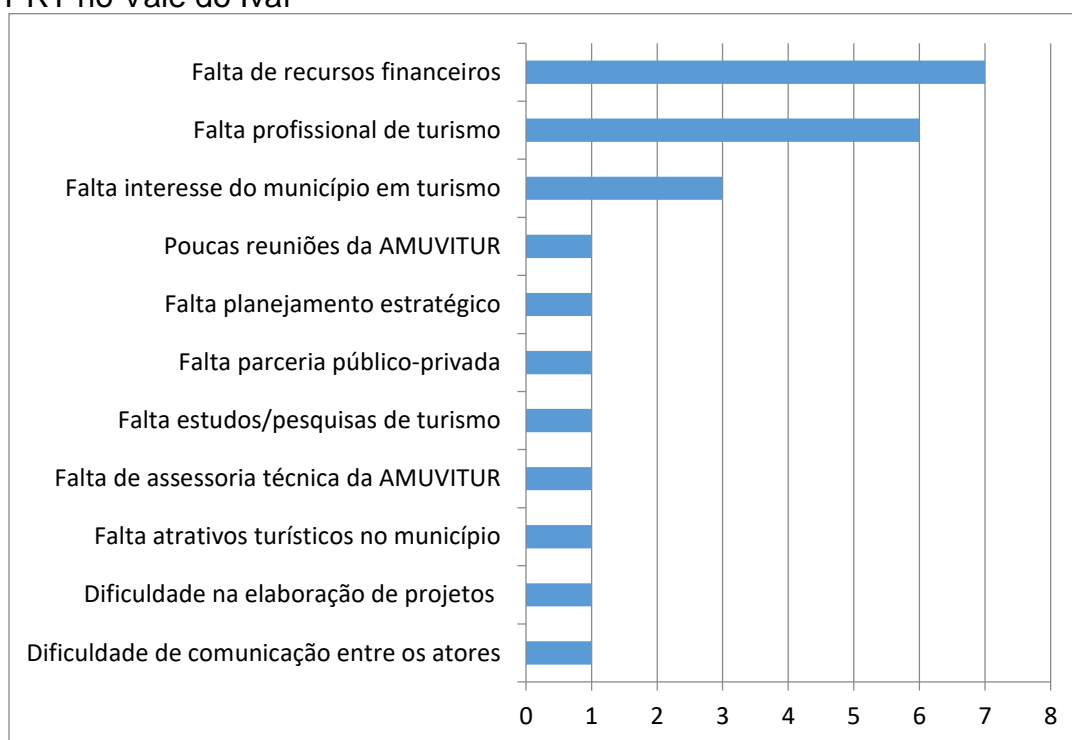
[...] O Vale está um pouco esquecido nos seus potenciais e a AMUVITUR veio para dar uma despertada [...] Essa região nossa é toda agrícola, se você falar em turismo, ninguém olha com bons olhos, não dá dinheiro. O que dá dinheiro é soja, milho e trigo (GMT de São João do Ivaí, 1º out. 2018).

Questionados se o município possui parceria em projetos de turismo com municípios que não fazem parte da AMUVITUR, somente dois GMTs afirmaram ter. Rio Branco do Ivaí, que pertence à região turística Entre Matas, Morros e Rios, não especificou qual a ação e qual o município. Mauá da Serra tem parceria com

municípios próximos como Tamarana e Ortigueira. Ortigueira tem um atrativo turístico em comum, o mirante Pedra Branca em uma montanha rochosa limite entre Mauá e Ortigueira. Por essa proximidade com os municípios da região, Ortigueira foi convidado a ser um associado da AMUVITUR, mas a mudança não foi confirmada por nenhum entrevistado.

Sobre as dificuldades para implementar projetos no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo no Vale do Ivaí, os GMTs puderam responder abertamente à pergunta para poder argumentar. As principais dificuldades foram sistematizadas no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Dificuldades para desenvolver projetos de turismo no âmbito do PRT no Vale do Ivaí



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A falta de recursos financeiros foi a dificuldade mais apontada pelos GMTs. No caso da AMUVITUR, entendem que as prefeituras dos municípios que são associados à IGR deveriam fazer uma contribuição mensal de um determinado valor. Isso para que se possa manter a instituição com uma infraestrutura mínima com sede, equipamentos e recursos humanos. Esta seria responsável pela assessoria aos municípios para inserção no Mapa do Turismo, elaboração de

projetos, cursos de treinamentos etc. O Mapa do Turismo impõe algumas restrições para captação de recursos financeiros a depender da categoria em que o município se encontra, como já discutido em capítulo específico.

A esclarecer, muitos municípios utilizam os recursos financeiros do MTur em obras que estão mais direcionadas ao lazer da população local como na construção e reformas de praças públicas, festas e infraestrutura básica. Dois casos no Vale do Ivaí ilustram essa questão. O primeiro se refere à Jandaia do Sul, que com cerca de 20 mil habitantes firmou convênios de R\$ 15,3 milhões com o MTur entre os anos de 2009 e 2011. Nessa época, o município foi considerado recordista no Paraná em convênios com a pasta, embora Jandaia não fosse um município turístico, e ainda hoje não seja. Inclusive não constava na lista dos 65 municípios indutores brasileiros e em nenhum dos 93 roteiros sugeridos à população na época. Desse modo, os valores recebidos superaram os de municípios brasileiros tipicamente turísticos, como Ouro Preto, em Minas Gerais (GALINDO; AYRES, 2011).

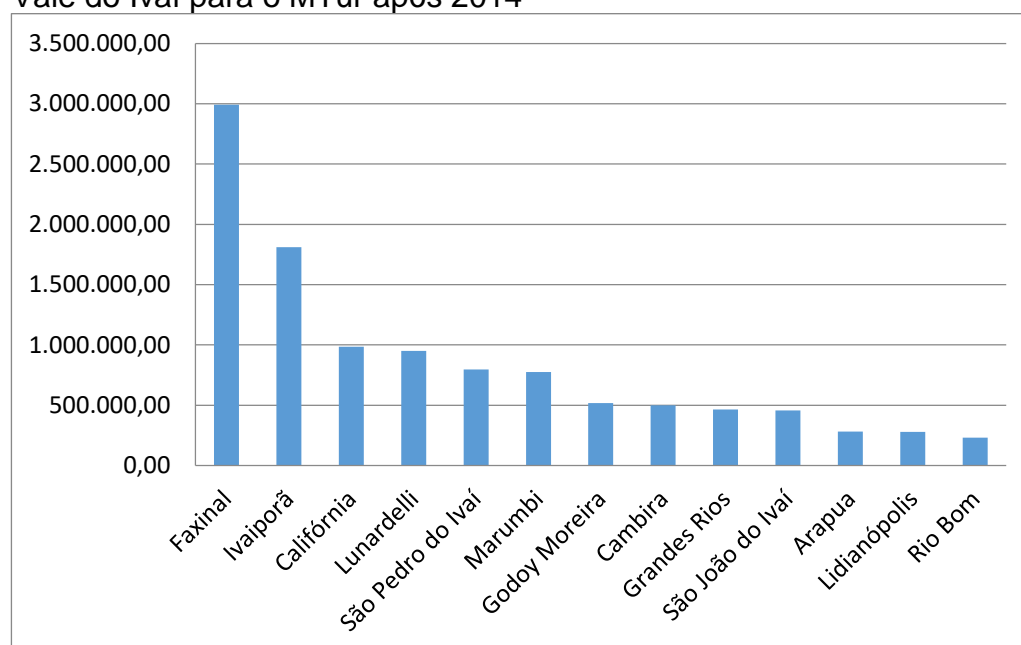
Supõe-se que a parte dos recursos foi destinada a obras de infraestrutura básica, pois na entrevista com o atual chefe do gabinete do município, este se limitou a dizer que essa situação foi uma decisão tomada na gestão anterior e que não poderia explicar onde foi investido todo esse dinheiro. Mesmo após todo esse investimento, o município, que está classificado na categoria D do Mapa Brasileiro de Turismo, tem expressão econômica quase nula no setor.

Esse é um caso que expõe o quão frágil é a gestão das políticas públicas para o setor, já que foram desviados recursos para outras finalidades inclusive de caráter duvidoso pela falta de transparência na destinação desses recursos, pois até mesmo obras de infraestrutura precisam estar relacionadas ao turismo, o que não é o caso. Em termos de região, esses recursos poderiam ter sido destinados à continuidade de projetos locais considerados turísticos na região, como em Lunardelli. Além disso, verifica-se que a regionalização pouco importou no momento da distribuição do orçamento, já que houve liberação de recursos para um município que não pertencia a nenhuma região turística na época.

Para verificar quais projetos estão em andamento no Vale do Ivaí e o volume de investimentos despendidos na região atualmente, fez-se um levantamento por

meio dos dados da plataforma SICONV⁵. As vantagens desse sistema é que se configura em uma ferramenta ágil na efetivação dos contratos, com transparência do repasse do dinheiro público e a qualificação da gestão financeira. Viabiliza investimentos em várias áreas, como educação, saúde, infraestrutura, turismo etc. Para efeitos de análise, foram selecionados somente os projetos elaborados a partir de 2014 até 2018, ou seja, após a criação da região turística e solicitados via MTur, tanto por emendas parlamentares como por iniciativa do proponente, geralmente feita pelo município. O Gráfico 10 apresenta os valores totais dos projetos solicitados por cada município do Vale do Ivaí.

Gráfico 10 – Valor total dos projetos solicitados pelos municípios do Vale do Ivaí para o MTur após 2014



Fonte: Brasil (2015e).

O município que mais solicitou projetos foi Faxinal, no valor total de R\$ 2.990.537,13 em três projetos. Um de R\$ 500.000,00 para construção de um pórtico turístico, outro de R\$ 1.990.000,00 para revitalização da orla de um lago, e R\$ 500.537,13 para construção de um centro de eventos. Não se aprofundou para identificar aqueles que foram ou não aprovados, porém, identificou-se que grande

⁵ O SICONV é uma ferramenta online criada em 2008 no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Tem por finalidade administrar as transferências voluntárias de recurso da União nos convênios firmados com estados, municípios e Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos (BRASIL, 2015e).

parte deles está empenhado. O empenho é o primeiro estágio da despesa pública, ou seja, é o valor que o estado reservou para efetuar um pagamento planejado. Neste caso, quando o serviço for executado, o valor é liquidado e quando o fornecedor de fato receber o valor, ele é considerado valor pago.

Todavia, estando a despesa legalmente empenhada, nem assim o Estado se vê obrigado a efetuar o pagamento, uma vez que o implemento de condição poderá estar concluído ou não. Seria um absurdo se assim não fosse, pois a Lei 4320/64 determina que o pagamento de qualquer despesa pública, seja ela de que importância for, passe pelo crivo da liquidação. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou ainda, a realização da obra, evitando, dessa forma, o pagamento sem o implemento de condição (BRASIL, 2018e).

Portanto, o intuito aqui é demonstrar os valores solicitados entre 2014 e 2018 e os tipos de projetos apresentados. O segundo município que mais solicitou projetos em termos de valores foi Ivaiporã, no total de R\$ 1.811.750,00 em três projetos, sendo R\$ 600.000,00 para reforma do centro de eventos, R\$ 314.000,00 para construção de um pórtico turístico, e R\$ 897.500,00 para construção da praça França. Esse último recurso foi originário de emenda parlamentar de um deputado federal.

Este, aliás, se utilizou do projeto para divulgação, em mídias sociais, durante campanha à reeleição para o ano de 2019, e conseguiu se reeleger. Essa praça foi um projeto que chamou a atenção durante a pesquisa. O tema Paris, segundo o GMT de Ivaiporã, foi escolhido em alusão ao município francês. A Figura 28 apresenta o projeto utilizado como propaganda à reeleição do deputado que conseguiu a emenda parlamentar para sua construção via MTur. A Figura 29 mostra parte do projeto.

A praça será construída sob três atuais praças públicas, que receberão réplicas da Torre Eiffel e do Arco do Triunfo. A intenção do atual prefeito é investir R\$ 4 milhões em praças no município, seguindo temáticas de países como Japão, Ucrânia, Itália, Portugal, Inglaterra, Alemanha e Polônia. Segundo o prefeito, em entrevista a um jornal local, isso traria melhor qualidade de vida para a população local com o objetivo de atrair turistas (MALDONADO, 2017). A GMT de São Pedro, que é engenheira, viu o projeto e diz que ele não tem escala, ou seja, os

monumentos não poderão ser considerados réplicas. Durante a entrevista com o GMT de Ivaiporã, foi questionado o porquê da escolha dessas temáticas:

[...] na França hoje tem a Torre Eiffel, o Arco do Triunfo, que é um cartão postal (sic) [...]. Ele [o prefeito] achou interessante esses monumentos para Ivaiporã. Como nós temos a praça da Espanha [...] o prefeito achou interessante também criar temas de praças e começou com a França [...] por ter um dos maiores pontos turísticos do mundo [...] Agora praça Japão e Itália quem sabe futuramente criar roteiros com um ônibus.

Portanto, a escolha do tema da praça não tem a ver com as características históricas de colonização, como se pensava a princípio, e sim com o gosto pessoal do prefeito. Hall (2001) explica que, na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, através do bombardeamento e da infiltração cultural que ocorrem nas diversas comunidades, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas.

Ter uma postura de valorização da cultura local nos projetos de turismo para a região do Vale do Ivaí torna-se hoje urgente e pode ser garantida por meio de uma participação mais efetiva dos atores envolvidos na sua elaboração. Caso fossem discutidos no âmbito regional, como na IGR, desde que tenham participação de instituições, como as de ensino superior, que forneçam conhecimento técnico, evitaria que projetos assim fossem desenvolvidos, por meio de debate. Atualmente o curso de turismo não participa como membro da AMUVITUR.

A questão aqui não é discutir se esse tipo de projeto é certo ou errado, mas sim a necessidade de que seja feito um debate com a comunidade local, ou seja com e entre os atores envolvidos no planejamento do turismo em projetos que possuam de fato identidade cultural com o local. “É a identidade cultural que fornece coerência e inteligibilidade ao grupo social, ela é igualmente um filtro para aprender o real, pelo grupo como pelos (sic) indivíduos que o compõe” (BEZZI, 2002, p. 14).

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente (HALL, 2001, p. 11).

Figura 28 – Divulgação da praça França de Ivaiporã para campanha eleitoral



Fonte: Divulgado no grupo WhatsApp Vale do Ivaí Turismo – AMUVITUR (2018).

Figura 29 – Parte do projeto da praça França em Ivaiporã.



Fonte: Maldonado (2017).

Concordando com Bezzi (2002), a identidade cultural é uma variável vital para a formação da região e que pode gerar um desenvolvimento desigual, pois na luta por melhores condições de vida, ela tem papel preponderante, dada a necessidade de que as políticas econômicas regionais compreendam esse papel. Pode se dizer que estudar a região pela vertente cultural é manipular um código de representações e significações de determinado grupo social.

Como será abordado no final desse capítulo, existe pouco conhecimento da história dos municípios do Vale do Ivaí pela falta de estudos e pesquisas, por terem tido uma ocupação recente do território. Pouco se conhece da cultura dos povos colonizados, dos povos indígenas que habitavam e se habitam a região, cuja cultura inclusive está sendo negligenciada e perdida por falta de iniciativas de proteção. Poucos GMTs se demonstraram preocupados com a questão da cultura local, que é tão relevante para que o turismo se desenvolva na região, presenciada na arte por meio do artesanato, arranjos espaciais particulares, de gastronomia, nas esculturas, nos museus, entre outros, que tornem o local único para quem o visita, e que traga experiências verdadeiras. Existem poucas manifestações culturais na região. Para entender quais os tipos de projetos mais solicitados pelos municípios do Vale do Ivaí ao MTur, foi elaborado o Quadro 21.

Quadro 21 – Projetos solicitados pelos municípios do Vale do Ivaí ao MTur a partir de 2014

Tipos de projetos	Municípios proponentes
Construção de pórtico turístico	Arapuã, Faxinal, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, São João do Ivaí.
Infraestrutura turística/ Pavimentação asfáltica	Califórnia, Grandes Rios, Lidianópolis
Construção e revitalização de praça/ orla de lago	Cambira, Godoy Moreira, Grandes Rios, Lunardelli, São Pedro do Ivaí, Ivaiporã, Marumbi, São Pedro do Ivaí e Faxinal.
Construção e reforma de centro de eventos/ clube social	Faxinal, Rio Bom, Ivaiporã e Marumbi
Construção de parque natural	Godoy Moreira
Construção de parque de exposição	São João do Ivaí

Fonte: Siconv (2018).

Apesar de serem estimulados ainda no período do Programa Nacional de Municipalização do Turismo no início dos anos 2000, os pórticos turísticos continuam sendo um dos principais projetos solicitados pelos municípios do Vale do

Ivaí. Atualmente cinco municípios estão pleiteando sua construção na região. Rosário do Ivaí também irá solicitar um, conforme relatado pelo seu GMT. A diretora técnica da Paraná Turismo faz um alerta:

[...] [O]s municípios têm uma visão pública do turismo, eles querem construir tudo. Eles querem construir o parque, a entrada lá no município, o portal. Eles não veem outras áreas no turismo que eles precisam trabalhar (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

Os pórticos turísticos, também chamados de portais turísticos, podem ser construídos com e sem postos de informações. Alguns se tornam atrativos turísticos por serem o primeiro contato do visitante com o local visitado, já que turistas, no sentido de comprovar que estiveram no local, fazem questão de registrá-lo em fotos. Isso é o que acontece, por exemplo, em Gramado, no Rio Grande do Sul, o município é um destino turístico nacional consolidado, cujo pórtico turístico é considerado cartão postal do município.

Esse tipo de construção gera controvérsias por não ser um equipamento que gera fluxo de visitação nos municípios. Sua construção pode gerar um custo desnecessário para os municípios, principalmente quando não possuem atividade turística. É a realidade da maior parte dos municípios do Vale. Como visto nos dados do SICONV, municípios pobres e que não possuem atrativos turísticos, como Arapuã, Grandes Rios e São João do Ivaí estão solicitando um.

Além disso, a falta de manutenção e/ou o fato de terem sido mal projetados, podem gerar transtornos. Problema verificado em municípios do norte do Paraná, como no distrito da Warta, em Londrina e Tamarana. Seus pórticos precisaram ser demolidos pelo risco de desabamento, pois poderiam a qualquer momento causar graves acidentes, já que geralmente são instalados de uma margem a outra em uma estrada. No caso da Warta, foi planejado para ser um posto de atendimento ao turista, mas acabou servindo de morada para andarilhos. Hoje Londrina tem um portal turístico grandioso, construído em 2014 sob a forma de passarela em frente ao Parque de Exposição ao custo de R\$ 1,8 milhões.

No Vale do Ivaí, apenas quatro municípios afirmaram ter um pórtico turístico, Mauá da Serra, Cambira, Kaloré e São Pedro do Ivaí. Califórnia tem um pórtico e um grande monumento na entrada do município em homenagem a São Francisco de Assis. Em São Pedro do Ivaí há um pórtico turístico em homenagem ao padroeiro do

município, São Pedro. As Figuras 30 e 31 mostram, respectivamente, o pórtico de São Pedro do Ivaí e o monumento em Califórnia.

Figura 30 – Pórtico em São Pedro do Ivaí



Fonte: IMAGEM (2016).

Figura 31 – Monumento a São Francisco de Assis em Califórnia



Fonte: Prefeitura... (2018).

Como observado durante a pesquisa de campo, a religião católica possui forte influência na cultura da região do Vale do Ivaí, presente tanto em construções de monumentos como em temas de variados eventos, como festas, caminhadas, ciclismo etc. Ambas as construções, portanto, apresentam imagens dos seus padroeiros com colunas gregas. Esse estilo de arquitetura clássica se deve ao fato de que foram feitas por uma mesma empresa de Londrina, que trabalha somente com esse estilo de arte. O projeto de construção do pórtico de São Pedro do Ivaí custou, em 2016, R\$ 248,6 mil, sendo R\$ 243 mil oriundos do Ministério das Cidades, e R\$ 5,6 mil do município.

Em entrevista, a GMT diz que ao se considerar o estado como laico, esse tipo de construção feita um órgão público, que representa exclusivamente a religião católica, pode gerar polêmicas. Porém, ao projetá-lo, diz que considerou elementos que representassem a cultura local, e como São Pedro é o padroeiro e dá nome ao município, entende que este não poderia ser ignorado.

Sobre a questão da forte influência da religião católica no Vale do Ivaí, é importante fazer algumas considerações. Para Camurça e Giovannini Junior (2003), a Igreja católica se legitima por meio do fornecimento do mito, expresso no Evangelho, afirmando seu poder enquanto instituição revestida de representação divina. Apesar de sua condição privilegiada, enfrenta contradições internas com outras instituições religiosas locais e contradições externas com instâncias laicas do patrimônio histórico e do turismo, que tencionam dar outros usos à arquitetura sacra do município. Do ponto de vista do patrimônio histórico e cultural, está condicionada a um poder estatal também exercido por meio de instituições ligadas à preservação do acervo histórico e cultural local. Suas intervenções são de cunho técnico, que ativam um sentido histórico da memória, visando o fortalecimento de uma identidade cultural, local e nacional. Pelo viés do turismo é preciso destacar

[...] que introjetada, também de fora, por forças econômicas e políticas interessadas no “desenvolvimento e integração regional”, introduz uma nova forma de visualizar os bens de origem sagrada, secularizando-os enquanto objetos de consumo, em última instância, voltados para o lazer do turista (CAMURÇA; GIOVANNINI JUNIOR, 2003, p. 227).

Ou seja, a ideia de patrimônio cultural, segundo os autores, constitui uma lógica analítica, em que igrejas, imagens e rituais adquirem um sentido para além do

religioso, quando tratados a partir de sua especificidade. Essa é uma lógica que deve ser observada quando se trata sobre a religiosidade no turismo do Vale do Ivaí, por se configurar como parte inerente da história e cultura da região.

Outros tipos de projetos solicitados via SICONV foram as construções e reformas de praças; seguidas de construção e reforma de centro de eventos e infraestrutura turística. Esta última se refere principalmente à pavimentação asfáltica de ruas, pátios de rodeios etc. A segunda dificuldade mais comentada entre os GMTs se deu em relação à falta de profissionais com conhecimento em turismo para elaboração de projetos na área - tanto para auxiliar nas pastas de turismo, bem como para atuar na AMUVITUR. Alguns relatos demonstram esse problema:

Porque a gente é da agricultura. Eu sou agrônoma, meu negócio é trabalhar com agricultor, ela é veterinária, ele é técnico ambiental. A gente não tem muito a ver diretamente com o turismo. A pessoa que está hoje respondendo pelo turismo está ali com comércio, indústria, coisas que também não tem nada a ver com o turismo [...] e tinha que ter uma pessoa ali só para fazer um inventário, levantar os pontos, ver o que é que tem de potencial. De repente não tem nada, fica batendo em cima do negócio para que? Mas precisaria ter alguém para isso, porque nós aqui não damos conta não (GMT Godoy Moreira, 2018).

[Pergunta: Pensou em aplicar um questionário dentro do ônibus?]
Já pensei nessa questão, falei com uma menina de Foz do Iguaçu, ela apresentou uns questionários bem fáceis, só que o problema é o seguinte: depois quem vai tabular isso para nós? Hou eu so só, praticamente não dou conta (GMT Lunardelli, 2018).

Falta técnicos, nós temos poucos turismólogos. Nós recebemos incentivo do estado, a Deise sempre vem aqui, dá os caminhos, mas precisamos de uma pessoa técnica [...] remunerada pela AMUVI ou AMUVITUR e que faça projetos para o desenvolvimento do turismo (GMT Ivaiporã, 1º ago. 2018).

Sobre a questão da falta de profissionais técnicos com conhecimento em turismo para atuarem nos municípios e nas demais instituições envolvidas com o planejamento da atividade, é válido ressaltar que o MTur atua nesse campo. Em 2017 foi lançada, pelo ministério, uma consulta pública sobre a Política Nacional de Qualificação Profissional em Turismo (PNQPT) a partir das Diretrizes Nacionais de Qualificação em Turismo de 2015 (BRASIL, 2017d). Essa política, segundo o documento, deve ser compreendida como uma política social, em ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo estado, voltados para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Possui como pressuposto o

desenvolvimento endógeno, inclusivo e sustentável do território, considerando a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos, sociais e políticas das comunidades residentes.

Essa política tem como finalidade a qualificação social e profissional de jovens e adultos do setor de turismo, tendo como premissa a articulação entre a educação, o trabalho e o desenvolvimento territorial, indispensáveis à inclusão e ao aumento da permanência de indivíduos no mundo do trabalho, por sua autonomia como sujeito e sua integração cidadã. Essa política foi criada a partir da “Pesquisa Avaliativa dos Arranjos Territoriais Possibilitadores da Qualificação em Turismo 2016”.

Esse estudo constatou de que as propostas de qualificação implantadas nos últimos anos não contribuíram para o fortalecimento do desenvolvimento territorial na escala municipal, estadual ou regional já que os cursos atenderam somente a demandas pontuais de forma imediatista. Desse modo, a PNQPT sugere a criação de planos territoriais de qualificação profissional em turismo para atender demandas identificadas a partir das necessidades do território com a participação da sociedade civil organizada, dos conselhos municipais, regionais e estaduais de turismo, a partir da articulação do poder público (BRASIL, 2017d).

Percebe-se, portanto, que no campo da qualificação profissional o MTur apresenta boas propostas, porém, na prática, essa política não contempla as necessidades das diferentes escalas de governo. Conforme observado pelos GMTs do Vale do Ivaí, existe hoje uma carência grande de profissionais em turismo, não somente com nível superior, mas para atuarem em demandas locais do mercado turístico, bem como no setor público.

A GMT de São Pedro do Ivaí alega que municípios maiores tem uma boa estrutura para elaboração de projetos e inserção na plataforma do Sistema de Convênios (SICONV). Mas em municípios menores não há pessoal treinado para isso, já que alguns entrevistados comentaram que a inserção de projetos no SICONV é algo difícil de fazer.

Duas perguntas foram feitas no sentido de entender como os municípios deveriam se articular para desenvolver o turismo de forma integrada no Vale do Ivaí, e o que é necessário para que o turismo se desenvolva na região. As seguintes ações foram apontadas conforme consta no Quadro 22.

Quadro 22 – O que é necessário para que o turismo se desenvolva no Vale do Ivaí

Como os municípios deveriam se articular para desenvolver o turismo?	O que é necessário para que o turismo se desenvolva na região?
<ul style="list-style-type: none"> - Fazer parcerias com instituições; - Integrar municípios e instituições de desenvolvimento do Vale; - Aumentar a participação dos GMTs nas reuniões da AMUVITUR; - Criar uma rede de comunicação entre os municípios e outras regiões para troca de experiências; - Incentivar núcleos de municípios como o do Vale da Aventura; 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a divulgação dos atrativos turísticos. - Ter um gestor com perfil de liderança na AMUVITUR; - Executar as ações propostas; - Atrair empreendimentos privados; - Criar mais atrativos; - Melhorar a infraestrutura; - Arrecadar recursos financeiros; - Ter um técnico de turismo local; - Fazer um plano bem estruturado, mas com monitoramento periódico. - Estruturar a agroindústria familiar; - Trabalhar para que a AMUVITUR tenha utilidade pública; - Investir nos segmentos de turismo religioso e de natureza;

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nas respostas à pergunta sobre como os municípios deveriam se articular para desenvolver o turismo na região, uma das ações apontadas foi no sentido de se fazer mais parcerias com as várias instituições que atuam em prol do desenvolvimento. Além disso, foi mencionada a necessidade de interação entre elas, pois como identificado nas entrevistas, isso deve acontecer entre os municípios e também com as instituições envolvidas no desenvolvimento do Vale, conforme relatado pelo GMT de Lunardelli em 1º de agosto de 2018: “[...] Talvez a universidade, o Sebrae fazer um planejamento estratégico e não ficar um monte de gente conversando.”

Ao perguntar se os GMTs notaram alguma modificação no município após a implantação da região turística, a maioria (73%) afirmou que sim, e 27% que não. Na pergunta puderam justificar o porquê da resposta. As respostas foram divididas em positivas e negativas, conforme o Quadro 23.

Quadro 23 – Opinião dos GMTs quanto à percepção de mudanças no município após a criação da região turística do Vale do Ivaí

Positivas
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do interesse de visitantes em conhecer os atrativos do município a partir de divulgação; - Implantação de projetos como a rota de cicloturismo que beneficiará a região; - O turismo está mais focado e organizado; - Melhor comunicação entre os atores sobre o tema turismo; - Saída da região turística ADETUNORP; - Facilidade de trabalhar com menos municípios; - Organização de cursos para a área como hospitalidade; - Maior interesse em assuntos da área como a gastronomia regional - Com a implantação da IGR aumentou o foco nas discussões sobre o turismo nos municípios e região; - Auxílio na regulamentação dos documentos para inserção do município no Mapa do Turismo, consequente a categorização; - Criação de roteiros como a rota do cicloturismo; - Maior facilidade de conseguir verbas por meio de emenda parlamentar, por estar no Mapa do Turismo.
Negativas
<ul style="list-style-type: none"> - Pouca divulgação dos atrativos turísticos dos municípios e região; - Foco apenas em alguns municípios como Faxinal e Lunardelli que já desenvolvem turismo; - Interesse para participar do Mapa do turismo somente para o recebimento de verbas do MTur.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O GMT de São João do Ivaí, apesar de ter afirmado que notou modificação, não explicou o porquê, pois segundo ele o turismo no município não é prioridade, e é responsável por cuidar de outras pastas “mais importantes”. O GMT de Ivaiporã afirma que “[...] as verbas do governo vem do MTur, nós utilizamos para infraestrutura, principalmente na questão de asfalto, se não, não teria nada disso”. A GMT de Borrazópolis afirma que “[...] [e]stão enxergando um ponto positivo, mas eu acho que é muito novo (sic) para falar em mudança e melhoras [...]”. O GMT de Lunardelli afirma que “[p]ara nós, efetivamente não mudou, nem para a região. Não teve mudança nenhuma de verdade”. O GMT de Marumbi diz que foi bom devido à troca de informações, mas segundo ele “são coisas” que existem no turismo nos pequenos municípios que não envolvem prefeitura, que não envolvem também a AMUVITUR, dando como exemplo as cavalgadas. Outros relatos justificam os motivos que os fizeram notar mudanças no município após a criação da região turística do Vale do Ivaí:

[...] [E]u não sei como, só com trabalho e união [...] terminar o planejamento estratégico [...] precisa de investidores, um plano de mídia, mas para mostrar o que? A AMUVITUR fez o que para mostrar? Não é um trabalho que está sendo feito e não está sendo mostrado. Não está sendo feito. [...] nas reuniões da Paraná Turismo em Curitiba, só da Faxinal. (GMT de São Pedro do Ivaí, 1º out. 2018).

[...] Tinha que ver a vocação [...] nós já temos o público para o turismo religioso [...] são 200 mil pessoas que entram aqui no Vale todo ano por motivo religioso. [...] tem que tornar isso um eixo de trabalho [...] agregar o turismo rural, o turismo de natureza. O Vale vai se tornar referência em fruta como estão querendo, mas vão plantar a fruta ainda. Vamos trabalhar com o que temos. Tínhamos que fazer as outras ações a partir do religioso (GMT de Lunardelli, 1º ago. 2018).

Quanto ao fato de saírem da antiga IGR, a ADETUNORP, e passarem a fazer parte da AMUVITUR, foi um aspecto positivo mencionado por alguns GMTs. Isso porque a outra IGR, como já explicado em capítulo específico, abrangia um número muito maior de municípios distantes uns dos outros. Alguns GMTs dizem que os municípios do Vale do Ivaí não se sentiam representados nessa região.

Muitos GMTs demonstraram não ter interesse em desenvolver a atividade turística, como é caso de Jardim Alegre, Godoy Moreira, São João do Ivaí e Arapuã, por entenderem que os municípios têm outras prioridades, pois segundo eles os municípios atualmente não apresentam atrativos ou potencialidades significativas para o seu desenvolvimento nesse sentido. A seguir será feita uma análise das entrevistas dos representantes de instituições que atuam no planejamento do turismo no Vale do Ivaí.

5.3 O TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA VISÃO DOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NO VALE DO IVAÍ

A partir de agora serão analisadas as respostas dos representantes do turismo das principais instituições que atuam no planejamento dessa atividade no Vale do Ivaí. Estes foram escolhidos por apresentarem algum tipo de envolvimento com atividades ligadas à área, como o Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí, AMUVITUR, Sebrae, UNESPAR, Paraná Turismo, Paraná Projetos e Vale da Aventura.

Ressalta-se que embora o Sebrae apareça como entrevistado, como não autorizaram a gravação da entrevista, ele não foi citado no decorrer da tabulação dos dados por ter contribuído apenas com informações pontuais e superficiais sobre projetos e ações na região. Apesar de terem sido feitas algumas tentativas com representantes do turismo da EMATER, não foi possível realizar a entrevista principalmente devido ao fato de a gestora de turismo ter se aposentado no início de

2018. Esta foi a responsável pelas caminhadas da natureza na região do Vale do Ivaí, não sendo possível agendar com outra pessoa para que respondesse as questões sobre o turismo.

No Sebrae e na Paraná Turismo foram entrevistados dois representantes. Porém, como houve apenas uma conversa rápida em que não autorizaram a gravação, não foi possível realizar as perguntas, como a sobre como e quando começaram a desenvolver o turismo na região. O Quadro 24 apresenta uma síntese das instituições, do tempo no planejamento do turismo e das principais ações após a criação da região turística do Vale do Ivaí.

Quadro 24 – Participação das instituições no planejamento do turismo no Vale do Ivaí

Instituição	Tempo	Projetos/Ações
Paraná Turismo	1994 (24 anos)	- Assessoria para implementação do PRT; - Elaboração do Plano Operacional do Turismo Sustentável do Vale do Ivaí; - Roteiro Estadual Monge João Maria de Jesus.
Paraná Projetos	2018 (1 ano)	- Circuito das Frutas por solicitação da AMUVI e EMATER; - Curso de capacitação em turismo em parceria com a UNESPAR;
Território do Vale do Ivaí	2009 (9 anos)	- Criação da Câmara Temática de Turismo que precedeu a AMUVITU; - Apoio em atividades.
AMUVITUR	2015 (3 anos)	- Vale da Aventura
Curso de turismo UNESPAR Apucarana	2008 (10 anos)	- Atualmente atua em cursos de capacitação por solicitação da Paraná Projetos; - Apoio em ações como no fornecimento de estagiários em eventos.
EMATER	2008 (10 anos)	- Caminhadas na Natureza; - Circuito das Frutas.
Vale da Aventura	2017/2018	- Proposta de turismo de aventura em cinco municípios do Vale do Ivaí; - Rota de Cicloturismo com apoio da AMUVITUR.
Sebrae	Não respondeu	- Projeto Cama e Café; - Assessoria e consultoria em empreendimentos de turismo.

Fonte: elaboradora pela autora (2018).

A Paraná Turismo iniciou sua atuação na região em 1994 com uma discussão sobre o turismo rural em Apucarana e Faxinal, na época do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Atualmente presta serviços de assessoria aos GMTs dos municípios e à AMUVITUR em atividades para implementação do Programa de Regionalização do Turismo, como no ingresso do Mapa do Turismo, na

categorização dos municípios turísticos e na criação de rotas, como a do monge João Maria de Jesus.

Também auxilia na promoção dos destinos por meio da realização de material de divulgação da região em feiras de turismo no Paraná. Foi a partir de 2003, com a implantação do PRT, que se começou a pensar e discutir o turismo de forma regional. Alguns municípios passaram a fazer parte da região turística Norte do Paraná ADETUNORP. Como essa IGR ficou por alguns anos sem atividades, a partir de 2008 o turismo no Vale do Ivaí estava sendo trabalhado por meio da Câmara Temática de Turismo do Grupo Gestor do Território do Vale do Ivaí até a criação da AMUVITUR, em 2015. Portanto, pode-se afirmar que o planejamento do turismo na região é recente, assim como seus poucos projetos identificados. A rota estadual do monge João Maria de Jesus, a Rota de Cicloturismo e o Vale da Aventura foram criadas em 2018 e ainda não estão estruturadas, ou seja, não estão recebendo fluxo de visitantes.

No caso do circuito das frutas que foi proposto pela EMATER e AMUVI em parceria com a Paraná Projetos, é entendido, aqui, como em fase inicial de estudos, não sendo possível fazer avaliações. O que se pode afirmar é que se criou uma certa expectativa em alguns proprietários rurais que fizeram o curso de fruticultura em 2018. Mas, para que a rota possa ser comercializada como em outros destinos do país, será preciso aguardar um tempo maior. Primeiro será preciso executar o plantio das frutas para poder elaborar e executar o projeto do circuito, o que demandará tempo e planejamento.

Em municípios do Vale, como Rosário do Ivaí, que se autointitula capital da uva Niágara, existem alguns produtores de frutas, mas o que se percebeu nos eventos e nas reuniões da Paraná Projetos e com o curso de Turismo da UNESPAR, responsável por planejá-lo, ainda não há previsão de quando será elaborado. Em decorrência desse projeto, essas duas instituições promoveram, no segundo semestre de 2018, um curso para os produtores rurais da região sobre como receber visitantes.

A EMATER atua desde 2008 principalmente com o turismo rural na região e com as caminhadas na natureza. O objetivo desse tipo de proposta foi, de início, ampliar as oportunidades de lazer por meio da formatação de roteiros turísticos,

revitalizar eixos históricos, recuperar elementos urbanos e edificações de valor histórico, assim como desenvolver vocações rurais da região.

As caminhadas devem ser organizadas por entidades locais, da sociedade civil ou da administração pública, e devem incluir, além do circuito de caminhada, serviços e produtos oferecidos pelos habitantes locais para os caminhantes, tais como serviço de café da manhã e almoço, feira com produtos locais e manifestação cultural. O envolvimento da comunidade local, de acordo com a metodologia proposta pela Anda Brasil, é imprescindível para a realização do evento (ANDA BRASIL, 2007).

Anda Brasil é a Confederação Brasileira de Caminhadas que tem o objetivo de difundir e estimular a prática de esportes populares esportivas não competitivas e a inclusão social no Brasil. É importante destacar que os circuitos de caminhadas ocorrem em territórios rurais, em que são privilegiadas visitas a propriedades da agricultura familiar. A formatação do trajeto do circuito segue uma lógica que permite o caminhante observar a paisagem rural, as práticas de agricultura familiar e a cultura local (BASTARZ, 2016). Uma das questões teve como objetivo verificar a opinião dos entrevistados sobre a participação da AMUVITUR no desenvolvimento do Vale do Ivaí, conforme apontam os principais relatos a seguir:

[...] [E]u acho que ela é num nível bem inicial (sic) [...] que está faltando um salto em relação a junção de todas essas propostas [...] Como é que eu trabalho de forma a introduzir o turismo como área que pode vir a trazer esse desenvolvimento? Isso acontece com uma atuação tímida em relação ao planejamento territorial (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

[...] é muito importante [...] mas primeiro tem que fazer um trabalho de fortalecimento em relação a cooperação ao trabalho em conjunto, integração com outras políticas públicas que possam ajudar a desenvolver ações do turismo no Vale do Ivaí. Até esse circuito [das frutas] que eles vão fazer de maneira precária ou não é uma das maiores ações que eles (Paraná Projetos) estão promovendo hoje [...] porque nós queremos fortalecer a fruticultura na região do Vale do Ivaí para promover o turismo rural ou até mesmo um turismo de negócio aqui na região (Coordenadora do Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí, 27 ago. 2018).

[...] o turismo é uma alternativa e o próprio escritório defende, mas eles estão em uma fase muito inicial, têm uma deficiência de hospedagem, alimentação [...] o que a gente pode sentir é que o turismo é uma alternativa importante, só que eles estão começando (Turismóloga da Paraná Projetos, 13 set. 2018).

A partir dos relatos, verifica-se que é consenso que a AMUVITUR, até por ter sido criada mais recentemente em relação às outras IGRs do Paraná, pouco

contribui para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí. Isso porque enfrenta, como a maioria das outras IGRs, várias dificuldades, como a falta de infraestrutura e autonomia para a execução de atividades, principalmente na elaboração de projetos de turismo. Essa é uma realidade do PRT a nível federal e estadual, conforme entrevista com representantes dos órgãos do MTur e a Paraná Turismo. Diante disso, concorda-se com Beni e Tomazin (2017) que apesar da existência das diretrizes políticas, metodológicas e operacionais do PRT, bem como dos interlocutores do programa junto às regiões turísticas selecionadas pelo MTur, estas não foram suficientes para que se efetivasse a prática nos territórios.

Porém, observou-se que existe uma expectativa positiva em relação ao possível papel da AMUVITUR na região, conforme alguns depoimentos, como o da gestora do Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí. Segundo ela, a AMUVITUR pode vir a contribuir com o desenvolvimento da região com a melhora do IDH dos municípios, por compreender que o turismo pode se tornar futuramente uma alternativa econômica para os produtores rurais, principalmente aqueles que participarão do circuito das frutas. Isso se dará principalmente por meio do aumento e da geração de renda para diminuição do êxodo populacional da região. Mas para que isso ocorra, diz que a IGR precisa trabalhar de forma cooperada e integrada com os municípios e instituições de desenvolvimento. Inclusive menciona que isso deve acontecer com outras políticas públicas, como as de educação, meio ambiente, cultura etc.

A representante da Paraná Projetos também compartilha do entendimento de que a AMUVITUR atua de forma inicial na região e ressalta que é preciso que haja um trabalho no sentido de estimular investimentos de empreendedores de turismo na região para a criação de equipamentos turísticos da área de hospedagem e gastronomia, principalmente. Ressalta-se que a Paraná Projetos está elaborando um plano de desenvolvimento para a região em que o turismo aparece como um dos destaques ao lado da fruticultura. Desse modo, segundo ela, o turismo deve ser planejado tendo em vista o segmento religioso, de aventura e o rural.

Outra pergunta teve como intenção ouvir sugestões dos entrevistados sobre o que é necessário para que o turismo possa se desenvolver na região do Vale do Ivaí. Alguns relatos expõem a opinião sobre o tema.

[Pergunta: O que é necessário para que o turismo se desenvolva no Vale do Ivaí?]

[...] [E]u acredito que essa organização poderia ser feita, [...] estou tentando colocar subdivisão dentro da IGR, daí cidades formam (grupos) com cidades, como a gente está fazendo aqui (Vale do Aventura). É complicado a AMUVITUR fazer esse papel de fiscalizar, é complicado esse deslocar aqui [...] o que a gente está tentando fazer é [...] colocar um grupo aqui, outro ali (presidente da AMUVITUR, 09 set. 2018).

[...] Ter um conjunto de estratégias, por exemplo, a posição de Mauá da Serra e das rodovias que cortam a região. Explorar possibilidades do rio Ivaí, que não tem barragem. Colocar o turismo como prioridade na gestão municipal. Ter a pessoa certa no lugar certo. Ter um COMTUR atuante e previsão orçamentária. Realizar o inventário (turístico) e um plano local de desenvolvimento, bons parceiros [...] (Presidente da Paraná Turismo, 13 set. 2018).

Para o presidente da AMUVITUR é necessário que se criem sub-regiões para facilitar o trabalho com os GMTs, uma forma de descentralizar o trabalho da IGR na região. Isso porque considera alto o número de associados, ou seja, 25 municípios dos quais alguns não veem o turismo como prioridade, o que dificultaria o trabalho da IGR. O presidente usou como exemplo o Vale da Aventura, que é composto apenas por cinco municípios da região, o que, segundo ele, facilita a gestão dessas áreas por serem municípios próximos.

A distância entre os municípios é vista como um empecilho para que os GMTs participem das reuniões. Em 2018 só aconteceram duas reuniões da IGR. Diante desse contexto, é preciso considerar as redes que se constituem uma realidade, já que o território é formado de lugares contíguos e de lugares em rede.

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através da horizontalidade e da verticalidade. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por partes distantes uma das outras, ligadas por todas as formas e processos sociais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994, p. 1994).

O presidente da Paraná Turismo afirma que é preciso a realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região, mas talvez não tenha considerado que a própria instituição elaborou, em 2016, o Plano Operacional do Turismo Sustentável Vale do Ivaí. Nesse sentido, ao se pensar em um plano de desenvolvimento do turismo para a região, é preciso esclarecer que no campo do

planejamento do turismo, do ponto de vista da administração pública, é preciso diferenciar os conceitos de planejamento estratégico e planejamento tático ou operacional, como explica Beni (2002; 2006).

O planejamento estratégico ocupa-se das decisões que, em matéria de desenvolvimento, são tomadas pelas mais altas autoridades do setor como ministros e secretários de estado, ou diretores dos órgãos nacionais de turismo. Estabelece grandes eixos, determinando os objetivos gerais do desenvolvimento, as políticas e as estratégias que nortearão os investimentos, o uso e a hierarquização dos recursos disponíveis. A nível estadual, a Paraná Turismo elaborou o *masterplan* Paraná Turístico 2026.

O planejamento tático ou operacional constitui a concretização do planejamento estratégico em programas de ação, com especificações de prazos, meios e responsabilidades de execução. A fase mais decisiva é a de formulação da política de turismo, que é o conjunto das decisões que, integradas harmonicamente no contexto regional e nacional do desenvolvimento, orientam a condução do setor e regulam as ações a serem executadas, as quais se traduzem em planos e programas de desenvolvimento setorial.

Portanto, o Plano Operacional do Turismo Sustentável do Vale do Ivaí deveria ser a princípio, um documento mais detalhado, que deveria identificar os atores envolvidos, definindo o papel de cada um e orientando na execução das atividades e no cumprimento de cada meta definida. Deveria, portanto, ter apresentado um cronograma em curto prazo e principalmente a origem dos recursos financeiros e o modo como deveriam ser aplicados. Isso porque o planejamento estratégico só pode alcançar os resultados estabelecidos caso os planejamentos tático e operacional forem bem definidos e executados, o que não ocorreu.

Para entender as dificuldades em desenvolver projetos de turismo na região do Vale do Ivaí, os responsáveis pelas instituições envolvidas no planejamento do turismo na região apontaram sete temas principais. Para facilitar a compreensão, optou-se por fazer uma comparação com a opinião dos GMTs a fim de verificar se estes apontam ou não os mesmos problemas de acordo com o Quadro 25

Quadro 25 – Opinião dos GMTs e representantes das Instituições sobre a dificuldade em realizar projetos de turismo no Vale do Ivaí

Dificuldades em realizar projetos de turismo na visão das instituições	Dificuldades em realizar projetos de turismo na visão dos GMTs
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estudos/pesquisa em turismo - Dificuldade em elaborar de projetos; - Falta de um plano de turismo regional; - Dificuldade em trabalhar de forma cooperada e integrada entre os atores; - Falta de profissionais com qualificação técnica; - Falta de reconhecimento do turismo pelos governos municipais; - Pouca participação dos GMTs nas reuniões da AMUVITUR. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estudos/pesquisa em turismo - Dificuldade em elaborar projetos; - Falta de planejamento estratégico; - Falta de comunicação entre os atores; - Dificuldade para realizar parceria público-privada; - Falta de assessoria técnica por parte da AMUVITUR; - Falta de atrativos turísticos nos municípios; - Poucas reuniões da AMUVITUR.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A falta de estudos e pesquisas em turismo, de um plano de desenvolvimento de turismo regional, a dificuldade de elaboração de projetos em turismo e a dificuldade em trabalhar de forma cooperada ou integrada foram os problemas em comum apontados pelos dois grupos de entrevistados. A falta de estudos se deve principalmente pela dificuldade na realização dos INVITURs, estudos de demanda turística, dentre outros. Tanto os GMTs quanto os representantes das instituições demonstraram desconhecimento dos atrativos e/ou potencialidades para o turismo dos municípios, se refletindo na compreensão da atividade turística da região.

A própria Paraná Turismo demonstrou desconhecê-los. Isso foi verificado ao analisar o Plano Operacional do Turismo Sustentável do Vale do Ivaí (PARANÁ, 2016) e durante o estágio realizado na instituição. Caso o Plano tivesse tido uma maior participação da AMUVITUR e de outras instituições, como da UNESPAR, por meio do próprio curso de turismo, que não participou de reuniões realizadas em Apucarana, talvez o diagnóstico apresentado pudesse ter sido melhor elaborado. A autora desta tese, como participante de um grupo de conversas do WhatsApp da IGR, percebeu que não existe um levantamento desses atrativos e eventos municipais, pois constantemente é solicitado que os GMTs enviem esses dados à Paraná Turismo - ou seja, nem mesmo a própria AMUVITUR tem um levantamento completo dos atrativos e das potencialidades da região turística.

Já a Paraná Projetos, para execução do seu plano de desenvolvimento da região, aplicou um questionário específico e fez algumas oficinas durante o ano de

2018 para coletar e confirmar os dados recolhidos. A dificuldade de elaborar projetos de turismo foi relatada como um problema ao se pensar o planejamento da atividade para a região. Isso, segundo alguns entrevistados, deve-se à falta de profissionais/técnicos com qualificação em turismo ou isenção da própria AMUVITUR, que diante de vários problemas, atualmente não possui estrutura para sua elaboração. Sobre essas dificuldades, obteve-se o seguinte relato:

[...] é preciso levantar toda a oferta existente, elaborar um diagnóstico sobre o potencial da região para que posteriormente pudesse ser idealizado e implantado um plano regional de desenvolvimento turístico para o Vale do Ivaí [...] falta organização técnica para que os produtos ofertados consigam ter visibilidade em âmbito estadual e até mesmo nacional (Coordenadora do Curso de Turismo da UNESPAR Apucarana, 21 jul. 2018).

Esse é o objetivo da realização dessa pesquisa, já que a pesquisadora é docente do curso de turismo da UNESPAR. A universidade, enquanto instituição pública, foi mencionada para poder realizar alguns estudos por meio do curso de turismo, porém, como discutido anteriormente, pouco atua nesse sentido, inclusive não participa nem sempre é convidada a participar da tomada de ações ligadas à atividade na região, como na AMUVITUR.

A AMUVITUR, por não ter fonte de recursos financeiros para o seu funcionamento por ainda não ter solicitado Utilidade Pública, atualmente conta somente com o trabalho voluntário dos seus gestores. Mas como estes desenvolvem outras atividades profissionais, apresentam dificuldades em se dedicar à elaboração dos projetos. Isso ocorre porque é uma ação que exige tempo, pessoal técnico e multidisciplinar, consultoria jurídica, entre outros para que seja bem elaborada. Devido a esses entraves, desde sua criação em 2015 não conseguiu elaborar nenhum projeto para a região. Conforme relato, nem mesmo a contratação de consultores em turismo é possível fazer atualmente.

[...] [E]u acho que a AMUVITUR deveria fazer enquanto os municípios não podem no que os empresários necessitam. Trazer às vezes um consultor, mas um da área de turismo, que tenha visão de mercado para estruturar roteiros, estruturar a alimentação e hospedagem. São coisas que o poder público tem dificuldade de contratar. [...] mas para isso ela tem que ter recursos (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

Em relação à falta de cooperação e integração entre os atores públicos, privados e sociedade civil, ao mesmo tempo que essa questão aparece como uma dificuldade, também foi citada como sendo um dos resultados observados após a criação da região turística, como relatado a seguir:

[Pergunta: Notou alguma modificação no município após a implantação da região turística do Vale do Ivaí?]

[...] [E]u vejo mais integração nos municípios, eu acho que existe uma ligação [...] Nas reuniões sempre existe aquela conversa de eu posso te ajudar em qual parte? de um ajudar o outro (Presidente da AMUVITUR, 09 set. 2018).

[...] [E]u notei isso que alguns municípios entenderam o que é a regionalização, eles tentam uma integração, trabalhar em conjunto. [...] eu fico imaginando, nem em municípios que tem um potencial grande tem a rivalidade que tem (na região turística do Vale do Ivaí) e eles não estão percebendo que para eles ganharem algum mercado não vão poder trabalhar sozinhos (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

[...] [A] participação da AMUVITUR é de fundamental importância pois acaba funcionando como uma Instância de Governança Regional o que acaba por gerar uma certa autonomia no processo de desenvolvimento turístico da região. No entanto é preciso organizar melhor os vários papéis dos atores envolvidos no processo de planejamento do turismo no Vale do Ivaí (Coordenadora do Curso de Turismo da UNESPAR Apucarana, 21 jul. 2018).

A AMUVITUR é uma IGR. Conforme explica Bezzi (2004), uma das formas de se estudar a região é entendê-la como um meio de interação social. Trata-se de uma visão política da região com base na ideia de dominação e poder ao se constituírem fatores fundamentais na diferenciação das áreas. Diante desse contexto, a região é entendida como determinação do local ou como o território no qual a região, os indivíduos e as instituições se integram no tempo e no espaço, passando a ser reconhecida pelo seu caráter político.

A região tem um papel importante na produção e reprodução das relações sociais, com base na ideia de que a dominação e o poder constituem fatores de diferenciação de áreas. O relato de uma das entrevistas expõe um grande problema observado quanto à integração das instituições, diante de interesses de ordem político-partidária que causam conflitos entre eles:

[...] [A] gente percebeu falta de integração na reunião em Mauá, aquilo foi um exercício para discutir participação, se existe um ruído entre as instituições é difícil resolver [...] eu acho que o entendimento de integração e cooperação é muito importante mas [...] falta capacitação técnica, assistência técnica de forma cooperada [...] No turismo a gente acredita justamente nesses agrupamentos (Turismóloga Paraná Projetos, 13 set. 2018).

Nesse sentido, tentar compreender o conceito de região pela ótica do poder é complexo, como ressalta Bezzi (2004), pois as diversas formas de apreensão espacial/ territorial da região não são aleatórias. Estas obedecem uma identidade, cujos contornos se moldam nas lutas sociais.

Estas [as regiões] por sua vez, são consequência da desigual distribuição do capital e das estruturas sociais correspondentes, sendo alimentadas por processos políticos ideológicos particularizados. Portanto, a ação do Estado, através de políticas de planejamento regional, revela, em última instância, justamente a presença de conflitos sociais subjacentes. O Estado pode, então, promover cortes territoriais internos, procurando a reprodução material do capital; também pode controlar os movimentos sociais e assegurar a estrutura do poder vigente de acordo com as aspirações do poder central (BEZZI, 2004, p. 69).

Dallabrida (2010) explica que o poder de decisão de determinados atores, sejam políticos ou empresários, muitas vezes impede o debate crítico, a partir dos quais determinadas decisões seriam questionadas, revertendo tendências de mandonismo, clientelismo, politicagens de todos os tipos, decisões centralizadas ou votações que apenas referendam decisões já tomadas em outra instância. Essa talvez seja uma das razões da falta de integração entre as instituições que atuam no Vale do Ivaí, e que desestimula a participação e contribui para o descrédito da sociedade em relação ao seu poder de interferir nas decisões.

Outra situação apontada como um impedimento para a realização de projetos na região foi a falta de reconhecimento do setor público em relação ao turismo como vetor de desenvolvimento local e regional:

[...] Eles (GMTs) acham que o turismo acontece, que é fácil, eles estão confundindo o que é turismo do desenvolver local (sic). O que eu acho, o que eu sinto é que eu não vejo o turismo sendo levado a sério, não vejo. [...] Eu vejo até municípios como Apucarana que tem um grande número de empreendimentos e Ivaiporã. Mas eu ainda não vejo levar no mesmo patamar como outras atividades econômicas. Não entendo o porque de uma resistência em relação a isso [...] acham que as pessoas vão vir de uma hora para outra sem fazer divulgação, sem fazer estruturação. Acham que é muito fácil (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

[...] O poder público precisa ser um dos grandes responsáveis desse desenvolvimento hoje e para isso ele tem que estar sensibilizado e acreditar nesse projeto e agora a gente não consegue nem marcar uma reunião para chamar todos os prefeitos (Coordenadora do Comitê Gestor do Território do Vale do Ivaí, 27 ago. 2018).

[...] o bacana dessa rota (cicloturismo) é que não depende do poder público. O município simplesmente é um grande beneficiado porque vai deixar o dinheiro lá. É claro que a gente quer que o município participe com a prefeitura, o executivo e o legislativo porque ele é beneficiado diretamente com isso. Mas se muda um prefeito que detesta o turismo, a rota vai continuar perfeitamente ali (Proprietário do Resort Solar Águas do Ivaí, 21 set. 2018).

A diretora técnica da Paraná Turismo demonstra preocupação com a confusão que os municípios fazem em tratar a atividade como um meio para desenvolver o local. Cita como exemplo projetos e atividades que geram pouco ou nenhum resultado para o fluxo turístico, como pórticos turísticos e eventos sem expressão turística, como as próprias caminhadas na natureza. Explica que os recursos despendidos para algumas ações e projetos deveriam ser melhor direcionados, por exemplo, para a contratação de um profissional que elabore um projeto de divulgação. Além disso, demonstra preocupação com o descaso de municípios da região com o setor, relegando a atividade a um segundo plano, muitas vezes não sendo prioridade, como outros setores.

[...] [M]uitos (GMTs) entram no município e nem sabem o que fazer para desenvolver. Eles têm muitas perguntas, mas quando eles chegam nos municípios deles, cheio de atividades se debruçando em cima dessas entidades (de desenvolvimento) acham que vão fazer para eles, mas elas vão entregar um documento. Quem vai fazer serão eles (GMTs) (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

Concorda-se com Dallabrida (2010) de que a soma dos recursos financeiros apropriados pela região, mais os recursos propriamente regionais, passam a ser determinantes para o crescimento econômico. Mas isso não significa necessariamente que promovam o desenvolvimento. É preciso entender que a eficiência no uso desses recursos geralmente depende de fatores endógenos à região, tais como o dinamismo social e institucional local. Ressalta que o desenvolvimento de uma região é afetado pelos efeitos regionais diretos ou indiretos de políticas exógenas e, atualmente, a crise política e econômica no país afetam diretamente a região.

Outro problema identificado foi a definição do papel do setor público em relação ao desenvolvimento do turismo, conforme relatado pela turismóloga da Paraná Projetos, situação observada em sua pesquisa de campo para elaboração de um plano de desenvolvimento para a região:

[...] [N]ão sei se você percebeu, falaram “o estado [governo federal e estadual] precisa resolver”. O estado é quem indica e a gente fala, poxa, é exatamente o contrário, as decisões precisam ser descentralizadas e que o estado seja um facilitador do processo e não o tomador de decisão (Turismóloga Paraná Projetos, 13 set. 2018).

Portanto, ressalta-se que o PRT, pelo menos no campo teórico, prevê a descentralização das tomadas de decisões e que os municípios sejam considerados a base para a implantação do programa, pois são nestes que o turismo de fato acontece. A última questão objetivou verificar se os responsáveis pelo turismo nas instituições perceberam mudanças no Vale do Ivaí após a criação da região turística. Os relatos seguem abaixo:

[...] [A] gente vê muita coisa acontecendo, eventos principalmente, mas não aquele evento de característica turística [...] eu acho que está tendo um despertar agora (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

[...] É possível verificar uma movimentação maior em torno da atividade turística, através do surgimento de novos produtos (Coordenadora do Curso de Turismo da UNESPAR Apucarana, 21 jul. 2018).

[...] [C]om certeza, eles passaram a ser mais conscientes, os empresários mais motivação (sic). Estão adquirindo uma cultura turística. Eles estão num bom processo. O desafio deles é fazer da IGR uma entidade de prestação de serviços (Presidente da Paraná Turismo, 13 set. 2018).

[...] [E]u acho que até pela questão turística da região eu não classificaria com uma região hoje que está num nível de desenvolvimento grande na área do turismo (Diretora Técnica da Paraná Turismo, 20 set. 2018).

Conforme relatos dos entrevistados foram constatadas algumas mudanças no Vale do Ivaí após a criação da região turística, porém por ter sido criada há apenas três anos, esta ainda não apresenta resultados significativos. O que se notou é que o turismo, mesmo que de forma incipiente, passou a ser pensado como região, a partir da criação de algumas rotas, por exemplo.

Sabe-se que entender o turismo pelo viés regional é uma tarefa complexa, dadas as suas diferentes facetas - cultural, política, econômica e territorial. Esse

tema, pela sua relevância, deve ser considerado ao se planejar a atividade para além do crescimento econômico, principalmente nessa que é uma das regiões mais pobres do Paraná. É importante esclarecer que, ao se analisar os resultados do PRT na região do Vale do Ivaí, leva-se em conta que essa política de regionalização (por meio da criação de região turística) é recente.

5.4 PROPOSTAS NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL A SEREM CONSIDERADAS NO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ

Como proposta para o planejamento do turismo na região do Vale do Ivaí que considere os conceitos de desenvolvimento regional, sugere-se algumas alternativas que partam principalmente do reconhecimento da importância do resgate da cultura local para que essa crie na população uma identidade com o local e conseqüentemente com a região. Por ter tido uma colonização populacional mista e recente, aliado a falta de estudos sobre a história e a cultura de cada município isso dificulta a elaboração da sua compreensão no setor.

Essa questão influencia o desenvolvimento da atividade no campo gastronômico, nas festividades, na arte, etc. O Vale do Ivaí precisa ser reconhecido pela além dos seus atrativos naturais e para isso precisa ser reconhecido por suas características culturais, o que é pouco considerado pelos gestores de turismo. É por meio do “estudo dos costumes, dos hábitos, que se pode interpretar um determinado grupo social e perceber as disparidades regionais que orientam as análises espaciais do desenvolvimento” (BEZZI, 2004, p. 66).

Desse modo, alguns cenários para o turismo podem ser pensados por meio da segmentação como sugeridos pela Paraná Turismo e pela Paraná Projetos. Pois como já explicado inicialmente são poucos os municípios hoje que conseguem atrair visitantes, por isso, considera-se importante que o turismo no Vale do Ivaí, seja pensado como uma região, ainda que, a atividade turística, do modo como vem sendo gerida não produzirá resultados imediatos na economia como o esperado. Pois consolidar um destino turístico, leva tempo e planejamento, além do que a atividade não é entendida como sendo a área que resolverá os problemas sociais, econômicos e ambientais de uma região ou município e sim contribuirá como alternativa a mais para geração de renda. Desde que seja levado em consideração o

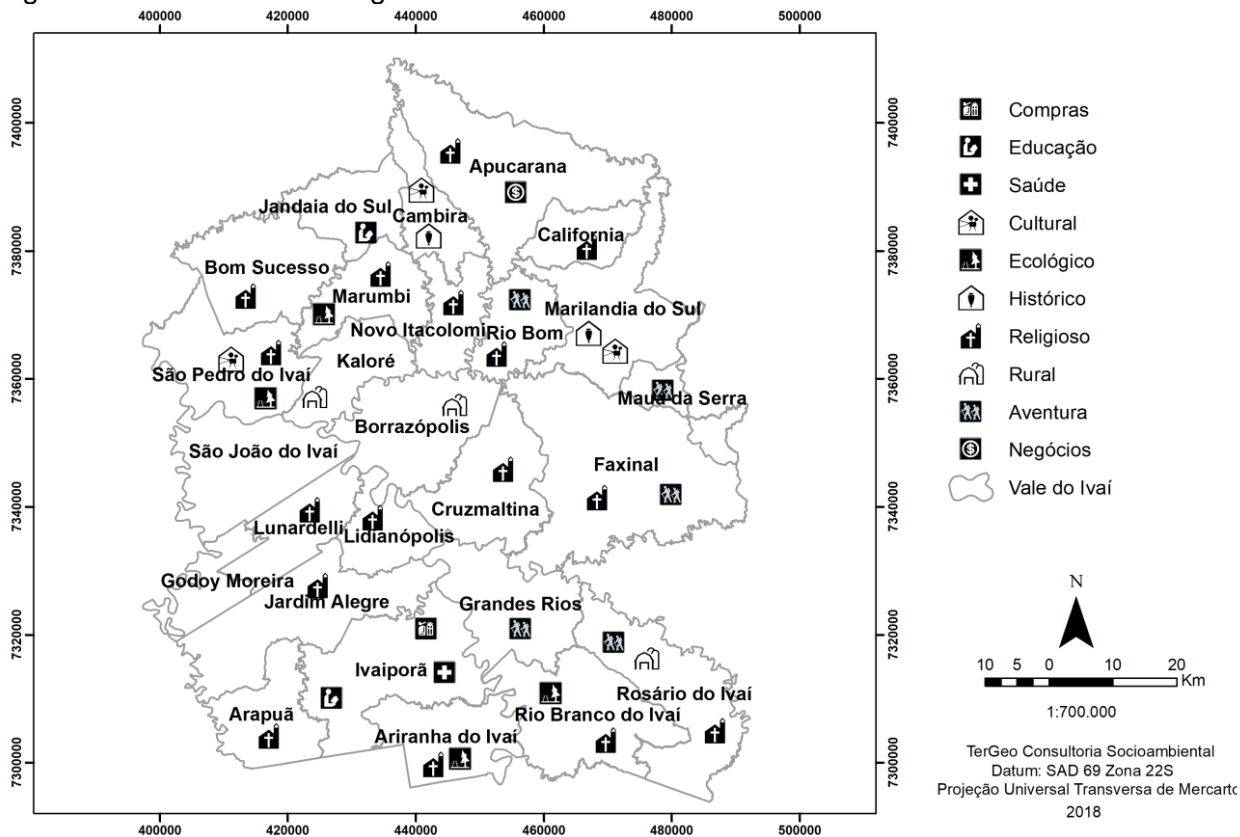
seu desenvolvimento de base local. Mas para que isso aconteça é preciso entender que:

Para o desenvolvimento do turismo regional, é fundamental a integração das organizações públicas e privadas e o comprometimento dos atores locais. A integração significa, porém, respeitar a autodeterminação de cada município, considerando sua autonomia no planejamento do turismo e na realização de ações pontuais. A gestão integrada do turismo regional deve incentivar essa autonomia, buscando uma convergência das ações de interesse regional (TOMAZZONI, 2009, p. 186).

Os segmentos que mais se destacam a partir dos atrativos e potenciais existentes são o religioso e o de aventura como apontados por instituições que atuam com o turismo na região, a Paraná Projetos e a Paraná Turismo. Mas sugere outros cenários possíveis, como apresentados no mapa da Figura 32, pensado para demonstrar os principais potenciais de segmentos a serem trabalhados em um planejamento para o turismo na região.

A maioria dos municípios possuem algum atrativo, o que não significa que são ou serão turísticos, o que se propõe é que os municípios sejam trabalhados de modo a formarem uma rede de cooperação entre eles no complemento da atividade turística. Como exemplo, municípios que já possuem alguma estrutura de hospedagem e restaurantes como Apucarana, Faxinal, Jandaia do Sul, Mauá da Serra e Faxinal podem servir de apoio para outros municípios que possuem pouca oferta, mas que tem algum potencial a ser usado para o turismo.

Figura 32 – Potencial dos segmentos de turismo no Vale do Ivaí.



Fonte: a autora.

As propostas a seguir, podem ser ofertadas como complemento dos projetos existentes como a Rota do Monge João Maria de Jesus, o Vale da Aventura, a Rota da Fé e futuramente pelo Circuito das Frutas. A Figura 33 apresenta algumas imagens da região relacionadas aos atrativos naturais com potencialidades de esportes de aventura na região como a Cachoeira Chicão 2, tirolesa em Faxinal, parapente em Rosário do Ivaí e salto do Ariranha em Ariranha do Ivaí.

Figura 33 – Mosaico de imagens do Vale da Aventura.



Fonte: Cachoeiras... (2018); Tirolesa...(2018).

Pela falta de Unidades de Conservação na região, sugere-se a criação de parques públicos, estaduais e municipais para proteção e conservação de alguns atrativos naturais. Esses atrativos apresentados se encontram hoje em propriedades particulares. Esses podem ser pensados para a região ainda como prática para o geoturismo por meio do turismo pedagógico com atividades de Educação Ambiental. O geoturismo é um segmento caracterizado por ter o patrimônio geológico como principal atrativo por meio da interpretação ambiental na compreensão dos fenômenos geológico-geomorfológicos. A principal motivação para o turista é a observação e apreciação da estética da natureza.

Esse tipo de atividade tem por objetivo promover a geoconservação do patrimônio geológico ao envolver a comunidade local com atividades econômicas que aumentem a oferta de emprego e renda. É um meio de incluir pessoas no contexto das discussões e reflexões que tratam do conflito do homem em seu meio

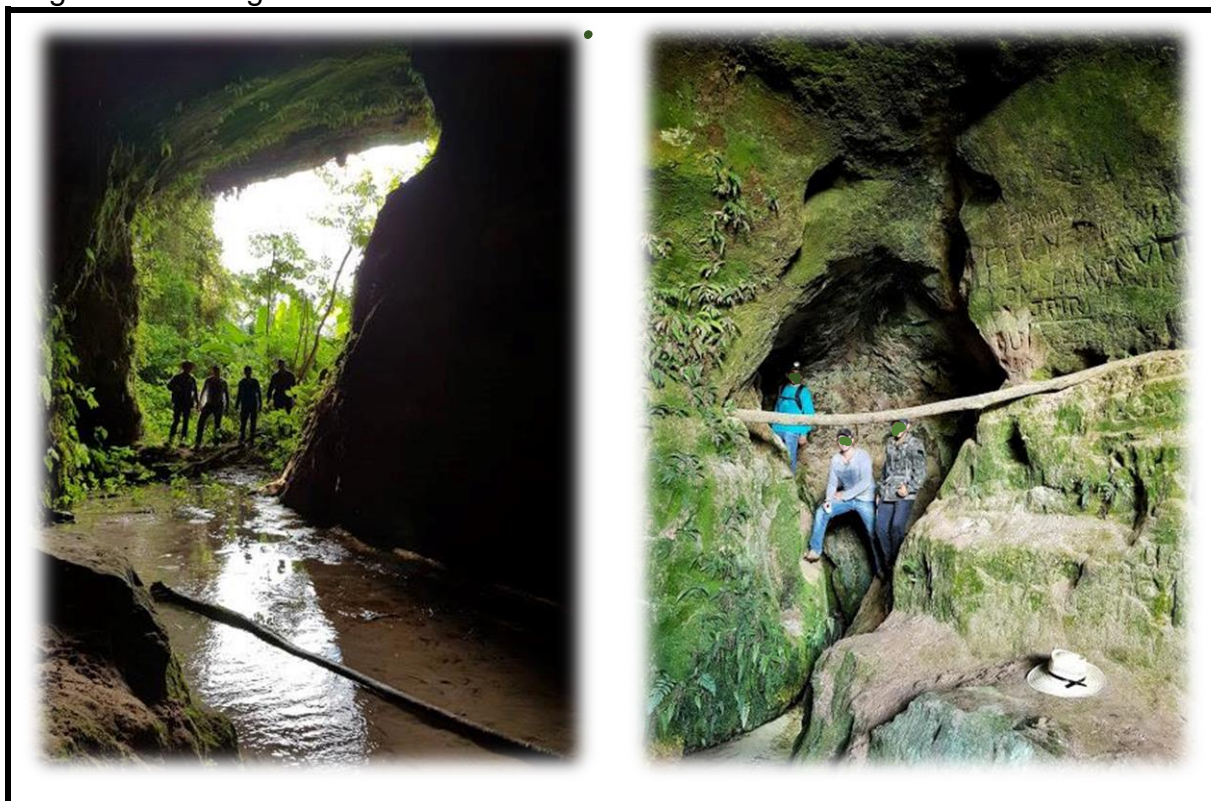
ambiente. As atividades nessa modalidade são executadas em trilhas guiadas e autoguiadas, excursões, palestras, atividades lúdicas, museus, exposições, entre outros (LOPES; ARAÚJO; CASTRO (2011). Em São Pedro do Ivaí, existe uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) que oferece algumas dessas atividades que também devem ser consideradas, além das citadas a seguir. Se bem planejadas podem atrair um público voltado ao turismo pedagógico, que é um tipo de atividade voltada a instituições de ensino e consiste em

Uma atividade educativa sob a forma de experiência turística, na qual os alunos assumem a condição temporária de turistas, seguindo um plano pedagógico definido pela escola para melhor exploração de conhecimentos aproveitando-se da riqueza do meio ambiente. (ALVARES; LINHARES; TAVEIRA, 2004, p. 143).

Essa prática de turismo proporciona um diálogo com a natureza e a cultura, além de proporcionar a conexão de diversas áreas do conhecimento pode ter como foco a Educação Ambiental. Essa é uma forma de estimular o desenvolvimento turístico sob uma nova ótica, tendo em vista a possibilidade de caminhos alternativos de pensar e agir (ALVARES; LINHARES e TAVEIRA, 2004). Para que essa atividade aconteça, além da RPPN de São Pedro do Ivaí, existem outras possibilidades.

Destacam-se duas cavernas de Rio Branco do Ivaí, porém, essas atualmente estão sendo estruturadas para receber visitantes. Porém, há tempos sofre com vandalismo pelas escritas em suas paredes internas, por isso é urgente uma intervenção do setor público para sua preservação com atividades de educação ambiental com a comunidade local. É possível verificar que em fevereiro de 2019 uma divulgação desse atrativo na página de uma rede social da AMUVITUR. Em entrevista o GMT afirmou interesse do município em fazer essa revitalização, principalmente após uma parte da rota de cicloturismo passar pelo município. A Figura 34 apresenta um mosaico com imagens da caverna em Rio Branco do Ivaí, disponibilizadas em 2019. Na imagem da direita é possível observar as marcas do vandalismo nas paredes internas da caverna.

Figura 34 – Imagens da caverna em Rio Branco do Ivaí.



Fonte: AMUVITUR (2019). Fotógrafo Leandro Bermudes de Oliveira.

O rio Ivaí é um potencial a ser desenvolvido tanto pelo geoturismo como pela prática do turismo náutico, por sua grande extensão e beleza paisagística. Porém, conforme a pesquisa verificou-se que ele apresenta vários problemas com a de poluição e contaminação de suas águas. Atualmente existe uma proposta de construção da usina hidrelétrica no rio Ivaí entre os municípios de Jardim Alegre e Grandes rios, que vem gerando preocupação por parte da comunidade local, como pescadores e moradores ribeirinhos. Estes poderão ser transferidos de local pela inundação de terras férteis, além disso, poderá causar entre outros problemas a diminuição de peixes. A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembléia Legislativa do Paraná em 2017 autorizou a construção de hidrelétricas no rio Ivaí (PESCADORES...2017). Caso projetos como esse sejam executados durante o percurso do rio pode comprometer sua utilização para o turismo, devido aos problemas expostos.

Por falta de planejamento a prainha do rio Ivaí localizado em São João do Ivaí tem acesso limitado a apenas alguns visitantes. Como a gestão municipal no passado permitiu a construção de chácaras de lazer nas suas margens essa acabou

se tornando uma área particular pela restrição de acesso. Se tivesse sido pensada em contexto de planejamento de turismo, hoje poderia ser um atrativo importante. Desse modo, hoje só tem acesso moradores e visitantes que alugam as chácaras de lazer. Na Figura 35 é apresentado algumas imagens do rio Ivaí, como o rio Ivaí; ponte sobre o rio Ivaí em Lidianópolis; prainha no rio Ivaí em São João do Ivaí; procissão dos Barcos no rio Ivaí em Porto Ubá em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes

Ainda considerando o potencial do rio Ivaí para o geoturismo, recentemente em suas margens foram descobertos sítios arqueológicos indígenas a oeste da região do Vale do Ivaí. Foram descobertas durante a construção de subestações e linhas de transmissão de rede elétrica pela COPEL na implantação desses empreendimentos. Para que pudessem ser construídas a legislação federal solicita a realização de pesquisas arqueológicas com o objetivo de diminuir os impactos causados ao patrimônio dos municípios. Em São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí e Bom Sucesso por decorrência desses estudos foram identificados 33 dos 66 sítios registrados até 2015 pela empresa, considerado como um tesouro arqueológico (SÃO PEDRO DO IVAI, 2015).

Figura 35– Mosaico de imagens do rio Ivaí



Fonte: IMAGEM... 2012; Festa...2018; Prainha...2007; Grandi (2018b).

Um dos sítios arqueológicos conhecido por Dois Palmitos foi encontrado em uma propriedade rural as margens do rio Ivaí em São Pedro do Ivaí, na fazenda Santa Filomena. O proprietário, com a intenção de preservar os achados e a cultura desse povo está realizando um projeto no mínimo inusitado em forma de um complexo que inclui restaurante, igreja, museus, esculturas, trilha para caminhada, capela religiosa, entre outros. Tudo começou com o achado de uma urna funerária contendo a ossada de um índio tupi-guarani em que o proprietário começou a construir espaços que abordam não só a cultura indígena, como também a religião católica. Nas imagens em mosaicos de azulejos é possível perceber que a pesar da boa intenção do proprietário na preservação e valorização da cultura indígena a mescla dessas duas culturas ficou confusa. Porém, como ainda não foi concluído

não sendo aberta a visitação ainda não é possível fazer uma análise dos seus resultados. A inauguração do complexo está prevista para 2019.

Além disso, verifica-se que a propriedade, os equipamentos para hospedagem, restaurante e piscina foram construídos sem planejamento, sendo elaborados sem se atentar para o lado comercial do negócio, o qual necessitará de auxílio de um gestor em administração hoteleira ou de turismo para que se corrijam alguns problemas a fim de poder receber visitantes. Hoje não dá para identificar ao certo o objetivo do estabelecimento. Atualmente está em construção um museu para abrigar as peças indígenas já encontradas e na construção foram colocadas grandiosas esculturas de indígenas como mostra as imagens da Figura 36 que demonstram partes do empreendimento em estilo medieval.

Figura 36 – Mosaico de imagens do sítio arqueológico indígena Dois Palmitos em São Pedro do Ivaí.



Fonte: a autora.

Localizado a leste da região do Vale do Ivaí, não mais as margens do rio Ivaí, segundo o jornal Folha de Londrina no município de Mauá da Serra tem uma única peça do que restou de um provável cemitério caingangue após um recente reflorestamento, ou seja, parte de uma provável memória indígena foi perdida. Em 2005 o jornal já havia alertado em reportagem sobre a existência desse sítio arqueológico na propriedade rural do município, nas proximidades do rio Tibagi. Antropólogos que foram até o local, suspeitam que haviam seis desses túmulos.

As cinco pirâmides olham para o nascer do sol. A altura varia de 1,60 a 1,80 metros, com perímetro basal em torno de 3,80 a 10 metros. Existem pedras espalhadas pelo local, o que faz crer que outras edificações ruíram (MISTÉRIO...2005).

Porém, como o local não foi devidamente estudado e protegido pelo poder público sobrou apenas uma coluna, ou seja, uma perda irreparável para história da própria região, que é carente de estudos e pesquisas para compreensão de suas origens (MEMÓRIA..2018). Esse único exemplar, precisa urgentemente de proteção, que pode ser um atrativo turístico da região. A figura 37 mostra a imagem do único exemplar do provável cemitério caingangue em Mauá da Serra.

Figura 37 – Provável cemitério indígena caingangue em Mauá da Serra.



Fonte: Memória...2018.

Ainda na proposta de trabalhar a região por meio do geoturismo, chama a atenção um local conhecido como Pedras de Cambira em Apucarana. São colunas rochosas hexagonais de origem vulcânica encontradas em forma de um paredão e também no leito de um rio. Na Figura 38 é possível ver o desenho hexagonal nas rochas abaixo da água.

“Pedras do Cambira” tem a mesma origem que as demais rochas vulcânicas encontradas ao longo do terceiro planalto paranaense, onde está o município de Apucarana, ou seja: os basaltos originados a partir do resfriamento dos sucessivos derrames de lavas que aqui ocorreram - veja o quadro “As Rochas de Apucarana”. No entanto, neste local, o resfriamento da lava determinou características peculiares a esta formação rochosa que resultou em colunas de rochas dispostas na forma vertical e com as bases hexagonais, reconhecidas na geologia como, carinhosamente denominadas “As Pedras do Cambira” (ITCG, 2018).

É considerado um monumento natural especial, mas com urgente necessidade de conservação. A Figura 38 apresenta um mosaico com imagens do local, desconhecido para o turismo pelos entrevistados.

Já nos segmentos culturais que também podem ser aproveitados para o turismo pedagógico, além dos sítios arqueológicos indígenas, existem algumas opções como uma imponente construção singular conhecida como Castelo Eldorado. Está localizada em uma propriedade rural no município de Marilândia do Sul e é na verdade uma luxuosa construção edificada entre 1942 - 1947 por uma família alemã no período da Segunda Guerra. Cheio de detalhes arquitetônicos como torres, sacadas, jardim suspenso, paredes com 70 cm de espessuras e inúmeros aposentos. Esses foram construídos e decorados com luxo e conforto, incomum para os padrões da época na região do Vale do Ivaí e norte do Paraná.

Conta com escadarias, elevador, banheiro em mármore de Carrara, vidros franceses, lustres tchecos e cortinas da Síria. Vários salões no estilo neoclássico são decorados com trabalhos em estuque, um tipo de argamassa, ou seja, uma textura na parede confeccionada com pó de mármore, cal fina, gesso e areia, formando desenhos ornamentais. Por se localizar em um local quase inacessível na época, muitas lendas surgiram e a que mais desperta curiosidade é a de que foi construída para abrigar nazistas fugidos da Alemanha. É um empreendimento particular, aberto a visitação, mas verifica-se que por falta de investimentos em manutenção a cada ano vem se deteriorando.

Figura 38 – Mosaico de imagens do local conhecido como Pedras do Cambira em Apucarana.



Fonte: Jorge Marcato Donato Junior, (2018). Acervo pessoal.

Existem poucos museus na região do Vale do Ivaí, pois como mencionado, alguns municípios são novos, com menos de 50 anos de fundação. O museu da família Riello é um dos poucos encontrados na região. Está localizado em uma propriedade rural no município de CÂmbira em um antigo barracão de criação do bicho da seda. No museu há cerca de 400 peças usadas por antigos agricultores no trabalho, no cotidiano e nas residências, doadas pela comunidade local. Foi pensado como um modo de resgatar a memória dos colonizadores da região. Já recebeu visitantes, porém, atualmente por falta de funcionários, está fechado (COSTA, 2011).

O museu do Plantio Direto em Mauá da Serra reúne antigos e modernos equipamentos de plantio direto além de fotografias do sistema, além de vídeos e

coleções de livros sobre o assunto. O plantio direto é uma técnica de cultivo criada a partir de 1990 no Brasil que resulta no aumento de produtividade agrícola. Essa técnica foi introduzida em 1971 pelo agricultor Herbert Bartz de Rolândia, município do norte do Paraná, que orientou em 1974 os produtores de Mauá da Serra a difundir a prática pelo país, reconhecida mundialmente (MASCHIO, 2004).

O museu do Café está localizado no distrito de Pirapó em Apucarana e recebe visitantes da região. No espaço é retratada a história da produção do café por meio de um acervo doado pelos pioneiros de Apucarana. Conta com uma Casa de Costume retratando uma moradia do meio rural nas décadas de 1950 e 1960 (APUCARANA, 2015). A Figura 39 apresenta imagens desses museus, sendo o Castelo Eldorado em Marilândia do Sul; Museu Regional Do Plantio Direto; museu do café no distrito de Pirapó – Apucarana; Museu rural da família Riello em Cambira.

Figura 39 – Mosaico de imagens dos principais museus do Vale do Ivaí.



Fonte: Andrade...2017; Integrada...2012; Aberta...2015; Santin (2011).

O segmento religioso se destaca na região principalmente em Lunardelli e Apucarana pela forte presença da religião católica na região. Isso proporciona alguns atrativos para além desses destinos. Além da mencionada proposta da Rota da Fé a do monge João Maria de Jesus, existem uma diversidade de outros santuários, igrejas e monumentos nos municípios. Alguns exemplos são em Rosário do Ivaí, com um monumento em forma de rosário, em Ariranha do Ivaí tem uma igreja rural em madeira, na comunidade Barraquinha que é considerada importante pela pintura interna. Em suas festas organizadas pela comunidade Ucraniana é servido o Pirogue (prato típico polonês) com frango caipira.

Em Apucarana já foram citados vários atrativos, sendo os principais nesse segmento religioso, o Parque Santo Expedito e o Parque da Redenção. Este último está em reformas. Em Cruzmaltina tem o Santuário Nossa Senhora Aparecida que possui uma réplica de Nossa Senhora do Santuário Nacional em Aparecida do Norte em São Paulo. A Figura 40 mostra algumas imagens, sendo da esquerda para a direita o monumento em forma de Rosário em Rosário do Ivaí, a igreja da Barraquinha em Ariranha do Ivaí, Parque da Redenção em Apucarana e Santuário Nossa Senhora Aparecida em Rosário do Ivaí.

A proposta é que se criem roteiros segmentados para que a comunidade local possam visitar esses atrativos. Isso pode ser feito por agências locais, para escolas, universidades, comunidades religiosas, instituições comunitárias, etc. É preciso que a comunidade conheça e se reconheça nesses locais para que o Vale do Ivaí seja reconhecido posteriormente, além da região.

Figura 40 – Mosaico dos atrativos e potenciais para o turismo religioso do Vale do Ivaí



Fonte: Igreja... 2018; Beraldo (2018a); Rosário... (2016); a autora.

Outros monumentos culturais são encontrados na região como o que foi feito em homenagem aos pioneiros com diferentes cenários ligados a agricultura do café na época da colonização. Está localizado no centro do município de Borrazópolis, tendo sido desenhado e construído por um artista local Roverson Tales Turek responsável por outras obras na região. Também em Borrazópolis foi construído um monumento em homenagem a uma conhecida parteira do município Bronislava Barnet, conhecida por dona Bronha. Esse monumento encontra-se em meio ao lago municipal.

Outro monumento bastante conhecido na região é conhecido como Bonezão, um símbolo de uma das principais atividades do município de Apucarana, conhecida

como a capital brasileira do boné. É uma grande construção em forma de boné moldada em concreto e tornou-se um visitado por quem passa pela região. Na biblioteca municipal de Lidianópolis há um painel em homenagem aos pescadores locais. Esses monumentos estão apresentados em imagens na Figura 41.

Figura 41 – Mosaico de imagens dos principais monumentos culturais do Vale do Ivaí



Fonte: Borrazópolis (2018); Beraldo (2018b). Borrazópolis... (2014); a autora.

Outro segmento que já vem sendo trabalhado na região é do turismo que é exercido no espaço rural em que a maioria dos atrativos e potenciais se dá pela oferta de pousadas rurais e eventos ligados ao rural como as cavalgadas e colhe e pague de frutas. As principais hospedagens rurais se encontram em três municípios: Faxinal, Mauá da Serra e Borrazópolis. O empreendimento de

Borrazópolis é recente, portanto, o turismo no município era pouco tratado, sendo que o seu proprietário foi o idealizador da rota de cicloturismo. O mosaico de imagens mostra da esquerda para a direita, da parte superior para a inferior: piscina do Luar de Agosto em Faxinal, Recanto Pinhão em Mauá da Serra, Solar Águas do Ivaí em Borrazópolis, colheita da uva Niágara e cavalgada em Rosário do Ivaí. Estas são apresentadas na Figura 42

Figura 42 – Mosaico com imagens de pousadas rurais do Vale do Ivaí



Fonte: Piscina...2007; Recanto...2018; José Manuel Silva Junior(acervo pessoal).

Um dos problemas no Vale do Ivaí se dá pela não oferta de produtos locais, como artesanatos. Esses precisam de um trabalho para ser criados e de modo que tenham relação com a cultura local, ou seja, se apresentarem com originalidade. Isso só é possível após o resgate da identidade cultural dos municípios da região, podendo ser feito a partir da elaboração de mais estudos e pesquisas sobre a história e cultura dos municípios, pois esses são escassos. É preciso garantir que esse conhecimento chegue até a comunidade pela confecção de materiais didáticos a instituições de ensino, como documentários, livretos e etc.

A própria AMUVITUR e o Curso de Turismo da UNESPAR, junto ao Sebrae podem organizar uma ação específica com oficinas de artesanato a partir de materiais produzidos na região. Existem experiências positivas no Paraná que podem servir de modelo. Curitiba tem o projeto “Sou Curitiba Souvenirs Curitiba sua linda”, Londrina tem o “SouLondrina souvenir criativo”. São projetos que dão apoio a criação de *souvenirs* com identidade, inovação e criatividade para a geração de pequenos produtores locais. Mas além desses, podem ser criados outros produtos.

O gestor de Mauá da Serra mencionou uma proposta discutida em algumas reuniões da AMUVITUR para a criação de uma espécie de CAT que atendesse a região do Vale do Ivaí. Esse ficaria disponível em um dos estacionamentos dos restaurantes de Mauá da Serra, por se localizar em uma via estratégica para quem viaja pela BR-376 que liga o Norte e o Sul do Paraná com destino a Curitiba e às praias do Sul.

O ponto de atendimento seria em um *container* que além de oferecer informações turísticas sobre a região do Vale, serviria para venda de produtos da região como alimentos in natura, produção da agroindústria e artesanatos. Porém, apesar de ser uma proposta interessante, essa ação ainda é apenas uma proposta e foi citada por apenas um entrevistado.

Outro entrevistado citou uma proposta parecida, mas para ser instalada em Jandaia do Sul que também possui localização estratégica sobre o principal tronco rodoferroviário do Norte do Paraná, que o liga a Curitiba e o Porto de Paranaguá, a São Paulo e o Porto de Santos e ao sul do Brasil.

Conforme detectado durante a pesquisa de campo, ao percorrer toda a região do Vale do Ivaí, foi observado que quase não há pontos de parada para compra do que é produzido na região para atender a visitantes. Um dos poucos locais

identificados foi em Novo Itacolomi que tem duas pequenas fábricas de doces e balas de banana que fazem a venda direta para o consumidor, mas precisa de melhorias na infraestrutura e qualidade dos produtos para serem ofertados a futuros turistas.

O único local que se destaca na região chama a atenção pela estrutura, uma loja de uma fábrica de cachaças especiais em Jandaia do Sul. Está possui boa estrutura para recepção de visitantes, com oferta de visita técnica para acompanhar sua produção, assim como ocorre em importantes destinos turísticos. A Figura 43 apresenta imagens da fachada e interior da loja da fábrica.

A região do Vale do Ivaí possui solos de boa qualidade e tem alta produção de cana-de-açúcar, um potencial que foi aproveitado pela empresa e que possui dessa forma identidade com o local. Porém durante a pesquisa este não foi citado por nenhum dos entrevistados, o que demonstra desconhecimento por parte dos GMTs sobre as potencialidades e os atrativos da região.

Em relação à falta de gastronomia típica, com cardápios de base histórica e sabores locais na região, se configuram como um problema para o desenvolvimento do turismo. Em municípios maiores como Apucarana, Ivaiporã e Jandaia do Sul existem opções de restaurantes, porém, nenhum é citado como ponto de visita para degustação de um prato especial ou típico da região. Nos onze municípios com menos de cinco mil habitantes, as opções para refeições e de hospedagem são consideradas precárias.

Até mesmo o prato considerado típico da região pela Paraná Turismo, o Porco no Tacho, que consta no calendário de mesa “Gastronomia Paraná” distribuído no início do ano em um evento para os Gestores Municipais de Turismo do Estado em Curitiba, não foi citado pelos entrevistados como sendo típico de algum município do Vale do Ivaí. Essa pergunta foi refeita em um grupo da AMUVITUR no aplicativo de conversas whatsapp no dia 25 de outubro de 2018.

Figura 43 – Fachada da loja e interior da fábrica de cachaças em Jandaia do Sul



Fonte: Cachaça...,2018.

Porém, mais uma vez, não foi reconhecido por nenhum GMT como sendo prato típico do seu município. Isso demonstra, falta de conhecimento sobre a região pelo próprio órgão público de turismo do Estado, a Paraná Turismo que divulga um prato como sendo da região, porém, não o é. Nas entrevistas, poucos GMTs informaram pratos típicos e os que citaram são servidos somente em eventos esporádicos como o Churrasco no Espeto de Bambu em Rio Bom (Figura 44) e o Porco com Legumes em Marilândia do Sul (Figura 45).

Figura 44 – Churrasco no espeto de Bambu de Rio Bom



Fonte: Senes (2013).

Figura 45 – Porco com legumes de Marilândia do Sul



Fonte: Zanlorenzi (2018b).

Outros pratos foram citados, como o Piroguê, prato de origem polonesa servido em festas esporádicas em Ariranha do Ivaí e Borrazópolis e a Costela Fogo de Chão em Grandes Rios. De todos os 26 municípios visitados, somente em dois deles foram constados pontos de referência pela oferta de gastronomia local no

atendimento de visitantes locais e regionais. Mauá da Serra com os restaurantes/cafés, por estar localizado em uma via estratégica para quem viaja pela BR-376 que liga o Norte e o Sul do Paraná com destino a Curitiba e às praias do Sul. Logo, se destaca pelo número de restaurantes as margens da rodovia como os conhecidos Mapy, Elim e Holandesa. O diferencial se dá por estarem em locais com belas paisagens naturais de clima de serra, atraindo também visitantes da região aos finais da semana, como mostra a Figura 46.

Figura 46 – Motociclistas em restaurante de Mauá da Serra



Fonte: Café..., 2018.

Em Porto Ubá, distrito de Lidianópolis há um restaurante considerado como um tradicional ponto de lazer que atrai visitantes locais e da região principalmente aos finais de semana e período de férias. Tem como prato principal o peixe frito pescado no rio Ivaí, mas sua infraestrutura é precária. Em geral os municípios do Vale ofertam poucas opções de lazer para os seus moradores e este tem uma localização privilegiada por estar próximo a ponte do rio Ivaí. A Figura 47 mostra parte da fachada do restaurante em Porto Ubá.

Figura 47 – Restaurante em Porto Ubá em Lidianópolis



Fonte: a autora.

Além disso, observa-se que apesar das estradas serem relativamente boas, não existe mirantes para que os visitantes possam fazer registro das belas paisagens do Vale do Ivaí. Na maioria dos trechos a estrada é de pista simples. Esses foram, portanto, alguns atrativos sugeridos para o planejamento da atividade no Vale do Ivaí, tendo em vista o desenvolvimento regional. Concorda-se com Tomazzoni (2009) que existem dificuldades no âmbito do planejamento difíceis de serem controladas e que geram impactos culturais, ambientais e turísticos em razão da área ou do território de abrangência regional pela amplitude e diversidade de segmentos que não foram tratados aqui por essa pesquisa. Além disso, é preciso considerar ainda que cada gestor possui um estilo diferente e objetivo de governar, de coordenador cada grupo, e que possuem visões diferentes e é preciso concordar que

É no nível do desenvolvimento desigual, combinado, e contraditório, que se expressam diversidades, localismos, singularidades e particularismos. Verifica-se, pois, que a globalização pode não significar homogeneização total, mas sim diferenciação entre as partes. Essa diversidade ocorre em virtude das distintas potencialidades regionais e dos diversos atores hegemônicos que atuam com forças desiguais, organizando ou desorganizando os quadros regionais. Ou seja, novos recortes do mundo sob o padrão econômico do capital (BEZZI, 2004, p. 82).

Existem várias possibilidades de se desenvolver o turismo na região do Vale do Ivaí e a que foi sugerida procura aproveitar o que a região já tem. Para isso é preciso os atrativos e as potencialidades se tornem conhecidas pela população local e que novas propostas de produtos e serviços sejam criados a partir de um reconhecimento e valorização da sua história e cultura. Embora se reconheça que existam limitações na participação social por meio de suas organizações e entidades nos processos decisórios, é recomendável que estas atuem no sentido de promover a discussão permanente dos problemas regionais relacionados ao desenvolvimento.

Várias são as questões que devem ser abordadas pelo desenvolvimento regional em relação ao planejamento do turismo. No caso do Vale do Ivaí, por essa ser uma região que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, isso é fundamental. Tomazzoni (2009) cita alguns indicadores do desenvolvimento regional que devem ser considerados no planejamento do turismo, conforme o Quadro 26.

Quadro 26 - Indicadores do desenvolvimento regional

Elementos	Indicadores
Delimitação espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios integrantes e extensão territorial; - Identidades culturais; - Atividade econômicas predominantes; - Características ambientais (clima, relevo, vegetação, fauna); - Participação da comunidade local; - Atuação de instituições e fóruns de desenvolvimento.
Disparidades intrarregionais	<ul style="list-style-type: none"> - PIB e renda per capita; - IDH; - População e taxa de crescimento populacional; - Orçamentos das prefeituras; - Setores de atividades econômicas e empresas; - Empregos por segmentos.
Externalidades	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento de energia elétrica; - Rede de água; - Transporte público; - Acesso a rodovias; - Rede de ensino; - Disponibilidade de técnicos especialistas; - Saúde; - Distritos industriais e incentivos para instalação de empresas; - Empregabilidade.
Sustentabilidade Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação e conservação de áreas verdes nativas; - Criação de parques ecológicos; - Aspecto visual das áreas urbanas; - Coleta e tratamento de resíduos sólidos e líquidos.
Inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação; - Ingresso de imigrantes; - Programas assistenciais; - Geração de empregos formais; - Diversificação do mercado de trabalho; - Incentivos a fixação dos agricultores no meio rural; - Segurança pública; - Inclusão das minorias;

Fonte: Adaptado de Tomazzoni (2009).

O autor também tem um estudo que trata dos indicadores do desenvolvimento regional do turismo, mas como estes não foram seguidos como metodologia nessa pesquisa, não serão citados, apesar de entender sua importância. Como os projetos de turismo na região do Vale do Ivaí são recentes, criados e propostos nesse ano de 2018, não foram totalmente implementados para que se possa fazer uma análise dos resultados com base nas diretrizes do PRT.

As diretrizes do programa são: ter a região com a abordagem territorial como referência para o desenvolvimento da atividade turística; integração e participação social; inclusão social e cultural; descentralização; sustentabilidade com preservação da identidade cultural e respeito às especificidades políticas econômicas, sociais e ambientais; inovação com visão integradora que exige a formalização dos serviços e a qualificação ampla para formação de micro e pequenos negócios, organizações associativas e cooperativas em redes, investimento em tecnologias, ofertas de produtos e serviços segmentados que agreguem valor ao patrimônio sociocultural e ambiental, com a capacidade de geração de emprego e renda no território, e competitividade, de forma a gerar novos negócios e ofertar experiências positivas ao turista (BRASIL, 2013b).

O futuro da regionalização no Vale do Ivaí é incerto, pois a partir de 2019 o país será regido por um novo presidente de um partido político diferente dos últimos 13 anos. Partido que implantou o MTur e o Programa de Regionalização do Turismo. Portanto, será necessário aguardar quais serão as novas propostas para o turismo em relação ao desenvolvimento territorial.

Caso o PRT continue, é possível que no ano de 2019, com a reformulação do Mapa do Turismo pelos novos critérios impostos pela Paraná Turismo a alteração na composição da região turística do Vale do Ivaí sofra novas alterações. Sem a pretensão de esgotar o tema, tem-se a expectativa de que essa pesquisa contribua com questões abordadas pelo conceito de desenvolvimento regional para o planejamento do turismo na região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve por objetivo analisar as principais repercussões socioterritoriais da política pública de regionalização do turismo no Brasil, na região do Vale do Ivaí, no Paraná, a partir do conceito de desenvolvimento regional. Como eixos orientadores em uma análise multiescalar, foram abordados alguns conceitos da ciência geográfica, quais sejam: região, regionalização, planejamento e desenvolvimento regional. Tais conceitos embasaram as discussões que norteiam uma política pública de base territorial.

A região é considerada uma das mais tradicionais categorias de análise espacial utilizada no planejamento, mas com um nível de complexidade jamais visto, por ser uma mediação entre o universal e o singular, entre o global e local. É um conceito que embasa uma reflexão política de base territorial, permeada por interesses das comunidades e representadas pelos seus atores. Estes últimos, porém, nem sempre comprometidos com os verdadeiros interesses da comunidade local.

Portanto, a região não deve ser vista como um simples artifício visando à intervenção política via planejamento. Deve ser tratada como uma ferramenta política, que resulte em uma articulação espacial consistente. Cabe, assim, discutir a força espacial/regional ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos e interesses envolvidos.

Desse modo, a pergunta central da tese que se propôs a verificar quais as principais repercussões socioterritoriais do Programa de Regionalização do turismo que foram empreendidas no Vale do Ivaí, levou a algumas reflexões. Ressalta-se que essas repercussões foram compreendidas como decorrentes dos resultados dessa política pública de base territorial quanto a valores, resultados físicos e institucionais promovidos por meio de ações e projetos na área, tendo como estudo de caso o Vale do Ivaí.

O Paraná é reconhecido nacionalmente como uma referência na implantação do Programa de Regionalização do Turismo, sendo a Paraná Turismo o órgão responsável por sua execução. Atualmente existem, no estado, 14 regiões turísticas que devem ser geridas por suas Instâncias de Governança Regionais. Dos 399 municípios paranaenses, atualmente 283 fazem parte do Mapa do Turismo. A região

do Vale do Ivaí foi uma das últimas regiões a serem criadas em 2014, após a reformulação do Programa. Portanto, a região é considerada recente, bem como a sua Instância de Governança Regional, a AMUVITUR, criada em 2015.

O cadastro dos municípios no Mapa do Turismo, no âmbito do MTur, teve a finalidade de dar maior transparência à destinação dos seus recursos financeiros. Para isso, criou-se a Categorização dos Municípios Turísticos. Tais recursos muitas vezes são pleiteados sem engajamento com a última finalidade o turismo, ou seja, tornam-se uma forma para alguns municípios obterem recursos para obras de infraestrutura básica e de lazer para a população local, como festejos locais sem expressividade turística.

Um exemplo na região do Vale do Ivaí que chamou a atenção é o caso de Jandaia do Sul, município que não era turístico, mas que recebeu entre 2009 e 2011 aproximadamente R\$ 15 milhões do MTur e, ainda assim, continua sem expressividade para a atividade. Para evitar distorções como essa na distribuição dos recursos financeiros, o MTur passou a restringir o acesso a esses recursos por meio da categorização dos municípios turísticos pertencentes ao Mapa do Turismo Brasileiro.

Desse modo, os municípios passaram a ser classificados pelas letras A, B, C, D e E em relação a dados como o fluxo turístico nacional e internacional e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Só assim os municípios podem pleitear recursos financeiros de acordo com a categoria à qual pertencem. Pelas restrições impostas à captação desses recursos, muitos municípios, no caso do Vale do Ivaí, passaram a se interessar a ingressar no mapa do turismo após a criação da região turística.

Outro fato que chama a atenção no Vale do Ivaí é que 25 municípios dos 26 que pertencem à AMUVI fazem parte da região turística. Porém, a maioria se encontra classificada nas categorias D e E do Mapa, o que significa que têm pouca expressividade para o turismo.

O Mapa do Turismo Brasileiro, por meio da categorização dos municípios turísticos, deveria, a priori, nortear os investimentos para o desenvolvimento em locais em que o turismo já produzia uma dinâmica econômica. Mas como verificado nessa pesquisa, acabou não interferindo na alocação dos recursos financeiros como se esperava, como no Vale do Ivaí. Foi identificado que os municípios vêm

solicitando individualmente seus recursos financeiros por meio de projetos ao MTur, sem considerar questões que envolvem as necessidades e as características regionais para a atração de visitantes e de novos investimentos.

A política pública de regionalização do turismo empreendida nos últimos dois anos na esfera federal e estadual tem optado cada vez mais por estratégias voltadas às questões econômicas. A maioria dos municípios paranaenses que fazem parte do G11 se desenvolve nos segmentos do turismo de negócios e eventos, priorizando municípios que já possuem grande expressão no cenário de turismo no Paraná. Já nos municípios do interior, considerados de pequeno porte, é perceptível que as atividades turísticas estão voltadas ao turismo alternativo e de base local, como rural, religioso, esporte e aventura, com a criação de circuitos e rotas ligadas à agricultura familiar, como é o caso do Vale do Ivaí.

O turismo visto como uma alternativa de crescimento econômico tem vários efeitos, podendo contribuir significativamente com a distribuição de renda e a geração de empregos. Isso pode justificar os incentivos e as regulamentações por parte do setor público. Porém, estas devem estar alinhadas com um desenvolvimento que contribua com o local e não alinhadas ao grande capital, como é o caso da construção de grandes empresas de hospedagem, já verificado na história do planejamento do turismo no país. A extrema valorização dos aspectos econômicos do turismo negligencia os aspectos relacionados ao meio ambiente natural, cultural da comunidade receptora.

A preocupação do desenvolvimento na região do Vale do Ivaí é verificada na quantidade de fóruns e instituições que atuam de forma a discutir e criar alternativas a fim de minimizar e/ou resolver problemas relacionados ao baixo IDH. Entre estes, um dos mais preocupantes é a baixa renda da população, pois apesar de a região ter uma economia forte baseada na alta produtividade agrícola, a distribuição da renda entre os habitantes é extremamente desigual.

Apesar de nos últimos cinco anos ter havido maior movimentação entre os atores envolvidos na tentativa de desenvolver o turismo no Vale do Ivaí, a atividade não vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento da região, como identificado nessa pesquisa. Portanto, entende-se que para que o turismo se torne futuramente uma atividade que traga os benefícios propagados pelo PRT, é preciso planejamento a curto, médio e longo prazo.

Porém, essa responsabilidade pelo planejamento do turismo na região não foi tomada por nenhuma das instituições, nem mesmo pela AMUVITUR no papel de Instância de Governança Regional estimulada pelo PRT, que deveria ser, a priori, a executora dessa ação no âmbito regional. Atualmente não tem as condições de executar tal tarefa por diversos problemas, como a falta de recursos financeiros, humanos e de estrutura física.

O que se verifica, portanto, são ações isoladas para atender alguma demanda específica, tanto do setor público quanto do privado, como percebido na criação ou nas proposições de rotas e circuitos turísticos. Os projetos hoje solicitados via MTur são ações que visam atender aos interesses específicos de cada município proponente, não sendo pensadas em um contexto regional. Os projetos se resumem à construção dos ultrapassados pórticos turísticos e de infraestrutura básica em locais de eventos e lazer. São projetos que pouco ou nada contribuem com o fluxo de turistas, mas que para o município significam um meio de melhorar sua infraestrutura básica.

No caso do Vale do Ivaí, existe uma descrença local sobre a atração de grandes indústrias, até mesmo pela localização da maioria dos municípios, distantes de grandes centros. Por isso, os projetos atuais estão sendo elaborados no sentido de dinamizar a agricultura familiar, como na aposta da fruticultura. Desse modo, acredita-se que esta seja uma atividade que poderá, no futuro, trazer benefícios para dinamizar a economia da região - o turismo também seria uma opção por meio da possibilidade da criação de um circuito turístico para essas propriedades rurais. Nessa oferta, incluem-se atividades de turismo no meio rural. Porém, esta é apenas uma proposta, que exige planejamento e tempo para que seja elaborada e executada.

O papel do estado no desenvolvimento regional é o de dispor de condições de regulação nas regiões para construção de infraestrutura, ao disponibilizar condições para a viabilidade da criação de novos negócios de origem local. Esse é um dos aspectos que se defende nessa pesquisa, que pode ser feito pelo reconhecimento das potencialidades existentes na região e na valorização e no resgate da cultura local com a criação de roteiros de segmentos que possam estimular micro e pequenas empresas. Durante a pesquisa, verificou-se que existem poucos estudos sobre a história e cultura local, o que leva ao seu desconhecimento falta de

sentimento de pertencimento sem uma identidade local e regional, constatado nas entrevistas.

As principais ações de turismo no Vale do Ivaí são, portanto, recentes, tendo sido propostas neste ano de 2018. Isso dificultou a compreensão dos seus impactos em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano no âmbito regional, ou seja, como estes se traduziram na melhora da qualidade de vida da população. Por isso, é necessário que se retome esse estudo a fim de verificar se esses projetos se efetivarão, e quais resultados promoverão.

Para que o turismo se consolide e possa ser um segmento de expressão para a região, é necessário planejamento, segundo as premissas dos conceitos de desenvolvimento regional. Tal responsabilidade não foi tomada por nenhum dos atores envolvidos com o planejamento da atividade, como a própria Instância de Governança Regional, a AMUVITUR. Para que ela tome essa responsabilidade, é preciso que tenha autonomia financeira como, por exemplo, por meio do recebimento de contribuições dos municípios, o que se já acontece em algumas regiões turísticas do Paraná. Porém, verifica-se que isso não irá acontecer brevemente. Ainda assim, caso receba essa contribuição, terá que prestar a contrapartida na elaboração de projetos, dentre outras atividades que exigem compromisso e prestação de contas.

A AMUVITUR, do modo como vem sendo conduzida desde sua recente criação em 2015, não passa de uma mera formalidade para atender ao PRT. Ela se limitou, por vários problemas de ordem estrutural, a apoiar os municípios na inserção do Mapa, por essa ser uma das condições para o município receber recursos por meio de projetos. Por se manter pelo trabalho voluntário dos envolvidos e não ter uma fonte de receitas, hoje cumpre, portanto, atividades meramente administrativas por solicitação da Paraná Turismo. A AMUVITUR, assim, tornou-se quase um escritório regional, limitada a organizar algumas reuniões, participar dos eventos e encontros e propostas pela Paraná Turismo e enviar dados de turismo quando solicitados.

O Vale do Ivaí enfrenta vários problemas ligados aos baixos índices de desenvolvimento humano, principalmente relativos à falta de renda ou à baixa renda da população. Isso incentivou a criação de alguns fóruns e ações de instituições que atuam na região para melhoras desses índices. A baixa renda tem gerado a emigração da população da região, o que causa perda da população

economicamente ativa, um problema que afeta a maioria dos municípios do Vale que são pouco populosos e pobres, onde a desigualdade é extrema. Porém, a função principal da IGR, que é prestar assessoria e elaborar projetos, é uma tarefa que não foi identificada e que aparenta não ser passível de concretização em um futuro próximo, principalmente pela possibilidade de a região turística em 2019 se alterar com o lançamento do novo Mapa do Turismo, que exigirá novos critérios. Ou seja, espera-se que o número de municípios diminua, até porque devem ficar somente aqueles que realmente têm vocação para o turismo.

No que tange ao resultado da política pública de desenvolvimento regional para o turismo, por meio do Programa de Regionalização do Turismo, esse estudo consolida a tese defendida de que essa política, no seu conjunto, nas relações do estado com os demais atores envolvidos, pouco contribuiu com desdobramentos socioterritoriais positivos, apesar de o discurso afirmar isso. Como era de se supor, as ações empreendidas em relação ao turismo são de longo prazo, como as que foram propostas em 2018, como as rotas do Monge João Maria de Jesus, o cicloturismo e o circuito das frutas. Sendo estas atividades recentes, não se observou os resultados que se imaginava antes de iniciar a pesquisa de campo.

A intenção era verificar quais as principais modificações que essas atividades estavam causando nas áreas econômica e social dos municípios, a fim de identificar se houve melhorias nos Índices de Desenvolvimento Humano. Porém, não apenas em termos numéricos, mas também na melhora da qualidade de vida, pois como defendido nesta pesquisa, o aumento de renda e de emprego não são suficientes para que se garanta o desenvolvimento que se almeja em uma sociedade. Como era de se supor, as ações regionais em uma determinada área envolvem diversos atores, de modo que os resultados não são observados de maneira linear, como uma relação de causa e efeito, ou seja, uma política e seus resultados.

Mas, para minimizar ou reverter essa situação, o turismo deve vir acompanhado de outros investimentos imprescindíveis, principalmente nas áreas da educação e da saúde, ou seja, deve haver melhora na infraestrutura básica que promova o bem-estar social para superação desses atrasos. Por fim, o investimento em ciência, como apoio das universidades e de algumas outras instituições poderá colocar a região no caminho do desenvolvimento regional por meio de políticas públicas que tenham por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população da

região. Mas é preciso que haja integração dessas instituições, o que está acontecendo.

O PRT, apesar de sua qualidade teórica com diretrizes para a inclusão social, não conseguiu se efetivar no território, principalmente no Vale do Ivaí. A distorção criada pelo programa quando da sua concepção permitiu um equívoco conceitual ao supor a regionalização como sinônimo de roteirização. Os roteiros, rotas e circuitos passaram a ser elaborados por solicitação do PRT, mas a maioria não se consolidou, como a Rota da Fé no Vale do Ivaí. Mas apesar disso, verificou-se que essa concepção continua a ser pensada em 2018, quando foram criadas e propostas algumas rotas na região, no sentido de desenvolver a atividade.

Constatou-se que a região do Vale do Ivaí não apresentou melhora em seus índices de desenvolvimento, porque primeiramente é preciso entender que a regionalização, após a criação da região turística do Vale do Ivaí em 2014, é recente. Os principais projetos e ações de turismo foram criados e propostos em 2018, e a própria IGR só tem três anos de criação. O que foi possível verificar é como os atores de turismo regionais entendem o papel do PRT para o desenvolvimento do Vale do Ivaí, por meio dessas ações, e como isso interfere na organização da atividade nos municípios da região – por exemplo, na obtenção de recursos financeiros, por meio da cooperação entre as instituições etc.

Desse modo, é possível afirmar que a maior parte das ações realizadas pela Paraná Turismo em relação à regionalização se referem à promoção de estratégias de marketing para divulgação das regiões turísticas, com propagandas, eventos e reuniões com as IGRs. Nesta pesquisa, constatou-se que as IGRs se constituem, na teoria, em espaços de articulação dos atores sociais locais, na proposição, análise e no monitoramento de políticas, planos e projetos na área do turismo em âmbito regional. Porém, são consideradas uma questão ainda não resolvida para o MTur em relação a sua finalidade e gestão, pois as IGRs passam por diversas dificuldades em relação ao entendimento de seu próprio papel, e sobre como e por quem devem ser mantidas.

A regionalização do turismo no Vale do Ivaí é vista como importante. Pensar o turismo de forma regionalizada permite ampliar a atratividade regional, possibilitando que vários municípios ofereçam um número maior de atrativos de forma

complementar, o que, por consequência, pode contribuir para aumentar o tempo de permanência do turista no destino.

Porém, o desenvolvimento do turismo deve vir acompanhado da melhoria da infraestrutura básica, de apoio e turística, da geração de emprego e renda, com melhoria do poder aquisitivo. Isso porque, antes de tudo, o desenvolvimento do turismo deve ser um desenvolvimento que busque a autonomia da sociedade, visando maior liberdade e menor desigualdade. O planejamento para a atividade turística via políticas públicas deve ser aquele que considere essas questões no sentido de beneficiar a comunidade local, e que não dê origem a novos problemas, como o problema urbano gerado pelo turismo de massa em destinos turísticos como o de Lunardelli, no Vale do Ivaí.

Todo planejamento deve ser acompanhado de participação popular que realmente represente a todos e todas, e não somente a uma parcela da sociedade - que geralmente defende apenas os seus interesses. Muitas vezes, planejamentos que não pensam essas questões acabam excluindo representantes de grupos minoritários. É preciso que estes participem da tomada de decisões para que não ocorra injustiça social, de modo que haja melhoria na qualidade de vida da sociedade em sua totalidade.

Ressalta-se que a identidade cultural é um dos tópicos de estudo e definição de uma região. Uma vez que está relacionada a um código de representações e significações de um determinado grupo social, a identidade cultural contribui para determinar as regiões turísticas. Por isso foram pensadas propostas de segmentação do turismo a partir das potencialidades existentes; para que antes se faça um resgate da história e da cultura, para que primeiramente as pessoas se identifiquem com o local e possam realizar seus negócios considerando essas questões, como na produção do artesanato e da gastronomia local, que pouco existe na região.

Dentre as principais limitações dessa pesquisa, aponta-se a tardia definição do Vale do Ivaí como objeto de estudo, o que ocorreu somente após a qualificação. Desse modo, não foi possível fazer uma análise mais detalhada dos Planos diretores dos municípios. Outra limitação foi a impossibilidade de entrevistar alguns outros atores envolvidos no processo de planejamento do turismo, como moradores locais,

empresários de empreendimentos turísticos, representantes de instituições, como a Associação de artesãos de Apucarana, entre outros.

Esse estudo abre diversas possibilidades de aprimoramento de novas investigações em relação ao turismo e ao desenvolvimento regional no Vale do Ivaí, portanto, é fundamental que se entenda que as constatações aqui apresentadas não são conclusivas, mas parte de um processo que busca contribuir com o debate dos conceitos trabalhados e das propostas para o planejamento da atividade.

Como docente do curso de turismo que recentemente foi alterado para turismo e negócios da UNESPAR de Apucarana, a pesquisadora entende a importância do papel da universidade enquanto instituição pública para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí. Nesse sentido, essa pesquisa terá continuidade em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Por exemplo, em fevereiro de 2019 será iniciado um projeto de pesquisa no município de Lunardelli, por entender que este enfrenta diversos problemas relativos ao turismo de massa. Por fim, espera-se que esse estudo possa auxiliar estudos no âmbito do planejamento do turismo e na elaboração de política públicas, ao se considerar a importância do conceito do desenvolvimento regional.

BIBLIOGRAFIA

ABERTA 11ª feira do café a feira do café no Pirapó em Apucarana. **Canal 38**, Apucarana, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://www.rtvcanal38.com.br/2015/09/18/aberta-11a-feira-do-cafe-a-feicafe-no-pirapo-em-apucarana/>>. Acesso em 10 nov. 2018.

ABREU, M. A. A.; MEIRELLES, R. de L. **Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental**. IPEA, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1000/1/TD_1797.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

ALENCAR, N. R. **Turismo de experiência em Brasília**. 2015. 61 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Turismo) - Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12987/1/2015_NataliaRodriguesDeAlencar.pdf>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

ÁLVARES, B. J. M.; LINHARES, I. L. L.; TAVEIRA, M. da S. Turismo Pedagógico: uma atividade socialmente responsável. In: BAH, M. (Org.). **Turismo com Responsabilidade Social**. São Paulo: ROCA, 2004.

AMUVITUR discute planejamento estratégico para ações no setor o turismo. **Paraná Centro**, Ivaiporã, 14 jun. 2017a. Disponível em: <<https://jornal.paranacentro.com.br/noticia/21313/amuvitur-discute-planejamento-estrategico-para-acoes-no-setor-do-turismo>>. Acesso em: 15 out. 2018.

AMUVITUR. Divulgação da 3ª Caminhada Internacional da Natureza em Lidianópolis. 16 nov. 2017b. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Amuvitur-Vale-do-Iva%C3%AD-de-Natureza-e-F%C3%A9-1749386968422445/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. Divulgação da 1ª caminhada monge João Maria de Jesus. 13 set. 2018. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Amuvitur-Vale-do-Iva%C3%AD-de-Natureza-e-F%C3%A9-1749386968422445/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. Essas fotos...Disponível em: <<https://www.facebook.com/Amuvitur-Vale-do-Iva%C3%AD-de-Natureza-e-F%C3%A9-1749386968422445/>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

ANÁSTACIO, E. A.; NAKASHIMA, S.; CALVENTE, M. del C. M. H. Expansão e retração dos cursos superiores de turismo e o possível papel da ciência geográfica nessa formação. In: SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ, 5, 2014, Londrina. **Anais...**Londrina: UEL, 2018, p. 1-12.

ANDA BRASIL. **Projeto Caminhadas na Natureza**. Silva Jardim, RJ: Anda Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.andabrasil.com.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

ANDRADE, D. C. M. A. A nova Lei de Turismo n.º 11.771/08 e sua aplicabilidade. In: NAKANE, A. M. **Turismo, Hotelaria e Eventos: a arte e a técnica profissional do setor**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2013. p. 287-300. Disponível em: <<http://www.diogocalasans.com/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

ANDRADE, R. **CASTELO Eldorado Marilândia do Sul – PR**. Maringá, 27 set. 2017. Disponível em: <http://www.rickardoandrade.com.br/portfolio/pre-casamento/167219-pre_wedding_castelo_eldorado>. Acesso em: 10 nov. 2018.

APUCARANA. **Prefeitura incentiva visita ao museu do café**. Apucarana, 29 set. 2015. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/site/Prefeitura-incentiva-visita-ao-Museu-do-Cafe/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

ARRAIS, T. A. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator**, Ceará, v. 6, n. 12, p. 25-36, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620805004>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ. **Sobre a AMUVI**. Apucarana: 2017. Disponível em: <<http://www.amuvi.com.br/?p=432>>. Acesso em: 05 set. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ TURISMO. **Estatuto de constituição da Associação dos municípios do Vale do Ivaí Turismo – AMUVITUR**. Apucarana, 2015.

ATZINGEN, P. Por que a CVC não participou da Expo-Abav 2017? **Diário do Turismo**. São Paulo, 28 set. 2017. Editorial. Disponível em: <<https://diariodoturismo.com.br/por-que-cvc-nao-participou-da-expo-abav-2017/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BARBOZA, R. C. História do Paraná: uma abordagem da história regional, influência religiosa do Monge João Maria de Jesus no Vale do Ivaí/PR. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2016. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467304177_ARQUIVO_UFPRARTIGO.pdf>. Acesso em 19 out. 2018.

BASTARZ, C. **Caminhadas na natureza no Paraná**: a rede de relações sociais na formação de mercados para a agricultura familiar. 2016. 213 fls. Tese de doutorado (Pós-graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

BENI, M.C. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 79-86.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, M. C.; TOMAZIN, M. Limites e possibilidades da inclusão social pela política nacional de turismo: o caso do programa de regionalização do turismo. **Cenário**, Brasília, v.5, n.8, p. 83-96, ago. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/26279-80596-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BERALDO, F. R. Autorizadas obras do novo canal e vertedouro do Parque da Redenção. Apucarana, 24 jul. 2018a. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/site/autorizadas-obras-do-novo-canal-e-vertedouro-do-parque-da-redencao/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BERALDO, F. R. Bonezão recebe nova pintura. Apucarana, 9 jul. 2018b. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/site/bonezao-recebe-nova-pintura/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BERNARDES, M.; DUVAL, A. R. Os pratos típicos como fator de identidade. **Emicult**, São Luiz Gonzaga, v. 2, p. 1-11, ago. 2016. Disponível em: <<http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/10/OS-PRATOS-T%C3%8DPICOS-COMO-FATOR-DE-IDENTIDADE-2.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BEZZI, M. L. Região como foco de identidade cultural. **Geografia**, Rio Claro, v. 27, p. 5-19, abril. 2002.

_____. Região: desafios e embates contemporâneos. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Org.). **Desigualdades Regionais** – Série Estudos e Pesquisas. 1. ed. Salvador: Bigraf, 2004, v.1, p. 39-87.

BIZINELLI, C.; MANOSSO, F. C. A gastronomia e as indicações geográficas como ferramenta de valorização do território. **Applied Tourism**, Balneário Camboriú, v. 2, n. 3, p. 01-25, out. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/11835-32056-1-PB.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 13, p. 111- 147, jun. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/index>>. Acesso em: 12 out. 2018.

BORRAZÓPOLIS monumento do lago ganha novo visual. **Portal do Vale**, Borrazópolis, 3 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.jornalreporterdovale.com/2014/04/borrazopolis-monumento-do-lago-recebe.html>>. Acesso em:

BORRAZÓPOLIS. Prefeitura municipal. Borrazópolis, 2018. Disponível em: <<https://www.borrazopolis.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F, 17 jul. 2001. Seção 1.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: Diretrizes, Metas e Programas (2003 – 2007). Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf> Acesso em: 24 maio 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/projInvTur/projInvTur.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007-2010**: Uma viagem de Inclusão. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Módulo operacional 3 Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2007c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Ação municipal para a regionalização do turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007d. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**. 2 ed. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Lei n. 11.771 de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei n. 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F, 18 set. 2008b. Seção 1, n.181, p.1. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=18/09/2008>>. Acesso em: 17 out.2017.

_____. Ministério do Turismo. **Sobre o INVTUR**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/jsp/sobre_invstur/www.inventario.turismo.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Resumo executivo. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Destino Referência em Segmentos Turísticos**. Brasília, 2010c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/_Case_do_projeto_Metodologia.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013 – 2016. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: Diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. Portaria n. 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F, 20 maio 2013c. Seção 1, n. 95, p. 85. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=85&data=20/05/2013&captchafield=firistAccess> >. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, 26 maio 2015a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/mapa_da_regionalizacao_novo_2013.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Portaria n. 205, de 9 de dezembro de 2015. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur n. 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências. **Ministério do Turismo**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=862>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. Brasília, 2015c. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/cartilhas.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Lei nº 13.204 de dezembro de 2015. Altera a Lei n 13.019, de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, D.F, 15 dez. 2015d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art9>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **SICONV-Sistema de convênios**. Brasília, 26 mai. 2015e. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/servicos-do-mp/siconv-sistema-de-convenios>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2016**: perguntas e respostas. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/downloads/pdf/categorizacao/Perguntas_e_respostas_MapadoTurismoBrasileiro2016_01.07.2016.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: Perguntas e respostas. Brasília, jul. 2016b. Disponível em: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/downloads/pdf/categorizacao/Perguntas_e_respostas_Categorizacao_2016.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. Portaria n. 182 de 28 de julho de 2016. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. **Ministério do Turismo**, Brasília, D.F., 28 jul. 2016c. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=1070>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Cartilha Parlamentar Ministério do Turismo 2016/2017**. Brasília, 2016d. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Cartilha_MTur_Emendas_2017.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro tem recorde em números de regiões**. Brasília, 14 set. 2017a. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/09/mapa-do-turismo-brasileiro-tem-recorde-em-numero-de-regioes>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Orientações para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, 2017b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/doc_orientador_mapa2017.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo > **Programa de Regionalização do Turismo**: Interlocutores. Brasília, 29 maio 2017c. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=266>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Consulta pública política nacional de qualificação profissional em turismo**. Brasília, 2017d. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/CONSULTA_PBLICA_PNQ.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Regiões se estruturam e crescem no Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília, 08 fev. 2018a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10667-regi%C3%B5es-se-estruturam-e-crescem-no-mapa-do-turismo-brasileiro.html>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **No Paraná, 25 municípios sobem de categoria no Mapa do Turismo**. Brasília, 16 fev. 2018b. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10742-no-paran%C3%A1,-25-munic%C3%ADpios-sobem-de-categoria-no-mapa-do-turismo.html>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Brasília, fev. 2018c. Disponível em: <regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PerguntasRespostasCategorizacao2018.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo**. Brasília, 2018d. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Orientações técnicas para a criação de Conselho Municipal de Turismo. Brasília, 2018e. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/14_05_18_mtur-orientacao_tecnica_criar_conselho-municipal.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem**. Brasília, 2018f. Disponível em <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=4>>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. **Tesouro nacional**: SIAFE Execução orçamentária. Brasília, 2018g. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/execucao-orcamentaria>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BROMLEY, R. O processo de planejamento: lições do passado e um modelo para o futuro. In: BROMLEY, R.; BUSTELO, E. S. (Org). **Política x Técnica no planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 123-131.

BRUSADIN, M. L. B. Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo: diferentes visões. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. **Anais...** Balneário Camboriú: UNIVALI, 2005, p. 1-21. Disponível em:

<http://www.anptur.org.br/novo_portal/anais_anptur/anais_2005/Artigo_10.pdf>.

Acesso em: 16 jun. 2017.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CACHAÇA companheira. **Loja e Alambique**. 2018. Disponível em:

<https://cachacacompanheira.com.br/loja_e_alambique/>. Acesso em: 24 out. 2018.

CACHOEIRAS & trilhas. Faxinal, 2018. Disponível em:

<<http://grupodecaminhadafaxinal.blogspot.com/p/blog-page.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CAFÉ no Mapy. Mauá da Serra, 2 nov. 2018. **Facebook**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/pg/restaurantemapy/posts/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CAMURÇA, M. A.; GIOVANNINI JUNIOR, O. Religião, patrimônio histórico e turismo na semana santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, p 225-247, out. 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a11.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

CARDOSO JUNIOR, J. C.; GIMENEZ, D. M. Crescimento Econômico e planejamento no Brasil (2003-2010): evidências e possibilidades do ciclo recente. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. v. 4. p. 337- 428. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosedese nvol04.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

CARDOSO JUNIOR, J. C.; SANTOS, J. C. dos; PIRES, R. R. (Org.) **PPA 2012 – 2015: a experiência subnacional de planejamento no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro-ppa-2012-2015-vol3.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2017.

CARGNIN, A. P. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais**. 2011. 317 fls. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARLOS, A. F. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Org). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.

CARNEIRO, Z. Planejamento: construindo pontes e derrubando a pirâmide – uma abordagem sistêmica e holística. **Participe**, Porto Alegre, n. 3, p. 40-46, ago. 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/500-974-1-SM.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

CAUC: Municípios devem regularizar pendências para celebrar convênios com a União. **Associação Brasileira de Municípios**, Rio de Janeiro. 09 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.abm.org.br/cauc-municipios-devem-regularizar-pendencias-para-celebrar-convenios-com-a-uniao/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. S. da. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 55 – 73, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63598>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

CONSÓRCIO COBRAPE-URBTEC. **Plano da Metrópole Paraná Norte**. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoleprnorte.com.br/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Pasos**, Santa Cruz de Tenerife, v. 1, n. 2, p. 161-171, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS040603.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.1, n.1, p. 95-111, out. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/3650-12317-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CORREA, R. L. C. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, E. Museu em sítio guarda recordações dos agricultores. **TNOnline**. Apucarana, 21 fev. 2011. Disponível em: <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/especial/7,75333,21,02,museu-em-sitio-guarda-recordacoes-dos-agricultores.shtml>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

COUTINHO, L. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: 2003. p. 37-55.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CURITIBA. 2010. **Bacias hidrográficas do Paraná: série histórica**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/Revista_Bacias_Hidrograficas_do_Parana.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

_____. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DOMINGOS, F. de O. **Políticas públicas para o turismo no Brasil e suas influências em Rolândia-PR**. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. G. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.131-168.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **EMBRATUR 50 anos**: uma trajetória do turismo no Brasil. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/arquivos/pdf/noticias/Livro-EMBRATUR-50-ANOS_Vfinal_nov2016.pdf>. Acesso em: 24 maio 2017.

ESTÁTUAS brasileiras atraem turistas em todo o país. **PORTAL BRASIL**. Brasília, 20 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2017/01/estatuas-brasileiras-atraem-turistas-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

EX-MINISTRO Henrique Eduardo Alves é preso em operação da PF. G1, Rio Grande do Norte, 06 jun. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/ex-ministro-henrique-eduardo-alves-e-alvo-de-mandado-de-prisao.ghtml>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

FAISSOL, S. Planejamento e Geografia: Reflexões conceituais e exemplos da experiência brasileira. **Geográfica**, n. 109, p. 167-198, jan-jun. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40992588?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 mar. 2017.

FARAH, M. F. S. Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p. 81-94.

FAZENDA, N.; SILVA, F. N.; COSTA, C. Política e planejamento turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o norte de Portugal. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Portugal, n. 18, p. 77-100, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514351899004>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FEGER, J. E. A regionalização do turismo paranaense no contexto da política pública. In: SEMINÁRIO MINEIRO DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TURISMO, 2., 2017. (17m10s). **Observatório do Turismo de Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gLOSE74EM0Y>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERNANDES, L. M. Orçamento do MTur para 2018 será 70% menor do que o obtido há 6 anos. **Mercado&Eventos**. 18 out. 2017. Disponível em: <http://www.mercadoeventos.com.br/_destaque_/slideshow/orcamento-do-mtur-para-2018-sera-95-menor-do-que-o-obtido-ha-10-anos/>. Acesso em: 28 out. 2017.

FESTA do porto Ubá é realizada com sucesso. Ivaiporã, 12 abr. 2010. Disponível em: <<https://www.jornalreporterdovale.com/p/contatos-com-wellyngton-jhonis.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

FISCHER, R. Como projetar um masterplan: a metodologia de Bjarke Ingels. **Como Projetar**. 2017. Disponível em: <<http://comoprojetar.com.br/como-projetar-um-masterplan-big/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 391-498, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/14192/16010>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FRÉMONT, A. **La région**: espace vécu. Paris: Flammarion. 2.ed.1999.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: ensaios sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALINDO, R. W.; AYRES, M. Cidade sem atrações turísticas é a recordista em convênios no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 ago. 2011. Caderno Vida Pública. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cidade-sem-atracoes-turisticas-e-a-recordista-em-convenios-no-pr-bwz9nhbrech099ubkvxs55p3i>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GARRIDO, I. M. D. A. Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, *clusters* e redes. SOLHA, K. T. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, D. V. de. M.; SOLHA, K. T. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 219-253.

GIARETTA, L. A.; ANTONELLO, I. T. A categoria paisagem na construção histórica do pensamento geográfico. In: ASARI, A. Y.; ANTONELLO, I.T.; TSUKAMOTO, R. Y. (Orgs.) **Múltiplas geografias**: ensino – pesquisa – reflexão. Londrina: Humanidades, 2004. p. 121- 138.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P.C. da. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: Conceitos e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.

GRANDI, G. Primeiro Hard Rock Hotel do Brasil abrirá no norte do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 mar. 2018a. Caderno Viver Bem. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/primeiro-hard-rock-hotel-do-brasil-abrira-no-norte-do-parana/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GRANDI, G. Nova rota do Paraná quer atrair turismo de aventura em 255 km de estrada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 ago. 2018b. Viver bem turismo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/nova-rota-de-aventura-tem-cachoeiras-canions-e-rios-no-norte-do-parana/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GUIDUGLI, O. S. Geografia e Planejamento: problemas e perspectivas de interface. **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9-10, p. 1-18, out. 1980.

GUNN, C. A. **Tourism Planning**: basics, concepts, cases, 4. ed. New York (EUA): Routledge, 2002.

GURGEL, G. Passaporte Turístico destaca destinos no Paraná. Ministério do Turismo, 29 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/8105-passaporte-tur%C3%ADstico-destaca-destinos-no-paran%C3%A1.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: BRASÍLIA, Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: anais da Oficina sobre Política Nacional de ordenamento territorial. Brasília, 2005. p. 13-30. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=KG0qAAAAYAAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=regionaliza%C3%A7%C3%A3o+%2B+geografia&ots=7XVC0DNzi9&sig=PnrB5fpiaa1StGzBAZPgBvMC3fA#v=onepage&q&f=true>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, n. 3, jan-jun 2010. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/1s2017/haesbaert.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HISSA, C. E. V. Geografia e planejamento: entre o puro e o aplicado. **Geonomos**, Pampulha, v. 6, n. 2, p. 33-43. 1998. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/168/14>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

HOERNER, J.M. **Geopolítica do turismo**. São Paulo: SENAC, 2011.

HOFF, D. N.; PEREIRA, C. A.; PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, jan/abr. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/O_impacto_da_universidade_publica_no_desenvolvimen.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

IANNI, O. Origens da ideologia e prática do planejamento. In: IANNI, O. (Org.). **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 43–71.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1358.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

IGREJA da Barraquinha. 2018. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/portelinha/1466887701/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGEM do dia. Lidianópolis, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://lidianopolisnews.blogspot.com/2012/11/blog-post_1436.html>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IMAGEM do dia. **Blog do Roque**. São Pedro do Ivaí, 10 ago. 2016. Disponível em: <<http://blogdoroque.com.br/2016/08/10/imagem-do-dia-6/>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ. Curitiba: ITCG, 2018. **Painéis geológicos Pedras do Cambira**. Curitiba, Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/arquivos/File/Paineis_geologicos/PedrasdoCambira_portugues.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os Vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005.

_____. **Diagnóstico socioeconômico do Território Vale do Ivaí: 1ª Fase** caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_vale_do_ivaí.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/anuario_2016/index.html>. Acesso em: 05 set. 2018.

_____. **Cadernos municipais**. Curitiba: IPARDES, 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em: 08 set. 2018.

INTEGRADA cooperados de Mauá da Serra inauguram museu do plantio direto. Curitiba, 22 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/92629-integrada-cooperados-de-maua-da-serra-inauguram-museu-do-plantio-direto>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

JHONIS, W. Visite as belezas naturais de Faxinal. **Repórter do Vale**, 2018. Disponível em: <<http://www.jornalreporterdovale.com/2017/09/turismo-visite-as-belezas-naturais-de.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.

KANITZ, H, G.; TRIGUEIRO, R. P. C.; ARAÚJO, M. A. D. de. Perspectivas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: avanços ou utopias? **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 644-667, dez. 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/14235-17213-1-PB.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

KAPLAN, M. Aspectos políticos do planejamento na América Latina. In: BROMLEY, R.; BUSTELO, E. S. (Org). **Política x Técnica no planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 84-122.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnica de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

LENCIONE, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**: problemática, teoria, modelos. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOPES, L. S. O.; ARAÚJO, J. L.; CASTRO, A. J. F. Geoturismo: estratégia de geoconservação e de desenvolvimento local. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 35, 2011, p. 1–11. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/2069/2414>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LUNARDELLI promove segundo seminário de turismo religioso. **Paraná Centro**, Ivaiporã, 02 out. 2018. Disponível em: <<https://jornal.paranacentro.com.br/noticia/26180/lunardelli-promove-segundo-seminario-de-turismo-religioso>>. Acesso em: 18 out. 2018.

LUPION, B. Para que servem as emendas parlamentares e quais os prós e contras de sua existência. **Nexo**, 13 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/13/Para-que-servem-as-emendas-parlamentares-e-quais-os-pr%C3%B3s-e-contras-de-sua-exist%C3%Aancia>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. Balneário Camboriú, v. 5, n. 2, p. 226-247, ago. 2011. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/386/460>>. Acesso em 20 out. 2017.

MALDONADO, I. Praças terão réplicas da Torre Eiffel e Arco do Triunfo. **TOnline**. Apucarana, 16 dez. 2017. Disponível em: <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/regiao/32,449807,19,12,pracas-terao-replicas-da-torre-eiffel-e-arco-do-triunfo.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2018.

MALTA, F. J. N. C. Planejamento e gestão do turismo no litoral norte paulista. In: YÁZIGI, E.; ALESSANDRI CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 201-212.

MASCHIO, J. Plantio direto consolida revolução no campo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mai. 2004. Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1105200434.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MEMÓRIA ameaçada. **Folha de Londrina**, Londrina, 19 abr. 2018. Disponível em: <www.folhadelondrina.com.br/geral/memoria-ameacada-1004942.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

MIELKE, E. J. C. Divulgar o turismo da sua cidade não é tarefa do estado. Série Simtur. **Blog Gestão & Política de Turismo no município**. mar. 2018. Disponível em: <<https://politicadeturismo.wordpress.com/2018/03/20/divulgar-o-turismo-da-sua-cidade-nao-e-tarefa-do-estado-serie-simtur/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Os CAT (Centro de Atendimento ao Turismo) estão ficando obsoletos: saiba os porquês e o que fazer. **Diário do Turismo**, 25 abr. 2018b. Disponível em: <<https://diariodoturismo.com.br/os-cat-estao-obsoletos/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANTES, S. F.; GOMES, R.(Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

MISTÉRIO nas ruínas de cemitério indígena. **Folha de Londrina**, Londrina, 22 fev. 2005. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/misterio-nas-ruinas-de-cemiterio-indigena-520261.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

O BRASIL ainda tem a evoluir no mundo do turismo. **Clia Abremar News**, São Paulo, 13 out. 2016. Disponível em: <<http://abremar.com.br/o-brasil-mundo-do-turismo/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

OLTRAMARI, A. **Comitê de Desenvolvimento Econômico vai fomentar ambiente de negócios no Vale do Ivaí**. SAVANNAH, São José dos Pinhais, jul. 2017. Disponível em: <<https://savannah.com.br/comite-de-desenvolvimento-economico-vai-fomentar-ambiente-de-negocios-no-vale-do-ivai/>> Acesso em: 26 set. 2018.

PARANÁ tem mais quatro regiões turísticas. **Agência de Notícias do Paraná**. 02 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=78594&tit=Parana-tem-mais-quatro-regioes-turisticas>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PARANÁ. Lei complementar estadual n.º 82, de 24 de junho de 1998. Dispõe sobre a criação e implantação de Consórcio Intermunicipal relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum, nas funções, áreas e setores que especifica. **Ministério Público do Paraná**, Curitiba, 24 set. 1998. Disponível em: <<http://www.saude.mppr.mp.br/pagina-172.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. **Diário Oficial Executivo**, Curitiba, PR, 13 nov. 2008, n. 7.849, p. 4. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=14290>>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. **Orientações práticas às Instâncias de Governança de Turismo do Paraná**. 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/CartilhaInstanciasdeGov.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Paraná Turismo. **Hierarquização das regiões turísticas do Paraná e Gestão Municipal do Turismo**. 2012a. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/HIERARQUIZACAO.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. Lei n.º 17.182, 12 de junho de 2012. Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o dia 06 de outubro como o “Dia do Turismo Regional”. **Diário Oficial Executivo**, Curitiba, PR, 12 jun. 2012b, n. 8731, p. 3. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=69175>>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Atrativos Turísticos do Paraná 2010 – 2014**. Curitiba, 2015. p. 1-33. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/ATRATIVOSPARANA20102014.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Plano operacional do turismo sustentável Vale do Ivaí**. Curitiba, 2016.

_____. Paraná Turismo. **Regiões Turísticas do Estado**. 2017a. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=946>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Lei n.º 19.141 de 27 de setembro de 2017. Regulamenta a atividade de turismo rural como atividade rural na Rota dos Tropeiros. **Diário Oficial do Paraná**. Curitiba, P.R., 28 set. 2017b. n. 10038, p. 13-14. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe/consultaPublicaPDF.do?action=pgLocalizar&enviado=true&dataInicialEntrada=28/09/2017&dataFinalEntrada=28/09/2017&numero=10038&search=19.141&diarioCodigo=3&submit=Localizar>>. Acesso em: 8 out. 2017.

_____. Agência de Notícias. **Governador sanciona leis para fomento do turismo rural**. 02 out. 2017c. Disponível em: <www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=95676>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. Lei n.º 19151 de 27 de setembro de 2017. 2017d. Institui a Rota do Vinho no Estado do Paraná. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=350796>>. Acesso em 8 out. 2017.

_____. Paraná Turismo. **06 de outubro dia do turismo regional**. 06 out. 2017e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/PNRTur/photos/a.574781585938523.1073741825.428047800611903/1470379119712094/?type=3&theater>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. Paraná Turismo. **Paraná Turismo esteve presente na 45ª ABAV Expo Internacional de Turismo**. 2017f. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=951&tit=Parana-Turismo-estara-presente-na-45-ABAV-Expo-Internacional-de-Turismo>> Acesso em: 10 out. 2017.

_____. Paraná Turismo. **Oficina do Plano Operacional 2017/2019 do Paraná Turístico 2026 – “Vale do Ivaí”**. 2017g. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/institucional/planos_regionais/RELATORIOVALEDOIVAI.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PARANÁ PROJETOS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.paranaprojetos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>> . Acesso em: 08 fev. 2018.

PEARCE, D. **Geografia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PEREGRINOS iniciam caminhada de 110 km hoje em Apucarana. **TNOnline**, Apucarana, 19 maio. 2012. Disponível em: <<https://m.tnonline.uol.com.br/noticias/apucarana/45,124790,19,05,peregrinos-iniciam-caminhada-de-110-km-hoje-em-apucarana.shtml?versao=web>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PESCADORES se mobilizam contra usina hidrelétrica no Rio Ivaí. **TNOnline**, Apucarana, 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,427395,16,08,pescadores-se-mobilizam-contra-usina-hidreletrica-no-rio-ivai.shtml>>. Acesso em 06 nov. 2018.

PIMENTEL, G. G. A. A insustentabilidade do lazer sustentável. In: MULLER, A. COSTA, L. P. da (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 52-82.

PISCINA do hotel fazenda Luar de Agosto. 09 dez. 2007. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/ecoclubeamar/2123497590>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

PORCO no tacho. 2018. Disponível em: <<https://kekanto.com.br/biz/porco-no-tacho/fotos/728812>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PRAINHA de S.J. Ivaí PR. 2007. Disponível em: <http://br.geoview.info/prainha_de_sjvaipr_casa_da_areia,6777389p>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PREFEITURA de Califórnia realiza concurso público. **Click Paraná**, Curitiba, 15 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.clickparana.com/noticia/16977/prefeitura-de-california-pr-realiza-concurso-publico.html#foto>>. Acesso em: 16 out. 2018.

PRESIDENTE da Rede de turismo regional destaca leis do deputado Douglas. **CRN online**, Campo Mourão, 19 abri, 2013. Disponível em: <<http://m.crn1.com.br/noticias/27731/contato@crn1.com.br>>. Acesso em: 08 out. 2017.

_____. **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Print, 2013.

QUEIROZ, F. HORRILLO, M. A. R. El estado del arte em gobernanza de destinos turísticos. **Tourism & Management Studies**. Algave, v. 11, n. 2, p. 47-55, 2015.

RABAHY, W. A. **Turismo e desenvolvimento**: estudos econômicos e estatísticos no planejamento. Barueri: Manole, 2003.

RECANTO Pinhão. 2018. Disponível em: <<https://mapcarta.com/ChIJZSt8Jj2Q65QRUQ09Fc-UO-c>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

REIS, F. J. G. Turismo cultural e perspectivas regionais. In: REIS, F. J. G. (Org). **Turismo uma perspectiva regional**. Taubaté: Cabral e Livraria Universitária, 2003.p. 13-17.

REPRESENTANTES das 14 regiões turísticas do PR se reunirão no Festival das Cataratas. 19 jun. 2017. Disponível em: <<http://festivaldeturismodascataratas.com/representantes-das-14-regioes-turisticas-do-pr-se-reunirao-no-festival-das-cataratas/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

RESORT Solar Aguas do Ivaí. 2018. Disponível em:<<https://pt.wikiloc.com/trilhas-caminhada/resort-solar-aguas-do-ivai-maua-da-serra-26567505>>. Acesso em: 19 out. 2018.

RODRIGUES, A. A. B. Resenha crítica: políticas públicas e planejamento estratégico em turismo. **Rosa dos ventos**, Caxias do Sul, v. 4, n. 4, p. 650-657, out-dez. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/1818/pdf_94>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ROSÁRIO do Ivaí município comemora hoje o dia da padroeira. Rosário do Ivaí, 07 out. 2016. Disponível em: <<http://www.blogdomano.com/2016/10/rosario-do-ivaimunicipio-comemora-hoje.html>> Acesso em: 10 nov. 2018.

ROSE, A. T. de. **Turismo: planejamento e marketing**. Barueri: Manole, 2002.

ROTA fé na estrada. Romaria Brasil, Londrina. Disponível em: <<http://romariabrasil.com.br/contact/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papyrus, 1997.

SAETA, J. M. P. **As Agências como instrumento de Desenvolvimento Local**. 2016. 21 f. Artigo (Mestrado em Gestão e Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17542/JUAN_V2%20%281%29.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

SANTIN, W. Em algum lugar do Paraná: um museu rural em Cambira. **Folha de Londrina**. Londrina, 31 mar, 2011. Folha cidades. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/em-algum-lugar-do-parana-um-museu-rural-em-cambira-744539.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de Regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba goiano**. 2010. 366 fls. Tese de doutorado (Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15933/1/PolíticasRegionalizacaoCriacao.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

_____. **Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares**. São Paulo: All Print, 2013.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-20, jan-jun, 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC; Anpur, 1994.

SANTOS, R. O. Mostra de Regiões Turísticas promoverá capacitação no Salão Paranaense. **Hotéis**, São Paulo, 06 fev. 2017. Disponível em:

<<http://www.revistahoteis.com.br/mostra-de-regioes-turisticas-promovera-capacitacao-no-salao-paranaense/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SÃO PEDRO DO IVAÍ. Após descobertas arqueológicas, professores são capacitados sobre Educação Patrimonial. São Pedro do Ivaí, 27 nov. 2015.

Disponível em:

<http://www.saopedrodoivai.pr.gov.br/index.php?sessao=dcba5b705dvfdc&id=1314754&id_secretaria=2778>. Acesso em: 06 nov. 2018.

Sebrae. **O que é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.** Brasília, nov. 2017. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>.

Acesso em: 06 mar. 2018.

SENES, R. A. Festa – Rio Bom: evento realizado com sucesso. **Blog do Berimbau**, 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.blogdoberimbau.com/2013/04/festa-rio-bom-evento-realizado-com.html>>. Acesso em: 24 out. 2018.

SEVERINO, A. J. M. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo. Cortez, 2007.

SILVA, R. **Apucarana divulga programação da 14ª Festa de Santo Expedito.**

Apucarana, 16 abr. 2018. Disponível em:

<<http://www.apucarana.pr.gov.br/site/apucarana-divulga-programacao-da-14a-festa-de-santo-expedito/>>. Acesso em: 19 out. 2018

SOUTO, W. Wilken Souto fala sobre a categorização do Programa de Regionalização do Turismo: depoimento. [6 de setembro, 2015]. **Jornal O Concierge**. Entrevista concedida ao jornal O Concierge. Disponível em: <<http://oconciiergeonline.com.br/wilken-souto-fala-sobre-a-categorizacao-do-programa-de-regionalizacao-do-turismo/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SOUZA, M. J. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

_____. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002b. p. 17-22.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STRAUSS, A.; CORBIN, L. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Trad. Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAROZZI, M. **O que é grounded theory**: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados. Trad. Carmen Lussi. Petrópolis: Vozes, 2011.

TÉCNICOS discutem implantação de circuito das frutas no Vale do Ivaí. Apucarana, 28 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.apucarana.pr.gov.br/site/tecnicos-discutem-implantacao-de-circuito-das-frutas-no-vale-do-ivai/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

TEIXEIRA, L. da S.; MENEGUIN, F. B. Os consórcios intermunicipais aumentam a eficiência no setor público? **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**, São Paulo, out. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2012/10/29/os-consorcios-intermunicipais-aumentam-a-eficiencia-no-setor-publico/>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

TELES, R. M. S. A importância do território na prática do planejamento turístico: Reflexões acerca do Brasil. In. RUSCHMANN D. V. de. M.; SOLHA, K. T. (Org.) **Planejamento Turístico**. Barueri: Manole, 2006. p. 45-65.

TELES, M. A. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**, 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26929/MTELES_Tese.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 jun. 2018.

TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ. **Estatuto Social**. 2018.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v.12, n.2, p.241-252, dez. 2009.

TIROLEZA vale do luar. Faxinal, 2018. Disponível em: <<http://www.luardeagosto.com/estrutura/tiroleza-luar-de-agosto.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: Educs, 2009.

TONI, J.; KLARMANN, H. Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 331-694, 2002. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_3_toni_klarmann.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TRIGO, L. G. G. Turismo brasileiro e a questão social. In. NETTO, A. P.; TRIGO, L. G. G. (Org.) **Reflexões sobre um novo turismo**: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. p. 87-109.

TURISMO É um setor em franca expansão no Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/atualidades/turismo-e-um-setor-em-franca-expansao-no-brasil/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

TURISMO libera mais recursos para parentes do ministro. **O tempo**. 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/turismo-libera-mais-recursos-para-parentes-do-ministro-1.1503095?>>. Acesso em: 28 out. 2017.

VALE do Ivaí turismo é reconhecido pelo Ministério do Turismo. **Paraná Centro**, Ivaiporã, 13 jan. 2014. p.10.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

VALE da aventura. 2018. Material impresso.

ZANLORENZI, K. C. João Maria de Jesus, o monge do Paraná! Apucarana, 11. set. 2018a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100009508942612>>. Acesso em: 19 out. 2018.

ZANLORENZI, K. C. Via whatsapp. Marilândia do Sul, 24 out. 2018b.

ZINGONI, P. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MULLER, A.; COSTA, L. P. da; (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 52-82.

ZUCCHERELLI, M. **A “rota dos tropeiros” – projeto turístico na região dos Campos Gerais**: um olhar antropológico. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/15962/ROTA%20DOS%20TROIPEIROS.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 out. 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESPECIALISTA DA PARANÁ TURISMO

Instituição: Paraná Turismo	
Cargo: Diretora Técnica da Paraná Turismo e Interlocutora do Programa de Regionalização do Turismo	
1	Comente sobre o seu atual cargo/ função na Paraná Turismo e seu trabalho com a regionalização.
2	Como é a relação da PRTUR com a Secretaria Estadual do Esporte e do Turismo? São atuações diferentes ou complementares?
3	Qual o papel e os objetivos da PRTUR no âmbito do desenvolvimento do turismo regional?
4	O que a PRTUR entende por região turística? Como ocorre a seleção de um município para que faça parte de uma região?
5	De que maneira os municípios participam da regionalização? Quais as principais vantagens e desvantagens de se pertencer a uma região turística?
6	Como ocorreu o processo de regionalização do turismo no Paraná?
7	Em relação aos investimentos financeiros, existe verba específica disponível para a execução da regionalização do turismo no estado? Quem disponibiliza e quanto? Como e quem define as prioridades no que aplicar e em que é aplicada?
8	Explique como é a relação da PRTUR com as Instâncias de Governança, todas as 14 estão ativas e atuantes? Enfrentam algum problema ou dificuldade em relação à questão financeira, gestão, participação etc.?
9	O que a PRTUR entende por resultados do Programa Nacional de Regionalização do Turismo? Quais foram estes resultados?
10	Existe algum mecanismo para avaliar/mensurar esses resultados, e quais são os critérios? Se existem, quem os elaborou?
11	Atualmente o estado conta com 14 regiões turísticas, quais destas mais se destacam com resultados positivos e quais pelos resultados negativos? Comente os motivos.
12	Qual sua opinião sobre o Mapa do Turismo do PR?
13	Em relação a categorização dos municípios das regiões turísticas, dos 224 municípios que fazem parte dessas regiões, 2 estão na categoria A e 9 na categoria B. Os outros 250 nas categorias (C, D e E). O que isso representa para a organização da atividade do turismo no PR?
14	Como o turismo do Paraná é pensado pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL)?
15	Hoje, quais as principais dificuldades e desafios da regionalização no Estado?
16	A partir da sua experiência, quais as perspectivas futuras da regionalização do turismo no estado?
17	O que mais é importante para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência prática e acadêmica?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
ESPECIALISTA TURISMÓLOGA DE UMA PREFEITURA**

Instituição: Prefeitura Municipal de Rolândia	
Cargo: Turismóloga	
1	Comente sobre o seu atual cargo/ função
2	Como se dá a relação do município com a Paraná Turismo?
3	O que entende por “região turística”?
4	Qual sua opinião sobre a regionalização do turismo de forma geral e no Paraná?
5	Quais os principais problemas/desafios do município em fazer parte de uma região turística? Quais as vantagens e desvantagens em participar?
6	Explique a relação do município com a Instância de Governança (ADETUNORP)
7	Quais os projetos que estão sendo pensados pela ADETUR para a região?
8	Qual sua opinião sobre o Mapa do Turismo do PR?
9	De acordo com a categorização dos municípios das regiões turísticas do Paraná, Rolândia está classificada na categoria D. O que isso representa e implica em relação ao planejamento e desenvolvimento da atividade?
10	Sobre os investimentos financeiros, existe verba específica disponível para o município participar da regionalização do turismo? Quem disponibiliza e quanto? Como e quem define as prioridades no que aplicar e em que é aplicada?
11	Como vê a participação do COMTUR? Como é relação com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo? Descreva a participação da sociedade.
12	O que entende por resultados do Programa Nacional de Regionalização do Turismo? Quais foram estes resultados?
13	Em sua opinião, como profissional da área, quais as perspectivas para o futuro da regionalização do turismo? E para Rolândia, no futuro dessa regionalização?
14	O município possui parcerias com o C&VB?
15	O que mais é importante para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência prática e acadêmica? Tem alguma pessoa que você poderia indicar para que eu faça uma entrevista a respeito?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESPECIALISTA DO MINISTÉRIO DO TURISMO

Instituição: Ministério do Turismo	
Cargo: Servidor Público Federal lotado no Ministério do Turismo	
1	Comente o seu atual cargo/ função.
2	Como compreende o turismo no âmbito do desenvolvimento do turismo regional?
3	O que entende por região turística?
4	Qual sua opinião sobre o Programa de Regionalização do Turismo?
5	Como considera a participação dos municípios no processo de regionalização do turismo? Qual a vantagem para o município em participar da regionalização do turismo?
6	Qual o papel das Instâncias de Governança no processo de regionalização do turismo? Como estão atuando?
7	Qual sua opinião sobre o Mapa do Turismo?
8	O que entende sobre a categorização dos municípios das regiões turísticas?
9	O que entende por resultados da regionalização do turismo?
10	Observando sua experiência nas políticas públicas de turismo, nos casos em que o turismo acontece, quem você verifica que mais lucra e/ou se beneficia com a atividade?
11	Como vê a participação da comunidade local, iniciativa privada e do terceiro setor em relação à regionalização? Como as IGR's conseguem trazê-los para participar?
12	Qual(is) o motivo dos municípios não fazerem parte do Mapa?
13	Qual sua opinião sobre o Inventário Turístico?
14	Dezenas de cursos de turismo fecharam aqui no estado. Além disso, muitos falam da necessidade ou não de um turismólogo em órgãos de turismo, como nas secretarias de turismo ou nas IGR. Desse modo, como entende o papel do turismólogo no planejamento do turismo?
15	Jandaia do Sul foi um dos municípios do Brasil que mais recebeu recurso e é um município que não tem atrativo turístico e até há pouco tempo não fazia parte de nenhuma região turística. Por que isso acontece?
16	A partir da sua experiência, como está hoje o PRT e quais as perspectivas futuras da regionalização do turismo no Brasil e nos estados?
17	O que mais é importante para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência? Tem alguma indicação de pessoa para que eu faça uma entrevista a respeito?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESPECIALISTA PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Instituição: King Abdulaziz University - Faculty of Tourism, Arábia Saudita públicas de turismo	
Cargo: professor e consultor em política de turismo.	
1	Comente sobre o seu atual cargo/ função.
2	Há regionalização na Arábia Saudita?
3	O que significa “política e gestão turística inteligente”?
4	Como compreende o turismo no âmbito do desenvolvimento do turismo regional?
5	Observando sua experiência, com empresários e comunidade local, nos casos em que acontece o turismo, quem você verifica que está lucrando ou se beneficiando com a atividade? Quem são os maiores beneficiários da atividade turística, falo em termos financeiros.
6	O que entende por região turística?
7	Qual sua opinião sobre o Programa de Regionalização do Turismo?
8	Como considera a participação dos municípios no processo de regionalização do turismo?
9	Comente sobre o papel do Turismólogo nas políticas públicas de turismo.
10	Acredita que as Instâncias de Governança cumprem seu papel?
11	Como vê a participação da iniciativa privada e do terceiro setor em relação à regionalização?
12	Qual sua opinião sobre o Mapa do Turismo e a categorização dos municípios das regiões turísticas?
13	Em seu texto: “O futuro da regionalização como política nacional de turismo”, o que quer dizer com “O trabalho com a região não avançará se permanecer desenhado como região”?
14	A partir da sua experiência, quais as perspectivas futuras da regionalização do turismo no Brasil e nos estados?
15	Qual sua opinião sobre o Inventário Turístico?
16	O que mais é importante para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência prática e acadêmica?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESPECIALISTA DE UMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL

Instituição: Instância de Governança Regional ADETUR Norte do Paraná	
Cargo: Diretora	
1	Explique seu cargo/função na ADETUR – Norte do Paraná.
2	Fale sobre o processo de transição ADETURNORP para ADETUR. O que mudou?
3	O que é uma Instância de Governança (IGR) e qual o seu papel dentro da regionalização do turismo?
4	Como se dá a relação da ADETUR com a Paraná Turismo?
5	Como é a relação com o COMTUR – Londrina?
6	E a relação com o <i>Convention Visitors Bureau</i> Londrina?
7	O que entendem por “região turística”?
8	Qual sua opinião sobre a regionalização do turismo no Paraná?
9	Quais os principais problemas/desafios de uma IGR?
10	Quem pode participar e quais as vantagens e desvantagens em participar de uma IGR?
11	Explique a relação da ADETUR com os municípios que fazem parte da região turística, no sentido da regionalização do turismo. Como eles estão participando?
12	Qual sua opinião sobre o Mapa do Turismo?
13	De acordo com a categorização dos municípios das regiões turísticas do Paraná, Londrina está classificada na categoria B. O que isso representa e implica em relação ao planejamento e desenvolvimento da atividade?
14	Como vocês veem a diferença entre as categorias dos municípios que fazem parte da ADETUR – Norte? Quais os municípios da região norte que menos participam e por quê?
15	Como vê a necessidade de um Turismólogo na questão do planejamento ou gestão do turismo?
16	Como funciona a questão dos investimentos financeiros, existe verba específica disponível para a IGR participar da regionalização do turismo? Quem disponibiliza e quanto? Como e quem define as prioridades no que aplicar e em que é aplicada?
17	O que entende por resultados do Programa Nacional de Regionalização do Turismo? Quais foram estes resultados? Existe algum mecanismo para avaliar/mensurar esses resultados?
18	Como entende a participação do SEBRAE na elaboração da Rota do Café? Como está rota é pensada pela IGR?
19	Em sua opinião, quais as perspectivas para o futuro da regionalização do turismo? E para a ADETUR?
20	O que mais é importante para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência prática e acadêmica? Tem alguma pessoa que você poderia indicar para que eu faça uma entrevista a respeito?

**APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
ESPECIALISTA DE UMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL**

Instituição: Instância de Governança Regional ADETUR Campos Gerais	
Cargo: Diretora	
1	Cargo e função que exerce hoje em turismo: Quando começou a trabalhar na ADETUR?
2	Qual o papel da IGR?
3	Tem financiamento pelo MTUR ou órgão estadual?
4	O que entende por região turística?
5	Qual a sua opinião sobre o PRT?
6	Existe um evento só para as IG's tratarem de assuntos das regiões?
7	Sobre a participação dos municípios na IG's
8	Como deveria ser o trabalho de IGR?
9	O que acha que do papel do turismólogo no planejamento do turismo?
10	Existem projetos sendo executados pela IGR?
11	Quais as vantagens/ desvantagens do empresário fazer parte da ADETUR?

**APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM
ESPECIALISTA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA**

Instituição: Universidade Estadual de São Paulo	
Cargo: professora da pós graduação em Geografia	
1	Quando e como iniciou seus estudos sobre planejamento?
2	Ao longo da sua carreira, se especializou em alguma área do planejamento, como o regional, o urbano? Explique:
3	Percebeu ao longo do tempo que o conceito de planejamento entendido pela geografia mudou? Se sim, por quê?
4	Pensando no conceito, como ocorreu essa mudança? Atualmente, como o planejamento na ciência geográfica ou na sua concepção é entendido?
5	Em sua opinião, como o planejamento pode contribuir para o desenvolvimento de um local ou de uma região?
6	Também em sua opinião, o que se deve considerar ao se pensar em planejamento no setor público?
7	Nas últimas décadas e no caso brasileiro, ocorreu mudança na ideia do planejamento público? Atualmente como o planejamento regional no âmbito das políticas públicas é pensado?
8	Qual é a sua opinião do planejamento do turismo no caso brasileiro?
9	Qual é a sua opinião sobre a regionalização do turismo?
10	O que mais é importante a se considerar para o meu tema (Desenvolvimento socioespacial nas regiões turísticas do Paraná) a partir de sua experiência acadêmica?

APÊNDICE H - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM ESPECIALISTA PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Instituição: Universidade Federal do Paraná	
Cargo: professor do mestrado em Turismo	
1	Fale sobre sua tese em turismo "Regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos (RS) e Piratuba (SC)"
2	Segundo seu artigo, as IGRs, são consideradas como uma estratégia. Explique
3	Você acha que o jeito que foi feita a regionalização de agrupamento de municípios, porque na verdade é uma região que agrupa municípios com características comuns, mas na verdade não é do ponto de vista do turista, é do ponto de vista da proximidade.
4	A IGR precisa ter uma estrutura para elaboração de projetos. Qual sua opinião?
5	O que pensa sobre o Grupo do G11
6	A regionalização em SC é igual no Paraná?

APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM INSTITUIÇÃO ENVOLVIDAS NO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ

CATEGORIA DE ATOR: INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO PLANEJAMENTO DO TURISMO NO VALE DO IVAÍ	
INSTITUIÇÃO:	
PÚBLICA: () PRIVADA: ()	
MUNICÍPIO:	
DATA:	
IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE	
NOME:	
CARGO/FUNÇÃO:	
TELEFONE E E-MAIL:	
PERGUNTAS	
1	Há quanto tempo a instituição participa do planejamento do turismo na região turística Vale do Ivaí? Explique como se deu essa participação.
2	Qual o papel da instituição no planejamento do turismo na região turística Vale do Ivaí?
3	Possui algum programa e/ou projeto de turismo já executado no Vale do Ivaí? () sim () não Em caso afirmativo, explicar como foi o projeto, seus resultados e o período de vigência e se houve participação de outro(s) órgão(s).
4	Atualmente a instituição participa de algum programa ou projeto de turismo desenvolvido no Vale do Ivaí? () sim () não Comente. Em caso afirmativo, tem conhecimento de quantos municípios e instituições participam do projeto e como participam?
5	A instituição possui parceria com a AMUVITUR?
6	Como descreveria a participação da AMUVITUR no desenvolvimento da região do Vale Ivaí?
7	A instituição possui parcerias com outras instituições para a realização de projetos de turismo no Vale do Ivaí? () sim () não Em caso afirmativo, cite essas instituições e explique o(s) projeto(s). Em caso negativo, o porquê de não haver parceria?
8	O que é necessário para que o turismo se desenvolva no Vale do Ivaí?
9	Quais as dificuldades para implementar projetos na região no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo?
10	Como os municípios da AMUVITUR deveriam se articular para planejar e desenvolver o turismo de forma regional ou integrada?
11	Notou alguma modificação nos municípios após a implantação da região turística Vale do Ivaí? () sim () não Explique.

APÊNDICE J – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO DO VALE DO IVAÍ

CATEGORIA DE ATOR: GESTORES MUNICIPAIS DE TURISMO	
MUNICÍPIO:	
CATEGORIA NO MAPA DO TURISMO:	
ANO DE INGRESSO NA AMUVITUR:	
DATA DA ENTREVISTA:	
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO	
NOME:	
INSTITUIÇÃO:	
CARGO/FUNÇÃO:	
TEMPO NO CARGO:	
TELEFONE E E-MAIL:	
BLOCO 1 – ORGANIZAÇÃO DO TURISMO NO MUNICÍPIO	
1.1	O setor de turismo no município faz parte: <input type="checkbox"/> Secretaria de Turismo <input type="checkbox"/> Departamento de Turismo <input type="checkbox"/> Secretaria Indústria, Comércio e Turismo <input type="checkbox"/> Secretaria de Educação e Cultura <input type="checkbox"/> Outro:.. Ano de criação:
1.2	O município possui Plano Diretor? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
1.3	No Plano consta o turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Comente:
1.4	O setor de turismo participou da execução do Plano Diretor? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Explique:
1.5	Possui um Conselho Municipal de Turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, quem participa?
1.6	Possui Fundo Municipal de Turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
1.7	Possui Meios de Hospedagem? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Quantos?
1.8	Possui um Centro de Atendimento ao Turista <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
1.9	No site da Prefeitura existe um link específico para o turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2.0	Existe um profissional formado ou em estágio de turismo ou geografia que auxilia no turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
BLOCO 2 – PLANEJAMENTO DO TURISMO	
2.1	Há quanto tempo são planejadas ações para o desenvolvimento do turismo no município? <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 16 a 20 anos
2.2	Existe um Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso afirmativo, qual sua avaliação?
2.3	Possui o Inventário Turístico? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. Em caso afirmativo, há quanto tempo e quem o fez? Em caso negativo, por que ainda não tem?
2.4	Possui algum outro estudo sobre o turismo no município em relação a oferta turística, movimentação de turistas e visitantes, meios de hospedagem e/ou fluxo de visitantes nos atrativos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
2.5	Qual(s) segmento(s) do turismo se destaca(m) no município? <input type="checkbox"/> turismo histórico/cultural <input type="checkbox"/> turismo religioso <input type="checkbox"/> turismo de aventura <input type="checkbox"/> turismo ecológico <input type="checkbox"/> turismo rural <input type="checkbox"/> Outro Qual?
BOLOCO 3 - A POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	

3.1	Existe a participação de outros secretarias/departamentos municipais em ações voltadas ao desenvolvimento do turismo? () Sim () Não Se sim, qual(s)?
3.2	Existe parceria com outros órgãos públicos, iniciativa privada e ONG's em ações para o desenvolvimento do turismo? () Sim () Não Se sim, qual(s)?
3.3	O que representa para o município estar nessa categoria do mapa do turismo do mapa do turismo? Por que se encontra nessa categoria e o que isso representa em relação aos projetos na área?
3.4	Qual o interesse do município em participar da região turística Vale do Ivaí?
3.5	O que levou o município a participar da AMUVITUR? () Campanha do Ministério do Turismo () Campanha da PARANATURISMO () Iniciativa do próprio município () Por convite da AMUVITUR () Outro
3.6	Como descreve a participação do município na AMUVITUR?
3.7	Que resultados o município espera como associado da AMUVITUR?
3.8	O município participa de algum programa ou projeto junto a AMUVITUR? () Sim () Não Se sim, qual(s)?
3.9	Existe parceria em programas ou projetos de turismo com outros municípios que não estejam associados a AMUVITUR? () Sim () Não Se sim, qual(s). Explique como é essa participação.
3.10	Como descreveria a participação da AMUVITUR no desenvolvimento do Vale do Ivaí?
3.11	Como os municípios da AMUVITUR deveriam se articular para planejar e desenvolver o turismo de forma regional ou integrada?
3.12	Quais as dificuldades para implementar projetos no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo no Vale do Ivaí?
3.13	O que é necessário para que o turismo se desenvolva na região do Vale do Ivaí? Em que a região deveria investir?
3.14	Notou alguma modificação no município após a implantação da região turística? Se sim, qual ou quais? () sim () não Explique.

APÊNDICE K - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: A política de regionalização do turismo a partir do conceito de desenvolvimento regional no Vale do Ivaí-PR.

Pesquisadora: Fabiane de Oliveira Domingos

Instituição de origem: Universidade Estadual de Londrina – UEL

Senhor(a) participante

Esta pesquisa destina-se a elaboração de uma tese de doutoramento inserida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, sob orientação da professora Dra. Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente.

A pesquisa tem por objetivo realizar um estudo de caso na região do Vale do Ivaí para compreender como a política de regionalização do turismo contribui ou pode contribuir para o desenvolvimento regional. Assim, conta-se com sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

A sua participação é livre, podendo optar por não responder todas as perguntas, assim como, desistir a qualquer momento mesmo sem ter respondido todas as questões. Garante-se a preservação de sua identidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo de informações dispostas nos relatórios de pesquisa; entretanto é necessário a mensuração da entidade participante e cargo. Da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas pelo senhor(a). A participação não tem custo e nem remuneração.

Coloco-me a disposição para demais esclarecimentos antes, durante e depois da entrevista pelos telefones (43) 9.9976-3901 e (43) 3357-3046 e também através do e-mail: fabianedomingos@hotmail.com

Eu, _____,

tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente. Declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros, pois a publicação ficará sob guarda da UEL. Também informo que:

- () permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa
 () não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

 Assinatura do Participante

Fabiane de Oliveira Domingos

Assinatura da Pesquisadora

Londrina, ____ de _____ de 2018.